

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**NACIONALIZAÇÃO – Autoritarismo e Educação
Inspetores e professores nas escolas catarinenses - 1930-1940**

FLORIANÓPOLIS
2004

VERA REGINA BACHA PEREIRA

NACIONALIZAÇÃO – Autoritarismo e Educação
Inspetores e professores nas escolas catarinenses - 1930-1940

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em Educação
pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dra Maria das Dores Daros

FLORIANÓPOLIS
2004

VERA REGINA BACHA PEREIRA

NACIONALIZAÇÃO – Autoritarismo e Educação Inspetores e professores nas escolas catarinenses - 1930-1940

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de **Mestre em Educação** e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Diana Carvalho de Carvalho, Dra
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Educação

Banca Examinadora

Prof.^a Maria das Dores Daros, Dra
Orientadora

Prof.^a Terezinha Gascho Volpato, Dra
Membro

Prof.^a Maria de Fátima Sabino Dias, Dra
Membro

Prof.^a Marlene de Souza Dozol, Dra
Suplente

À minha mãe, Nívea Cunha Bacha, formanda
da primeira turma de vocacionalistas do
Instituto de Educação de Florianópolis, de 1938.

AGRADECIMENTOS

Considerando que este trabalho foi lapidado pelas dificuldades, impulsionado e fortalecido pela colaboração de muitas pessoas e instituições, gostaria de expressar aqui meus agradecimentos a todos eles que contribuíram significativamente para a realização deste processo.

Meu agradecimento à professora Dr.^a Maria das Dores Daros, pela amizade, “pelo suporte psicológico em sala de aula” e, em especial, pela relevante orientação neste fértil campo de pesquisa que é a história da educação. À professora Dr.^a Maria de Fátima Sabino Dias, que desde a graduação “fomentou” a necessidade de se fazerem novas leituras sobre as questões históricas como forma de construir novos conhecimentos. À professora Dr.^a Terezinha Gascho Volpato, que durante meu exame de qualificação fez importantes indicações que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Ao Dr. Antônio Munarim, pelas profícuas discussões em sala de aula e pelas observações no exame de qualificação.

Agradeço também ao professor Dr. Paulo Tumolo e a todos os professores e colegas do Mestrado, nossas discussões realizadas dentro ou fora da sala de aula, sem dúvida alguma, agregaram conhecimentos a este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo apoio. À CAPES, por haver concedido uma bolsa de estudos.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, instituição guardiã de nossas memórias, que tão gentilmente me auxiliaram no acesso às fontes primárias fundamentais para o desenrolar deste trabalho. Também, aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca Central da UFSC, da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação da UFSC, do Laboratório de História Oral da UFSC.

Agradeço à professora Maria da Graça Vandresen (FAED-UDESC) e à Mirza de Oliveira e Silva Monguilhott (DAPE/FAED), pelo acesso às entrevistas com antigos professores de Santa Catarina.

O meu profundo apreço ao Dr. Severiano Severino de Souza e ao inspetor escolar Dr. Munir Bacha, pelas longas conversas que mantivemos sobre as décadas em estudo, oportunizando um melhor entendimento da vida escolar da época citada.

Finalizo agradecendo a toda minha família, em especial à Patrícia, minha filha, pela ajuda no Arquivo, aos meus dois filhos, Maurício e Lúcio, pelo incentivo, e ao meu marido, Antônio, pelo interesse no desenrolar do trabalho, pela compreensão e paciência nos momentos de apreensão.

A todos, enfim, os meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
1 INTRODUÇÃO	10
2 AS NECESSIDADES DO NOVO SISTEMA DE PODER.....	17
3 A POLÍCIA ESPECIAL / POLÍTICA DE VARGAS E RAMOS	24
4 A IMPRENSA – DIVULGANDO A NACIONALIZAÇÃO.....	38
5 UM BREVE ENTENDIMENTO SOBRE NAÇÃO E NACIONALISMO	50
6 INTELLIGENTSIA CABOCLA	57
7 O INCIPIENTE SISTEMA ESCOLAR CATARINENSE – UM SÉRIO PROBLEMA TAMBÉM PARA OS ESTRANGEIROS.....	73
8 REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A NACIONALIZAÇÃO NO GOVERNO DE VIDAL RAMOS.....	78
9 REFLEXOS DA 1ª GUERRA MUNDIAL – PREOCUPAÇÃO FEDERAL COM A NACIONALIZAÇÃO	88
10 A CULTURA POLÍTICA ESTRANGEIRA E A CABOCLA	100
11 A LEGISLAÇÃO E A NACIONALIZAÇÃO	108
12 A COMPLEXIDADE DO PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO	142
13 INTENSIFICAÇÃO DO USO DA LÍNGUA VERNÁCULA NAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO	159
14 A PARTICIPAÇÃO DOS INSPETORES NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	167
15 PROFESSORES E INSPETORES – REGÊNCIA E INSPEÇÃO – GERANDO EXONERAÇÃO	183
16 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
ANEXO N.º 1 - LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO EM 1911	218
ANEXO N.º 2 – 1917 - LEI N.º1187, DE 5 DE OUTUBRO.....	219
ANEXO N.º3 - PORTARIA.....	222
ANEXO N.º4 - 1917 - PORTARIA DO SECRETARIO GERAL	224
ANEXO N.º5 – 1917 - PORTARIA DO SECRETARIO GERAL	225
ANEXO N.º 6 – 1931 - DECRETO N.º 58.....	227
ANEXO N.º 7 – 1931 - DECRETO N.º 85.....	230
ANEXO N.º 8 - 1931 - DECRETO N.º 94	231
ANEXO N.º 9 - 1933 - DECRETO N.º432.....	232
ANEXO N.º 10 - DECRETO N.º 447.....	233
ANEXO N.º 11 – 1934 - DECRETO-LEI N.º35.....	235
ANEXO N.º 12 - 1938 - DECRETO-LEI N.º 76	236

ANEXO N.º 13 - 1938 - DECRETO-LEI N.º 88	237
ANEXO N.º 14 - 1938 - DECRETO -LEI N.º 124	243
ANEXO N.º 15 - 1938 - DECRETO N.º 142.....	245
ANEXO N.º 16 – 1934 - CÓPIA DO RELATÓRIO	246
ANEXO N.º 17 - 1934 - TERMO DE VISITA: 1934 JOÃO S. AREÃO.....	257
ANEXO N.º 18 – QUADRO DE INTERDIÇÃO DE ESCOLAS PARTICULARES E AFASTAMENTOS DE PROFESSORES	259
ANEXO N.º 19 - 1939 - REPRESENTAÇÃO N.º 13 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1939	261
ANEXO N.º 20 – 1936 - SEMANA EDUCATIVA DE BLUMENAU – 13 a 18 DE JULHO 1936	263
ANEXO N.º 21 - ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	266
ANEXO N.º 22 - RESOLUÇÕES DETERMINANDO A EXONERAÇÃO DE PROFESSORES	267

LISTA DE GRÁFICOS

QUADRO Nº 1 - DISCIPLINAS DOS 3 ANOS DO CURSO NORMAL.....	80
QUADRO Nº 2 - DISCIPLINAS DOS 3 ANOS DO CURSO NORMAL (1926)	94
QUADRO Nº 3 - MATRÍCULA E FREQUÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS 1926..	95
QUADRO Nº4 - MOVIMENTO DAS MATRÍCULAS DAS ESCOLAS SUBVENCIONADAS (1926)	97
QUADRO Nº 5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PERCENTUAL DESTINADO À EDUCAÇÃO POPULAR DE SANTA CATARINA	119
QUADRO Nº 6 - CIRCUNSCRIÇÃO, INSPETORES E UNIDADES ESCOLARES.....	120
QUADRO Nº 7 - UNIDADES ESCOLARES, MATRÍCULA E FREQUÊNCIA (1935).....	144
QUADRO Nº 8 - DEMONSTRATIVO DAS MATRÍCULAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E PARTICULARES, COM PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA DE 1930 A 1937 EM SC	145
QUADRO Nº 9 - ESCOLAS ISOLADAS NA ÁREA DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ – 1937	146
QUADRO Nº 10 ESCOLAS ISOLADAS NA ÁREA DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ – 1938	147
QUADRO Nº 11 - ESCOLAS ISOLADAS NA ÁREA DE NACIONALIZAÇÃO 1939	148
QUADRO Nº12 - ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS CRIADAS EM 1938.....	150
QUADRO Nº13 - 90 PEDIDOS DE REGITRO DE ESCOLAS POR MUNICÍPIOS – 1939.....	152
QUADRO Nº14 - ESCOLAS FECHADAS POR NÃO SATISFAZEREM OS DISPOSITIVOS LEGAIS POR MUNICÍPIO – 1939.....	154
QUADRO Nº 15 - SUL DO ESTADO ZONA ITALIANA - NÚMERO DE ALUNOS DO 1º ANO PRIMÁRIO QUE FALAVAM OU COMPREENDIAM A LÍNGUA ESTRANGEIRA – 1938.....	160
QUADRO Nº 16 – NORTE DO ESTADO ZONA ALEMÃ - NÚMERO DE ALUNOS DO 1º ANO PRIMÁRIO SEM FALAR A LÍNGUA VERNÁCULA – ANO 1938.....	160
QUADRO Nº 17 - NÚCLEOS DAS LIGAS PRÓ-LÍNGUA NACIONAL.....	164
QUADRONº 18 - DISCIPLINAS DO 1º e 2º ANO DO CURSO NORMAL – 1939	170

RESUMO

Este trabalho é fruto da preocupação com a preservação da memória histórica e da atuação dos inspetores junto aos professores nas décadas de 1930 e 1940, em Santa Catarina. Esse período foi marcado por grandes transformações, pois desprezava a democracia visto que se associava a desordens, greves e agitações sociais e voltava-se para os regimes fortes, que se empenhavam na constituição do Estado/Nação. Além disso, era um momento histórico e decisivo, marcado pela indefinição do jogo hegemônico mundial entre a Alemanha e os Estados Unidos. Já o Brasil, em sua posição subalterna, mas geograficamente estratégica, tira partido assegurando ganhos políticos, que consolidarão o desenvolvimento nacional. Na época o regime autoritário de Getúlio Vargas e a intelectualidade cooptada repensaram a questão dos núcleos estrangeiros; desenvolveram um projeto específico de nacionalização que atuava de forma coercitiva visando à assimilação cultural dos imigrantes a partir dos estabelecimentos de ensino primário. O projeto de nacionalização tinha como pilares “conteúdos nacionais”, como a imposição do uso da língua e os aspectos mais modernos relacionados com o ufanismo verde-e-amarelo, a propagação da história mitificada dos “grandes vultos” (heróis nacionais), a disseminação dos hinos patrióticos, o culto às autoridades, enfim, a cultura e as tradições nacionais seriam assimiladas via escola. Pregava ainda a padronização do ensino para todos os cursos, com um sistema federal e estadual de fiscalização que garantisse a desejada homogeneidade. Com esse entendimento procuramos dar visibilidade ao projeto de nacionalização de Vargas, em que a educação era considerada instrumento de inculcação dos princípios do Estado Novo e arma de luta ideológica. O foco recai especialmente sobre a intervenção de Nereu Ramos, compromissado com essa homogeneização nacional. Neste contexto buscamos compreender o papel dos inspetores como coadjuvantes na formação dos professores, mas valorizando principalmente os aspectos de sua atuação fiscalizadora sobre os docentes nos bastidores da repressão nacional como elementos constitutivos da história da educação catarinense, Estado que contava com várias colônias de imigrantes (alemães, italianos, polacos) no período de instituição e afirmação da nacionalidade. A legislação federal e estadual imposta pelo Estado forte se constituiu em um mecanismo utilizado pelos inspetores, pela Delegacia da Ordem Política e Social – órgão de polícia política –, e pelo Exército brasileiro para atingirem a homogeneização e a integração do imigrante. Situação essa que propiciou momentos de tensão, intriga e denúncia, provocando a exclusão e até a prisão de docentes.

Palavras-chave: História da Educação; Política de Nacionalização; Inspetores e Professores Catarinenses.

ABSTRACT

This work comes from the concern to preserve the historical memory, the performance of the inspectors together to teachers in the decades of 30 and 40 of nine hundred's, in Santa Catarina. This period was marked by big transformations. It turned itself to strong regimes, which were strived to build a National State, and disdained the democracy associated with disorders, strikes and social movements. Moreover, it was a historical and decisive moment, marked by an undefined world hegemonic game between Germany and the United States of America. Brazil, however, in its subaltern position, but geographically strategic, use it how an advantage to assure national progress. In this time, the Getúlio Vargas' authoritarian regime and the associated intellectuality rethought foreign cores matter. They developed am specific nationalization project that acted coercively aiming the cultural assimilation by the immigrants from elementary schools.

The nationalization project pillar was "national contents" like language use imposition and more modern aspects related to green-yellow patriotic exaltation; the "big figures" (national heroes) mythic history propagation; the nationals anthems dissemination; the veneration for the authorities; at last the culture and national tradition would be assimilated through the schools. It yet propagated the teaching standardization to all courses, with a state and federal fiscalization system, which would guarantee the desired homogeneousness. With this understanding, we tried to give visibility to the Vargas nationalization project, in which education was considered an instrument of the New State principles propagation and ideological weapon.

The focus specially relapses into the management of the intenventor Nereu Ramos, who was compromised with this national homogeneousness. In this context, we tried to understand the inspectors' role like coadjutants in teachers' formation, but manly valorizing their monitoring actuation aspects, over the teachers, behind the national repression, like elements which constitutes the education history of Santa Catarina, state which counted with many immigrant colonies (Germans, Italians, Poles) at the period of institution and affirmation of the nationality.

The federal and state legislation, imposed by the Strong State, constituted itself in a mechanism used by the inspectors, Political and Social Order Delegacy – political police organ – and by Brazilian Army to reach the immigrant homogenization and integration. That situation propitiated moments of tensions, intrigues and denunciations, provoking the teachers' exclusion and even theirs detention.

Keywords: Education History – Nationalization Policy; Inspectors and Teachers from Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um período histórico – das décadas de 1930 e 1940 –, decisivo na vida do País, que é marcado por profundas mudanças no quadro econômico, político e educacional, em meio à forte instabilidade institucional.

O regime autoritário se fez presente, e nele o Estado brasileiro repensou a questão dos núcleos estrangeiros, que apareciam anteriormente com um significado menor aos olhos das autoridades do Estado Novo.

Em palestra aos alunos da Faculdade de Direito do Paraná, o então Secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina, Ivo D’Aquino¹, manifestou-se sobre o assunto dizendo que, antes de 1937, os legisladores se esqueceram de que entregavam gerações inteiras de crianças brasileiras para serem educadas por professores desprovidos de sentimentos de brasilidade. Sua inquietação aumentava pelo fato de muitos desses professores serem enviados por governos estrangeiros para “formar mentalidades amoldadas a ideologia conveniente as suas tradições e nocivas a unidade política do Brasil”.

A crítica ao modelo liberal anterior deixava transparecer o cunho autoritário e centralizador do novo regime, isto porque o Estado/Nação desenvolveu um projeto específico de nacionalização que atuava de forma coercitiva visando à assimilação cultural dos imigrantes a partir dos estabelecimentos de ensino primário.

O projeto de nacionalização tinha como pilares “conteúdos nacionais”, como a imposição do uso da língua, e aspectos mais modernos, relacionados com o ufanismo verde-e-amarelo, a propagação da história mitificada dos “grandes vultos” (heróis nacionais), a disseminação dos hinos patrióticos, o culto às autoridades; enfim, a cultura e as tradições nacionais seriam assimiladas via escola. O projeto pregava ainda a padronização do ensino para todos os cursos, com um sistema federal de fiscalização que garantisse a desejada homogeneidade.

O fio condutor desta pesquisa buscou compreender o papel dos inspetores como coadjuvante na formação dos professores, e principalmente os aspectos de sua atuação

¹ D’Aquino, Ivo. Secretário do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina, no período de 1937 a 1945, na Interventoria Federal, Nereu Ramos. Palestra pronunciada em 7 de novembro de 1942 na Faculdade de Direito do Paraná a convite do Centro Acadêmico de Estudos Americanos, da cidade de Curitiba. *Nacionalização do Ensino. Aspectos políticos*. IOESC, 1942. p. 17.

fiscalizadora, nos bastidores da repressão nacional, como elementos constitutivos da história da educação catarinense, Estado que contava com várias colônias de imigrantes (alemães, italianos, polacos) num período de instituição e afirmação do Estado/Nação.

Abordamos também as discussões presentes nas escolas de formação de professores quanto à nacionalização, priorizando o Instituto de Educação de Florianópolis, através do rastreamento das revistas “Estudos Educacionais” publicadas pelo Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis e da “Revista de Educação”, financiada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Procuramos também dimensionar a complexidade da atuação do docente brasileiro, estrangeiro ou simpatizante no período de recrudescimento da nacionalização, como a barreira da língua, o fator medo, a repressão e a coerção acirrada, que acabava em exonerações e até prisões.

Abordamos a legislação imposta pelo Estado forte, que se constituiu em mecanismo utilizado pelos inspetores, pela Delegacia da Ordem Política e Social – órgão de polícia política –, e pelo Exército brasileiro (5ª Região Militar com sede em Curitiba) para atingirem a homogeneização e a integração do imigrante. O último foi inserido no projeto de nacionalização por considerar a educação como “questão de segurança nacional”.

Na educação o trabalho desenvolvido pelos inspetores escolares teve um destaque especial no que se refere à nacionalização do ensino, pois, segundo Areão², “seu trabalho visava corrigir distorções; orientar; fiscalizar e estimular o espírito de amor a terra brasileira”.

Com relação aos professores, durante a inspeção Areão focava, sobretudo, três aspectos: a nacionalização – no que se refere à capacidade do professor com o domínio da língua vernácula, o conhecimento dos hinos pátrios, dos “heróis” da nossa história, a atenção com o culto às autoridades. Observava ainda a parte pedagógica e a escrituração.

A figura do inspetor escolar destacava-se nas comunidades e mais especificamente junto aos docentes catarinenses pelo respeito que impunha à palavra “fiscalizar”. Este trabalho foi efetuado pelos inspetores escolares que exerciam suas funções dentro de uma circunscrição na qual funcionavam escolas estaduais, municipais e particulares, e mais especificamente, pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União João dos

² AREÃO, João dos Santos. Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União em entrevista concedida a Jaercy Monteiro em julho de 1977. In: *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: EDUFSC, 1984.

Santos Areão, e pelo inspetor (estadual) das escolas particulares e nacionalização do ensino Luiz Sanches Bezerra da Trindade.

No período estudado, a educação era apontada como solução para influenciar e conduzir o povo, considerado uma espécie de matéria bruta a ser elaborada pelos saberes da elite, geradora da intelectualidade. Os componentes ideológicos que expressavam os interesses dos diversos segmentos da intelectualidade eram discutidos cada vez mais na vida política. Havia uma luta ideológica pelo controle do aparelho escolar³, tendo, porém, como área de consenso a construção da nacionalidade.

Este trabalho procura dar visibilidade a aspectos do projeto de nacionalização de Vargas, no qual a educação era considerada instrumento de inculcação dos princípios do Estado Novo e arma de luta ideológica. E, nesse sentido, buscamos enquadrar o Governo (interventoria) Nereu Ramos, compromissado com essa homogeneização nacional, e analisar sua influência na vida dos inspetores e professores sujeitos e agentes envolvidos com esse processo.

Buscamos para essas discussões apoio teórico em Hannah Arendt, em especial na sua obra “As origens do totalitarismo – totalitarismo o paroxismo do poder”, quando se fala do poder político envolvendo um sistema teórico doutrinário, composto de aspirações, crenças, valores e doutrinas propriamente ditos. Em “Dicionário de Política”, Bobbio, Matteucci e Pasquino discutem a constituição da Nação, o nacionalismo e a cultura política; e na obra “Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea”, Bobbio traz à tona a realidade política e cultural do período estudado.

Referenciamos Michel de Foucault e sua obra “A Ordem do Discurso” ao percorrer os diversos procedimentos que cerceavam e controlavam os discursos da sociedade autoritária. E também citamos outros autores que, em menor proporção, mas não menos importantes, ajudaram-nos a entender o sistema de poder imposto pelo “Pai da Nação – Getúlio Vargas”.

³ CARVALHO, Marta Maria Chagas. O território do Consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar.(Org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Universidade São Francisco: EDUSF, 1999. p. 29.

Buscamos em Foucault⁴ o significado de discurso para entendermos os vários aspectos nele evidentes, pois:

... em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório...

As fontes principais da pesquisa foram os discursos por entendermos que o discurso produz estratégias e práticas, exerce uma forma de controle quando tenta impor uma autoridade sobre os outros. Por isso ele funciona como uma forma de exclusão, é a voz do mais forte calando a do mais fraco. Resumindo, o discurso não é neutro, mas carregado de subjetividade; ele é determinado pelos interesses do grupo que o forja ao expressar o vínculo entre o jogo do poder e do desejo.

Portanto, este trabalho é fruto da preocupação com a preservação da memória histórica, das atividades dos inspetores junto aos professores catarinenses nas décadas de 30 e 40, na qual os discursos oficiais imbricavam vidas às redes de intrigas por denúncias caluniosas, revanchismos ou coisas que o valham.

Quanto ao discurso na educação, Foucault⁵ considerava que "Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo". Disso Getúlio e seus ministros bem entendiam. Pois, o ensino foi utilizado como uma das maneiras de se modernizar o País ao formar o novo homem com consciência nacional, exigência do Estado centralizador.

Portanto, consideramos instrumentos fundamentais para entender as práticas discursivas e o poder por elas emanadas: Leis, Decretos, Decretos-Lei, Resoluções e Portarias do período abordado, além dos Relatórios dos Inspetores Estaduais das várias circunscrições, os Relatórios do Inspetor das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, Luiz Sanches Bezzerra da Trindade, e especialmente os relatórios e o "Termo de Visita" do Inspetor das Escolas Subvencionadas pela União, João dos Santos Areão, ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, documentações encontradas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2/12/1970. São Paulo: Loyola. 2000.

⁵ Citado em Foucault, op.cit., p. 44.

No Arquivo Público também encontramos os relatórios apresentados pelo Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, ao Presidente da República Getúlio Vargas, as Revistas “Estudos Educacionais”, do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, a “Revista de Educação”, financiada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e os artigos publicados pelos jornais do Rio de Janeiro manifestando a “atenção e os cuidados especiais” que o Interventor dedicava ao “problema da nacionalização”.

Na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina encontramos um depoimento “vivo” do Secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina, Ivo D’Aquino, em seu livro “Nacionalização do Ensino. Aspectos Políticos”, editado em 1942 pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC), além de jornais referentes ao período.

Os discursos de Getúlio Vargas e Nereu Ramos foram utilizados à medida que passa a ser de instância fundamental o que se “descobre por debaixo deles”, ou seja, as representações que haviam por trás desses discursos.

Lüdke e Marli⁶ nos dizem que:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte natural de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Mas, não buscamos somente explicações provadas por documentos antigos, fomos também ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina no qual encontramos as entrevistas feitas com os descendentes de estrangeiros, que vivenciaram aqueles momentos das décadas de 1930 e 1940.

Consideramos relevante adicioná-las aos nossos estudos porque as memórias de uma certa comunidade também fazem parte da história social do País. Segundo Meihy⁷, “Como patrimônio de domínio público, o saber das experiências humanas (...) ganha um sentido diferenciador (...) quando selecionadas por pessoas interessadas em oficializar uma certa noção de sociedade”.

⁶LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. p. 39.

⁷MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola., 1996. p. 9.

Optamos por combinar os dados obtidos nas entrevistas às demais fontes como forma de desvelar mensagens implícitas, dimensões contraditórias e situações silenciadas (LÜDKE; MARLI, 1986).

No segundo capítulo (contando com a introdução) tratamos superficialmente um pouco sobre o processo universal de renovação da sociedade, a crise do mundo moderno, ou seja, as crenças ideológicas que proliferavam no início do século XX e que contribuiriam para a “construção do homem novo”. As necessidades do novo sistema mostravam quais eram as prioridades, a dinâmica, os rumos e os impasses da política brasileira diante da difusão dessas novas crenças ideológicas, que modificariam o papel do Estado e da sociedade. Era um momento histórico e decisivo marcado pela indefinição do jogo hegemônico mundial entre a Alemanha e os Estados Unidos, do qual o Brasil, em sua posição subalterna, mas geograficamente estratégica, tira partido, assegurando ganhos políticos que consolidariam o desenvolvimento nacional.

No terceiro capítulo tratamos das ações repressivas da polícia especial política de Vargas e Nereu contra os “comunistas” e os “estrangeiros nocivos”, por serem considerados como difusores de “ideologias exóticas”. Constituía-se a perseguição indiscriminada aos inimigos objetivos da Nação.

Dando continuidade ao quarto capítulo analisamos a imprensa como um dos veículos de divulgação da nacionalização. É importante lembrar que a imprensa opera com os fatos cotidianos, “seleciona-os, ordena-os, sistematiza-os e os devolve à população” conforme a maneira particular de Getúlio Vargas e seu governo forte pensarem a sociedade e nela interferirem.

No quinto capítulo discutimos mais especificamente nação e nacionalismo, mostrando que o “Brasil democrático” do Chefe Supremo da Nação seria um Estado nacional unitário, com uma industrialização estatizada para que se projetasse o fortalecimento econômico do País, que obedecia a um único senhor, Vargas.

No sexto capítulo repassamos a intelectualidade cabocla, que, vinda das mais diversas formações e correntes de pensamentos modernistas, iriam ocupar cargos relevantes na burocracia do Estado. Os intelectuais tinham como meta modernizar a educação, incentivar a pesquisa, preservar as raízes culturais brasileiras e intercambiar tais conhecimentos com os demais Estados da Nação.

No sétimo capítulo abordamos o incipiente sistema escolar catarinense como sendo um sério problema para os estrangeiros habitantes das colônias catarinenses, que,

abandonados pelas autoridades, construíam suas escolas calcadas em tradições e em costumes da longínqua pátria.

No oitavo capítulo abordamos a reforma da instrução pública, em especial a formação dos professores e a nacionalização, em Santa Catarina, no Governo Vidal Ramos.

No nono capítulo estudamos os reflexos da 1ª Guerra Mundial e a preocupação federal com a subvenção das escolas primárias para populações de origem estrangeira e suas conseqüências em Santa Catarina.

O décimo capítulo trata a cultura política estrangeira e cabocla, referenciando as instituições de ensino particulares nas áreas coloniais que difundiam uma cultura completamente estranha ao sentimento nacional, desejado pelo Governo Federal e Estadual.

No décimo primeiro capítulo abordamos a formalização em Santa Catarina do que determinava a ideologia política da nacionalização através das leis.

No décimo segundo capítulo revemos a complexidade do projeto de nacionalização. Dentro desse contexto as escolas particulares representavam um risco à formação da nacionalidade por dificultarem a assimilação do estrangeiro.

O décimo terceiro capítulo refere-se à intensificação do uso da língua vernácula a partir da escola.

No décimo quarto capítulo tratamos da participação dos inspetores na formação dos professores e como fonte de novos conhecimentos quanto à política nacional de educação na formação continuada dos docentes.

No décimo quinto capítulo analisamos a força do poder da inspeção sobre a regência, tendo em vista a difusão e a socialização “democrática da nacionalização” proposta pelo Estado. As denúncias formalizadas pelos inspetores contra os professores eram acatadas pelas autoridades militares e civis, e muitas vezes tratadas como transgressões à segurança nacional.

O capítulo décimo sexto está reservado às considerações finais.

Com essa compreensão, iniciamos contextualizando as necessidades do novo sistema de poder.

2 AS NECESSIDADES DO NOVO SISTEMA DE PODER

A crise do mundo moderno instalou-se no Brasil em 1922 através de três manifestações díspares, mas relacionadas entre si pelo mesmo fenômeno político: a revolução do pensamento, que foi a Semana da Arte Moderna⁸; a revolução social, com a fundação do Partido Comunista; e a Revolução Militar em 5 de julho⁹. Esses fatores espelhados em acontecimentos externos foram os geradores das tendências reformistas que surgiram no País¹⁰.

A esquerda se mobiliza pelo mundo afirmando que a guerra que acabara era uma guerra de patrões, que empunhavam as armas só para defender seus interesses. Para a maioria do povo brasileiro dos anos 20, não politizado, marginalizado do processo político-eleitoral, amordaçado pelo estado de sítio e pela censura da política militarista, esses acontecimentos desencadeiam uma onda de esperança. Era o momento da política regeneradora, que se destaca pelo indicativo da “valorização do homem”.

O Brasil da década de 1930 exibia uma tranqüilidade exterior enquanto fervilhava nas entranhas. Através de uma análise historiográfica comparada aos países da Europa¹¹

⁸ A Semana da Arte Moderna de 1922 se caracterizou pela busca de um projeto cultural autônomo, de uma identidade nacional. Esse tema animava poetas, pintores, romancistas, arquitetos e educadores. (D´ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 35).

⁹ Em 5 de julho de 1922, para a sucessão presidencial de Epiácio Pessoa foi indicado Artur Bernardes, nome não aceito pelo Exército, o que aguçou as contradições entre este e as oligarquias dominantes. Em março de 1922, apesar da oposição, Artur Bernardes foi eleito Presidente da República. Sua posse estava marcada para novembro. Por discordâncias políticas, Epiácio Pessoa, ainda no poder, ordenou a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar no dia 2 de julho. Na madrugada de 5 de julho de 1922, a crise culminou com uma série de levantes. No Rio de Janeiro o movimento foi comandado pelos “tenentes”. Na Capital Federal o principal levante foi o do Forte Copacabana, que ficou conhecido como “Os 18 do Forte”, embora haja controvérsia quanto ao número de participantes. Em 15 de novembro de 1922 Artur Bernardes assume sob Estado de Sítio decretado por ocasião do levante. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Era Vargas - Linha do tempo 1922. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28 jun. 2004.).

¹⁰ A cultura européia era um referencial de vida para os intelectuais brasileiros. As transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano eram trazidas de lá. Ir à Europa ao menos uma vez por ano era quase obrigação entre as elites, pois garantia seu vínculo com a atualidade do mundo. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Belle Époque. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 26 jan. 2004.).

¹¹ Na época, uma onda de transformações varria a Europa, instalando governos autoritários e reforçando a versão de que a democracia liberal estava definitivamente liquidada. Mussolini chegou ao poder na Itália em 1922 e aí implantou o fascismo; Salazar se tornou primeiro-ministro de Portugal em 1929 e inaugurou uma longa ditadura; Hitler se fez chanceler na Alemanha em 1933 e tornou-se o chefe supremo do nazismo. A guerra civil espanhola, que se estendeu de 1936 a 1939, banhou de sangue a Espanha antes que Franco

poderemos dizer que o Brasil de Vargas¹², espelhando-se nos novos ordenamentos políticos baseados em diferentes crenças ideológicas (liberalismo, comunismo, fascismo, nazismo), apresentava uma política carregada de tensão, ansiedade e expectativa, características de uma época de transição.

Francisco Campos¹³ nos explica o que significava essa época de transição:

O que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais do nosso espírito, aquelas em que fomos educados e de cujo ângulo tomamos a nossa perspectiva sobre o mundo e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante.¹⁴

Se de um lado tínhamos a sociedade liberal em crise e, do outro lado, a expansão do comunismo, totalitarismo de esquerda, então a negação ou o caminho oposto a essas filosofias seria a adoção da doutrina totalitária de direita. Fazia-se necessário que o Estado e a sociedade adotassem uma postura diferente quanto à formação do “homem novo” como produto desse ordenamento político, econômico e social.

começasse a governar o país com mão-de-ferro. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Estado Novo e Fascismo. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 26 jan. 2004.).

¹² Getúlio Dorneles Vargas nasceu em São Borja (RS) em 1882. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), elegeu-se deputado estadual, deputado federal entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luis (1926-1927) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929 candidatou-se à Presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, através do qual assumiu em novembro deste mesmo ano o Governo Provisório (1930-34), que começou a ser definitivo. Em novembro de 1933 foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela promulgação da Nova Constituição e pela eleição (indireta) de Getúlio Vargas como presidente da República em julho de 1934. Durante o período em que governou constitucionalmente o País, cresceu a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento polarizado pelo então Partido Comunista do Brasil. Dessa forma, com a justificativa de abafar a "Ação Integralista" de um lado e a "Intentona Comunista" de outro, Vargas promove o Golpe de 1937 e implanta o Estado Novo, que durou até outubro de 1945, quando foi deposto. Getúlio Vargas volta ao poder mais uma vez quando, unido às forças militares, elegeu-se em 1950. E encerra sua liderança nacionalista ao se suicidar em agosto de 1954. (Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_getuliovargas.htm>. Acesso em: 11 out. 2003).

¹³ Francisco Campos em seu livro *O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. (1940, p. 5) fala sobre o período de transição em que as diretrizes da política internacional do mundo moderno apontavam para regimes autoritários, servindo de base para as ações da política brasileira. Adotá-los seria um “imperativo dos tempos modernos”. Observação: A Revolução de 1930 levou Vargas ao poder frente ao governo provisório, e ele faz de Campos seu Ministro da Educação e da Saúde, e no período autoritário o faz seu Ministro da Justiça (1937/1945). Vargas ficou no poder de 1930 a 1945, mudando somente a forma de governo (provisório de 30 a 34). Em 1933 Vargas viu-se obrigado a convocar a Constituinte, que, no ano seguinte, votou e promulgou a Constituição de 1934, elegendo o próprio Vargas Presidente Constitucional da República, com mandato de 4 anos. Em 10 de novembro de 1937, antes da nova eleição, Vargas fechou o congresso e impôs ao País o Estado Novo, antiliberal e autoritário. (THOMAZI, 1986, p. 33 e p. 35).

¹⁴ CAMPOS, p. 5.

Segundo D'Araujo¹⁵, a doutrina socialista marxista pregava a revolução proletária como solução geral para as sociedades capitalistas. Haveria um partido único da ditadura de uma classe, a trabalhadora, que lideraria, em primeira instância, um governo voltado para resolver as necessidades físicas e materiais do homem.

Já o “novo”, para as doutrinas de direita, seria conciliar esses sentimentos com um sistema de produção que sobrepujasse os interesses da nação aos das classes, dos indivíduos e dos grupos econômicos através da ação direta do Estado. As relações sociais vivenciadas não poderiam continuar sendo de frieza e impessoalidade como aquelas que o mercado liberal impunha, mas relacionamentos mais harmônicos e humanos, sempre sob a proteção de um Estado nacional forte e centralizado.

Ainda sob a visão “do novo”, os partidos políticos deveriam ser substituídos por setores organizados, liderados pelo Estado fortalecido. Era o corporativismo imposto de cima para baixo. Corporativismo que corroborava com o fortalecimento do Estado, sem se deixar engendrar pelo socialismo, porque este debilitava a idéia de nacionalismo. Essa ideologia tende à permissividade quando concede a um grupo o direito de sentir-se qualitativamente superior a outro, justificando e legitimando, assim, atitudes preconceituosas e hegemônicas que geram o imperialismo, cerne do totalitarismo.

No liberalismo o princípio das liberdades individuais e da livre iniciativa continuou vigente, mas para a esquerda e a direita totalitária os ideais intervencionistas do Estado é que contavam.

O autoritarismo, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino¹⁶, é um dos conceitos, como “ditadura” e “totalitarismo”, que surgiram e foram usados em contraposição à “democracia”, os quais deixam visíveis, num caso ou no outro, parâmetros antidemocráticos.

¹⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editot, 2000.

¹⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Discionário de Política*. 3. ed. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1983. p. 95.

Segundo Fernando Luís Schüller (Mestre em Ciências Políticas e Doutor em Filosofia na UFRGS), Norberto Bobbio “foi a figura mais representativa do debate intelectual político europeu da segunda metade do século 20”. Nascido em Turim em 1909, Bobbio militou na resistência antifascista, durante a guerra, processo que marcou definitivamente sua formação intelectual. Integrou no pós-guerra os quadros do Partido da Ação, porém seu mundo de ação não era o da política. Ensinou, especialmente, na Universidade de Turim e acreditava ser possível combinar o rigor acadêmico com o debate público, situando-se num terreno por vezes estreito, que buscava unir o que considerava mais positivo nas tradições liberal e socialista. Bobbio foi sem dúvida o grande professor de política de seu tempo. Mesmo ligado afetivamente à esquerda, ele nunca renunciou à idéia da liberdade como valor principal da política. Como professor aposentou-se em 1979. Em 1984 foi nomeado pelo Presidente Sandro Pertini senador vitalício da República Italiana. Bobbio faleceu em sua cidade natal em 09-01-2004. (DIÁRIO CATARINENSE, 24 jan. 2004. p. 16).

O pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, considerada como bem supremo. Sem um ordenamento rigidamente hierárquico, a sociedade vai fatalmente ao encontro do caos e da degradação.

O problema da ordem não se restringe ao pensamento autoritário, pois, no sentido comum, ele é geral a qualquer sistema político. Mas, o que caracteriza a ideologia autoritária, além da visão de desigualdade entre os homens, é que a ordem ocupa todos os espaços dos valores políticos, e o ordenamento hierárquico que surge daí consome toda a técnica da organização política.

Assim, o Estado forte seria socialmente coeso e unido nacionalmente, pois segundo D'Araujo¹⁷: “(...) o Estado tinha e deveria ter qualidades superiores às do indivíduo e às da sociedade”.

A liberdade individual e a livre iniciativa não seriam mais prioridades, os interesses privados seriam sobrepostos aos interesses nacionais. O governo e a comunidade estariam unidos através de um partido ou de um líder, Vargas, no Brasil, durante o Estado Novo¹⁸. Com isto o poder do Estado deveria se fortalecer, e em suas mãos o novo mundo seria mais harmônico e humano.

¹⁷ D'Araujo, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 8.

¹⁸ A expressão “Estado Novo” foi empregada pela primeira vez por Oliveira Salazar, no início da década de 1930, para justificar o regime autoritário português. Sua utilização no Brasil, assim como a incorporação à Carta de 1937 (A Polaca) de dispositivos das constituições de regimes totalitários da época, foi apontada como evidência da subordinação ideológica da ditadura Vargas ao fascismo europeu. A matriz ideológica poderia ser a mesma, em virtude de ambos os regimes se estabelecerem a partir de uma visão autoritária de governo e de organização da sociedade, porém diferentes foram as dinâmicas históricas que os envolveram e as práticas políticas adotadas na Europa e no Brasil. Tinham em comum a crítica à democracia parlamentar, à pluralidade de partidos e à representação autônoma de interesses, além da valorização de um “Estado Forte”, tutor da sociedade. O Estado Novo no Brasil diferia do fascismo por não possuir um partido único, pela ausência da mobilização política de massas e pela não uniformização da elite dirigente. (Disponível em: <cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5863_1.asp>. Acesso em: 27 jul. 2004). As origens do Estado Novo no Brasil podem ser buscadas também em países como a Turquia, Romênia e Polônia. Desta veio a inspiração da Carta de 1937. Da Turquia veio o exemplo da tomada de poder em 1922, que modernizou o país pela via autoritária, fonte de admiração para os jovens oficiais brasileiros, que passaram a ser conhecidos nos anos de 1920 a 1930 como “jovens turcos”, ou seja, radicais, modernizadores e autoritários. A maior influência doutrinária veio da Romênia através do clássico “O século do corporativismo”, escrito por Mihail Manoilescu, no qual o autor recomendava a recuperação do passado e especialmente do senso de comunidade. Para isso, seria necessária a articulação da atividade econômica com a sociabilidade e o espírito de comunidade para a nova maneira de ver o mundo, ou seja, mais harmônica e mais humana, mas sob a égide de um Estado Forte. (D'ARAUJO, 2000, p. 11). O Estado Novo no Brasil era antiliberal não apenas nas medidas de força como na censura à imprensa, nas prisões e torturas por delito de opinião, controlou os sindicatos que estavam surgindo desde a Constituição de 1934, restaurou a pena de morte no Brasil, enfim, a Constituição outorgada em 1937 reunia na pessoa de Vargas as faculdades do poder executivo e as atribuições do poder legislativo, e ainda lhe dava poderes suficientes para intervir no poder judiciário. (THOMAZI, 1986, p. 35).

Esses movimentos caracterizavam-se pela radicalização à sociedade capitalista. A proposta formulada por eles tinha como objetivo corrigir os problemas do capitalismo, ou seja, a desigualdade social, as crises, os conflitos de classe e de interesses, e também a insegurança econômica.

Como fazê-lo? Produzindo uma guerra psicológica através da poderosa máquina da propaganda, altamente utilizada por esses regimes na transformação das classes em massa. No Brasil, concentrando todos os poderes, Vargas pôde realizar, sem entraves, uma obra administrativa cuja divulgação ficava a cargo de um departamento especializado – o DIP¹⁹ –, criado para ajudá-lo a concretizar o “ideal da Nação forte, digna e feliz”²⁰. E nesse contexto o sistema educacional passa a ser berço das transformações culturais apregoadas nas propagandas.

Hitler na Alemanha, obcecado pela unanimidade da “verdade oficial”, possuía um poderosíssimo aparelho de propaganda que produzia filmes e documentários²¹, mundialmente famosos até hoje.

Segundo Hannah Arendt²²:

O totalitarismo não se esgota na mentira e na propaganda, pois a obsessão com a unanimidade em torno da verdade oficial exige o terror que, pelo emprego da coerção e pela atuação da polícia secreta, obtém a conformidade dos comportamentos.

A política autoritária e mais especificamente a totalitária usam e abusam da dinâmica de inculcação de suas verdades ou valores ideológicos²³, pelos setores

¹⁹ DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, porta-voz autorizado da ditadura, encarregado da censura, da organização de homenagens ao ditador, de manifestações cívicas e da radiodifusão oficial. (D'ARAUJO, p. 65).

²⁰ PRESIDENTE Vargas. O Estado Novo e suas realizações. Rio de Janeiro, 22 abril de 1938. Entrevista concedida pelo Presidente da República à imprensa carioca, em São Lourenço, encartada e distribuída pelo Brasil.

²¹ *O Triunfo da Vontade*. Documentário produzido pela cineasta favorita de Hitler, Leni Riefenstahl, morta em 08/09/2003, na cidade de Poecking, Sul da Alemanha, aos 101 anos. Este documentário sobre um comício de grandes proporções realizado pelo partido nazista em 1934, em Nurenberg, ganhou prêmios nos festivais de Veneza e Paris. Depois disso ela foi contratada para fazer o filme oficial dos Jogos Olímpicos de 1936 – *Olympia*. Ao longo de toda a vida a cineasta foi acusada de ter glorificado um regime responsável pela morte de milhões de pessoas. Justificava-se dizendo que não apoiara os nazistas e que fizera filmes com conteúdos artísticos e não políticos. Considerou que *O Triunfo da Vontade* refletia a verdade da época. Portanto, seria um documentário e não propaganda (DIÁRIO CATARINENSE, 2003, p. 5). Após a Segunda Guerra Mundial, ela não conseguiu mais emprego na indústria cinematográfica e passou a fotografar.

²² *As Origens do Totalitarismo*. I O anti-semitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1975. p. 5. Os outros dois volumes de *As Origens do Totalitarismo* são: II Imperialismo e III Totalitarismo. Ainda da autora sobre o assunto: *Eichman em Jerusalém; Entre o Passado e o Futuro; Crises da República*.

propagandísticos, para atomizar os indivíduos impedindo a organização social. Essa atitude ocasiona a destruição das classes. Do indivíduo atomizado socialmente é exigido lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável, controle efetuado por uma polícia secreta. Sem relacionamentos sociais, presumíveis e normais, pois o ambiente é invariavelmente de suspeita, o homem de massa é isolado e utiliza-se das delações como recurso para sobreviver.

Todos esses elementos ordenados corporificam-se num determinado tipo de comportamento, comum a todos, que dá margem ao aparecimento de inimigos comuns. Arendt chama esse fenômeno de “inimigo objetivo” – os judeus²⁴ para a Alemanha de Hitler; os comunistas para o Brasil de Vargas; o inimigo de classe (procedência socioeconômica de classe) na URSS de Stalin etc.

Ainda, segundo Arendt, “O inimigo objetivo é aquele grupo que, independentemente de sua conduta, pode, a critério da liderança totalitária, eventualmente discordar da verdade oficial e, por isso, deve ser discriminado, isolado, punido e eliminado” (op. cit., p. 5).

A escolha do(s) inimigo(s) objetivo(s) é um ato despótico e não está subordinada à conduta do escolhido. A marginalidade social ou a condenação lhe é imposta pela política totalitária, que, através da propaganda e dos controles dos meios de comunicação, consolidam a “verdade oficial dos fatos”, minando a essência dos homens.

²³ Tratando da Alemanha. MORGAN, Bárbara Spofford. *Swastika*. Os vínculos de raça e de sangue, o papel inspiracional da mulher, o papel heróico do homem, a obediência, o paternalismo, o sacrifício da pessoa a um ideal, a austera autodisciplina, todos esses velhos e irracionais conceitos são *leit-motivs* do programa. O nacionalismo germânico impôs sofrimento à Alemanha, e a necessidade de reagir contra esse sofrimento fez vencer o espírito separatista do povo. Pois cada lei, cada artigo, cada discurso, cada lição nas escolas repetiam incessantemente a unidade germânica, a integridade germânica, o espírito germânico. Através dos escritos nazistas perpassava-se enfaticamente a palavra “todo”, o todo orgânico, primeiro do Estado, depois da personalidade. Contraditoriamente, a mística da unidade e da integridade, do estado sem classes, abrangia só todo alemão de raça pura; desapareciam as velhas distinções de classe e em seu lugar surgiam duas espécies de classes: a dos afiliados ao Partido Nazista, os PG – Parteigenossen; e os outros, que sofriam delações e eram perseguidos, demitidos sumariamente, presos, torturados, mortos etc. Esta situação que distinguia duas espécies de alemães escancarou as portas para a corrupção, pois era impossível desenvolver responsabilidade social se apenas uma fração da população se arrogava o direito de saber em que consistia a responsabilidade social. Reportagem concedida ao *The Atlantic Monthly*, Boston / USA, Fevereiro de 1935, publicada na revista *Inteligência – Mensário da Opinião Mundial*, São Paulo: *Revista dos Tribunais*, ano I, n.º 4, abril de 1935.

²⁴ O filme *Conspiração*, dirigido por Frank Pierson, revela com riqueza de detalhes quando, como e onde os nazistas decidiram exterminar os judeus (inimigos objetivos) durante a Segunda Guerra Mundial. Enquanto se deliciam com um banquete, 15 homens de confiança de Hitler, sob o comando do General da SS Reinhard Heydrich, discutem a melhor forma de pôr em prática a solução final para a questão judaica. O encontro que selou o destino de mais de 6 milhões de pessoas ocorreu em 1942. Muitos diálogos foram reproduzidos na íntegra com base em documentos encontrados anos depois da guerra. (Produção GB/EUA – 2001).

O inimigo objetivo é o último degrau para se chegar ao “consenso”. Aqui, de uma maneira ou de outra, a atuação da polícia secreta (especial/política) corrobora com a adesão das massas ao regime que já é total ou ao menos quase. Abrem-se, então, prerrogativas para o uso do terror como instrumento para governar as massas totalmente obedientes, expediente necessário para a manutenção da ordem ideológica.

3 A POLÍCIA ESPECIAL / POLÍTICA DE VARGAS E RAMOS

Desde os tempos do governo provisório²⁵, Getúlio Vargas já havia constituído a sua Polícia Política, cuja finalidade foi combater as manifestações perturbadoras da ordem.

A Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) foi criada em janeiro de 1933, pelo Decreto n.º 22.332, com o objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes, considerados capazes de “comprometer a ordem e a segurança pública”. Era independente da polícia administrativa e judiciária, e ficava diretamente subordinada ao chefe de polícia do Distrito Federal. Foi criada por João Alberto Lins de Barros²⁶, pessoa de confiança do ditador, que por um tempo comandou a polícia secreta com a rigidez exigida e condizente com o regime.

A DESPS possuía uma tropa de elite, a Polícia Especial, que tinha como atribuições examinar publicações nacionais e estrangeiras e manter dossiês de todas as organizações políticas e indivíduos considerados suspeitos. Ela serviu, também, de modelo para a criação de delegacias estaduais, tendo em vista que à Chefia de Polícia do Distrito Federal

²⁵ Governo Provisório. Constituído e empossado no Governo Provisório em novembro de 1930, Vargas procurou imediatamente dotar-se dos instrumentos de poder necessários tanto para a satisfação quanto para o controle dos interesses das diversas correntes que se haviam aliado para fazer a Revolução de 1930. Por Decreto com data de 11 de novembro de 1930, o Governo Provisório se atribuiu a competência para exercer o Poder Executivo e, simultaneamente, a autoridade legislativa, e se capacitou também para nomear interventores federais que iriam exercer poderes similares em todas as Unidades da Federação. Ficavam abolidos, assim, todos os órgãos legislativos do País, do Congresso Nacional às Câmaras Municipais, até que se realizasse a reclamada reforma eleitoral e fosse eleita uma Assembléia Constituinte para dar novo ordenamento jurídico ao País. (Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_hm/5863_1.asp>. Acesso em: 27 jul. 2004).

²⁶ João Alberto Lins de Barros nasceu em Recife. Participou do primeiro levante tenentista ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, foi preso e libertado cinco meses depois. Após continuou suas atividades conspirativas, participou da guerrilha com Prestes contra o Governo de Arthur Bernardes. Na Coluna desempenhou papel de relevo, chegando a ser comandante de um dos quatro destacamentos em que se dividia o Exército rebelde. Exilou-se na Bolívia e na Argentina, voltando ao Brasil, viveu por um tempo na clandestinidade até manter contato com os políticos da Aliança Liberal, coligação que reunia os grupos de dirigentes dos Estados do RS, MG e Paraíba em torno da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à Presidência. Instalado o novo regime, foi nomeado por Vargas Delegado Militar da Revolução e posteriormente Interventor Federal no Estado de São Paulo, medida que abriu grave crise entre o novo governo e os grupos dirigentes daquele Estado. Sua gestão à frente do governo paulista foi marcada por medidas polêmicas como a autorização para o funcionamento do Partido Comunista e a ameaça de confisco das fábricas que não acatassem as medidas sociais decretadas. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Biografias João Alberto. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11 out. 2003).

cabia determinar as diretrizes básicas do controle social a ser exercido pelas polícias dos Estados, mesmo sendo estas subordinadas aos governos locais.²⁷

Para essa centralização foi decisiva a atuação da figura polêmica de Filinto Muller²⁸, pessoa de confiança de Vargas, que dirigiu os destinos da polícia de elite de 1933 a 1942.

O rápido crescimento da Aliança Nacional Libertadora²⁹ justificou a promulgação, em 4 de abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional, que definia crimes contra a ordem política social. Logo em seguida, a revolta comunista de novembro serviu para provocar o aumento de ações repressivas contra aqueles que possuísssem vínculos reais ou presumidos com o Partido Comunista Brasileiro e com o comunismo internacional. Então, em dezembro de 1935, uma emenda constitucional abriu a possibilidade de se equiparar a “comoção intestina grave” com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais ao estado de guerra³⁰.

Desta maneira, o estado de guerra foi decretado no Brasil, e a polícia começa a agir abertamente, há buscas domiciliares por militares, caça a todos os elementos suspeitos,

²⁷ (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Polícia Política. Anos de Incerteza. (1930 - 1937) Radicalização Política. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11 out. 2003).

²⁸ MULLER, Filinto von Strubling. Militar e político brasileiro (Cuiabá/Mato Grosso). Oficial do exército e bacharel em Direito. Seu pai foi prefeito de Cuiabá várias vezes durante a República Velha, e seus dois irmãos, Felon e Júlio Muller, foram Interventores Federais no Estado durante o primeiro Governo de Vargas. Forçado por motivos políticos pela revolta tenentista a sair do País, exilou-se então na Argentina. Retornando ao Brasil, ficou preso por cerca de dois anos e meio. Sua participação no movimento político-militar, que levou Getúlio ao poder, foi discreta, mas mesmo assim, após a instalação do novo regime, foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, General Leite de Castro. Em seguida, foi secretário do Interventor Federal de São Paulo, João Alberto. Em 1932, colaborou no combate à Revolução Constitucionalista promovida pelos paulistas. Em abril do ano seguinte, alcançou o posto de Chefe de Polícia do Distrito Federal, permanecendo nesse cargo por uma década. Logo após a instauração do Estado Novo fez uma visita oficial à Alemanha e lá se encontrou com Heinrich Himmler, chefe da polícia política nazista, a Gestapo. Dirigiu o aparelho repressivo com energia destacando-se no combate ao comunismo, às agitações de rua e ao integralismo, organização política de inspiração fascista. Por diversas vezes foi acusado de promover prisões arbitrárias e utilizar-se da tortura no trato aos prisioneiros. O caso Olga Benário, por exemplo, ganhou repercussão internacional. O inimigo objetivo estava duplamente contemplado, pois Olga era judia e militante do partido comunista. Apesar de grávida, a mulher de Luis Carlos Prestes foi por ordem de Filinto Muller deportada para um campo de concentração na Alemanha, onde foi executada em 1942. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Biografia – Filinto Muller. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 29 jan. 2004).

²⁹ Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada em março de 1935. A ANL era uma frente de esquerda comandada pelo Partido Comunista Brasileiro. Tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, ex-militar e pessoa de confiança do Partido Comunista soviético no Brasil. (D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 15).

³⁰ Estado de guerra. Situação em que uma nação, com ou sem declaração de guerra, inicia hostilidades contra outra, suspendendo todas as garantias constitucionais consideradas direta ou indiretamente prejudiciais à segurança nacional. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Estado de guerra. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 29 jan. 2004).

além de uma maré de prisões de civis que cobriu todo o Brasil. Essa situação abrangeu todo o ano de 1936 até o mês junho de 1937 e significou o prelúdio do Estado Novo.

Para se ter uma idéia do nível de radicalização a que o País chegou no pré-golpe basta dizer que, com a decretação do estado de guerra foi criada, segundo D´Araujo³¹, uma Comissão Executora do estado de guerra, tendo como membros o Ministro da Justiça, um general e um almirante com o objetivo de elaborar um plano de eliminação das oposições.

A denominada Intentona Comunista³² de 1935, a instauração do Estado Novo, o levante integralista de maio de 1938 e o próprio desenrolar da Segunda Guerra Mundial reforçaram a tendência à criminalização de toda e qualquer dissidência política em relação ao governo.

Passam a ser alvo das ações repressivas, além dos comunistas, os integralistas e os “estrangeiros nocivos”, considerados difusores de “ideologias exóticas”. Assim, crescem as perseguições indiscriminadas contra os setores de oposição, vinculados ou não aos levantes. Estava assim instaurado o terror como arma do Estado para governar as massas obedientes.

Nessa conjuntura Santa Catarina apresentava-se como área de risco, tendo em vista o grande número de “estrangeiros nocivos” que compunham sua população. Para muitos o “inimigo objetivo” catarinense era o alemão. Mas, desde 1917, providências foram tomadas a respeito, naquele período o Secretário-Geral do Estado, senhor Fúlvio Aducci,

³¹ D´ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 26 As medidas repressivas idealizadas pela Comissão incluíam a devassa sobre a vida passada e presente de todos os suspeitos de atividades comunistas e medidas preventivas, tais como colônias agrícolas de reeducação de comunistas não perigosos; campos de concentração de militares para reeducação de simpatizantes do comunismo; prisões especiais para receber chefes e líderes marxistas; campos de concentração em moldes escotistas para receber os filhos de comunistas; e comissões de ensino para combater o comunismo nas escolas. Das medidas de caráter permanente, foi proposto um arcabouço jurídico que permitia julgamentos sumários e a prisão de todos os comunistas.

³² Intentona Comunista: Em novembro de 1935 estourou em Natal (RN) um levante militar em nome da Aliança Nacional Libertadora (que tinha como pontos principais a suspensão do pagamento da dívida externa do País, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular – características de uma frente de esquerda), partido este que desde a leitura do manifesto de Prestes vinha propondo a derrubada do Governo e exigindo “todo o poder à ANL”. Em 5 de julho de 1935, havia sido fechado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Além de Natal, o levante armado de 1935, que tinha por fim depor o governo, foi deflagrado também em Recife e no Rio de Janeiro. O Governo Federal não teve dificuldade para dominar a situação, iniciando logo em seguida intensa repressão contra os mais variados grupos de oposição atuantes no País, vinculados ou não ao levante. A ANL, alvo principal dessa onda repressiva, foi inteiramente desarticulada. (Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_anl.htm>. Acesso em: 27 jul. 2004).

como medida de segurança e forma de controle, baixa a Portaria n.º 80³³, em novembro de 1917, criando o registro de “súditos alemães” residentes no Estado.

Cada imigrante alemão ficava obrigado a comparecer perante uma Delegacia de Polícia para preencher um cadastro cujas informações serviriam à confecção do “Salvo-Conduto”³⁴ (livre-trânsito). Este documento, abalizado pela Polícia, deveria ser portado pelo imigrante em toda e qualquer circunstância.

Além de outros artigos importantes, a Portaria n.º 80 finalizava vedando aos súditos alemães residir próximo às áreas de segurança, ou em qualquer outro ponto, sempre que as autoridades entendessem ser prejudicial aos interesses nacionais. Essa era uma maneira de controlar os novos imigrantes e principalmente de evitar o “perigo alemão”.

O pangermanismo³⁵, sufocado, mas não extirpado, pelo controle provocado pela I Guerra Mundial reaviva-se com a onda dos partidários de Hitler e, como executor do programa do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, cria no Estado vários núcleos hitleristas³⁶ para propagar os ideais expansionistas alemães.

A organização do partido nazista em Santa Catarina teve um apoio considerado expressivo. Tomando-se como base o Censo de 1940, dos 10.791 alemães natos³⁷, 10.000 assinaram a lista de adesão.

Segundo Lara Ribas³⁸, “A tática usada foi a do envolvimento de todas as antigas sociedades, por meio de pressão ou ameaças, tendo assim os nazistas, conseguido a posse

³³ Portaria n.º 80 de 13 de novembro de 1917, contida no livro de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁴ Salvo-Conduto. Deveria constar deste documento: nome, filiação, data e local de nascimento, profissão e ocupação, lugar da última residência, tempo de residência no município. Se a residência fosse alugada, deveria constituir com exatidão o nome e a residência do locador. Se o súdito trabalhava para outrem, também o nome e residência do patrão para quem trabalhava. Se fosse casado, nome, idade, nacionalidade da esposa e dos filhos menores de 21 anos. Baseados nesta Portaria, hotéis, hospedarias, casas de pensões e outros estabelecimentos não poderiam hospedar, por mais de 48 horas, um “súdito alemão” que não portasse o Salvo-Conduto, Livro de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias. 1917. APESC.

³⁵ Pangermanismo é o sistema de união de toda as populações de raça alemã num Estado único. Lei alemã de 22 de julho de 1913 que permitia que os alemães que se naturalizassem em outro País tivessem a sua nacionalidade de origem assegurada.

³⁶ Os primeiros grupos hitleristas surgiram em Santa Catarina a partir de 1929 antes mesmo de Hitler subir ao poder. Blumenau era o quartel general, outros grupos nazistas encontravam-se em: Joinville, Cruzeiro, Brusque, Trombudo Central, Itajaí, Indaial, Rio das Antas, Dona Emma, Jaraguá do Sul, Canoinhas, Hansa Humbolt, Perdizes, Izabel, Florianópolis, São Francisco, Porto União, Timbó, Salto Lauterbach, Nova Berlim, Rio Negrinho, Rio do Peixe, Neubremen, Hamônia, Rio do Sul, Altona, Boiteuxburgo e Concórdia. A partir de 1935, seu dirigente em Santa Catarina foi um ex-oficial do exército alemão que lutou na I Guerra Mundial, Otto Schinke. (LARA RIBAS, Antônio de. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, 1943. p. 24-25).

³⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, população e habitação (1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 77.

³⁸ Antônio de Lara. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: IOESC, 1943. p. 52.

de quase todas elas, que, influenciadas, lhe ofereciam campo aberto para uma completa liberdade de ação”.

Ainda conforme Lara Ribas, a “Liga Escolar de Santa Catarina” era sem dúvida perniciosa porque obedecia ao plano traçado pela Organização do Exterior, a “AO” do “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães” (NSDAP), cujas diretrizes deviam ser executadas através da “Liga Nazista de Professores” (NSLB), no que se referisse à missão instrutiva e educacional da juventude de sangue alemão. A própria Associação dos Professores Nacional Socialista, com sede no Rio de Janeiro, tinha sua matriz em Blumenau. “A Pátria Alemã no Brasil³⁹” que atuava nas escolas alemãs⁴⁰ não encontrava muitas dificuldades, pelo menos até a implantação do Estado Novo.

Essa “Liga Escolar de Santa Catarina” era composta, até 1937, de trezentas e sessenta e uma escolas, sendo as crianças educadas de acordo com o programa nazista. Conclui-se, assim, que esse tipo de educação desvirtuava o espírito patriótico de milhares de crianças brasileiras (LARA RIBAS, 1943, p. 53).

A Associação de Professores Alemães de Santa Catarina possuía dezoito núcleos professorais, dentre os quais vários deles eram chefiados por dirigentes dos núcleos do NSDAP (LARA RIBAS, 1943, p. 54).

Não podemos nos esquecer da Ação Integralista Brasileira⁴¹ (AIB), que tinha na pessoa de Plínio Salgado a consagrada posição de “Chefe Nacional”⁴². Foi ele, que inspirado no fascismo italiano, criou esse movimento.

O Manifesto de Outubro em que se encontram a fundamentação metafísica e as conjeturas mais concretas sobre o Estado e a sociedade ideal já havia sido lançado pelo Movimento Integralista desde 1932.

A partir de 1934 os adeptos da AIB começam a organizar em todo o Brasil núcleos que são as células básicas do movimento.

³⁹ Segundo Lara Ribas, título de que se serviu a escritora Maria Kahle, enviada especial, para batizar o seu livro escrito a soldo da Liga do Racismo Alemão no exterior para homenagear Blumenau. Nesta obra, a autora referenda a nova Alemanha, o milagre do renascimento de um povo que, unido pelo seu “Fuehrer”, ergueu-se com orgulho e honra. Fala do ressurgimento dos sentimentos do povo e da raça que reconhecem todos os alemães do mundo como irmãos. (LARA RIBAS, 1943, p. 21 e p. 37).

⁴⁰ LARA RIBAS, Antônio de. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: IOESC, 1943.

⁴¹ Ação Integralista Brasileira. Seus militantes vestiam uniformes, nos quais se destacavam a camisa verde, a gravata preta e a braçadeira com o sigma grego. As saudações eram feitas com o braço erguido seguido da exclamação “Anauê”. Também a ideologia e a organização das milícias, da juventude, as organizações femininas, as canções e os passos de marcha, o controle totalitário sobre a vida do cidadão e o departamento de propaganda lembravam de perto os movimentos fascistas europeus.

⁴² Lembrar que a figura do Chefe Nacional está no lugar do Führer (Alemanha) ou do Duce (Itália).

Da mesma maneira que o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão, o integralismo combatia a democracia liberal, insurgia-se contra o capitalismo e considerava o comunismo seu maior inimigo. Por esta razão, invariavelmente, os integralistas foram apontados como nazi-fascistas.

Segundo Piazza⁴³, a falta de perspectiva e a insatisfação com o não-cumprimento das promessas transformistas da Revolução de 1930 determinaram a simpatia por parte de proeminentes brasileiros ao movimento. Como exemplo, podemos citar, entre outros, a adesão efetiva de Hélder Câmara⁴⁴, o apoio moral de Alceu Amoroso Lima⁴⁵, Gustavo Barroso⁴⁶ e em Santa Catarina o nome de Othon Gama D’Eça⁴⁷.

Os primeiros núcleos integralistas de Santa Catarina foram organizados em Joinville, Blumenau e Itajaí. Mais tarde, em abril de 1934, foi fundado o núcleo de Florianópolis por Othon Gama D’Eça, Antônio Bottini e Carlos Seara. Para divulgar o movimento foi criado o jornal “Flama Verde” (PIAZZA, 1985).

⁴³ PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense* (Org.). Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 16-18.

⁴⁴ CÂMARA, Dom Helder. Nascido em Fortaleza, Ceará, no dia 7/02/1909. Foi ordenado sacerdote em 1931. Neste ano fundou a Legião Cearense do Trabalho; em 1933 funda a Sindicalização Operária Feminina Católica, chamando a atenção de Plínio Salgado, fundador da AIB. Exerce, assim, o cargo de Secretário de Estudos da AIB, no Ceará. Empenhou-se na organização do Movimento Juventude Operária Católica, assumindo paralelamente as funções de Assistente Eclesiástico da Liga dos Professores Católicos. Graças a seu empenho como educador, em 1935 foi convidado a ocupar as funções de Diretor da Instrução Pública do Estado do Ceará, cargo que exerceu por 5 anos, contribuindo de maneira decisiva para a reforma do método de ensino e o melhor desenvolvimento da educação pública cearense. No Rio de Janeiro morou por 28 anos onde dirigiu e colaborou, entre 1942 e 1952, com as revistas “Ação Católica” e “Assistente Eclesiástico”; além da revista “Catequética” e “Revista Eclesiástica Brasileira”. Morre no dia 27 de agosto de 1999, foi um sacerdote político que lutou e foi perseguido. Autor da frase “... quando dou pão aos pobres, chamam-me de santo, quando pergunto pelas causas da pobreza, me chamam de comunista”. (Disponível em: <www.focca.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2004). (Faculdade Olindense de Ciências Contábeis e Administrativas Dom Hélder Câmara. Ontem, Hoje e Amanhã).

⁴⁵ LIMA, Alceu Amoroso. Intelectual, crítico literário, reitor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Secretário-Geral da LEC, membro da Academia Brasileira de Letras em 1935. No livro *Indicações Políticas*, o autor fala que: “Com sua compreensão, os católicos devem perceber aquilo que o integralismo tem de justo e necessário, uma vez que o integralismo e o catolicismo têm inimigos comuns – o comunismo – e amigos comuns – Deus, Pátria e Família”. (OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord.). *Elite e Debate Político nos anos 30* - uma bibliografia comentada da revolução de 30. FGV/INL-MEC, 1980).

⁴⁶ BARROSO, Gustavo. Intelectual da década de 30. Presidente da Academia Brasileira de Letras, Diretor do Museu Histórico Nacional. Autor de *O que o Integralismo deve saber, Brasil: Colônia de Banqueiros, História secreta do Brasil, O Integralismo em marcha*. Considerava que ao Brasil só “Resta a linha reta, do Integralismo, organizando os Estados fortes de arquitetura corporativista”. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Era Vargas. Biografias. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 22 jun. 2004).

⁴⁷ GAMA D’EÇA, Othon. Advogado catarinense membro do Partido Republicano Catarinense do qual fazia parte o Inspetor, Professor Orestes Guimarães. (PIAZZA, Walter. *O poder Legislativo Catarinense*. p. 407).

A partir de 1935 a força integralista manifesta-se mais claramente, vários núcleos⁴⁸ são criados, e jornais⁴⁹ são lançados para sua divulgação. A força do integralismo catarinense repercutiu nacionalmente e chamou a atenção da cúpula do partido, que decidiu realizar na cidade de Blumenau um grande congresso integralista regional com representantes de sete “Províncias”. Os resultados foram comprovados nas eleições municipais de 1º de março de 1936, quando a AIB elegeu oito (8) prefeitos e setenta e dois (72) vereadores (PIAZZA, 1985).

Ainda segundo Piazza, o resultado desse sucesso nas eleições leva o governador Nereu Ramos, através de sua Polícia Política e Social, a promover uma sistemática perseguição aos integralistas, nos anos de 1936 e 1937, em vários municípios, ocasionando algumas mortes.

Em reportagem concedida ao Jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, o professor Câmara⁵⁰ disse que considerava o Integralismo o carcinoma de maior expansão e de maior virulência na história política de Santa Catarina:

A infiltração nazista em minha terra se deve unicamente aos “salvadores” verdes. Em suas exortações ao eleitorado das regiões coloniais evocavam à ascendência alienígena de cada colono, falando no respectivo idioma. Em alemão e em italiano, impunham ao imigrante e sua descendência a adoção da camisa verde, sob pena de traição a pátria de origem. Instituíram o culto a Plínio Salgado, concomitantemente a Hitler e a Mussolini.

Segundo Piazza⁵¹, a afirmação de Câmara é muito polêmica, pois existiram no Estado as duas faces da moeda. Nazistas ajudaram a formar os núcleos integralistas como prova o Jornal “Blumenauer Zeitung”, que fazia campanha pelo nazismo e pelo

⁴⁸ Até março de 1936 o contingente eleitoral dos Integralistas alcançava os municípios de (por ordem alfabética): Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Criciúma, Camboriú, Campo Alegre, Caçador, Chapecó, Concórdia, Canoinhas, Cruzeiro, Curitibanos, Campos Novos, Florianópolis, Hamônia, Imarui, Itajaí, Itaiópolis, Jaguaruna, Jaraguá, Joinville, Laguna, Lages, Mafra, Orleans, Palhoça, Parati, Porto União, Rio do Sul, Rodeio, São Francisco, São Bento, São Joaquim, São José, Tijucas, Timbó, Tubarão e Urussanga. (LARA RIBAS, 1943, p. 129).

⁴⁹ Novos jornais são lançados como: *Alvorada* em Blumenau; *O Pliniano*, *Anauê* em Joinville; *O Jaraguá* em Jaraguá do Sul; e outros. Jornais já existentes também aderem à causa integralista como o *Blumenauer Zeitung* e o *Jornal de Joinville* com seu suplemento bissemanal alemão *Joivillenser Zeitung*. (PIAZZA, 1985, p. 19).

⁵⁰ CÂMARA, Lourival. Professor, delegado de Santa Catarina na Exposição do Estado Nacional – exposição comemorativa ao decurso do 5º aniversário da instituição do Estado Novo. Reportagem concedida ao Jornal *A Noite*. Rio de Janeiro, 18 nov. 1942. (A Extinção do Nazifascismo em Santa Catarina. Diário Oficial de Santa Catarina, n.º 2.392. 2 dez. 1942).

⁵¹ PIAZZA, Walter. (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Ed. da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 19.

integralismo. Mas também existem fatos que contrariam essa hipótese, políticos tradicionais dessa região, como, por exemplo, Marcos Konder, eram opositores do integralismo. O Jornal “germanista” “Der Urwaldsbote” de Blumenau combateu o integralismo de forma sistemática.

O momento era delicado e não se apresentava propício para se entender o tecido social das colônias, e em especial a germânica, que por muito tempo ficaram abandonadas pelas autoridades locais, que naquele momento estavam voltadas com todas as forças para elas.

A Carta de 1937 (“A Polaca”, como foi chamada) que instituiu o Estado Novo restabeleceu no País o Estado Unitário, trazendo no seu bojo o governo forte com um projeto de nacionalização, no qual a escola era considerada fator decisivo na obtenção dessa unidade.

A repressão em Santa Catarina não foi causada unicamente pelo projeto de nacionalização implantado no Estado. Os fatos históricos nos mostram que a polarização política já existente entre os Ramos (por parte da sociedade tradicional de Lages) e os Konder (que representavam a nova sociedade formada por imigrantes, em especial pelos alemães do Vale do Itajaí⁵²), que eram inimigos políticos⁵³, foi o condicionante para o agravamento da repressão.

As dificuldades expostas tornavam Santa Catarina uma contradição frente ao processo unitário do Governo Federal. Segundo D’Aquino⁵⁴, esse era um problema considerado nacional, tendo em vista sua profundidade social, sua complexidade política e o interesse que o ligava à unidade e à defesa do Brasil.

Em Santa Catarina dificilmente uma pessoa sem conhecimento prévio da língua alemã poderia manter-se informada nas zonas coloniais dessa descendência visto que até os jornais circulavam nessa língua.

Por isso, falando sobre a prosperidade dos municípios povoados quase que exclusivamente pelos imigrantes e preocupado com a falta de escolas brasileiras nesses

⁵² No Vale do Itajaí bastava fazer uma simples incursão ao cotidiano do colonizador que, além da visibilidade do poder econômico e social, qualquer visitante poderia constatar farto material cultural germânico, como expressões em canto, montagens teatrais, textos literários, poesias como *Dês Siedlers Lied (O canto do Colono)*, *Die Wanderer (Os imigrantes)* de Ernest Niemeyer, filho do primeiro administrador da Colônia D^a Francisca (Joinville). (STEIL, Marcelo. *Desvendar o Tempo*. Blumenau: HB, 2002).

⁵³ GERTZ, René E. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma Época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. (Org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994. p. 25.

⁵⁴ D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis: IOESC, 1942.

locais, o Interventor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão⁵⁵, no relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública, solicita verbas para abrir escolas:

Não devemos deixar que cada vez mais se multipliquem os arraiais, bairros e povoados por elementos alienígenas, sem que tenhamos os meios para dar-lhes uma escola necessária a formação do espírito nacional, que é primordial para a nossa Pátria ainda em vias de formação⁵⁶.

Assim, para que houvesse uma melhor assimilação da cultura brasileira por parte dos imigrantes em geral, fazia-se necessário mais verba para desenvolver um trabalho intensivo de nacionalização nas áreas de colonização italiana e em especial nas áreas alemãs⁵⁷.

Medidas deveriam ser tomadas, pois a situação no Estado tornara-se insustentável aos olhos da Nação. “Dependia então de controle político efetivo para a reestruturação das causas cívicas e a justa redenção nacional” (AREÃO).

As providências então tomadas foram enérgicas e provocaram grandes celeumas, pois o Estado passa a regular as ações dos cidadãos.

De acordo com Lara Ribas (1943), nenhum “meeting” de caráter político poderia ser realizado sem o prévio requerimento (escrito), dirigido à Chefatura de Polícia, que

⁵⁵ AREÃO, João dos Santos. Professor paulista convidado por Orestes Guimarães a vir exercer sua profissão docente em Santa Catarina logo após concluir seu Curso Normal. Chegou a Santa Catarina em 1912 e desempenhou várias funções no ensino, antes de assumir o cargo de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União. O Decreto Federal n.º 13.014 de 4 de maio de 1918 possibilitou à União subvencionar escolas primárias para populações de origem estrangeira. A região atingida pela influência direta dessas escolas passou a ser chamada de “zona de nacionalização”. Essas escolas eram fiscalizadas pelo Governo Federal mediante atuação, em âmbito estadual, do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas. Esse cargo foi ocupado primeiramente por Orestes Guimarães até o seu falecimento em 1931 e após por João dos Santos Areão. (FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. p. 107).

⁵⁶ Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas de Santa Catarina ao Ministério de Educação e Saúde Pública. 1º Trimestre de 1937. p. 12. APESC.

⁵⁷ Os núcleos adensados de população ainda não assimilados inteiramente podiam dividir-se em: *De origem alemã e De origem italiana*. *De origem alemã* nos municípios do Vale do Rio Itajaí: Hamônia, Blumenau, Brusque, Indaial, Rio do Sul e Timbó. Nos municípios do Norte do Estado: Jaraguá, Joinville, São Bento, Porto União (este com um pequeno núcleo). Nos municípios da Zona Central: Bom Retiro (com uma colônia relativamente pequena). Nos municípios do Oeste: Cruzeiro (com uma colônia tiroleza), Concórdia, Campos Novos (com uma pequena colônia no distrito de Rio do Peixe), Chapecó (com várias e densas colônias à margem do Rio Uruguai). No município de Tubarão (com pequeno núcleo). *De origem italiana*: Nos municípios do Vale do Rio Itajaí: Rio do Sul, Timbó, Rodeio e Indaial. Nos municípios do Sul: Urussanga e Criciúma. Nos municípios do litoral: Nova Trento. Nos municípios do Oeste: Concórdia, Campos Novos (com colônias à margem da linha da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande), Cruzeiro (com colônia à margem do Rio do Peixe e no interior), Chapecó (com colônia na linha limítrofe de Cruzeiro). De origem polonesa e ucraniana, no município de Itaiópolis. (D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos políticos. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942. p. 29-30).

apreciaria o pedido e decidiria de acordo com as necessidades de garantia da ordem e segurança pública.

Em discurso⁵⁸ pronunciado em Blumenau, em 28 de maio de 1938, o Interventor Federal Nereu Ramos⁵⁹ fala ao povo catarinense da cidade que “é uma oficina de trabalho e de atividade realizadora”, que aquela era a hora da reconstrução nacional. Observa que o Estado tem problemas de feições diversas dos de outras Unidades da Federação e que seria necessário enfrentá-los e resolvê-los porque:

(...) aqui se acumularam erros cuja responsabilidade no momento não importa precisar ou definir, impõe-se-nos a obrigação de não esquecer que ela (a reconstrução) deve ser evangelho do Estado Novo, esta lição dum dos mais insígnies mestres da democracia brasileira⁶⁰.

Expunha ainda o interventor que na obra de brasilidade estavam unidos os governos e as instituições, as autoridades civis⁶¹ e os militares num só pensamento, e que essa obra não tinha por objetivo hostilizar qualquer povo ou raça, porque aos estrangeiros, valiosos elementos de colaboração de nosso progresso, eram assegurados os direitos que o Brasil lhes conferia. Mas, que:

(...) é dever nosso impedir que os que aqui nasceram e aqui vivem, ao invés da língua e das tradições do Brasil, se apeguem e se aferrem às de outros povos ou de outras nações. (...) nem abrimos mão do direito, que nos é fundamental como

⁵⁸ Discurso proferido pelo Interventor Nereu Ramos, na cidade de Blumenau, durante um “grande banquete”, com o título “Nacionalização do Ensino”. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis. 28/05/1938.

⁵⁹ Nereu Ramos foi eleito governador do Estado em 1º de maio de 1935. A eleição era indireta, os deputados eram eleitos e destes um seria eleito governador. Eram candidatos o Interventor Federal Aristiliano Ramos e seu primo Nereu. As forças estavam equilibradas e a disputa se acirrou, com acusações de traição e suborno, além de denúncias de ameaças de violências. Com isso, os deputados favoráveis a Nereu Ramos se refugiam no quartel do 14º BC, e a eleição acontece sob a proteção federal. Na sessão só comparecem os partidários de Nereu Ramos, que é então eleito e logo empossado. (BASTOS JÚNIOR, Edmundo José de. *Cel. Lara Ribas, o Homem, a Carreira, o Símbolo*. Florianópolis: PMSC, 1990). Mais tarde, em 1937 Nereu Ramos foi nomeado Interventor Federal pelo Presidente Getúlio Vargas. Exerceu esta função até 29 de outubro de 1945, quando então foi deposto. Ver também: PIAZZA, Walter (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

A medida política que mais notabilizou sua administração foi a nacionalização do ensino. Essa atitude provocou profundos conflitos com as populações de origem estrangeira, principalmente alemãs e italianas, simpatizantes na época do nazismo, integralismo e fascismo. As escolas que ensinavam língua estrangeira foram fechadas, mas acabaram não sendo substituídas, provocando a redução da escolaridade em Santa Catarina após a Guerra. (Disponível em: <www.sc.gov.br/santacatarina/historia/governadores>. Acesso em: 4 fev. 2004).

⁶⁰ RAMOS, Nereu. *Nacionalização do Ensino*. Discurso pronunciado em Blumenau, no grande banquete de sábado, 28 de maio de 1938. p. 5. Florianópolis, IOESC.

⁶¹ Das autoridades civis, destacamos os Inspectores Escolares, que terão neste processo importante desempenho tanto pedagógico como político.

nação soberana, de orientar e dirigir a formação moral e cívica dos que nasceram no Brasil e brasileiros são.⁶²

Dessa forma o interventor conclamava o povo catarinense para que, com fé e entusiasmo, ajudasse o Brasil na suprema obra da realização nacional, hora do renascimento proporcionado pela Constituição de 10 de novembro de 1937. “Pedia” ainda que em nenhuma região por negligência ou descaso do governo, ou por resistência de elementos alienígenas, predominasse uma língua que não fosse a vernácula, nem tampouco glórias que não as dos nossos próprios fatos memoráveis.

A educação, base de sustentação do projeto de nacionalização, do qual discutiremos no desenrolar do trabalho, passa a ser motivo de sérios constrangimentos aos imigrantes e seus descendentes no momento em que suas escolas étnicas passam a ser arroladas em processos, muitas vezes inconsistentes. A questão era também política, verdade ou mentira já não importava mais, perdeu-se a capacidade de discernimento. As delações aconteciam para que depois se buscasse a consistência do apontado.

Segundo Arendt⁶³,

A falsidade deliberada e a mentira descarada são usadas como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada. A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos.

O poder autoritário não necessita de justificativas para adotar determinado tipo de ação política. Em Santa Catarina esse poder está representado por Nereu Ramos, que designa o Capitão da Polícia Militar Lara Ribas, Delegado da Ordem Política e Social, para executar as medidas restritivas fixadas pelos Governos Federal e Estadual em relação aos comunistas, imigrantes, enfim contra todo aquele que se constituísse num “perigo eminente para a Nação”. As determinações foram rigorosamente cumpridas pela Delegacia Especial de Polícia. Segundo Bastos Júnior⁶⁴, “Medidas essas, extremamente rigorosas, algumas das quais soam hoje, fora do contexto, como descabidas ou exageradas”.

As medidas de controle tiveram longo alcance, incluíam desde proibição de mudança de residência sem prévia comunicação à autoridade policial até a exigência de

⁶² RAMOS, Nereu. *Nacionalização do Ensino*. Discurso pronunciado em Blumenau, no grande banquete de sábado, 28 de maio de 1938. p.7-8. Florianópolis, IOESC.

⁶³ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva S.A., 1973. p.14-15.

⁶⁴ BASTOS JÚNIOR, Edmundo José de. *Coronel Lara Ribas, PMSC*. O Homem, a carreira, o símbolo. Florianópolis: PMSC, 1990.

salvo-conduto para qualquer viagem. O controle foi extensivo, principalmente, as propagandas estrangeiras efetuadas em escolas, cinemas, jornais, rádios etc.

A atenção dispensada à questão do rádio referia-se ao programa ouvido pelo “grupo de escuta”⁶⁵ das irradiações da Emissora Alemã de Ondas Curtas de Berlim, cujos noticiários deveriam ser amplamente difundidos (LARA RIBAS, 1943).

Por essa razão a apreensão de rádios e outros materiais, bem como de livros didáticos, painéis, mapas entre outros eram constantes para a polícia especial e para os inspetores escolares. Prova disso encontramos no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina⁶⁶, em que pessoas solicitavam devolução de rádio de sua propriedade à Delegacia de Ordem Política e Social e tinham seus requerimentos indeferidos.

Nas escolas o controle que era efetuado pelos inspetores passa a ser acentuado pelo controle social da comunidade, gerando, nestas épocas de crises, abusos como delações e acusações muitas vezes inconseqüentes. Período em que a Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, órgão da polícia política, criada no início de 1938, foi deveras solicitada.

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino⁶⁷,

Por Controle social se entende o conjunto de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.

Assim, essa necessidade de controle apresentava uma justificativa de que num estado de guerra, ou de um perigo eminente, era inevitável que muitos fossem alvos de medidas restritivas, inclusive de prisão, por mera suspeita, depois não confirmada.

Ainda, ao conceituar Controle Social, Bobbio, Matteucci e Pasquino explicam que existe a área dos controles internos e externos:

⁶⁵ O Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) teve sempre o cuidado para que em cada região houvesse sempre um “grupo de escuta” para ouvir a emissora de Berlim, especializada na propaganda mentirosa do nazismo, mística ideológica a serviço do plano pangermanista. (LARA RIBAS, 1943, p. 42).

⁶⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, n.º .2541, p. 1, 15 jul. 1943.

⁶⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1983. p. 283.

A área dos controles externos se faz referência àqueles mecanismos (sanções, punições, ações reativas) que se acionam contra indivíduos quando estes não se uniformizam com as normas dominantes. Neste nível nos encontramos perante uma gama de sanções, extremamente variada e de peso punitivo diferente, entre as quais mencionamos, além do caso extremo de morte, os da privação de determinadas recompensas e direitos, as formas de interdição e de isolamento, as de reprovação social, de admoestação de intriga e de sátira.

Bobbio, Matteucci e Pasquino⁶⁸ nos explicam que fazem parte dos controles internos os meios com os quais a sociedade procura conceber os indivíduos – especialmente durante a socialização primária – com as normas, os valores e as metas sociais consideradas fundamentais para a própria ordem social. Dizem eles que os controles internos dependem de uma socialização bem-sucedida, e que, se ela for realizada de uma forma adequada, então o indivíduo que pratica certas transgressões contra as regras estabelecidas na sociedade será condenado pela própria consciência, que nada mais é do que a interiorização dos controles sociais constituídos.

Em todo esse processo a imprensa teve um papel preponderante, quer seja pelo espaço dedicado ao estrangeirismo – e, portanto, controlada, cerceada e até mesmo completamente calada pelo governo –, quer seja como divulgadora da questão da nacionalidade, momento de êxtase governamental.

O Brasil do Estado Novo, no período da II Guerra (1939-1945), situava-se ideologicamente mais próximo do fascismo e do nazismo do que dos aliados. Enquanto lhe convinha, Vargas procurou manter a “neutralidade⁶⁹”, apesar de sua inclinação para os partidários do Eixo.

A respeito da neutralidade, disse ele:

Os conflitos internacionais, restritos e localizados desde 1918, assumem hoje proporções de suma gravidade, envolvendo os grandes povos criadores da civilização ocidental. De nossa parte, como americanos e como brasileiros, só temos a lamentar. (...) A consciência popular brasileira ditou-nos, imperativamente, o caminho a seguir. Decretamos a lei de neutralidade (...) (NPB, VII, 20 out. 1939, p. 24-25).

A polícia política e suas atitudes repressivas tomam rumos diferentes quando Vargas acena com uma aproximação aos Aliados na II Guerra Mundial. A situação

⁶⁸ Idem. p. 284.

⁶⁹ NEUTRALIDADE. O termo “Neutralidade” serve para designar a condição em que, na comunidade internacional, encontram-se os Estados que permanecem alheios a um conflito bélico entre dois ou mais

vigente, ou seja, a manutenção do regime autoritário era incompatível com as premissas aliadas, que defendiam a democracia; o Brasil havia emprestado seu apoio a essa causa internacional por isso o terror, como arma de controle, perdeu força.

Mas, como entender que esse processo de medidas, extremamente rigorosas adotadas pelos Governos Federal e Estadual, foi tão fortemente assimilado por toda a estrutura hierárquica, que passou a seguir à risca atitudes que hoje parecem exageradas ou mesmo equivocadas?

Em virtude da impossibilidade de examinarmos esse processo em sua profundidade, tentaremos apenas detectar sua essência através do pensamento de Bobbio⁷⁰:

O erro depende não de uma falsa generalização, mas da ausência, também ela condenável, de distanciamento histórico, característica de quem está excessivamente colado aos acontecimentos para formular, a respeito deles, avaliações que estejam além do consumo imediato.

Portanto, a situação de vivenciar os problemas naquele momento histórico tornava os indivíduos impossibilitados de formular uma avaliação qualitativa dos acontecimentos.

A ideologia do Estado Novo recuperou práticas políticas autoritárias que já faziam parte das tradições brasileiras, mas também incorporou outras mais modernas, como as que faziam da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social.

O nazi-fascismo de Vargas também se utilizou habilmente da propaganda, através da imprensa, para dar ênfase à nacionalização; conduzida não mais através de um processo lento e gradual de assimilação, mas intensificado, orientado e fiscalizado.

Estados. BOBBIO, Norberto; Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1983. p. 822.

⁷⁰ BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 10.

4 A IMPRENSA – DIVULGANDO A NACIONALIZAÇÃO

Desde o período de sua permanência no Congresso Federal, o Deputado Getúlio Dorneles Vargas era um homem fascinado pela comunicação. À época a imprensa escrita e a falada eram os veículos de comunicação mais adotados.

Certa ocasião, quando conheceu o jornalista Assis Chateaubriand, Vargas ficou impressionado com o seu projeto, que pretendia montar ou comprar jornais em São Paulo e Minas Gerais e iniciar junto com o do Rio de Janeiro uma “cadeia nacional de comunicação”. Vargas entusiasmou-se com a palavra “nacional” e desabafou com o jornalista (que será seu amigo, admirador e com o passar do tempo seu inimigo):

Mais do que qualquer outra coisa, este país precisa de instituições que lhe dêem unidade. Cada estado brasileiro é uma ilha voltada de costas para as outras, como se fossem países diferentes. A cadeia de jornais (...) pode ser um embrião da unidade nacional por que eu tanto luto⁷¹.

Essas palavras proferidas ao jornalista Chateaubriand já sintetizavam a visão do político sobre a força da imprensa e, conseqüentemente, da propaganda por ela divulgada. Assim sendo, logo que assumiu o Governo Provisório, Getúlio Vargas demonstrou uma real preocupação com a sua utilização.

Sabendo-se que a imprensa opera com os fatos cotidianos – seleciona-os, ordena-os, sistematiza-os e os devolve à população, conforme sua maneira particular de pensar a sociedade e de interferir nela –, então sua eficácia está contida em sua pretensa objetividade e neutralidade. Os sujeitos vivem trajetórias variadas, motivados por crises sociais e políticas, e a imprensa interfere no rumo dos acontecimentos, sugere e condiciona atitudes, além de ser formadora de opinião.

Desta maneira, por considerá-la (a imprensa) um meio de ação eficaz para a divulgação de seus atos, Vargas, desde logo, coloca-a ao alcance de suas mãos manejando-a de acordo com os seus interesses. Foi atribuído à imprensa o caráter de utilidade pública,

⁷¹ Entrevista de Vargas ao jornalista Assis Chateaubriand em seu primeiro encontro, marcado pelo então Deputado Federal e redator-chefe do jornal *O País* Lindolfo Collor. In: *Chato, o Rei do Brasil*. p. 145.

o que obrigava a todos os jornais a publicarem comunicados do governo; o não-cumprimento dessa exigência levava à prisão o diretor do jornal⁷².

A relação que Getúlio Vargas manteve com a imprensa foi conflituosa durante praticamente todo o período de 1930 a 1945. A esmagadora maioria da imprensa⁷³ nesse período, principalmente da Capital da República, era contrária a Vargas. Isso explica os evidentes cuidados do ditador e do Ministério da Educação com esses veículos, para garantir sempre que possível a homogeneidade cultural.

No início do Governo Provisório, Vargas agradece o apoio decidido e corajoso que os jornalistas deram à “Revolução” e depois, no Estado Novo, pratica severa censura a eles (legislação sobre os “delitos” de imprensa): fecha jornal, confisca emissora de rádio etc.

A Carta Constitucional de 1937 atribuiu à imprensa a qualidade de serviço de utilidade pública, além de traçar os limites para sua atuação através de uma série de restrições. Várias atividades passaram a ser incorporadas pelo DIP, inclusive a de atuar em todos os campos relacionados com o que se denominou “educação nacional”.

Em Santa Catarina, já no ano de 1934, o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas Prof. João dos Santos Areão, em seu relatório ao Ministro da Educação e Saúde Pública, alertava sobre a concessão dada aos jornais de Joinville (“Colônia Zeitung” e “Joinviller-Zeitung”), de Blumenau (“Der Unwadsbote” e “Blumenauer-Zeitung”) e de São Bento (“Volks-Zeitung”), além de outros, todos editados em suas línguas, o que representava para a nacionalização *um grande tropeço*.

O Inspetor Areão fez esse alerta porque, dos grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o que mais preocupava aos governantes e seus auxiliares era mesmo o alemão, conforme pode ser observado por Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 92):

(...) núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade (...) eram acusados de impedirem a nacionalização pela constância que mantinham suas características étnicas. (...) participavam ativamente da vida brasileira com seu trabalho e com obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinham acesos os laços que os prendiam à nação de origem, provocavam nas autoridades nacionais: um misto de admiração e medo.

⁷² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). Educação, Cultura e Propaganda. Imprensa. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 21 set. 2003.

⁷³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). Educação, Cultura e Propaganda. Imprensa. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 21 set. 2003.

Em se tratando da economia, os estrangeiros, em especial os alemães, representavam, ao menos no Estado de Santa Catarina, uma considerável força produtiva, porém, não deixavam de cultivar sua saudade à Alemanha. Por isso, a divulgação de matérias em língua estrangeira era assunto amplamente debatido, seja defendendo-a por respeito ao outro, seja acusando-a por medo ao desconhecido. O fato é que esses jornais em língua estrangeira funcionaram com liberdade até 1938.

O Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, professor Areão⁷⁴, considerava o assunto abusivo, alegava que já bastava aceitar os livros, as revistas e os outros jornais que vinham diretamente da Alemanha, e que se devia limitar essa benevolência, obrigando a tradução de um artigo escrito em língua estrangeira.

Alertava ainda, o Inspetor, no mesmo relatório que: “O cultivo da língua não é o ponto de vista principal de tais publicações e, sim, também a defesa e propaganda dos seus princípios políticos”.

A imprensa estava se tornando tecnicamente moderna, e o jornalismo praticado na época poderia até ser descompromissado com a ética, como no caso das colônias onde “a cortesia manda não se imiscuírem em assuntos administrativos porque são estrangeiros”, mas seus efeitos já se faziam sentir.

Sendo o Brasil um país de proporções continentais e levando em conta que na época os meios de comunicação eram rudimentares, somente um órgão federal bem articulado poderia superar as dificuldades para a assimilação do novo ideal introduzido pela Aliança Liberal.

Para isso, em 1931, o governo cria o Departamento Oficial de Propaganda, que a partir de 1934 passa a ser chamado de Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural e após o Golpe de Estado de 1937 passa a ser chamado de Departamento de Imprensa e Propaganda – o DIP – como é mais conhecido.⁷⁵ O DIP atuou com força total em todos os Estados como forma de orientar, fiscalizar e coibir publicações desfavoráveis ao governo em geral.

Segundo Finardi,⁷⁶ a censura era sempre feita por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, que tinha agentes em todos os Estados, inclusive em Blumenau,

⁷⁴ AREÃO, João dos Santos. Inspetor das Escolas Subvencionadas pela União, em relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, em abril de 1934.

⁷⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. IN: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 37.

⁷⁶ FINARDI, José Escalabrino. Jornalista nascido em Ascurra em 04/01/1913, em entrevista ao professor Neto Osti (LHO –UFSC - REG:006 – 06/05/1976. p. 7).

através da polícia. Os diretores dos jornais recebiam circulares para a divulgação de notícias. De acordo com o jornalista Finardi, até a notícia sobre uma “gripe muito perigosa” que grassava o País ficou terminantemente proibida de ser divulgada ou mencionada. Afirma ainda que:

O governo federal por intermédio do setor de Imprensa e Propaganda divulgava todos os fatos e o endeusamento de Getúlio Vargas, dos seus esbirros, dos seus políticos, dos seus interventores. Tudo era laudatória.... Era proibido qualquer aparte sobre chefes políticos e mandatários do estado.

Para o comando do DIP, foi escolhido Lourival Fontes⁷⁷, que, espelhando-se nos exemplos dos governos fascista de Mussolini e nazista de Hitler, cria o “mito Vargas” no Brasil.

O Estado/Nação carente de legitimação utilizava-se do DIP como arma poderosa para levar aos rincões mais distantes os discursos que enfatizavam as realizações do regime. Destacava a educação como solução para os problemas das reivindicações verdadeiras e legítimas da coletividade, visando a um futuro progressista e alvissareiro.

Todos os meios de comunicação da época foram utilizados. O rádio principiava como fonte de informação para todo o País. A “Hora do Brasil”, noticiário radiofônico oficial do governo, surgiu em 1935; e aos noticiários dos ministérios e das autarquias eram acrescentados números musicais e de declamação.

O cinema, apesar de não atingir a todos, e o esporte também foram altamente usados como instrumentos de exposição, técnica "visível" para a reprodução política. O cinema nacional era o elemento que significava a aproximação dos vários ambientes do País, através deles Vargas expunha sua política paternalista, procurando cada vez mais unificar e fortalecer a estabelecida doutrina do Estado.

Conhecedor da potencialidade que o cinema representava, o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, no Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde em outubro de 1934, faz referência ao “cinema educativo”. Ele solicita

⁷⁷ FONTES, Lourival. Jornalista sergipano colaborou em diversos jornais de seu Estado e da Bahia. Membro do Partido Liberal, apoiou o movimento que levou Vargas ao poder. Em 1931, no Rio de Janeiro, fundou e dirigiu as revistas “Política” e “Hierárquica”. Esta última de tendência fascista teve como colaborador Plínio Salgado. Em 1933 dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que mais tarde, em 1939, passou a se chamar Departamento de Imprensa e Propaganda. Permaneceu no cargo até 1942. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A era Vargas – Biografias. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 23 jun. 2004).

um “maquinário cinematográfico” indispensável para tornar o ensino concreto por meio de projeções e pergunta ao Ministro:

Não seria de grande utilidade que esta inspetoria estivesse munida de uma dessas máquinas com filmes sempre renovados e adequados ao fim nacionalizador, para exibir nas escolas do interior?⁷⁸

Persistente, reforçou seu pedido, colocando parte de uma reportagem apresentada pela Revista de Cinema Educativa⁷⁹, n.º 2, publicada em Florianópolis naquele ano; diz a reportagem referindo-se ao cinema:

Já se sabe que ele não somente educa os alunos (e, nas sessões culturais o adulto) como também é o maior propagandista da escola, atraindo para ela gerais simpatias e desfazendo o carranquismo da escola medieval. (...) Principalmente no interior do país constitui o Cinema Educativo uma inovação de grande alcance. O interesse que ele geralmente desperta é tão intenso que uma professora diligente poderá habilmente se aproveitar do ambiente assim criado em benefício da escola.

Ao fazer essa solicitação ao Ministro, o Inspetor reforça que a técnica do cinema permite ao ator ser visto e ouvido por um número ilimitado de pessoas, assim "a exposição" desse ator (Estado forte na figura paternal de seu ditador e seu projeto nacionalizador) motiva o público (povo), que com ele se identifica. O ator com o papel principal brilha, destaca-se, passando a ser copiado, respeitado, referenciado. Em suma, passa a ser tudo aquilo que todo ditador deseja ser: o *referendum* do povo.

Quanto ao rádio, este foi seguramente um dos veículos de maior eficiência na difusão do projeto político-pedagógico estadonovista. Em seus programas transmitiam-se os padrões de comportamento e valores desejáveis.

Se é verdade que os indivíduos vivem e são obrigados a sobreviver a cada hora do dia em um mundo de palavras, é também verdade que a sociedade monocrática não permite escolhas ao apregoar a eles palavras tendenciosas.

Bobbio⁸⁰ expõe que:

⁷⁸ AREÃO, João dos Santos. Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas. Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde em outubro de 1934. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (IES.r. 1934.) (20. 12.cx.69) p.33-34.

⁷⁹ Idem. p. 34.

⁸⁰ BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 12.

Assim como o meio do poder político é sempre em última instância a posse das armas e o meio do poder econômico é a acumulação de bens materiais, o principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de idéias por meio da palavra, e com a palavra.

Assim, o poder de difusão da palavra, na época em que a ideologia política se exprimia principalmente por meio dos discursos radiofônicos, buscou influenciar o comportamento de quem os escutava, induzindo os indivíduos a agirem através de suas verdades.

A efetiva influência de uma estação de rádio difusora com capacidade para ser ouvida em todo o Estado do Paraná e parte do Rio Grande do Sul foi mencionada ao Ministro Capanema no Relatório do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas já no final de 1934. O Relatório enfatizou que o rádio poderia prestar um saliente papel à educação, mormente nas zonas coloniais, onde o ensino de nossa língua deveria ser difundido.

Após essa introdução que enaltece os benefícios do rádio, Areão sugere que o Ministério da Educação subvencione “esta primeira estação, para animar esse grande empreendimento que muito virá contribuir para o maior desenvolvimento do ensino vernáculo”⁸¹.

Ciente do poder do cinema e rádio, o Inspetor buscou o apoio ministerial para, através dessas novidades, proteger, amparar e fortalecer a campanha da difusão da língua vernácula.

Segundo Benjamin⁸²,

O rádio e o cinema não modificam apenas a função do intérprete profissional, mas também a função de quem se representa a si mesmo diante desses dois veículos de comunicação. Seu objetivo é tornar "mostráveis", sob certas condições sociais, determinadas ações de modo que todos possam compreendê-las (...) sob certas condições naturais.

⁸¹ AREÃO, João dos Santos. Relatório ao Ministro da Educação e Saúde. Outubro de 1934. p. 35.

⁸² BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Brasiliense, 1985. O autor considerava que, com a mediação tecnológica, tudo se transforma, porque ela dá visibilidade ao mundo, o som e a imagem se colocam no lugar da realidade, configurando-se a "Caverna de Platão". Vargas se utilizou intensamente dos meios de comunicação. Sobre o assunto ver: Paulo Duarte (Condena) e Samuel Wainer (Justifica) em *Revista História*, Rio de Janeiro, Três, n.º 29, 1973.

Para Vargas era indispensável dar essa visibilidade ao Estado, que tem na figura de seu Presidente o expoente máximo de um poder forte, o do tutor da Nação.

Sempre que possível, Vargas procura ratificar a importância da imprensa de um modo geral. Em junho de 1934, dirigindo-se aos profissionais do cinema, ele declara⁸³:

O cinema será (...) o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola. Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu.

Vargas articulava seus propósitos cooptando a imprensa e estimulando “paternalmente” seus responsáveis para as questões da brasilidade, ou melhor, para a sua ideologia política.

O DIP⁸⁴ coordenava, orientava e centralizava a propaganda interna e externa. Todos os meios de comunicação foram, por esse órgão, submetidos à censura prévia, teatro, cinema e funções esportivas e recreativas. Além disso, o DIP organizava manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências e dirigia o programa de radiodifusão oficial do governo.

Para barrar a influência alemã no País, após o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e demais países aliados (nome dado aos países que lutaram contra o eixo “Berlim–Roma–Tóquio” – Inglaterra, França Livre (comandada por De Gaulle)) –, foi realizada uma campanha, com o auxílio do DIP, de penetração cultural do governo norte-americano. Vieram ao Brasil artistas famosos como o cineasta Orson Welles, Walt Disney e o magnata Nelson Rockefeller.

Várias coleções sobre temas nacionais foram editadas pelo setor de divulgação do DIP, como a Coleção Brasil, Vultos, Datas e Realizações e o Brasil na Guerra. E, para

⁸³ VARGAS, Getúlio. O cinema nacional, elemento de aproximação dos habitantes do País (discurso na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25 de junho de 1934). In: _____. *A Nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938. p.188-189. v. III.

⁸⁴ Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Diretrizes do Estado Novo. Educação, Cultura e Propaganda. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 26 jun. 2004).

divulgar essas obras, foi criada uma rede de bibliotecas em escolas, quartéis, hospitais e sindicatos.⁸⁵

Usando dessas prerrogativas, a citação transcrita abaixo é um exemplo de divulgação e refere-se à entrevista concedida pelo Presidente da República, exaltando “O Estado Novo e suas Realizações”, à imprensa carioca, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938.

Este plano de trabalho, do qual retiramos dois parágrafos, anuncia uma reorganização do aparelho governamental, dando ênfase ao nacional. Ele foi disseminado por todo o País através de programas radiofônicos, como "A Hora do Brasil", dos jornais e dos livretes distribuídos ao povo graciosamente pelos emissários de Vargas, os “conferencistas”.⁸⁶

Como se trabalha. Torna-se necessário, por isso, divulgar as atividades do Governo para que todos conheçam, e as acompanhem, para que façam sugestões e intervenham, quando menos, por dever patriótico, na marcha dos negócios públicos. Sendo precisamente a imprensa o instrumento informativo de maior penetração popular que possuímos, a ela recorro mais uma vez, cumprindo aliás, promessa voluntariamente feita. Não é demais, por certo, que decorridos alguns meses do advento do novo regime, venha lembrar sucintamente o que já se fez, o que se está fazendo e o que se pretende fazer, nesta fase de promissor renascimento da vida brasileira. **Sobre a educação:** (...) Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente da formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio (...) A educação é, entretanto, um problema nacional por excelência. Torna-se preciso e urgente, por isso, fazer emanar do poder federal tudo o que se refere à sua definição e disciplina...⁸⁷

Guardando-se as devidas proporções aos avanços tecnológicos dos meios de comunicação atuais, podemos dizer que, na época, o DIP, através de Lourival Fontes, utilizou um bem estruturado plano de “marketing” aos moldes europeus para a difusão e

⁸⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Diretrizes do Estado Novo. Cultura e Propaganda. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 29 jun. 2004.

⁸⁶ Os itens salientados por Vargas no discurso transcrito no livreto são: O Governo e o Povo; Como se Trabalha; Tarefa de Emergência; Transformação Econômica; Medidas Administrativas; Leis Sociais; Salário Mínimo; Cooperativismo; Programa de Trabalho; Forças Armadas; Transportes e Comunicações; Exploração das Riquezas Mínerais; Carvão Nacional; O Problema Siderúrgico; Instituto do Mate; Vale do São Francisco; Educação e Preparo Técnico; Saúde e Assistência; Política Exterior; Dívida Externa; Governo Forte e Democracia; O Estado Novo. Neste discurso Vargas resume enfim o que considera prioritário em seu Governo.

⁸⁷ VARGAS, Presidente. *O Estado Novo e suas Realizações*. Abril, 1938. Este discurso do Presidente foi impresso e distribuído pelo País. Nele Getúlio fala que aboliu os intermediários (os partidos políticos e os grupos de pessoas que defendiam seus próprios interesses) entre o povo e o Governo como forma de poder

massificação do projeto da nacionalização, antes e mais especificamente durante o Estado Novo.

Um outro expediente utilizado como divulgador da nacionalidade foi a prática do “canto orfeônico”, disciplina obrigatória desde 1934 em todas as instituições de ensino primário e secundário do País, com normas estabelecidas pelo Governo Federal através do Decreto n.º 24.794⁸⁸.

A música, mais especificamente o canto orfeônico, era como um mediador estratégico na relação entre Estado e as maiorias iletradas do País. Na verdade, o canto orfeônico desempenhou um papel de destaque na educação das massas, pois, ao ser divulgado como hinos patrióticos, propagava a educação de sentimentos cívicos e disciplina coletiva.

Enquanto escreve ao Ministro da Educação, no mês de outubro de 1934 o Inspetor Federal João dos Santos Areão deixa transparecer, no corpo do Relatório, sua preocupação com o conhecimento do “hinário” nas escolas subvencionadas. Dedicava especial atenção ao canto coletivo por ser ele um fator de civismo e disciplinamento.

Quando, por exemplo, refere-se à Escola Particular do Salto Weissbach, menciona que o ensino de geografia, história e educação nada deixava a desejar, porém o da língua portuguesa era deficiente, tendo em vista que as crianças pronunciavam mal a maior parte dos nossos vernáculos.

Justifica dizendo que o professor era novato na escola, mostrava-se dedicado e portanto logo iria superar o problema. Seu argumento se baseava naquilo que considerava de suma importância, porque o que mais salientava no trabalho do professor era o ensino dos cantos. Segundo o Inspetor Areão, na visita à Escola do Salto Weissbach: “Além dos hinos oficiais, os alunos entoaram uma série de canções nacionais, a duas e três vozes. Não se pode exigir melhores cantos, executados com verdadeira afinação e gosto” (AREÃO, 1934, p. 15).

Também na Escola Mista de Pomerana o senhor Inspetor considerou que os alunos estavam um pouco atrasados nas matérias do programa, mas que conheciam todos os cantos oficiais (AREÃO, 1934, p. 18).

formular soluções para os problemas de legítimos interesses da coletividade (salário mínimo, leis sociais, educação, cooperativismo, transportes e comunicações etc.).

⁸⁸ Decreto n.º 24.794, de 14 de julho de 1934. *Coleção das Leis do Brasil*, v. IV, 1934. Este decreto estende a todos os estabelecimentos escolares a obrigatoriedade do ensino de educação física e de canto orfeônico.

O Inspetor demonstra indignação na visita à Escola Municipal Larangeiras, acontecimento que ficou registrado no Termo de Visita:

Dos cantos oficiais, conhecem as crianças apenas o hino Nacional e Bandeira, apesar de havermos distribuído um folheto contendo os cantos exigidos. No termo por mim deixado, chamei a atenção para as faltas observadas (AREÃO, 1934, p. 4).

Através do canto seria possível levar às longínquas escolas espalhadas pelos sertões colonizados por “elementos alienígenas a palavra vivificadora da alma nacional”.

Convidado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, então dirigida por Anísio Teixeira, para introduzir o ensino de música e canto coral nas escolas públicas, Villa-Lobos⁸⁹ passa a desenvolver suas ações principalmente através da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), criada por Anísio Teixeira. Pouco a pouco a ação de Villa-Lobos ganha o apoio institucional e adquire dimensões nacionais.

Satisfeito com a repercussão, o Governo Federal, segundo Baia Horta⁹⁰, chama a atenção dos interventores e diretores de instrução dos Estados para:

(...) as vantagens que poderiam advir para a unidade nacional, da prática coletiva do canto orfeônico calcada numa orientação didática uniforme.

Em 1936, Villa-Lobos participou de um congresso de educação musical na cidade de Praga como representante do governo brasileiro. À época, o então diretor de educação musical da cidade do Rio de Janeiro em seu pronunciamento como conferencista deixa claro o papel atribuído à música na formação do espírito das massas:

⁸⁹ Heitor Villa-Lobos, uma das figuras mais importantes da história da música brasileira. Durante anos recolheu mais de 1000 temas folclóricos. Em 1922 participou da Semana de Arte Moderna de São Paulo, provocando reações adversas nos jornalistas. A partir daí revelou crescente afinamento com a temática nacionalista e modernista. Em 1930 apresentou à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo um projeto inovador na educação musical que foi aceito pelas autoridades. Em 1932 Anísio Teixeira, Secretário da Educação do Distrito Federal, convidou-o para a missão de introduzir o ensino de música e canto coral nas escolas públicas. Foi o expoente máximo na educação musical da juventude no período do Estado Novo. O maestro incorporou à música nacionalista o fator disciplina. O desejo de Villa-Lobos era ver o País trabalhar cantando na disciplina. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A era Vargas – Biografias. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 23 jun. 2004).

⁹⁰ BAIA HORTA, José Silvério. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p.182.

O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria!⁹¹.

O Conservatório Nacional de Canto Orfeônico criado em 1942, através de Villa-Lobos seu primeiro diretor, controlou o ensino do canto orfeônico em todo o País, definiu os programas a serem seguidos, os hinos e as canções a serem ensinados, as normas didáticas e os manuais a serem adotados e até mesmo os critérios de avaliação, entre os quais, ele incluiu a perfeita atitude cívica e a disciplina de conjunto (BAIA HORTA, 1994, p. 187).

Vargas apoiava as iniciativas do maestro, que promovia nas grandes concentrações orfeônicas comemorativas das datas nacionais, com o auxílio do DIP, uma verdadeira exaltação ao Estado Novo e a seu Chefe.

Villa-Lobos como maestro conseguiu orquestrar com autoridade o seu projeto de utilização do canto coral como fator de disciplina coletiva. Nas comemorações cívicas realizadas em ginásios, estádios de futebol e praças públicas, o maestro regia milhares de crianças, que cantavam músicas da área rural e música erudita. O refrão abaixo demonstra a exaltação do Estado Novo:

Nome sagrado Brasil. Faz vibrar intensamente todo o nosso entusiasmo juvenil.
Por ti queremos vencer, nas lutas pela vida, no esforço do saber. O futuro conquistaremos, por ti combateremos, sempre alegres sorridentes, teu nome bem alto levantaremos, perante o mundo inteiro. (autor desconhecido)

Essa e muitas outras canções fortaleciam o sentimento nacional, o orgulho de ser brasileiro. A música popular também foi cooptada por Vargas. Em 1941, o samba, tradicional música popular dedicada à boemia, ao malandro, passou a dialogar com o poder, elogiando a ordem, o trabalho e as riquezas nacionais.

As palavras utilizadas nas canções tinham um significado extremamente útil na inculcação da doutrina ideológica do Estado/Nação. E como não poderia deixar de ser, o Departamento de Imprensa e Propaganda tratava logo de divulgar, de forma incisiva, as canções através dos artistas mais conhecidos da época e dos melhores programas radiofônicos.

⁹¹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 108.

Não podemos esquecer que:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto claro que a palavra será o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade (...) A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 1986, p.41⁹²).

Os excessos que marcaram o Estado Novo evidenciavam a verdadeira natureza de um sistema de poder, que, contrariamente ao afirmado pelas sedutoras palavras de Vargas⁹³, não proporcionava aos seus cidadãos sequer a possibilidade de melhor se expressarem.

O poder que se atribui a Vargas lembra autoridade, força, violência, palavras para indicar os meios pelos quais o homem domina o homem. Segundo Arendt⁹⁴, este poder:

corresponde à capacidade humana não somente de agir mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido.

“No momento em que o grupo do qual se originou a princípio o poder, desaparecer, seu poder some também”.⁹⁵ Com o passar do tempo, o acirramento das atitudes ditatoriais de Vargas induz os compositores a mudarem de opinião e clamarem por liberdade de pensar e falar. Assim sendo, as sociedades modificam-se e também mudam os homens que as compõem, quando os oprimidos almejam e lutam pela liberdade.

Essa complexidade de atitudes é proveniente de todo um contexto histórico do qual fazem parte o surgimento da Nação e o sentimento de nacionalismo exacerbado. Portanto, esse contexto não poderia de maneira nenhuma ser analisado ou simplesmente enquadrado em uma outra realidade.

⁹² BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 41.

⁹³ Em 1934 Vargas considerava “A revolução” (o golpe) como fruto das camadas profundas da sociedade; um imperativo insofrecível da consciência coletiva. Em suma, a cristalização da nacionalidade. E que a imprensa era a grande mestra dos povos modernos, o manancial em que eles se desalteravam, em que iriam beber os elementos essenciais ao cultivo da inteligência e do caráter. SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Célia Ribas. *Vargas. Pensamento Político Brasileiro*. Porto Alegre: L&M, 1980. p. 95.

⁹⁴ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 122.

⁹⁵ Idem. p.123.

5 UM BREVE ENTENDIMENTO SOBRE NAÇÃO E NACIONALISMO

Após a Primeira Guerra Mundial os regimes totalitários proliferaram-se na Europa, e mais uma vez o mundo se polarizou. Era tempo de paz, tempo de preparação, de organização nacional para a guerra⁹⁶, e, para isso, fazia-se mister desenvolver o sentimento de nação, de Pátria una, de fé nos seus destinos e ânimo viril para fazê-la forte e respeitada. No Brasil, o fortalecimento desse pensamento vai se intensificando a partir da "Revolução" de Trinta, que elevou ao poder máximo do País o gaúcho Getúlio Vargas.

Qual o significado de Nação? Diante das explanações que obtivemos nos livros pesquisados, podemos caracterizar a definição de "Nação" como um problema extremamente complexo. A idéia de "nação" surgiu com a Revolução Francesa, com o povo nas ruas bradando por liberdade.

Segundo Eric J. Hobsbawm (1990, p. 15), a questão nacional é notoriamente um tema controverso. Também considera que as tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade ou de explicar por que certos grupos se tornam "nações" e outros não freqüentemente foram feitas com base em critérios simples, como a língua ou a etnia, ou em uma combinação de critérios, como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros tantos. Acredita, ainda, que a definição de "nação" mais conhecida, embora não a única, é a de Stalin⁹⁷: "Uma Nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural".

Nós buscamos em Bobbio, Matteucci e Pasquino⁹⁸ conceitos correntes acerca da Nação, os quais são explicitados a seguir.

⁹⁶ CORSELLI, Rodolfo. *As nações armam-se*. Nova Antologia. Roma, 16 de novembro de 1934. O autor comenta que, logo após a Conferência de Desarmamento (1934), Mussolini escreveu um artigo intitulado: "Para o rearmamento", no qual afirmava: "É esta a última vez que me ocuparei do desarmamento e das perspectivas que se delineiam. Tais perspectivas impõem constatar que a conferência do desarmamento acabou e que agora pode começar uma conferência de armamento...". O autor ainda enumera com riqueza de detalhes a corrida armamentista da França, cujo Ministro da Guerra havia pedido um bilhão de francos para armamento da Inglaterra, que também resolveu reforçar suas defesas em nível de urgência, aumentando armamentos e construindo novas esquadrilhas aéreas. Além da Suíça, Bélgica, Polônia, Alemanha, Tchecoslováquia, Rússia, do Japão e dos Estados Unidos, todos eles, em tempo de paz, investiram nos preparativos da próxima guerra.

⁹⁷ HOBBSAWM, Eric. Definição de Nação segundo Stalin. In: _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 24. Esta definição de Stalin foi escrita em 1912.

⁹⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 795-796. História do termo. A

Normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos - ou pelo menos existentes ab immemorabili⁹⁹ - e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional.

Bobbio, Matteucci e Pasquino afirmam que surgem dificuldades quando se procura definir a natureza desses laços, ou pelo menos quando se procura identificar critérios que permitam delimitar as diversas individualidades nacionais, independentemente da natureza dos laços que as determinam. Esses "laços naturais", segundo eles, remetem-nos à idéia de raça.

A identificação entre Nação e raça tem sido comum até a época do nazismo e permanece até hoje de uma maneira menos declarada, mais camuflada. O termo "raça" não possibilita a identificação de grupos que possuem limites definidos; e as classificações "raciais" determinadas pelos antropólogos não coincidem com as Nações modernas. Bobbio, Matteucci e Pasquino ainda dizem que a ênfase dada à língua e aos costumes coloca em crise, em vez de esclarecer, a idéia vigente de Nação, mas também é incontestável que o fato de falar a mesma língua ou ter os mesmos costumes se constitui em laços profundos, identificadores de grupos com fisionomia própria. Uma língua comum é o fio condutor de uma cultura comum, portanto, acabam-se criando laços importantes entre os que a falam, laços que se fixam como elementos indispensáveis da própria personalidade.

história do termo tem sido um grande paradoxo. A referência à Nação foi, no decorrer da Revolução Francesa e, mais tarde, desde meados do século XIX até nossos dias, um dos fatores mais importantes no condicionamento do comportamento humano na história política e social. Em nome da Nação se fizeram guerras, revoluções, modificou-se o mapa político do mundo. Na Idade Média uma pessoa, como bem ressalta Boydd C. Schafer, deveria se sentir antes de tudo um cristão, depois um borgonhês e, somente em terceiro lugar, um francês (sendo que o sentir-se francês tinha, então, um significado inteiramente diferente do atual). Na história recente do continente europeu, após a emergência do fenômeno nacional, foi invertida a ordem das lealdades, assim o sentimento de pertença à própria Nação adquiriu uma posição de total preponderância sobre qualquer outro sentimento de pertença territorial, religiosa ou ideológica. Assim, por um lado, as lealdades e as identificações regionais e locais foram praticamente eliminadas em função da superior referência à Nação, e, por outro lado, as mesmas filiações ideológicas ou religiosas, que se apresentam como universais pela sua própria essência, foram, na prática, subordinadas à filiação nacional e, conseqüentemente, perderam sua própria natureza mais profunda. É prova disso, desde o início do século XIX até os nossos dias, a história dos movimentos liberal, democrático e socialista, cujo ápice foi a falência do internacionalismo socialista, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, e da própria religião católica, cujos sacerdotes abençoam os exércitos nacionais, isto é, os instrumentos da violência nas relações internacionais, traindo, assim, em nome da Nação, a vocação ecumênica da Igreja. Não obstante isso tudo, o conteúdo semântico do termo, apesar de sua imensa força emocional, permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político.

A partilha em comum do ambiente físico onde vive um grupo de pessoas, por sua vez, liga suas experiências cotidianas, cria lembranças comuns, torna parecida sua maneira de viver e, portanto, torna-se um elemento característico de sua personalidade. A Nação pode ser enfocada como ideologia, como ideologia de um determinado tipo de Estado, como ideologia do Estado burocrático centralizado.

Antes da Revolução Industrial o comportamento nacional não havia criado contextos de interdependência no agir humano. A evolução do sistema de produção, provocada pela Revolução, criou mercados de dimensões "nacionais", ampliou conseqüentemente os horizontes da vida cotidiana de camadas cada vez mais amplas da população, o que antes era privilégio das classes burguesas. Essa evolução, que ligou ao Estado um conjunto de comportamentos econômicos, políticos, administrativos, jurídicos que, na fase anterior, eram totalmente independentes, criou condições para o nascimento da ideologia nacional, porém, não suficientemente. A ideologia nacional pressupõe a ligação ao Estado não apenas dos comportamentos exteriores mas também dos que constituem o sentimento íntimo da personalidade e da afinidade básica do grupo, ligação que não pode ser provocada unicamente pela evolução do sistema de produção.

A idéia de Nação, mediante a representação de um obscuro e profundo laço de sangue que orienta na mesma direção e mediante o ritual pseudo-religioso que acompanha essa representação, foi e permanece o instrumento mais indicado para criar e manter essa lealdade.

Continuando a nossa caminhada buscamos compreender ainda, em Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983), a definição do termo "Nacionalismo". Em seu sentido mais abrangente, "Nacionalismo" designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional, que se sobrepõem às ideologias dos partidos absorvendo-as em perspectiva. O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras possibilitam a evolução do projeto político que visa à fusão do Estado e nação, isto é, a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983) nos dizem que o Nacionalismo, como teoria da divisão "natural" do gênero humano, colocou-se conscientemente em contraste com os valores universais da religião cristã e das ideologias liberal, democrática e socialista. O

⁹⁹ *Ab immemorabili* = ponto de partida de um lugar imemorable, segundo o Dicionário Escolar Latino-Português.

Nacionalismo abandona suas origens democráticas e populares, assumindo cada vez mais conotações militaristas e agressivas em política externa e antiparlamentaristas e antidemocráticas em política interna.

A luta de classe e a competição democrática entre os partidos políticos são substituídas pela solidariedade nacional, elemento fundamental da "natural" desigualdade entre os homens. Toda divisão política ou social, no seio da nação, servirá apenas para enfraquecer suas capacidades ofensivas. Porém, o desenvolvimento do poderio econômico e militar do Estado é condição indispensável para sua afirmação na luta com os outros Estados, sendo a guerra a prova que possibilita a prevalência das nações mais fortes e de maior vitalidade.

Esses movimentos, partes deste amplo fenômeno que é o Nacionalismo, expressam as tendências imperialistas¹⁰⁰ e autoritárias do Estado nacional, prefácio do nazi-fascismo. O Nacionalismo é um componente essencial das ideologias fascista e nazista. Portanto, grosso modo, depois dessa explanação, entendemos que os movimentos nacionais têm em comum a subordinação de todo valor político ao nacional.

Foi assim que aquele sentimento de nação legado pelos revolucionários franceses, que gritavam por liberdade, igualdade e fraternidade, foi sendo modificado com o passar dos tempos. Ele cresceu de importância, seus valores sociais foram apropriados pelo Estado, que por sua vez lhe deu uma orientação conservadora. Com isso, o Estado lança mão da educação, da escola, para difundir e sustentar o sentimento de nacionalidade.

O Estado brasileiro, no período em estudo (1930-1940), desenvolveu um projeto de nacionalização visando à assimilação cultural dos imigrantes via escola. Esse projeto tinha como pilares a imposição do uso da língua, a propagação da história dos “grandes vultos”,

¹⁰⁰ Imperialistas: Segundo Bobbio - 1983, fenômeno ligado à expressão “imperialismo”, que significa a expansão violenta por parte dos Estados ou de sistemas políticos análogos da área territorial de sua influência ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados. Esta expressão é relativamente recente (últimas décadas do século XIX), particularmente, depois da unificação italiana e alemã em 1870, iniciou-se uma fase histórica marcada pela expansão imperialista. Entre 1870 e a deflagração da I Guerra Mundial, deu-se a repartição quase completa da África entre os Estados europeus e a ocupação (em que participou também o Japão e, em medida mais restrita, os Estados Unidos) de vastos territórios da Ásia, ou sua subordinação à influência européia (China, Pérsia, império otomano). Entre 1914 e 1945 houve o desencadeamento de uma fase agressiva do Imperialismo alemão, que por duas vezes tentou estender a sua hegemonia sobre a Europa. O Imperialismo do Japão buscou se impor sobre a Ásia; e o da Itália fascista ocupou o último território independente da África, a Etiópia. Depois de 1945 acabou-se a fase do Imperialismo dos Estados europeus e japoneses. Mas o fenômeno do Imperialismo continuou a manifestar-se de formas diversas, quer nas relações hegemônicas estabelecidas pelas superpotências, quer na política neocolonialista praticada especialmente pelos Estados Unidos e em menores proporções pelas demais potências capitalistas (p. 611-612).

a disseminação dos hinos patrióticos; enfim, a cultura e as tradições nacionais seriam assimiladas via escola e, por que não dizer, via coerção.

Convém reforçar que nesse período surgiram conceitos políticos que se entrelaçaram ou que dificilmente deixaram de se cruzar ao se depararem com as necessidades do contexto mundial da época. Referimo-nos às doutrinas que predicam a máxima sujeição do indivíduo ao Estado: o fascismo, o nazismo, o comunismo. Essas doutrinas lograram êxito, seduziram as multidões e conquistaram os espíritos para se imporem às massas de uma maneira semelhante à “hipnose”, mesmo junto àqueles que pareciam menos aptos a acolhê-las.

Assim, tanto na Europa como no Brasil, as transformações sociais provocadas pelo esforço para consolidar a unidade nacional e dirigir a modernização representada pela industrialização convergiram para esses fenômenos políticos, que alocaram a educação como um veículo propulsor da Nação.

No Brasil o novo regime promoveu também a intervenção nos Estados, estabelecendo a supremacia das leis federais sobre as locais, além de atribuir ao poder central a faculdade de requisitar, a cada momento, as milícias estaduais.

Vargas¹⁰¹ explica a um jornalista do Paris-Soir que o novo regime seria um novo conceito de democracia em experiência no Brasil:

Para que a democracia continuasse a viver, num clima político e psicológico tão diferente da fase que a violência das armas subverteu, urgia adaptá-lo no sentido da terrível lição dos fatos. Se por democracia se deve entender a instabilidade crônica, como a desordem dos partidos e a luta das facções, salvamos então o Brasil e não essa ordem de coisas. (...) No regime atual, as relações entre o indivíduo e o Estado estão nitidamente definidas, num conjunto de direitos e deveres. Nem o indivíduo se opõe ao Estado, no velho conflito, que degenera, freqüentemente, em agitações demagógicas, da concepção liberal clássica, nem o Estado o reduz a posição de escravo, segundo algumas fórmulas extremadas dos tempos modernos. Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. Nesse sistema, o Estado refletia a vontade da nação organizada, como entidade viva, e o cidadão, tendo lugar marcado dentro da organização nacional, dispõe de espaço livre para o exercício de suas liberdades fundamentais (grifo nosso).

Na verdade, o Brasil democrático de Vargas seria um Estado nacional unitário, obedecendo a um único senhor, era a afirmação da autoridade do chefe central, que dava maior coesão e unidade ao País. Qualquer dissidência política em relação ao governo era

vista como ato criminoso. Juntaram-se assim aos comunistas, como alvo de ações repressivas, os integralistas e os “estrangeiros nocivos”, considerados difusores de “ideologias exóticas”.

Quanto à economia, cada vez mais se teria a intervenção estatal de diversos setores, o que Vargas chamou de Industrialização estatizada, para que se projetasse o fortalecimento do nacionalismo econômico do País.

A capitalização interna necessária foi conseguida através da imposição de grandes sacrifícios para a maioria da população. O terrorismo policial, a repressão violenta, as deportações impostas pela ditadura de Getúlio à população, foram os instrumentos utilizados para a manutenção da paz interna.

Durante o período da nacionalização, o Chefe Supremo da Nação, Getúlio Vargas, usou do poder em seu sentido mais amplo, ou seja, influenciando, direcionando e conduzindo o povo brasileiro.

Segundo Hanna Arendt¹⁰², esse poder torna-se visível na imposição da idéia, no poder da força que é o resultado do usufruto da autoridade personificada e corporificada, na perseguição aos que ousam pensar diferente e, até mesmo, na eliminação física de oponentes. É o poder inibindo o homem de agir, de pensar. É a mutação da inverdade na irretocável verdade. Getúlio utilizou desse poder enquanto foi Chefe Supremo da Nação.

Na época o País dependia econômica e culturalmente das grandes nações imperialistas, então, não se poderia sonhar com uma política exterior independente. E da mesma forma que os modismos culturais e sociais importados impuseram suas regras à sociedade e à chamada *Intelligentsia cabocla*, Getúlio Vargas era, também, um reflexo das tendências e do comportamento das nações que ditavam as linhas do comportamento universal.

Condizente com o momento havia uma tese fundada sobre a distinção entre a “*Intelligentsia cabocla*”, à qual cabia elaborar a política de renovação traçando os caminhos da nova sociedade, e as massas, cujo destino era deixar-se conduzir por essa minoria de espírito iluminado.

Em suas obras os intelectuais tratavam de questões sociais que estavam na ordem do dia e participavam do debate político entre a direita e a esquerda que mobilizava o

¹⁰¹ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Célia Ribas. *Vargas - Pensamento Político Brasileiro*. Porto Alegre, L&M, 1980. p.57-58.

¹⁰² ARENDT, Hannah. *As Origens do totalitarismo*. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

mundo. Interessava-lhes retratar a vida do homem comum das cidades e dos sertões. Dessa forma, aprofundava-se a temática da cultura negra, indígena e caipira.

A participação dos intelectuais na vida nacional, durante o Governo Vargas, foi elevada acima dos demais grupos sociais não só pelos valores que representavam seus pensamentos (sua profissão) mas por serem os construtores de idéias diretivas, como veremos a seguir.

6 INTELLIGENTSIA CABOCLA¹⁰³

Após a “Revolução de 30”, o Estado lançou as bases de uma política cultural que se desdobrou na formação de diversos órgãos. Inicialmente, criou o Ministério de Educação e Saúde Pública, convidando o intelectual Gustavo Capanema para assumir o cargo. Já no Estado Novo, a questão da cultura passou a ser concebida em termos políticos. O regime criou seus próprios aparatos culturais para difundir a ideologia oficial ao conjunto da sociedade.

Getúlio Vargas cercou-se de intelectuais¹⁰⁴ das mais diversas formações e correntes de pensamento, como modernistas, católicos, positivistas, integralistas e socialistas, que ocuparam cargos relevantes na burocracia do Estado.

Podemos citar como exemplo o arquiteto Lúcio Costa na Direção da Escola Normal de Belas Artes e o professor Cândido Portinari; Manuel Bandeira presidiu o Salão Nacional de Belas Artes; o escritor José Américo de Almeida assumiu a pasta da Viação e Obras Públicas; Rodrigo Melo Franco de Andrade organizou e dirigiu o Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, primeira instituição de proteção aos bens culturais do País; Almir de Andrade dirigiu a revista oficial “Cultura Política¹⁰⁵”, que estava diretamente ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) etc.

¹⁰³ Intelligentsia cabocla. Termo utilizado na entrevista: *Samuel Wainer justifica Getúlio Vargas*. (Revista *História* Editora Três Rios, n.º 29, p. 15., 1973). A intelligentsia cabocla era um reflexo das tendências e do comportamento das nações consideradas como as que ditavam as linhas do comportamento universal.

¹⁰⁴ INTELECTUAIS. Para os russos, estes constituem uma camada intermediária composta de “trabalhadores não manuais”, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc., os quais, apesar de se distinguirem do proletariado pelo conteúdo da atividade do trabalho, não têm todavia uma posição independente de produção. Para os sociólogos americanos, os intelectuais são os responsáveis pela produção e aplicação dos conhecimentos e valores. A segunda concepção de “Intelectuais” é mais vulgar, são os escritores “engajados”. Por extensão, o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos. Esta definição é menos precisa que a primeira, mas pode ser aprofundada porque esta se relaciona com o discutido problema do comportamento político dos intelectuais e de sua atitude crítica e problematizante que os inclinaria para a posição de esquerda e não raramente também para o apoio militante de movimentos revolucionários. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília. Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 637.

¹⁰⁵ Cultura Política. Revista de caráter doutrinário que contribuiu para a construção das diretrizes do Estado Nacional. Circulou de março de 1941 até outubro de 1945. Era uma publicação bem divulgada, vendida nas bancas de jornal do Rio de Janeiro e de São Paulo. Conforme explicava seu subtítulo, “Cultura Política”, era uma “revista de estudos brasileiros”, destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas por que passava o País. Além de relatar minuciosamente as realizações governamentais, a revista funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Diretrizes do Estado Novo (1937-

“Cultura Política” para Bobbio, Matteucci e Pasquino¹⁰⁶ representa “os conhecimentos de uma certa sociedade, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes, num determinado contexto”.

O regime político autoritário determina o que Bobbio, Matteucci e Pasquino consideram “cultura política de sujeição”, quando os conhecimentos, os sentimentos e as avaliações dos membros da sociedade estão voltados essencialmente para o sistema político em seu conjunto, mas atentos principalmente ao aparelho administrativo incumbido da execução das decisões¹⁰⁷.

Se analisarmos o nome escolhido para a revista oficial do governo, veremos que na expressão “cultura política” cabe todo o pensamento de Bobbio, Matteucci e Pasquino a respeito. O intelectual Almir Andrade, seu dirigente, e o DIP, ao qual estava ligado, sabiam da extensão e do alcance do conteúdo ideológico da revista diante da população já sufocada pela ditadura.

Segundo a revista “Cultura Política”¹⁰⁸, “os intelectuais tinham um papel de fundamental importância na estruturação da nova ordem. Formadores da opinião pública a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade”.

Modernizar a educação, incentivar a pesquisa, preservar as raízes culturais brasileiras, foram as metas almejadas pelos intelectuais reunidos no Ministério chefiado por Gustavo Capanema, as quais, às vezes, impossíveis de serem concretizadas por esbarrarem nos procedimentos centralizadores e burocráticos do novo regime.

Segundo Cury (1984, p. 80), na época, a educação era vista como sendo o veículo integrador das gerações de um mundo em mudança. Ela deveria organizar-se como instrumento de adaptação às situações novas de um meio social essencialmente dinâmico.

1945). Educação, cultura e propaganda. *Cultura Política*. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 12 dez. 2003).

¹⁰⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília. Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 306.

¹⁰⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília. Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 306.

¹⁰⁸ A *Cultura Política* contava com a colaboração da nata da intelectualidade brasileira, abrigando as mais diversas correntes de pensamento. Entre seus colaboradores, estavam os próprios ideólogos do regime. Além de Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo, também colaboraram com artigos Graciliano Ramos, Gilberto Freire e Nelson Werneck Sodré. Na revista, cada seção era precedida de uma nota introdutória em que se explicavam seus objetivos e princípios norteadores, seguindo-se notas biobibliográficas sobre os autores. Essas características da publicação mostram a eficácia do projeto estadonovista, evidenciando sua modernidade. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Diretrizes do Estado Novo. Educação, cultura e propaganda. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 12 out. 2003).

Nesse sentido a educação era tão imprescindível, que do seu sucesso ou não dependia o crescimento ou perecimento da civilização.

Durante a Primeira República, as reformas da educação brasileira chamam a atenção pela importância atribuída pelos reformadores¹⁰⁹ à nacionalização das massas e à formação dos professores do ensino público.

Os reformadores constituíam uma parcela da sociedade formada por industriais, médicos e intelectuais com considerável peso político, que, fortalecidos pela fleuma nacionalista e patriótica, procuravam formas de acabar com o analfabetismo no País, inspirados pelas novas idéias pedagógicas que fervilhavam na Europa e nos Estados Unidos¹¹⁰.

Congregados na mesma campanha pela “causa cívico-educacional”, após a Revolução de 1930, os intelectuais formam grupos que passam a divergir disputando a hegemonia política do aparelho escolar. Do consenso em torno da “causa cívico-educacional” os grupos passam a rivalizar em torno de propostas de controle técnico e doutrinário das escolas – os católicos¹¹¹ e os pioneiros¹¹².

¹⁰⁹ Os reformadores ou, como se intitulavam, os pioneiros da educação nova realçavam o traço “renovador” do movimento educacional em detrimento de seus aspectos conservadores, e a marca da inovação, valorada, expandia-se como símbolo de democratização da escola e da sociedade. Destacavam-se em seu ideário: a) formação de um novo espírito mais ajustado às condições e necessidades de um novo tipo de civilização; b) a adaptação do sistema escolar às exigências de uma sociedade nova, de forma industrial, em evolução para uma democracia social e econômica; c) a unificação do sistema educativo em âmbito nacional por uma política orgânica traçada pelas elites governantes. Talvez tenha sido o discurso de Fernando de Azevedo aquele que mais fez uso da expressão “Educação Nova” como estratégia de demarcação de posições. A oposição “novo x velho” é tópico recorrente no seu discurso, sendo mesmo utilizada para dar título a alguns de seus livros. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Artigo Cad. Pesq. “Notas para Reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro”. São Paulo, agosto de 1998. p. 4-11.

¹¹⁰ De regresso dos Estados Unidos em 1929 os intelectuais Anísio Teixeira e Lourenço Filho encontram-se várias vezes, e daí surge a primeira tradução da obra do norte-americano John Dewey “A Criança e o Currículo”, com a introdução de Teixeira, em que constitui o livrinho “Vida e Educação”, da série pedagógica nas Edições Melhoramentos, sob a direção de Lourenço Filho. Quando Diretor-Geral da Instrução no Rio de Janeiro, Teixeira convidou o educador Lourenço Filho para a obra do Instituto de Educação, entregando em suas mãos a formação do magistério da Capital do País. Essa formação foi elevada a nível universitário, e, antes de deixar o cargo, Anísio Teixeira consegue integrá-la na Universidade do Distrito Federal como Escola de Educação, com a missão de formar o mestre primário e o secundário. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Um Educador Brasileiro*: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1957. p. 65-66).

¹¹¹ Após a ruptura em torno do “consenso” da causa educacional, os intelectuais católicos passaram a se articular na Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e no Centro D. Vital de São Paulo inicialmente e a partir de 1934 na Confederação Católica Brasileira de Educação. CARVALHO, Marta. O Território do Consenso e a Demarcação do Perigo: Política e Memória do Debate Educacional dos Anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999. p. 17.

¹¹² Pioneiros. Este nome designa alguns dos signatários do *Manifesto* dos pioneiros da educação nova, que, tendo participado das Conferências Nacionais de Educação promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e ocupado postos governamentais na qualidade de “técnicos” empenhados na reforma dos sistemas estaduais de ensino, assumiram o controle da ABE a partir de 1932. CARVALHO, Marta Maria

Segundo Marta Carvalho¹¹³:

Na memória que se sedimentou sobre o movimento educacional dos anos 1920 e 1930, o campo em que se antagonizaram **católicos e pioneiros** é redutoramente demarcado. De um lado estariam os signatários do Manifesto, comprometidos com reformas do sistema escolar que concretizassem os ideais da educação nova e, do outro, os católicos, defendendo a escola tradicional.

No panorama mundial o desenvolvimento das ciências humanas ganhava força. A Psicologia e a Sociologia propiciavam uma nova visão de homem, dessa forma, afastando-se do tradicional, a educação passou a agregar esses novos conceitos. Essas ciências, em especial a Sociologia¹¹⁴, era o elemento principal para a formação de uma nova elite, construtora de um Brasil moderno. Dessa maneira, o progresso social não poderia acontecer senão por dupla adaptação não só do indivíduo ao meio mas também deste àquele, adaptação que só o aprendizado da sociologia tornaria exequível.

O Manifesto dos Pioneiros¹¹⁵ diz que “os progressos da psicologia aplicada à criança começaram a dar à educação bases científicas, os estudos sociológicos, definindo a posição da escola em face da vida, nos trouxeram uma consciência mais nítida da sua função social e da estreiteza relativa de seu círculo de ação”.

Dissertando sobre a “utilidade” da Sociologia o educador Bastide¹¹⁶ enfatiza que:

Chagas. O Território do Consenso e a Demarcação do Perigo: Política e Memória do Debate Educacional nos Anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999. p.18.

¹¹³ Idem. p. 22.

¹¹⁴ Sociologia. O Intelectual e educador Lourenço Filho foi o tradutor e introdutor nos cursos normais e nos meios universitários (especialmente nas faculdades de filosofia) de Durkheim (grande teorista da Sociologia científica) e de sua obra “Sociologie et Éducation”. Lourenço Filho também prefaciou e promoveu a edição do livro didático de Donald Pierson “Teoria e Pesquisa em Sociologia”, o celebrado de Kilpatrick “Educação para uma Civilização em mudança” (tradução de Noemy Rudolfer), obra do melhor porte sociológico que muito contribuiu para estreitar as relações do magistério com algumas das mais frissantes realidades do século, como a dinâmica dos grupos humanos e as transformações do conceito de cultura. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Pensamento Social na obra de Lourenço Filho. *Um Educador Brasileiro*: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1957. p. 147.

¹¹⁵ O Manifesto dos pioneiros da educação nova. TEIXEIRA, Anísio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n.º 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

¹¹⁶ BASTIDE, Roger. Conferência inaugural dos cursos do Instituto de Educação de Florianópolis, pronunciada em 11 de março de 1943. *Revista Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano III, n.º 4. p. 11. Esta revista foi fundada pelo Instituto de Educação de Florianópolis em agosto de 1941. Como disse o Professor João Roberto Moreira (Diretor do Instituto de Educação de Florianópolis e Catedrático de Psicologia Educacional do mesmo Instituto) na *Revista Estudos Educacionais*, n.º 3, de novembro de 1942, com o trabalho realizado no curso normal os alunos entram em contato com os grandes mestres que estudam por meio de livros e revistas científicas. E mediante a observação direta de instituições na cadeira de Sociologia e de laboratórios, e de centros de saúde e de higiene na cadeira de Biologia, é possível ver a aula teórica associar-se aos processos de verificação objetiva. Tudo isso, graças às verbas de que dispunha o Instituto de

Logo, também será pelo conhecimento das leis sociológicas que o educador poderá influenciar a comunidade na qual vive, para abrir-lhe novos horizontes e oferecer-lhe novos valores, que tornarão possível sua adaptação aos jovens espíritos que desabrocharam para os desejos e necessidades outrora desconhecidos.

Condizentes com as idéias da intelectualidade brasileira, das quais faziam parte, além dos já citados, expressivos educadores como Lourenço Filho¹¹⁷ no Ceará, Francisco Campos em Minas Gerais, Fernando Azevedo no Distrito Federal e Anísio Teixeira na Bahia, o ensino primário e em especial o Curso normal¹¹⁸ passam por uma série de reformas¹¹⁹ em vários Estados, inclusive em Santa Catarina.

Segundo Nóbrega,

Educação de Florianópolis, foi possível criar a publicação dessa revista, adquirir livro, organizar laboratórios, dar um cunho experimentalista e indutivo aos trabalhos do referido Instituto. Não bastando isso, o Instituto tinha conseguido, por intermédio do Ex.^{mo} Senhor Secretário da Educação, Saúde e Justiça, de vez em quando visitas dos mais expressivos representantes do ensino superior no Brasil. Os ilustres visitantes, segundo Moreira, brindaram-nos com magníficas conferências, das quais a publicação é uma honra para “Estudos Educacionais”. (p. 3-4).

¹¹⁷ Lourenço Filho fez com sucesso no Ceará a sua primeira grande experiência na esfera administrativa, com 25 anos de idade, período que ficou marcado como um de seus eleitos. Em 1921 como professor de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de Piracicaba funda a “Revista de Educação”. Em São Paulo e no Rio de Janeiro examina a situação e enfrenta o problema do professorado e de sua formação profissional. Institui o Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal da Capital Federal, na qual tem suas origens a primeira Faculdade de Educação (1933). Cria o primeiro Serviço de Psicologia Aplicada de caráter oficial no País. Em 1938 confia-lhe o Governo da União a incumbência de dar forma e vida ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Um Educador Brasileiro*: Lourenço Filho. Livro Jubilar. São Paulo: Melhoramentos, 1957. p. 18. OBS.: Essa obra é uma síntese da vida e dos trabalhos de Lourenço Filho até 1958).

¹¹⁸ O novo projeto de sociedade despertou considerável preocupação com a formação científica dos professores – cursos normais – para que se legitimasse sua intervenção nesta nova realidade. Fernando Azevedo (um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Sociologia, da qual foi Presidente desde sua fundação em 1935 e Vice-Presidente da *International Sociological Association* de 1950 a 53) (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS) e Lourenço Filho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO) promoveram as reformas no ensino em São Paulo e no Rio de Janeiro. (FIORI, Neide. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 120). Segundo Daros (2002, p. 41), dentre os conteúdos discutidos como necessários à formação dos professores, destacam-se os de sociologia, que, junto com os de biologia, psicologia, história e filosofia da educação, vieram a formar o que posteriormente se denominou “Fundamentos da Educação”.

¹¹⁹ A Reforma Sampaio Dória (SP) 1920 incluía a instrução moral e cívica no currículo do ensino primário básico e do ensino primário médio. O Regulamento da Instrução Pública do Ceará (Lourenço Filho, 1923) prevê instrução moral e cívica nos quatro anos do ensino primário, o mesmo acontece com a reforma realizada por Anísio Teixeira na Bahia, em 1925. São exceções a Reforma dos Programas do Curso Primário do Distrito Federal, proposta por Carneiro Leão (1926), e a Reforma do Ensino Primário do Estado de Minas Gerais, realizada por Francisco Campos (1927/28). Para Leão, o professor deveria “fazer” educação moral e cívica no ensino de todas as disciplinas e em todos os momentos de classe em que a ocasião se apresentasse. Para Francisco Campos, a educação moral deveria ser substituída pela educação religiosa, e a cívica a escola poderia realizá-la adotando o jogo dos processos sociais, ou seja, fornecendo ao instinto social da criança

As reformas educacionais empreendidas no Brasil durante a Primeira República podem ser entendidas, por um lado, no contexto do federalismo republicano como princípio político fundamental na organização do Estado brasileiro e, por outro, dentro de um projeto oligárquico de nacionalização das massas de imigrantes e de disciplinamento das camadas populares. (...) fundamental sobretudo, a qualidade da formação dos professores, que seriam os portadores da difusão de uma nova visão de mundo (...) republicana, nacionalista, liberal (...) (2000, p. 2).

A visão de mundo nacionalista encontrava um obstáculo, pois o Brasil era um país regionalista. O regionalismo, que impedia um desenvolvimento harmônico do País, nasceu antes do nacionalismo. Antes de sermos brasileiros éramos catarinenses, paulistas, mineiros. Mas esse sentimento de pertencimento regional já preconizava um certo nacionalismo, só que em escalar menor.

Espelhando-se nos modismos culturais e sociais importados, Vargas impunha suas regras à sociedade através da *intelligentsia cabocla*. E, para melhor controlar o resultado de suas aspirações, propunha a superação do regionalismo¹²⁰ interno no Brasil pela criação de uma única região sob o entendimento do nacionalismo, ou seja, o Brasil como unidade nacional.

Essa nova situação ocasionou grandes debates em todas as esferas da realidade brasileira. O intelectual paulistano Mário de Andrade, por exemplo, professor, jornalista, escritor, folclorista e fomentador de incontáveis discussões sobre arte (aliás, um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922) pregava o “abrasileiramento” da cultura. Acreditava que o dever era ensinar e fazer circular a cultura com traços típicos brasileiros. A síntese literária da pesquisa de Mário de Andrade sobre a cultura popular veio por meio de sua obra mais célebre “Macunaíma”, que era na verdade a expressão do caldo de misturas étnicas de nosso povo¹²¹.

formas claras e quadros regulares que orientassem e disciplinassem o exercício das atividades sociais. (BAIA HORTA, 1994).

¹²⁰ O Regionalismo era um poder político puramente local. O senhor local tinha o dever de proteção; e a contrapartida desse dever de proteção era a obrigação de lealdade dos seus fâmulos, dos seus aparentados, dos seus protegidos. A sanção do poder de proteção e da exigência de lealdade sempre foi a armada local. Essa armada local, a força policial usada pelas pessoas privadas, pelos donos locais do poder, foi uma constante na vida política brasileira de 1889 até 1930. A Constituição de 1891 provocou a divisão política de Estados federados em relação ao poder central e nacional, provocando a exacerbação do coronelismo no plano local e a união pessoal de governadores no plano nacional, o que dava sustentação à política do presidente da República. (COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 48-49).

¹²¹ CASO, Fabiana. Memória. Perfil. Um intelectual no meio do povo. *Diário Catarinense*, p. 3, 24 fev. 2004.

Gilberto Freire, em “Casa Grande e Senzala”, modificou o enfoque da questão das raças formadoras do País e defendeu a colonização portuguesa expressa na idéia da democracia racial. Já, Sérgio Buarque de Holanda publicou “Raízes do Brasil”, contrapondo-se a Freire ao ressaltar a necessidade do País de superar as raízes culturais portuguesas como condição para entrar na modernidade. O cunho marxista veio da obra de Caio Prado Júnior “Evolução Política do Brasil”, na qual enfatiza a participação das camadas populares na História Nacional¹²².

Todas essas discussões faziam parte dos ideais e valores dos diferentes intelectuais, cada qual expondo sua linha de pensamento de uma maneira clara, definitiva e exigente.

No início, na área da educação, os debates serviram de instrumento para a proposta de "renovação do sistema de ensino" em nível nacional, seria uma educação que defenderia os ideais do liberalismo (a defesa do indivíduo, a liberdade de iniciativa, a igualdade perante a lei, a solidariedade entre todos), pois, afinal, a revolução foi detonada sob os auspícios da Aliança Liberal.

Porém, a falta de medidas imediatas, como a execução do próprio programa da Aliança, faz com que já em 1931 o governo provisório perca a confiança do povo e a situação em geral fique fora do controle. Com a multiplicidade dos grupos formadores do governo, o programa vai sendo definido de acordo com interesses diversos ou ditado pelas necessidades que fossem surgindo.

Em seu discurso para as "classes armadas" em 1931, Getúlio Vargas, ao apresentar o Programa da Revolução, mostra a educação e o saneamento como instrumento para "restituir ao elemento homem a saúde do corpo e consciência de sua valia" e "assegurar a transformação do capital humano... aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor"¹²³.

Se a educação aparecia como instrumento capaz de melhorar as condições de vida do "proletariado urbano e rural" e também "como instrumento de nacionalização das populações de origem estrangeira nas colônias e de integração dos habitantes do interior do país"¹²⁴, então as instituições de ensino representavam uma das vias de difusão desse discurso. Automaticamente a escola era formadora de imagens desses grupos, portanto, de "problema nacional", como era considerada desde o fim do Império e 1ª República, a

¹²² (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Anos de Incerteza (1930-1937). Os Intelectuais e o Estado. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 3 jun. 2004).

¹²³ VARGAS, Getúlio. A Revolução, as suas origens e o seu programa. In: _____. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 81.

¹²⁴ BAÍÁ HORTA, José Silvério. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: Regime Autoritário e a Educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 1.

educação passa a ser vista, através da intervenção cada vez mais incisiva do Governo Federal, como um "problema de segurança nacional", justificando, assim, a crescente centralização do aparelho educativo.

Segundo Beisiegel, "a clara compreensão do processo educativo inegavelmente envolve conhecimento da sociedade em suas dimensões econômica, social, política e cultural"¹²⁵.

Mas, se o processo educativo envolve o conhecimento da sociedade em geral e sendo o País de proporções continentais, as dificuldades eram incontestes. Além disso, no início esse movimento não apresentou um plano educacional definido e orgânico, pois sua principal preocupação era arbitrar as diferentes tendências existentes, ou seja, a educação deveria render-se às necessidades das novas relações sociais sem, no entanto, deixar de atender às características do processo anterior, àquele mesmo das velhas oligarquias.

Então, nesse período, as diferentes forças da sociedade civil (a Igreja, os reformadores sociais – médicos, higienistas, engenheiros sanitaristas e educadores que formulam e acionam saberes) e do Estado (os militares e o próprio Estado) buscam em nome de um bem maior para a defesa do País e para a afirmação do Brasil como Estado/Nação interferir na política educacional. Esperava-se que a "educação" desempenhasse o principal papel na formação profissional, moral e política da população brasileira e também na construção da nacionalização. Segundo Borges¹²⁶, na época:

o ensino é tido como uma das vias para modernizar o país e formar a consciência nacional ou unidade espiritual. Busca-se, em última instância, eliminar as diferenças e o individualismo, em prol de uma homogeneização da estrutura social e do interesse coletivo (ou nacional), tentando-se, pela via da escolarização primária, controlar o futuro trabalhador para a fábrica, obter a coesão interna para integração econômica e cultural entre as nações.

Durante sua estada no poder, Getúlio Vargas regeu, com maestria e muita astúcia, a orquestra dos Ministérios. Criou em 1931 o então Ministério da Educação e da Saúde Pública, tendo como seu primeiro ministro o “educador reformista” e ideólogo do

¹²⁵ BEISIEGEL, Celso de Rui.. In: COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7.

¹²⁶ BORGES, 2002, p. 4.

pensamento autoritário brasileiro Francisco Luís da Silva Campos ou simplesmente Francisco Campos¹²⁷.

Com a ligação entre educação e saúde, a educação física, que antes era voltada para o desenvolvimento físico individual, passa a ser relacionada com o fortalecimento da raça. Os militares chamam a si a responsabilidade por esse setor, pensando na sua participação no âmbito escolar.

Inicialmente, a educação moral do cidadão serve de amparo para o retorno do ensino de religião nas escolas. Depois, acrescida de civismo e patriotismo, serviria para reabilitar a educação moral e cívica nos currículos dos diferentes níveis de ensino, acoplando-se a ela a idéia de criação de uma organização nacional da juventude.

Ao longo desse período (década de 1930) os projetos de reconstrução nacional foram surgindo e disputando sua legitimidade junto ao Estado, pontuando o jogo de interesses e as convicções políticas, sociais e filosóficas de cada agente envolvido nessa disputa. Dessa maneira, a supervalorização ideológica do processo educacional acabou reforçando a percepção do sistema escolar como um valioso recurso para certas facções da sociedade se evidenciarem e legitimarem no poder.

Assim sendo, os esforços serão envidados por toda a elite para projetos de reconstrução nacional, evidenciando o papel da educação. Lutam por seu papel hegemônico:

a) a Igreja, com a batalha pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela liberdade do ensino. O ensino religioso seria um instrumento para a “recuperação dos valores perdidos”. E a escolha dos valores a serem recuperados era, segundo Campos¹²⁸, uma decisão da qual dependia “não somente o sistema de educação, como o sistema ou regime político” ao qual a educação encontrava-se subordinada;

¹²⁷ CAMPOS, Francisco. Advogado e Jurista; Deputado Estadual em MG pela legenda do Partido Republicano Mineiro. Deputado Federal, defensor de posições antiliberais. Quando Secretário do Interior de MG, promoveu a Reforma Educacional mineira. Representante mineiro na reunião realizada no Rio de Janeiro, em 1929, que acertou o apoio de MG à candidatura de um gaúcho à Presidência da República. Foi um dos primeiros organizadores da Legião de Outubro, criada para oferecer sustentação política à nova ordem, agremiação esta semelhante às organizações fascistas européias no que diz respeito tanto aos aspectos programáticos como organizacionais. Representante mineiro no Governo Federal, deixou o Ministério em 1932. Nomeado Consultor Geral da República em 1933. Nomeado Secretário da Educação do Distrito Federal em 1935 em substituição a Anísio Teixeira. Neste período defendeu a ditadura como regime político mais apropriado à sociedade de massa. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Era Vargas – Biografias. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 24 jun. 2004).

¹²⁸ CAMPOS, Francisco. In: BAÍÁ HORTA, José Silvério. *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia. Regime Autoritário e Educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994. p. 107.

b) os pioneiros, no caso os intelectuais, tentando modernizar o sistema educacional brasileiro e adequá-lo às exigências do capitalismo. Isso significava, para eles, sair do ostracismo, ter uma identidade social, legitimar sua esfera de atuação através da valorização do processo escolar e seu reconhecimento político;

c) as Forças Armadas, com sua política de educação consideravam a tarefa do Exército “não como educadora do povo, mas como prolongadora da escola”¹²⁹;

d) o próprio Estado, como reconciliador das diversas vertentes das classes dominantes e ao mesmo tempo como responsável por destinar ao ensino o papel relevante na implantação e justificativa de sua política autoritária.

Essas eram as principais facções que disputavam o direcionamento do projeto educacional. O período era turbulento; as mudanças, radicais; e o projeto da nacionalização deixava claro a fragilidade da educação e dos educadores.

O levante chamado de “Intentona Comunista”¹³⁰, de 1935, que já havia atingido os “moços de espírito mais impressionáveis”, desencadeia a repressão aos responsáveis e um extenso saneamento. Com o prolongamento do estado de sítio, a restrição dos direitos e a caça a todos os elementos suspeitos, inicia-se o prelúdio do Estado Novo.

Era necessário educar as novas gerações dentro dos princípios básicos da Nação brasileira, não permitindo que “extremistas” interferissem na obra educativa, amoldando os jovens a sua ideologia. Por isso, nas escolas os professores viviam um dilema – ou aderiam a “campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro” como exigia Vargas ou eram compulsoriamente afastados.

Na mensagem presidencial ao Congresso Nacional¹³¹ em maio de 1936, Vargas, sem negar o alcance político da educação, deixa claro que, mesmo sem abandonar “a posição nitidamente imparcial do Estado no ensino”, seria preciso ministrar de alto a baixo, em todos os estabelecimentos de ensino público ou instituições privadas, o conhecimento dos valores nacionais. E, tudo isso deveria ser levado em consideração no momento de se elaborar o “Plano Nacional de Educação”.

¹²⁹ Frase do General Caetano de Faria, Chefe do Estado-Maior do Exército. Boletim do Estado-Maior do Exército, n.º 3, p. 25, abril de 1912. In: BAÍA HORTA, José Silvério. *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia. Regime Autoritário e Educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994, p. 7.

¹³⁰ Intentona Comunista, revolta comunista de 27 de novembro de 1935 que Assis Chateaubriand batizou de Intentona e divulgou através dos Diários Associados. O nome foi adotado para sempre pela direita para referir-se ao movimento. (MORAIS, 1994, p. 362). O Estado de sítio foi decretado a partir do levante e prorrogado a partir de 23 de março de 1936.

E, para se entenderem os fatores dessa política de nacionalização, que em suma era um projeto de nacionalização, Gertz¹³² nos diz:

Os fatores que ajudam a entender a política de nacionalização no Brasil em geral a partir do Estado Novo envolvem fatores intelectuais, fatores conceptuais, o pensamento nacionalista, também chamado muitas vezes de nativista, característico por destacar as bases coloniais da formação da nacionalidade brasileira; o outro fator conceptual é o da ideologia antiliberal estadista, com sua convicção de que o “mercado” político é inviável no Brasil; e finalmente o fator material, as necessidades unificadoras e homogeneizadoras de um Estado nacional moderno.

A questão das escolas étnicas também se encaixava no discurso de Vargas, primeiro por serem estabelecimentos criados pelos imigrantes que no País chegavam, e segundo por se constituírem em locais onde se praticava a língua de origem desses estrangeiros. Desde o século XIX essas escolas, mantidas pela comunidade, tinham licença para funcionar, mas foi a partir de 1900 que os imigrantes criaram uma estrutura de apoio para suas escolas étnicas¹³³.

A prática vigente, antes do projeto de nacionalização de Vargas, desvinculava os conceitos de nacionalidade e de cidadania. Ainda, segundo Kreutz, “A nacionalidade determinava-se a partir da raça, da etnia, dos valores e peculiaridades étnicas”.¹³⁴ Assim, um imigrante poderia se considerar cidadão brasileiro e ao mesmo tempo afirmar seu pertencimento à nacionalidade de origem, seja ela italiana, alemã etc. A língua era o principal elemento étnico-cultural do imigrante e de seus descendentes.

Esse procedimento dos imigrantes, de cultivar as especificidades étnico-culturais, foi altamente questionado e considerado intolerável a um Estado/Nação como o Brasil procurava se apresentar. Nessa questão os Estados do Sul se destacavam frente aos demais Estados como cerne de um problema a ser resolvido.

À época, a intelectualidade catarinense vivia em completa agitação. A Academia Catarinense de Letras fundada em 1924 reunia escritores, literatos e políticos mostrando a

¹³¹ VARGAS, Getúlio. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em maio de 1936. In: BRASIL. Presidente, 1930-1945. Mensagens Presidenciais. Presidência Getúlio Vargas, 1933-1937. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. p. 699-700.

¹³² GERTZ, René. Cidadania e Nacionalidade: História e conceitos de uma época. In: MULLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994. p. 23.

¹³³ KREUTZ, 2002, p. 1. Na década de 1930, no Brasil, os imigrantes alemães tiveram 1579 escolas étnicas, os italianos, 167 (em 1913 tiveram 396), os poloneses, 349, e os japoneses, 178 (há polêmica relativa aos números).

¹³⁴ Idem.

preocupação da política com a cultura. Também, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o Instituto de Educação de Florianópolis¹³⁵ eram considerados pontos estratégicos da intelectualidade da cidade, tendo em vista que essas instituições reuniam um número considerável de intelectuais e educadores¹³⁶.

Era pensamento da intelectualidade mudar a situação em que se encontrava o ensino, fonte de disseminação de idéias, e dar conhecimento às transformações políticas e institucionais, mas para isso se fazia necessário investir na educação e cuidar com especial atenção da formação dos professores.

Assim, segundo Daros¹³⁷,

Também em Santa Catarina a formação de professores ganha destaque dentro da política educacional traçada a partir dos anos trinta, aliada a uma preocupação com a ordenação, com uma vontade de vincular a autoridade administrativa às bases técnicas e à centralidade de um aparelho autônomo com a denominação de Departamento de Educação.

Considerando a necessidade de adoção de novas normas para regerem os institutos destinados à formação do professorado para aplicações de novos métodos de ensino¹³⁸, o Interventor Federal de Santa Catarina Aristiliano Ramos através do Decreto n.º 713 de 5 de janeiro de 1935 promoveu a reforma da instrução. Essa reorganização¹³⁹ escudada pelo professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade teve dois pontos importantes: as Escolas

¹³⁵ O Instituto Estadual de Educação de Florianópolis tinha nomes como João Roberto Moreira, diretor e catedrático de Psicologia e Pedagogia do Curso Normal (*Estudos Educacionais*, n.º 1, 1941), um dos idealizadores da revista *Estudos Educacionais*, junto com a Diretoria do Instituto de Educação. Publicou artigos na referida revista na qual mostrou preocupação com a formação dos professores. Henrique Stodiek, professor interino da cadeira de Sociologia do Instituto Estadual de Educação, também publicou artigos na revista, segundo Nascimento e Daniel, “A projeção catarinense de Henrique Stodiek como intelectual ocorreu em 1943 com a publicação do seu artigo *Bérgson e a Sociologia*” na revista “Estudos Educacionais”, ano III, n.º 5, dez. 1943. (NASCIMENTO, Carla; DANIEL, Lezianny. Instituto de Educação de Florianópolis e os intelectuais Catarinenses da década de 40. IN: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores. *Formação de Professores em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC, 2002. p. 60).

¹³⁶ NASCIMENTO, Carla; DANIEL, Lezianny. Instituto de Educação de Florianópolis e os intelectuais Catarinenses da década de 40. IN: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores. *Formação de Professores em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC, 2002. p. 55.

¹³⁷ NASCIMENTO, Carla; DANIEL, Lezianny. Instituto de Educação de Florianópolis e os intelectuais Catarinenses da década de 40. IN: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores. *Formação de Professores em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC, 2002. p. 37.

¹³⁸ Decreto n.º 713, de 5 de janeiro de 1935. Na exposição de motivos, o Decreto estabelece um sistema educacional público gratuito, abrangendo o ensino pré-primário, fundamental comum, supletivo, secundário e vocacional. Livro de Leis, Decretos e Resoluções. 1935. APESC. A reorganização do ensino em Santa Catarina efetuada no ano de 1935 recebeu o nome de Reforma Trindade.

¹³⁹ Esta reorganização do ensino, apesar dos propósitos de seus idealizadores, não teve bons resultados por ter sido basicamente uma superestrutura administrativa e por nada ter introduzido de novo nos currículos

Normais foram transformadas em Institutos de Educação; e foi criado o Departamento de Educação no lugar da tradicional Diretoria da Instrução Pública, subordinado à Secretaria de Interior e Justiça. Esse Departamento de Educação seria constituído por Institutos e Subdiretorias.

A importância dispensada à formação dos professores, nesse período em Santa Catarina, fica expressa no intercâmbio¹⁴⁰ cultural promovido pelo Instituto de Educação, primeira instituição oficial formativa do Estado, com os principais centros culturais do País, no caso Rio de Janeiro como Capital Federal e São Paulo¹⁴¹. Com este último Santa Catarina mantinha estreitas relações, desde a época em que o Estado considerou como modelar os métodos de ensino paulista, reconhecidos como os mais aperfeiçoados¹⁴².

O Instituto de Educação, através de seus educadores, trazia aos futuros mestres grandes nomes nacionalmente reconhecidos na área, como o brasileiro Fernando de Azevedo¹⁴³, o francês Roger Bastide, o americano Donald Pierson¹⁴⁴, reforçando assim o cunho científico que se pretendia dar ao ensino catarinense.

escolares, redistribuiu-os tão somente. FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 1253.

¹⁴⁰ Manuel Marques Carvalho, falando sobre Lourenço Filho e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), dizia que o Intercâmbio era feito direta ou indiretamente com todas as instituições do País. Procurava-se manter relações com os centros de administração do ensino, órgãos técnicos, órgãos de ensino pedagógico especializado (como Escolas Normais e as Seções de Educação das Faculdades de Filosofia) e, ainda, associações de educadores. O intercâmbio se realizava, praticamente, pela permuta de informações, remessa de publicações, solicitação da parte do Instituto para preenchimento de questionários e cooperação em pesquisa. O INEP mantinha correspondência com todos os Estados e territórios do Brasil, em cada um deles era designado pelo Departamento de Educação um “correspondente do INEP”. (CARVALHO, Manuel. Lourenço Filho e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. IN: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Um Educador Brasileiro: Lourenço Filho*. São Paulo. Melhoramentos, 1957. p. 83).

¹⁴¹ A reforma do ensino paulista influenciou todo o País. Para a educação pública em Santa Catarina, a partir daí até 1940, foi o modelo sempre seguido. (MOREIRA, João Roberto. In: FIORI, Neide. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 81).

¹⁴² Este relacionamento entre Santa Catarina e São Paulo já estava presente em 1907 quando Orestes Guimarães reorganizou o Colégio Municipal de Joinville e depois, em 1911, quando, no Governo Vidal Ramos, este mesmo professor foi convidado a reorganizar o Ensino Primário em Santa Catarina. (Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina em 23 jul. 1911 pelo governador Vidal J. de Oliveira Ramos. APESC). A respeito do intercâmbio, na matéria publicada na *Revista Educação* chamada *Do Caráter Empírico das Aplicações Pedagógicas*, Moreira faz uma referência à *Revista Educação* de outubro/novembro de 1932, editada em São Paulo e fundada por Lourenço Filho em 1921, dizendo “lá encontrei um artigo, em que o autor confirmava a asserção da professora catarinense”. (*Revista Estudos Educacionais*, Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, ano I, n.º 1, p. 26, ag. 1941).

¹⁴³ AZEVEDO, Fernando. Entre outras coisas, Azevedo projetou, defendeu e realizou, no Distrito Federal (1920-30), uma reforma de ensino das mais radicais que se empreenderam em todo o País. Como consta de seus dados biográficos da Academia Brasileira de Letras, foi o redator e o primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.(1932), o qual defendia uma escola pública, universal, laica, obrigatória e gratuita. Criticava a educação tradicional, a falta de unidade e articulação das reformas promovidas até então por não se harmonizar com as mudanças e necessidades modernas.

Mostrando-se integrado com o pensamento da intelectualidade catarinense, o Secretário da Justiça, Educação e Saúde Ivo D'Aquino¹⁴⁵, em seu discurso como paraninfo da Turma de Professores de 1939, cita pensadores e educadores: o mestre cubano Aguayo (que julga a atuação do brasileiro Lourenço Filho como similar à de Claparède na Europa¹⁴⁶); o conceito individualista de Rousseau e de Spencer (inglês); o socialista Oestêrreich; o americano Dewey¹⁴⁷, que escreveu “A Escola e a Sociedade”, cujas teorias educativas inspiraram muitas experiências em vários países, inclusive no Brasil; o positivista Comte; o francês Durkheim¹⁴⁸; Paul Fauconnet¹⁴⁹, professor de Pedagogia na Universidade de Paris; Ruy Barbosa; e ainda Cristo, Este como “o mais sublime dos educadores”.

Com isso queremos evidenciar que o Secretário Ivo D'Aquino estava atento à procura de “firmes e estáveis fundamentos científicos como auxiliares decisivos de uma nova educação”¹⁵⁰, construída nas “acolhedoras” salas do Instituto de Educação. Pois, a “derradeira e mais elevada finalidade da escola é a de formar o cidadão” (D'AQUINO¹⁵¹, 1939).

¹⁴⁴ Donald Pierson. Intelectual americano, era Professor na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. (*Estudos Educacionais*. Teorias Sociológicas e Pesquisas Sociais. Henrique Stodiek, ano III, n.º 4, p. 22, jun. 1943).

¹⁴⁵ D'AQUINO. Discurso proferido como paraninfo dos formandos do Instituto de Educação de 1939. *Estudos Educacionais*, ano I, n.º 1, p. 8-15, ag. 1941.

¹⁴⁶ LOURENÇO, Leda Maria. Lourenço Filho na Bibliografia Estrangeira. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Um Educador Brasileiro*: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1957. p. 210.

¹⁴⁷ Primeira tradução de Dewey “A criança e o Currículo”, no Brasil. (com tradução e introdução de Anísio Teixeira). TEIXEIRA, Anísio. Lourenço Filho e a Educação. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Um Educador Brasileiro*: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1957. p. 65-66.

¹⁴⁸ DURKHEIM, David Émile (1858-1917). Primeira obra traduzida no Brasil por Lourenço Filho em 1928 chama-se “Educação e Sociologia”.

¹⁴⁹ FAUCONNET, Paul. Falando da obra de Lourenço Filho “Introdução ao Estudo da Escola Nova” (1933), disse: “Esta introdução é um dos melhores livros que já se tenham escrito acerca da Escola Nova, seja em que língua for. Tudo quanto seja essencial ao problema aí está exposto, e admiravelmente exposto, com uma apreciação muito justa da importância dos pedagogos estudados. (...) E todos quantos conheçam a vastíssima literatura acerca do assunto, não poderão deixar de render homenagem à sua erudição e a sua competência em Filosofia, Psicologia e Pedagogia. Em resumo, seu livro é um guia seguro, em que se pode confiar”. (Idem. p. 210).

¹⁵⁰ MOREIRA, J. Roberto. Idealismo Crítico e Educação. In: *Estudos Educacionais*, ano II, n.º 3, p. 8, nov. 1942. A respeito do intercâmbio na matéria publicada na *Revista Educação* chamada *Do Caráter Empírico das Aplicações Pedagógicas*, Moreira faz uma referência à *Revista Educação* de outubro/novembro de 1932, editada em São Paulo e fundada por Lourenço Filho em 1921.

¹⁵¹ D'AQUINO, Ivo. Discurso proferido como paraninfo dos formandos do Instituto de Educação de 1939. *Estudos Educacionais*, ano I, n.º 1, p. 12, ago. 1941.

Por sugestão de Ivo D’Aquino, a Diretoria do Instituto Estadual de Educação criou a revista “Estudos Educacionais”, cujo primeiro número foi editado em agosto de 1941. O objetivo da realização do periódico era, segundo Moreira¹⁵²,

... integrar-nos no verdadeiro espírito, de indução e trabalho que caracterizam os tempos atuais, fazendo que por intermédio de “Estudos Educacionais”, nossos alunos se capacitem dos reais e mais importantes problemas da técnica pedagógica.

Mas, a maior preocupação do Estado estava atrelada aos objetivos que a Constituição de 10 de novembro de 1937 demandava a respeito da educação nacional. Para D’Aquino¹⁵³:

A educação é o primeiro e fundamental capítulo da defesa nacional, porque é por ela que, nas primeiras madrugadas da razão, a criança aprende a querer e a sentir a Pátria e com ela vibrar sintonizadamente, nos seus anseios, nas suas lutas e nas suas glórias. Diz ainda, Pátria não é um termo vago e retórico: mas o patrimônio comum da história, das tradições, da religião, dos costumes da língua, da cultura, das esperanças, das lutas e dos ideais incorporados à Nação.

Dentro do novo contexto, num esforço conjunto para a formação da consciência nacional, os Governos Federal e Estadual tomaram uma série de medidas, compelindo a integração dos imigrantes e seus descendentes para os valores político-culturais da nação brasileira, porque, segundo Schwartzman, Bomeny e Costa, “Não havia, em projetos nacionalistas como o do Estado Novo, espaço para a convivência com grupos culturais estrangeiros fortes e estruturados nas regiões de colonização”¹⁵⁴.

Toda essa exigência de sentimento de brasilidade atinge diretamente o professorado, que, em formação ou já atuante, teria que se relacionar com diferentes comunidades estrangeiras. Assim, as tensões vividas dentro e fora da escola, a questão da etnia e o problema da língua, da segurança nacional, os preconceitos e os estereótipos, enfim, tudo isso se relacionava com a educação e era um assunto que estava sempre na ordem do dia no período do autoritarismo político.

¹⁵² MOREIRA, João Roberto. Editorial. *Estudos Educacionais*, ano I, n.º 1, ag. 1941.

¹⁵³ D’AQUINO, Ivo. Discurso proferido como paraninfo dos formandos do Instituto de Educação de 1939. *Estudos Educacionais*, ano I, n.º 1, p. 12, ag. 1941.

¹⁵⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 91.

O "novo homem" que surgiria desse novo país unificado seria então moldado através do projeto nacional de educação, “o projeto de nacionalização passa a ser construído articulado à educação”. Assim sendo, o sistema educacional é colocado a serviço do novo Estado.

Todo esse processo deixou sua marca na educação brasileira. Por se tratar de um Estado com consideráveis núcleos de imigrantes alemães e italianos, entre outros, faz-se necessário entender e constatar concretamente como o projeto de nacionalização, na educação, foi imposto e controlado em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940.

Porém, no início, quando as colônias estrangeiras começaram a se expandir no Estado e o crescimento da população em idade escolar foi também se multiplicando, o ensino em Santa Catarina ainda era incipiente, pois os primeiros governos republicanos precisaram partir da “estaca zero. Antes deles o que havia em matéria de educação era de iniciativa particular, o Governo estava ausente”¹⁵⁵.

¹⁵⁵ MOREIRA, J. Roberto. In: FIORI, Neide. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis, EDUFSC, 1991. p. 119.

7 O INCIPIENTE SISTEMA ESCOLAR CATARINENSE – UM SÉRIO PROBLEMA TAMBÉM PARA OS ESTRANGEIROS

Em Santa Catarina, o movimento imigratório trouxe, no século XIX, colonos europeus oriundos de centros de civilização bastante evoluídos em busca de melhores oportunidades. Aqui instalados, isolados de outros centros ou correntes imigratórias, com muito trabalho consolidaram-se em suas colônias, formando núcleos etnicamente homogêneos, que mais tarde seriam vistos com suspeita pelos brasileiros¹⁵⁶, que passaram a chamar tais locais como enquistamentos ou colônias alienígenas.

Os imigrantes que aqui aportavam procuravam viver em núcleos, seus primeiros anos na colônia eram dispensados na difícil labuta pela sobrevivência. Isolados geograficamente das populações ditas caboclas ou brasileiras, ou seja, dos núcleos urbanos, pois suas terras estavam localizadas nos vales dos rios e em encostas cobertas pelas matas, valorizavam e fortaleciam o convívio com seus pares.

Quando os primeiros colonos começaram a chegar, o sistema escolar de Santa Catarina era ainda incipiente. Por isso, as escolas públicas eram raras nas áreas de colonização, as que existiam não atendiam aos seus anseios. A dificuldade de comunicação verbal com os professores das escolas públicas, quando existentes, motivou-os a procurar outros caminhos.

A escola do imigrante estava intrinsecamente ligada à Igreja, em especial à luterana para os alemães e à católica para os italianos. Durante a semana, o local, igreja/escola, funcionaria como escola e aos domingos se transformava em templo¹⁵⁷.

Mais tarde, os estrangeiros foram desenvolvendo um sistema de escolas mantidas por sociedades escolares, paralelas às instituições públicas, com toda uma cultura própria italiana e/ou alemã. Tal procedimento, que contava *a priori* com a conivência governamental, passa a partir do Decreto n.º 88 de 31/03/1938 da nacionalização a ser visto com desprezo.

¹⁵⁶ SEYFERT, Giralda. A Identidade Teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 13.

¹⁵⁷ KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (Org). *Mosaico de Escolas*. Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 142.

Com o afastamento de outras tradições e costumes, a estrutura socioeconômica dessas colônias apresentava elementos identificadores com a procedência dos imigrantes. As construções civis, a arquitetura e a indústria embrionária estavam calcadas em tradições e em costumes da longínqua pátria.

Abandonadas pelas autoridades educacionais, essas localidades construíam escolas (estrangeiras), que surgiam como resposta às necessidades básicas da prole dos imigrantes, que não poderiam deixar seus filhos sem instrução, pois “a percepção da importância fundamental da escola para o processo humano, político, social e religioso já vinha com a bagagem cultural dos imigrantes¹⁵⁸”.

Para eles, então, a formação religiosa – uma grande parte dos imigrantes era formada por evangélicos luteranos que importavam os pastores da Alemanha – e o bem-estar material e social do povo se alicerçavam na educação.

Dessa forma, estando essas colônias isoladas, as escolas que dali surgiam eram particulares e apresentavam-se, em quase tudo, à imagem e semelhança da comunidade onde estavam situadas. Além dos costumes e das tradições, cultuava-se a língua pátria, que em nada se parecia com as características da língua portuguesa.

As leis para preservar a língua, os costumes e as tradições nacionais já existiam desde a monarquia, porém até aquele momento a organização do ensino escolar nas áreas coloniais, que seriam o cerne da mudança, não preocupou o Governo Federal, que atribuía aos poderes municipais e estaduais a organização do ensino primário.

Na época do Império as leis da instrução pública em Santa Catarina, segundo palavras do Presidente da Província, doutor Antônio de Almeida Oliveira¹⁵⁹, “jaziam na maior confusão”. Além disso, o aspecto orçamentário pesava aos cofres do erário, os professores não eram considerados eficientes no desempenho de suas atividades¹⁶⁰, e pior ainda o programa oficial de ensino era tão precário que os alunos mal aprendiam a ler e escrever. Culminava essa exposição com a precária política de formação de professores catarinenses.

¹⁵⁸ KREUTZ, Lúcio. Escolas da Imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os Alemães do Sul do Brasil*. Canoas/RS: ULBRA, 1994. p. 150.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *Sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina*. Desterro, 2 de janeiro de 1880. Typ. e Lith. de Alex. Margarida, 1880. p. 27.

¹⁶⁰ À época institucionalizou-se o hábito de constituírem as cadeiras das escolas públicas como prêmio a serviços políticos ou à acomodação a protegidos, fato que tornava os professores desinteressados das atividades docentes. (FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 66).

Dentro desse quadro caótico, a “nacionalização” tornava-se menor aos olhos da Província, por isso, só mais tarde essa questão passou a ter um significado mais rigoroso.

Diferentemente do governo alemão, que apoiou suas colônias comprando a produção e em troca de pagamento fornecia sementes, maquinário, tecidos, louças, teares, livros, instrumentos musicais e condições para construção de igrejas, escolas, manutenção de padres, freiras, professores etc., o governo italiano esqueceu-se de suas colônias, e o seu sistema escolar do norte e sul catarinense foi a princípio inexistente. Apesar das solicitações feitas pelos colonos, nem o governo italiano e tampouco o brasileiro se sensibilizaram com a questão.

Segundo Baldin¹⁶¹, a falta de instrução dos filhos dos imigrantes impressionou o Consul di Savoia¹⁶² quando visitou as colônias do Sul. Sua surpresa foi tamanha, que a partir daí empenhou-se na busca por subsídio, junto ao governo italiano, para a construção de escolas. Argumentava suas petições citando o exemplo de parceria da Alemanha com suas colônias em Santa Catarina, mais especificamente Blumenau, e seu desenvolvimento sempre crescente.

Segundo Savi Hilário¹⁶³,

Com a visita de um Cônsul, ele ficou pasmado! Ele achou que o pessoal estava na condição de Bugre, na condição de Selvagem, eles não tinham instrução, não tinham nada. Então ele arranhou com o governo italiano subvenção e material. Eu conheci esses livros, que era a metade em português e a metade em italiano. Eu tenho o diploma do meu pai, recebido através do Consulado Italiano.

A partir então de 1901 a defesa consular surtiu efeito, pois começaram a chegar em Santa Catarina material escolar, livros e subsídio em dinheiro para a construção de escolas e pagamentos de professores. Já em 1903 chegam a Santa Catarina, vindas da região do Piemonte, as freiras da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus para se inserirem nas atividades de educação, preparo para o trabalho e apoio espiritual para os colonos, que queriam manter ou despertar o italianismo nas crianças aqui nascidas (BALDIN, 1999).

¹⁶¹ BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade*. História da Imigração Italiana no Brasil: os Vênets em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, EDUFSC, 1999. p. 108.

¹⁶² SAVOIA, Gherardo Pio di, representante do Consulado Italiano em Santa Catarina, sediado em Florianópolis. (BALDIN, 1999, p. 100).

¹⁶³ HILÁRIO, Savi. Laboratório de História Oral (REG:057). *Colonização italiana em Urussanga e Criciúma*. Entrevista concedida à Maria da Penha Siqueira em 24 abr. 1978.

Como as alemãs, as escolas italianas, se mantidas pelo governo italiano, estavam sob Jurisdição da Representação Consular, e, portanto, cabia ao Consulado Italiano designar o Inspetor Escolar das Escolas Italianas do Estado de Santa Catarina. Ao Cônsul cabiam apenas visitas, previamente programadas e preparadas para esse fim.

Mas as escolas não estavam livres de receber visitas de inspeção como a promovida pelo Cônsul italiano em Florianópolis, senhor Adelchi Gazzurelli, que argüiu os alunos da escola de Rio Maior sobre sua nacionalidade; ao ouvir que eram brasileiros, o Cônsul protestou energicamente dizendo-lhes que “eram eles italianos, se bem que tivessem nascidos no Brasil”.

Atitudes como essa provocavam no mínimo constrangimentos, mas não deixavam de mostrar o interesse italiano com relação à educação de seus descendentes.

No Governo de Felipe Schimidt foi efetuado um acordo entre o Município de Urussanga e o real Consulado da Itália em Florianópolis, devidamente sacramentado pela Portaria n.º 24 de 31/05/1917¹⁶⁴. Tal acordo criava a Escola Preparatória de Urussanga, “destinada a preparar para o melhor desempenho de suas funções os professores particulares” do referido município, que recebiam subvenção não só dos cofres daquele município como também do governo italiano.

A freqüência da escola preparatória era gratuita e obrigatória. Os professores, nomeados ou subvencionados pela Superintendência de Urussanga, que não freqüentassem a referida escola preparatória ou fossem reprovados nos exames finais, perderiam o cargo.

A escola preparatória teria dois professores, sendo um de nomeação do Governo e outro do Consulado Italiano de Florianópolis (Art. 9). A Direção caberia ao professor indicado pelo Secretário-Geral. O curso teria duração de dez meses e no programa constariam as seguintes matérias: português, italiano, aritmética, geografia, história, noções de agricultura e higiene rural, desenho, canto e ginástica (Art. 12). Quanto ao programa, seria um do Governo do Estado e outro na língua italiana, que seria fornecido pelo Consulado Italiano de Florianópolis (Art. 13).

Esse acordo, traduzido pela Portaria acima descrita, denotava a preocupação do governo italiano em manter seus “filhos” e os que deles descendessem instruídos, mas também ligados às suas tradições. Portanto, constata-se por meio de leis que não eram

¹⁶⁴ Portaria n.º 24, de 31 de maio de 1917. Livro de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917. p. 5. Das Portarias. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (Anexo 3).

somente os alemães que se preocupavam com a manutenção de suas tradições, os italianos também possuíam e sacramentavam as rígidas raízes de seu país de origem. Por isso,

Em todos os depoimentos, declarações, análises e avaliações a principal preocupação era a urgência de reformulação da estrutura de ensino primário, da oficialização das escolas primárias, da criação de escolas nacionais, enfim, uma agressiva investida para sustar o desenvolvimento dos núcleos de colonização (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 90).

Era nos ombros do docente que pesava o fardo da mediação entre o linguajar do estrangeiro e a necessidade da adaptação ao novo vernáculo, situação que se apresentava como um muro quase intransponível. Era ele o responsável pela divulgação correta da língua vernácula para evitar o desconforto dos estrangeirismos tão divulgados pela imprensa nacional.

Mas, para isso, era necessária a difusão das escolas primárias, como base da nacionalização. Porém, “o ensino primário no Estado era o que se pode imaginar de mais atrasado” (VIDAL RAMOS, 1911).¹⁶⁵

Segundo o governador Vidal Ramos, “Cumprira, portanto, que a remodelação do ensino fosse fundada em bases novas, de accordo com a evolução que se vai operando em todo o paiz sobre este magno assumpto”. (VIDAL RAMOS, 1911, p. 28).

¹⁶⁵ RAMOS, Vidal José de Oliveira. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, em 23/07/1911, p. 27-28.

8 REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A NACIONALIZAÇÃO NO GOVERNO DE VIDAL RAMOS

A história da implantação do sistema educacional em Santa Catarina pode ser considerada lenta, mas sem dúvida foi determinada por momentos marcantes. A nova ordem de valores políticos e sociais, imposta pela Proclamação da República, influenciou os caminhos do ensino, sempre carregado de conteúdos doutrinários; tratava-se da política do “coronelismo”¹⁶⁶ atada à política dos “governadores”.

Em seu segundo governo, Vidal José de Oliveira Ramos, patriarca da oligarquia Ramos, em mensagem ao Congresso Representativo do Estado, em 23 de julho de 1911¹⁶⁷, considerava que o analfabetismo era o grande mal, e a instrução, indispensável ao exercício integral dos direitos do regime democrático.

Como a Carta Magna¹⁶⁸ havia legado aos Estados esse difícil e complexo problema, Vidal Ramos pedia que os poderes públicos lhe dedicassem cuidados incessantes e especiais, porque “todos tem consciência que o ensino primário no Estado é o que se pode imaginar de mais atrasado”.

As causas seriam, de acordo com o governador, a falta de mestres idôneos, a adoção de processos arcaicos, considerados ultrapassados pela “pedagogia moderna”, a desigualdade de vencimentos para professores normalistas nas diferentes localidades, provocando o afastamento dos normalistas das escolas do interior, onde a vida tinha menos atrativos do que na cidade. Por isso, segundo o governador, dos 94 diplomados pela Escola Normal, somente 38 optaram pelo magistério¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Coronelismo, poder político exercido pelos grandes latifundiários em sua região. Vidal Ramos, que projeta uma grande corrente latifundiária pecuarista em ascensão, de maneira hábil, por interesses pessoais, vai levantar a bandeira da Aliança Liberal e vai aglutinar forças para a Revolução de 1930. Os novos políticos catarinenses, da Primeira República, têm ligações bastante profundas com o “coronelismo” urbano, fundamentado no comércio e na indústria. PIAZZA, Walter. *O Poder Legislativo Catarinense*. Das suas raízes aos nossos dias 1834-1984. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. p. 407.

¹⁶⁷ Mensagem apresentada no Congresso Representativo do Estado pelo governador Vidal Ramos em 23 jul. 1911. (APESC).

¹⁶⁸ Carta Magna referia-se à Constituição de 24 de fevereiro de 1891, a primeira republicana, elaborada por uma comissão que trabalhou durante três meses sob a Presidência do Ministro Rui Barbosa, na qual as províncias foram denominadas “estados”, com o direito de elegerem seus governantes e de administrarem, com certa independência, questões econômicas. THOMAZI, Moacir. *Constituição, obra de todos*. Florianópolis: Edeme, 1986.

¹⁶⁹ Mensagem do governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo, 1911. p. 32.

O conjunto desses fatores provocava sem dúvida atraso no ensino. Basta dizer que cada escola pública aprovava em média três alunos nos exames finais.¹⁷⁰

A Reforma do Ensino Público decretada pelo Congresso Representativo e sancionada por Vidal Ramos através da Lei n.º 846 de 11 de outubro de 1910 “fundaria” um novo tipo de escola para os catarinenses – as Escolas ambulantes, as Escolas Isoladas, os Grupos Escolares e a Escola Normal.

Ainda, segundo o governador¹⁷¹,

Foi minha preocupação, sem ostentação incompatíveis com os nossos minguados recursos, fundar os primeiros Grupos com as condições precisas para servirem de tipo ou modelo aos lhes que seguirem, e posso assegurar-vos que o juízo dos competentes tem sido francamente favorável ao plano das nossas novas casas escolares.

Foram sete os grupos escolares¹⁷² criados em virtude da remodelação do ensino: Lauro Muller e Silveira de Souza em Florianópolis, Conselheiro Mafra em Joinville, Jerônimo Coelho em Laguna, Vidal Ramos¹⁷³ em Lages, Victor Meirelles em Itajaí e Luiz Delfino em Blumenau.

No Art. 2, da Lei n.º 846 de 11 de outubro de 1910, ficava estabelecido que o Executivo estava autorizado a reorganizar o ensino público de acordo com os modernos processos pedagógicos e a contratar até três professores de reconhecida competência para auxiliarem o governo na referida reorganização. Nesse mesmo artigo, pretendia o senhor Governador organizar a Escola Normal já existente, tendo em vista a nova estrutura do ensino provocada pela reorganização.

Era natural, segundo Ramos, iniciar a reforma pela Escola Normal, que proporcionaria à mocidade catarinense professores cheios de “emulação”, mas era fundamental também estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante.

Assim, usando da autorização que lhe conferia a Lei n.º 846, o Coronel Vidal Ramos, pelo Decreto n.º 572 de 25 de fevereiro de 1911, altera profundamente o programa de ensino da Escola Normal.

¹⁷⁰ Mensagem do governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo, 1911. p. 28.

¹⁷¹ Vidal Ramos. Mensagem ao Congresso Representativo do Estado, 24 jul. 1913. APESC. G.m. 1913 – cx07. p26. APESC.

¹⁷² Idem. p. 27.

¹⁷³ Segundo Vidal Ramos, o Congresso Representativo do Estado (Mensagem apresentada em 24 jul. 1913) escolheu “seu humilde nome” para nominar o Grupo Escolar de Lages. p. 27.

Segundo Vidal Ramos¹⁷⁴,

O citado Decreto alterou a distribuição das matérias de ensino, desdobrando algumas que eram dadas insuficientemente; (...) restabeleceu o ensino do alemão, considerado, com razão, absolutamente necessário para facilitar ao professor o desempenho da sua nobre missão entre a população germânica. (grifo nosso)

O Decreto ainda restringiu o ensino do francês para o primeiro ano, tendo em vista que essa matéria só tinha utilidade para habilitar o professor a fazer traduções consideradas fáceis, para o uso próprio, portanto, não sendo útil nas lides da sala de aula. Outro item desse Decreto considerado importante foi o exame de admissão estabelecido aos moldes dos praticados nas Escolas Normais de São Paulo, Minas e do Rio de Janeiro.

Com o Decreto n.º 593¹⁷⁵ de 30 de maio de 1911 Vidal Ramos reuniu as disposições relativas à Escola Normal em um só regulamento: “Regulamento da Escola Normal”.

Em seu Art. 1, o Regulamento expunha como objetivo da Escola Normal ministrar a instrução teórica e prática necessária àqueles que se destinavam à carreira do magistério público, ou seja, ao preparo do professorado para o magistério primário.

O Art. 2 discorria sobre as disciplinas a serem ministradas no curso, e a distribuição das matérias constava do Art. 3, as quais ficariam dispostas ao longo de três anos da seguinte maneira:

QUADRO Nº 1 - DISCIPLINAS DOS 3 ANOS DO CURSO NORMAL

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Português	Português	Português
Francês	Alemão	Princípios de Literatura da Língua
Alemão	Aritmética	Alemão
Aritmética	Álgebra	Aritmética
Geografia	Geografia	Geometria
Desenho	Noções de História Natural	Física e Química
Ginástica	Noções de Psicologia	Princípios de História Geral e em especial a do Brasil
Trabalhos Manuais	Desenho	Pedagogia
Música	Ginástica	Desenho
	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
	Música	Música

FONTE: Regulamento da Escola Normal Catarinense, aprovado e mandado observar pelo Decreto n.º 593 de 30 de maio de 1911. APESC.

¹⁷⁴ Mensagem ao Congresso Representativo do Estado pelo governador Vidal Ramos em 23 de julho de 1911. p. 29. (APESC).

¹⁷⁵ Decreto n.º 593, de 30 maio 1911. APESC.

A presença da língua alemã nos três anos do Curso Normal denotava a preocupação, como falou o governador em sua mensagem, com a necessidade de comunicação entre os professores e seus alunos de descendência germânica. Então, a questão da língua estava presente, também, no governo de Vidal Ramos. Exigia-se um preparo mínimo do professorado para que houvesse a possibilidade de se travar e manter entendimento entre as partes (professor/aluno) e, então, difundir gradativamente a língua vernácula.

Mas, como preocupação, essa exigência fez-se presente desde 1858, quando a então Província de Santa Catarina já apresentava problemas com a formação dos professores que iriam ensinar na área de predominância alemã. O governador, da época, senhor João José Coutinho baixou a Resolução n.º 447¹⁷⁶, de 29 de março, em que se exigia para os professores candidatos às Escolas de primeiras letras de Blumenau e Joinville a condição de brasileiro nato e a de saber o idioma alemão.

Ainda no Decreto n.º 593 de 1911, Capítulo II, Secção II, constava, como mencionamos, a importância quanto ao exame de admissão, ou seja, as matérias que fariam parte do 1º ano do curso. Na prova os candidatos teriam que fazer leitura expressiva de português e exposição oral de um trecho mínimo de vinte e cinco linhas, além de exposição escrita desse trecho “em linguagem própria”. Fica claro no Regulamento da Escola Normal Catarinense que, para ser admitido na instituição que formaria o futuro professor, era necessário não só compreender mas também ter desenvoltura na língua vernácula.

Paralelamente à preocupação com a formação dos professores, surgia então o plano de nacionalização do ensino em Santa Catarina, o qual teve início a partir da Reorganização da Instrução Primária do Estado, Decreto n.º 585 de 19 de abril de 1911, que contou com a influência básica das idéias de Orestes Guimarães¹⁷⁷, inspirado que foi

¹⁷⁶ Resolução n.º 477, de 29 de março de 1858. CEE. Coleção de Leis 1854-1860. p. 13.

¹⁷⁷ Através da Lei n.º 846 de 11/10/1910, o Congresso Representativo autorizou o governador Coronel Vidal Ramos a providenciar a Reforma do Ensino Público de Santa Catarina. Com esse objetivo, Vidal Ramos solicitou ao governador do Estado de São Paulo a presença do professor Orestes Guimarães para trabalhar no Estado. Desde 1907 esse educador já estava familiarizado com o ensino catarinense, quando reorganizou o Colégio Municipal de Joinville. Sua eficiência nessa empreitada abriu caminho para o convite de reformular todo o ensino catarinense. (Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado pelo governador em 23 de julho de 1911, APESC). (FIORI, Neide. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 82).

nas experiências ocorridas em São Paulo, Estado que seguia a linha pedagógica norte-americana¹⁷⁸.

Segundo Vidal Ramos¹⁷⁹,

A preferência que dei a este projecto educador fundou-se no conhecimento de sua idoneidade, reconhecida no seu Estado natal e comprovada, entre nós, pelo cabal desempenho que deu à comissão que lhe foi confiada pela Municipalidade de Joinville, de fundar a Escola Municipal daquela próspera cidade.

Para a aplicação das novas práticas e complementação da organização do ensino, foram expedidos diversos outros Decretos, Decretos-Lei, Resoluções, Portarias etc.

Segundo Nóbrega¹⁸⁰, o período era marcado pela crença da positividade da lei, visto que só em 1911 o Governo de Vidal Ramos, no tocante à legislação do ensino, baixa nove decretos, excetuando suas complementações¹⁸¹.

A Reorganização da Instrução, Decreto n.º 585 de 19 de abril de 1911, que, no ano de 1936 no Governo de Nereu Ramos, será tema de grandes comemorações por seu 25º aniversário, assumiu mais o aspecto de diretrizes e bases que legislação fixa. Teve sua partida com uma ação indireta paralela, a criação de escolas públicas nas regiões povoadas por imigrantes estrangeiros, e também por uma ação direta baseada em determinações legais do Regulamento Geral da Instrução Pública aprovado pelo Decreto n.º 794 de 02 de maio de 1914.

Esse Regulamento determinava em seu Art. 129 que o ensino particular poderia ser exercido livremente a menos que fosse subsidiado pelos cofres públicos. E neste caso o parágrafo único rezava a obrigatoriedade da aula ministrada na língua vernácula. Esse Regulamento ainda discorria sobre as obrigações dos diretores e professores de escolas

¹⁷⁸ A Escola Americana, mantida por missões protestantes dos Estados Unidos e que seguia a linha pedagógica norte-americana, em 1871 tornou-se o berço da reforma do ensino público do Estado de São Paulo. A professora americana Miss Márcia Browne passou a orientar a reestruturação do ensino paulista. O método usado era o intuitivo; procurava explorar a curiosidade natural da criança e dar-lhe, como ambiente de estudo, prédio e móveis adequados à sua idade e ao ensino. FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 81.

¹⁷⁹ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 27.

¹⁸⁰ NÓBREGA, Paulo. *Ensino Público, Nacionalidade e Controle Social: Política Oligárquica em Santa Catarina*. 2000. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

¹⁸¹ Estes Decretos podem ser encontrados no Livro de Decretos do período (APESC) ou então compactados no Ementário da Legislação do Ensino do Estado de Santa Catarina 1835-1979. Governo do Estado de Santa Catarina. Fundação Catarinense de Cultura. Consultoria Geral do Estado. Florianópolis, SC. Fevereiro de 1980. (encontram-se nos anexos desta pesquisa).

particulares de franquearem visitas nesses estabelecimentos e enviarem ao Diretor de Instrução as informações solicitadas.

Em caso de desobediência a qualquer um dos artigos do Regulamento, o estabelecimento de ensino sofreria uma multa imposta pelo Diretor da Instrução, Inspetor Escolar ou Chefe Escolar que seria cobrada pelo exator local.

O êxito da reforma da Instrução Pública estava atrelado também aos novos métodos de ensino e à adoção de material escolar aconselhados pela moderna pedagogia, uniformizando os processos usados pelos professores, a quem não cabia a escolha de obras didáticas.

A língua vernácula era exigida, e para a sua expansão foram selecionadas obras didáticas a serem adotadas em Grupos Escolares e Escolas Isoladas. As obras adotadas constam do Decreto n.º 596 de 7 de julho de 1911, ficando este à mercê de fiscalização pelo Inspetor escolar.

Preocupado com a luta do Estado e dos Municípios pela aquisição de professores idôneos e considerando as dificuldades dos alunos da Escola Normal em permanecerem na Capital pelo tempo exigido por aquele curso, em virtude de circunstâncias de natureza econômica ou familiar, Vidal Ramos baixa o Decreto n.º 604 de 11 de julho de 1911, criando *ad referendum* do Poder Legislativo as Escolas Complementares, acabamento indispensável para a reforma que estava sendo colocada em prática.

As Escolas Complementares tinham por fim desenvolver gradativamente o ensino ministrado nos Grupos Escolares e estabelecer prerrogativas aos complementaristas, estimulando-os ao magistério primário, ou seja, as Escolas Complementares eram profissionalizantes. Desta maneira, seriam aproveitados todos os alunos com “decididas vocações para a nobre missão de instruir e educar a mocidade catharinense” (VIDAL RAMOS, 1912, p.36).

Geralmente os alunos terminavam o curso dos grupos aos doze ou treze anos e não tinham como ampliar seus conhecimentos. Por isso, as Escolas Complementares surgiram para preencher essa lacuna da instrução popular pelos diversos centros, da Capital ao interior do Estado.

O aluno que terminasse o seu curso em escola isolada (escola de programa reduzido e três anos de curso) poderia se matricular no 4º ano do grupo escolar (corolário do 3º ano das escolas isoladas). Os estudantes que terminavam o curso dos grupos poderiam se matricular nas Escolas Complementares, criadas para elevar o nível do ensino e estabelecer

uma corrente de candidatos ao magistério público. E, por fim, os que terminassem o curso das Escolas Complementares poderiam se matricular no 3º ano normal, visto que o programa das Escolas Complementares era constituído do programa do 1º e 2º ano normal, dividido pelos três anos do curso complementar.

Segundo Orestes Guimarães¹⁸²,

É este, pois, o racionalíssimo sistema didático catarinense, baseado no princípio pedagógico de que o ensino deve ser lento e progressivo.

Aos alunos diplomados pela Escola Normal e Ginásio que pretendiam abraçar a carreira do magistério público ficava imposta pelo Decreto n.º 651 de 12 de janeiro de 1912 a obrigatoriedade da prática de ensino¹⁸³.

Os resultados da reforma que operou uma radical transformação no ensino público dependiam de vários fatores. A fiscalização regular do ensino, condição *sine qua* do êxito, ficou também estabelecida, pois sem ela as irregularidades não poderiam ser detectadas.

As leis existiam, mas não era possível haver mudanças mais expressivas em uma cultura já enraizada, apesar de todos os esforços envidados pelo governador Vidal Ramos, pelo professor paulista Orestes Guimarães e por alguns educadores, dos quais destacamos a Professora Cacilda Guimarães¹⁸⁴, esposa do professor e Inspetor referido.

Havia ainda a agravante da instrução pública de não alcançar todo o meio rural, portanto, o ensino privado poderia ser exercido livremente, exceto em instituições que fossem subvencionadas pelos cofres públicos, quer estadual ou municipal. Neste caso, havia a obrigatoriedade do ensino da língua vernácula.

Os professores e diretores dessas escolas deveriam submeter-se aos Regulamentos da Instrução Pública, franquear a visita no estabelecimento de qualquer autoridade escolar e fornecer as informações pedidas. Deveriam enviar, anualmente, ao diretor da instrução o

¹⁸² Relatório do Sr. Inspetor Geral do Ensino, Orestes Guimarães, citado pelo governador Vidal Ramos em Mensagem ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912. p. 36.

¹⁸³ Ao terminar a prática o aluno faria um relatório constando dados sobre organização escolar, método e processo de ensino, conforme havia observado. Em seguida receberia um atestado. Sua performance seria comunicada por ofício reservado ao Diretor da Instrução, que tomaria conhecimento das qualidades profissionais de cada aluno, reveladas nos exercícios escolares. (Decreto n.º 651, de 12 jan. 1912. APESC).

¹⁸⁴ GUIMARÃES, Cacilda. No ano de 1911, introduziu, em Santa Catarina, o método analítico de alfabetização. Ela aprendeu tal método, em São Paulo, com Miss Márcia Browne, responsável pela reforma de ensino efetuada no Estado paulista no ano de 1893 pelo governador Bernardino de Campos. A difusão do método em Santa Catarina foi através das palestras que o casal efetuava sistematicamente nas escolas. (FIORI, Neide. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 95).

movimento estatístico bem como o horário e o programa. No caso de não observância de qualquer artigo ficava a instituição, ou os seus responsáveis, sujeita à multa, imposta pelo Inspetor escolar, que deveria comunicar tal infração à Diretoria da Instrução Pública. No caso de reincidência, poderia ser retirada a subvenção.

Mesmo com toda mobilização para que a corrente de idéias envolvesse o professorado, os diretores e os inspetores, ainda assim, encontravam-se percalços pelo caminho, pois a língua que representava a homogeneidade do povo, o integrador social, ainda era uma barreira a ser transposta. Convém ressaltar que a política de nacionalização expressa nesse decreto, ou seja, durante a República Velha, teve um cunho mais liberal e, portanto, radicalmente oposto às práticas estabelecidas após a Revolução de 1930.

Os valores culturais básicos transmitidos nas escolas das regiões de imigração eram ainda os que vigoravam no País de origem do imigrante. A força das escolas alemãs, no Estado, era incontestável, tendo, por isso, influência em toda a comunidade.

Segundo Monteiro¹⁸⁵, a organização dessas escolas abrangia fiscalização, direção, docência, programas, material didático, regime e fundo escolar; a fiscalização estava entregue aos cônsules e, em alguns casos, aos próprios ministros de Estados estrangeiros. Não esqueceram ainda os alemães de mandar professores, padres e freiras (citando como exemplo as irmãs da Congregação da Divina Providência¹⁸⁶) para amparar seus compatriotas.

De acordo com o professor Orestes Guimarães¹⁸⁷, essas escolas possuíam inspetores com funções similares às dos inspetores escolares do Estado. A direção quase sempre era exercida por professores estrangeiros, que tinham suas promoções, aposentadoria, promovidas pelo seu país de origem. Os alemães, que formavam núcleos coloniais etnicamente homogêneos, nos quais a introdução posterior de imigrantes de outra origem não alterou basicamente o sistema de colonização, eram portanto conservadores e orgulhosos do valor de sua Pátria, e queriam evitar, segundo Fiori¹⁸⁸, “a caboclicização do descendente alemão”.

¹⁸⁵ MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: EDUFSC, 1984.

¹⁸⁶ A Congregação da Divina Providência, com sede na Alemanha, trazia as irmãs que trabalhavam no Colégio Coração de Jesus em Florianópolis. (BOPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Sagrado Coração de Jesus na educação catarinense (1895-1995)*. Florianópolis: Colégio Sagrado Coração de Jesus/Lunardelli, 1989).

¹⁸⁷ GUIMARÃES, Orestes. *Carta, escolas estrangeiras*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1918. p. 5.

¹⁸⁸ FIORI, Neidi, em sua palestra na IV ANPEd Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Florianópolis, novembro de 2002.

Em contrapartida, para os nativos o cancionero brasileiro exaltava o orgulho de ser brasileiro, com cantigas como “Alma de Caboclo”: "Sou caboclo brasileiro, tenho sangue de guerreiro descendente de Tupi! Já andei por muitas serras, tenho visto tantas terras, como esta nunca vi”.

Mas a pátria alemã não pretendia que seus filhos ou descendentes se tornassem um caboclo brasileiro descendente de Tupi; queriam que seus filhos continuassem arianos e que cultuassem suas tradições.

A situação do Estado em matéria de unificação do ensino na língua vernácula, apesar dos esforços, continuava com problemas, quer pela falta de material humano preparado para exercer o cargo, quer pela ausência de uma efetiva fiscalização ou mesmo de escolas estaduais em número suficientes para atender à demanda. A questão não havia sido solvida.

As escolas particulares de origem estrangeira continuavam a exercer suas funções, cada qual na língua de sua descendência.

Como a I Guerra Mundial estava em andamento na Europa, a xenofobia da população brasileira com relação ao estrangeiro fica acirrada. Fazia-se necessário cultivar nas crianças a língua vernácula, cerne de distinção entre um povo e outro, e fator preponderante de identificação entre os membros da nação.

O processo não seria simples, pois se por um lado as medidas coercitivas eram criticadas, por outro, havia a necessidade de empregá-las, tendo em vista que toda a ideologia dominante estava embasada na afirmação da nacionalidade.

Por se tratar de um Estado com alta taxa de colonização alemã, o assunto "perigo alemão" em Santa Catarina era debatido entre a população e até mesmo através dos jornais. As discussões pelos jornais eram matérias que davam, aos debatedores, direito a réplicas e tréplicas quando não o acionamento da força pública, tal era a ênfase dispensada ao tema.¹⁸⁹.

Muitas vezes, essas preocupações se transformavam em ironias e até em troca de duras acusações, antes mesmo de ser sancionada a declaração do estado de guerra, assinada pelo Presidente da República Dr. Wenceslau Braz. Essa situação tornou-se constrangedora para um país que almejava sua unificação nacional.

Nesse período os Estados que haviam recebido um maior número de imigrantes estrangeiros encontravam dificuldades em promover a nacionalização dessa população.

Assim, o sistema educacional ocupou um lugar importante nos discursos oficiais como uma das formas de “limpar o alemanismo” e incentivar a brasilidade, especialmente no Sul do País onde essas colônias eram consideravelmente fortes.

¹⁸⁹ Jornais “A Época” de tradição católica e “Novidades” do Estado de Santa Catarina. Biblioteca do Estado.

9 REFLEXOS DA 1ª GUERRA MUNDIAL – PREOCUPAÇÃO FEDERAL COM A NACIONALIZAÇÃO

A Guerra recrudescer na Europa. O vapor Macau de bandeira brasileira é afundado na Costa da Espanha por um submarino alemão. Em 26 de outubro de 1917 o Brasil declara o Estado de Guerra contra o Império germânico. A União começou a sofrer fortes pressões para interferir no ensino primário do Sul do País, foco de colônias alienígenas ou de enquistamento de colonos. E o assunto passou a ser discutido como problema político de ordem nacional.

Mas, já fazia algum tempo que as medidas governamentais brasileiras, obedecendo à escada hierárquica, recrudesciam com relação ao estrangeiro e, em especial, aos alemães e seus descendentes.

Pouco antes da decretação do estado de beligerância, a Liga da Defesa Nacional¹⁹⁰, que tinha como objetivo congrega os sentimentos patrióticos, desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, entre outros, já se manifestava em Santa Catarina.

Atendendo aos apelos de Bilac, seu maior defensor, o Secretário-Geral dos Negócios do Estado catarinense baixa a Portaria n.º 45¹⁹¹ recomendando aos Diretores de Grupos Escolares, encarregados das escolas reunidas, e professores das escolas isoladas que promovessem no dia 7 de setembro uma festa comemorativa de Independência do Brasil, na qual deveriam estar presentes todos os alunos matriculados, que como de costume cantariam os hinos patrióticos adequados ao ato. Diriam monólogos, diálogos, poesias e discursos relativos à Independência de nossa Pátria. Além disso, caberia a todos

¹⁹⁰ A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, que era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial. A guerra ajudava a popularizar a idéia do serviço militar obrigatório e reforçava a importância das Forças Armadas. A Liga defendia então a idéia do cidadão-soldado e do serviço militar. A divulgação dos ideais da Liga era feita por meio de livros, panfletos, discursos e viagens por todo o País. Em suas palestras Bilac enfatizava a importância do engajamento dos intelectuais na causa nacionalista, apontando-os como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais. A campanha da Liga da Defesa Nacional conseguiu mobilizar a população das principais cidades do País, em especial os estudantes, empolgados por um sentimento nacionalista trazido pela guerra. A Liga visava difundir nas escolas o amor à justiça e o culto do patriotismo. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Anos 20 - Centenário da Independência - Liga de Defesa Nacional. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 8 jul. 2004). Sobre a Liga da Defesa, ver: BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.; CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

os Diretores e professores fazerem alocação patriótica aos seus alunos com o tema definido “A Idéia da Pátria”.

A energia dessa ação do governo correspondia à gravidade do problema vivenciado naquele momento, especialmente nas zonas de colonização estrangeira em Santa Catarina.

O controle passa a ser mais rigoroso em todos os aspectos. Mas o que vem a ser esse controle?

Bobbio, Matteucci e Pasquino¹⁹² nos dizem que:

se entende por controle o conjunto de meios de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.

Em Santa Catarina o Secretário-Geral dos Negócios do Estado, Fúlvio Aducci, através da Portaria n.º 80 de 13 de novembro, tendo como base o Decreto Federal n.º 3.361 de 26/10/1917, cria o registro para os súditos alemães aqui residentes. Essas medidas levam o poder instituído (Estado) “a regular e a organizar o comportamento do homem e estabelecer condições de ordem social” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 284).

Todo alemão que não apresentasse o registro à autoridade policial quando solicitado era obrigado a comparecer perante a Delegacia de Polícia para legitimar-se, sob pena de desobediência. O estrangeiro que mudasse de um município para outro ficava obrigado a comunicar sua mudança para a autoridade local.

Nenhum alemão poderia deixar a cidade sem se apresentar a “Chefatura” e receber o “salvo-conduto” assinado pelo chefe de polícia.

Quanto à preocupação com possíveis atos alienígenas contra o patrimônio público, transparecia no Art. 10 da mesma Portaria a proibição de residências alemãs nas proximidades de quartéis, reservatórios de água, usina de força e luz, ou em qualquer outro ponto em que as autoridades considerassem prejudiciais aos interesses nacionais.

¹⁹¹ Portaria n.º 45, de 16 de agosto de 1917. Recomenda o culto à pátria com comemorações festivas no dia 7 de setembro. Livro de Decretos, Leis e Portarias. Secretário-Geral dos Negócios do Estado senhor Fúlvio Aducci. p. 9. Das Portarias. APESC.

¹⁹² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 283.

Todos esses cuidados eram mantidos com relação ao controle dos súditos alemães aqui residentes ou que por aqui passavam. Porém, a grande barreira era o que a grande maioria, incluindo o governo, considerava como marca indelével, a linguagem. Como transpô-la?

Seguindo as leis federais, o Governador do Estado, Coronel Felipe Schmidt, através da Lei n.º 1187 de 5 de outubro de 1917, estabelecendo disposições sobre o ensino privado, decreta a obrigatoriedade do ensino preliminar em todo o Estado para crianças de 6 a 15 anos que residam a uma distância inferior a 3 quilômetros do local da escola. Essas crianças poderiam receber ensino nos Grupos Escolares, nas escolas reunidas e escolas públicas isoladas, estaduais e municipais, ou também nas escolas particulares¹⁹³.

O Art. 9 estabelecia que as escolas primárias particulares de ensino, estrangeiras, deveriam “incluir em seu programa de ensino da língua vernácula nas seguintes matérias: 6 aulas semanais de linguagem; 3 aulas de história do Brasil e educação cívica; geografia do Brasil; 2 aulas de canto e hinos patrióticos brasileiros”. A duração mínima de cada aula seria de 30 minutos, e, para confirmar a importância, as aulas seriam ministradas inclusive aos feriados. As penalidades para a inobservância deste artigo variavam da advertência até a suspensão do funcionamento da escola.

Essa lei se esvaziaria em si só, caso não houvesse amparo legal para os professores que já lecionavam se adaptarem à nova estrutura de ensino como também se não houvesse preocupação com a formação inicial de novos docentes.

Assim, coerentemente, a mesma legislação em seu Art. 10 autorizava o Executivo a criar escolas preparatórias nos núcleos de população de descendência estrangeira para ministrar aos professores das escolas primárias do ensino estrangeiro as noções do vernáculo de tal maneira que os habilitassem a cumprir o programa. No parágrafo único do mesmo artigo, ficou estabelecido que cada escola particular que se encontrasse naquela situação teria um prazo razoável para se adequar à nova legislação.

O Art.11 versava sobre a autorização concedida pelo Poder Executivo quanto à “reforma da Escola Normal; o curso que tinha duração de 3 anos passava a partir dali a ser concluído em 4 anos para que houvesse a inclusão de línguas estrangeiras no programa”.

¹⁹³ Para fiscalizar a Lei, seria feita anualmente nos meses de janeiro e fevereiro a estatística da população escolar de todos os estabelecimentos estaduais, municipais e particulares. Havendo criança em idade escolar fora da escola, os diretores ou professores das escolas públicas ou particulares mandariam matricular *ex officio* as referidas crianças e comunicariam aos responsáveis. Se no prazo de 15 dias a criança matriculada *ex officio* não aparecesse na escola ou se os responsáveis não justificassem essa ausência, receberiam estes uma multa imposta pelos diretores das escolas nas quais estavam inseridas as crianças.

A inobservância desse artigo e de seu inciso acarretaria penalidades que poderiam variar de uma advertência escrita até a suspensão do funcionamento da escola¹⁹⁴.

A crescente preocupação com o problema movimentou o Governo Federal. Assim, o Decreto Federal n.º 13.014 de 04 de maio de 1918 possibilita à União subvencionar¹⁹⁵ Escolas Primárias para populações de origem estrangeira.

Os locais beneficiados por essas escolas passaram a ser chamados de "zona de nacionalização" (FIORI, 1991, p. 106). Nesse período o professor de nacionalidade estrangeira, em Santa Catarina, ainda podia lecionar, desde que desse prova de que era habilitado a cumprir o programa¹⁹⁶ e demonstrasse domínio da língua vernácula porque, sendo competente, sua nacionalidade não constituiria um problema.

As leis foram concretizadas, e os prazos, estipulados. Faltava um órgão fiscalizador, e para tanto a União cria o cargo de Inspetor Geral das Escolas Subvencionadas, sendo em Santa Catarina escolhido Orestes Guimarães¹⁹⁷, que orientaria e controlaria essas escolas, desde o trabalho docente à instrução em geral. Nessa época o cargo de Inspetor Geral do Ensino foi extinto, e essas atribuições passaram a ser exercidas pelo Diretor da Instrução Pública (Lei n.º 1230 de 30 de outubro de 1918).

¹⁹⁴ Lei n.º 1187, de 5 de outubro de 1917. Esta Lei encontra-se na íntegra nos anexos deste trabalho.

¹⁹⁵ Com o Decreto Federal n.º 13.014, de 4 maio de 1918, os poderes públicos – União – passam a subsidiar 190 escolas “coloniais” do Estado. Com a mencionada subvenção, o Estado tem podido dar a necessária preferência ao ensino das zonas coloniais. Os resultados apresentados pelas escolas em apreço, bastante animadores, não deixam de refletir, de modo geral, na coletividade brasileira pela intensa difusão da língua vernácula nas zonas povoadas por estrangeiros e descendentes. “É-me grato confessar-vos o alto e patriótico interesse que o eminente Presidente da República se designou dispensar às mencionadas escolas, quando da sua excursão aos Estados do Sul”. Segundo Konder, essas escolas tinham dois objetivos: ensinar a língua do país e nela proceder à desalfabetização, de acordo com os programas em vigor. (Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa a 29 de julho de 1928 pelo Dr Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. APESC).

¹⁹⁶ Artigo 9. As escolas primárias particulares de ensino estrangeiro deverão incluir em seus programas o ensino *da língua* vernácula nas seguintes matérias: 1) linguagem; 2) história do Brasil e educação cívica; 3) Geografia do Brasil; 4) cantos e hinos patrióticos brasileiros. § 1 - Para este fim o programa das referidas escolas estipulará aulas intercaladas, de 30 minutos no mínimo cada uma, as quais serão distribuídas por semana inclusive aos feriados, da seguinte maneira: de linguagem 6, de história do Brasil e educação cívica 3, de geografia do Brasil 3 e de canto 2.

¹⁹⁷ A importância de Orestes Guimarães, professor paulista que atuou em Santa Catarina, foi de tal magnitude, que após sua morte o Interventor Federal Aristiliano Ramos baixou o Decreto n.º 432, de 26 de outubro de 1933, no qual ficava estabelecido que no dia 31 de outubro homenagear-se-ia a memória do Inspetor. O Decreto fixava que os estabelecimentos de ensino realizariam preleções sobre a vida e os trabalhos desse professor, que prestou relevantes serviços ao Estado, quer na reorganização do ensino primário, quer nos serviços de nacionalização do ensino. Guimarães atuou no ano de 1907 em Joinville reorganizando o Colégio Municipal. Posteriormente, em 1910, foi contratado pelo governador Vidal Ramos para proceder à reforma do ensino público em Santa Catarina. A instrução pública da época recebeu a influência de sua personalidade forte; suas ordens deviam ser seguidas à risca, e suas decisões eram irrevogáveis. Esse paulista, que por muito tempo foi o responsável pelas reformas e pela inspeção da nacionalização do ensino em Santa Catarina, faleceu em Florianópolis em 30 de dez. 1931. (Livro de Decretos, Leis e Resoluções, 1933. APESC).

O Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas Orestes Guimarães estimulava a frequência escolar, mas dava ênfase ao ensino da língua vernácula, compreendendo, embora não aceitando, que em Santa Catarina no ensino particular das zonas coloniais ainda predominasse a orientação mais liberal.

O Inspetor Guimarães protestava porque para as leis catarinenses a nacionalidade dos indivíduos que se dedicavam ao magistério particular era fator secundário, as exigências recaíam unicamente na prova de idoneidade profissional.

O Inspetor Orestes Guimarães gostaria que as leis catarinenses sobre o ensino primário fossem semelhantes às de São Paulo e do Distrito Federal¹⁹⁸, porque lá nas escolas primárias nacionais o ensino era ministrado **na língua vernácula** e, aqui, nas escolas estrangeiras o ensino é **da língua vernácula** (Art. 9 da Lei n.º 1187 de 1917). Orestes Guimarães diz que havia grande diferença em ensinar-se **a língua** e **na língua**¹⁹⁹. Ora, se o ensino deveria ser na língua vernácula, não poderia haver discussão a respeito. Todas as disciplinas seriam ministradas em português, excetuando-se o específico de uma língua estrangeira.

Com essa discussão Guimarães pretendia mostrar que, com essa lei, o ensino ministrado em língua vernácula era uma das matérias especificadas, mas não vedava à escola a possibilidade de ensinar também a geografia, a história, os hinos, enfim, a cultura e as tradições de outras nações em sua língua de origem.

Em 1921, convocado por determinação da Presidência da República para a Conferência Interestadual de Ensino Primário²⁰⁰, o Inspetor Guimarães deixou patente sua discordância a respeito da *Benignidade das Leis Catharinenses sobre a Nacionalização do Ensino*.

Na época, segundo ele, como delegado da União, apresentou disposições que foram aprovadas por mestres de Direito, secretários de Estado, senadores e deputados federais

¹⁹⁸ No Distrito Federal, o educador Fernando de Azevedo, ao reformar o ensino, entendeu que seria necessário organizar aquela babilônia para que vigorassem as disposições sobre a nacionalização do ensino. (Decreto n.º 2940, de 22 de novembro de 1928). Este Decreto entra em vigor no DF. Os estabelecimentos ou qualquer curso particular de ensino primário, complementar, técnico profissional deveriam ministrar todas as disciplinas, com exceção da disciplina de línguas estrangeiras, sempre na língua vernácula e por professores brasileiros. (Nacionalização do Ensino Primário – Um parecer do Professor Orestes Guimarães, Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União no Estado de Santa Catarina ao Secretário do Interior e Justiça. Blumenau, 28 ago. 1929. Biblioteca Pública do Estado. OR/SC 370.981 N 119 – 1929).

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Nota: As disposições constam dos Anais da Conferência Interestadual do Ensino Primário. Publicação do Ministério da Justiça, p. 42-60 e p. 212-224. APESC.

para resolver esse assunto intrínseco à unidade nacional, à aprendizagem da língua vernácula, além de outras coisas referentes ao sentimento pátrio.

Por essa razão, a Inspeção Geral do Ensino, sob a responsabilidade de Orestes Guimarães, nada tinha de liberal, mesmo assim estava longe da fiscalização nacionalizadora estabelecida a partir de 1931 e principalmente de 1938 com o advento do Estado Novo e suas exigências.

Mas, a Inspeção funcionou de uma maneira decisiva e enfática quanto à ação administrativa e pedagógica, porque se assim não fosse, segundo ele:

(...) a desorganização e confusão, enfim a anarquia, invadirão o aparelho escolar cujas peças - Escola Normal, Escolas Complementares, Grupos Escolares e Escolas Isoladas - devem funcionar sem atritos, como peças de uma só máquina - a instrução pública - sob o comando de um só maquinista - o Diretor da Instrução.

A organização da Inspeção Escolar compunha-se de observações e opiniões nos relatórios de viagem, resumo de trabalhos produzidos, organização de quadros estatísticos, que eram finalizados com pareceres sobre medidas a serem tomadas para solucionar os problemas encontrados.

O tempo passou e os problemas continuaram existindo nas áreas coloniais. Os professores de escolas públicas mal sabiam se comunicar com os alunos, com isto, a questão da nacionalização ficava comprometida.

A complexidade do sistema educacional no Estado exigiu que no Governo de Adolpho Konder, em 1926, o Diretor da Instrução Pública e o professor Orestes Guimarães, Inspetor das Escolas Subvencionadas pelo Governo Federal, sugerissem uma adequação de matérias ao programa da Escola Normal, tendo em vista que a prática demonstrava inconveniências que deveriam ser sanadas.

Assim, pelo Decreto nº 1945²⁰¹ de 4 de março de 1926 o Coronel Antônio Pereira da Silva Oliveira, Vice-Governador do Estado, considerando que o conhecimento das línguas alemã e italiana é necessário aos professores para o próprio interesse do ensino da língua vernácula (grifo nosso) em regiões do Estado, cujas populações só conhecem aqueles idiomas, decreta *ad referendum* do Congresso Representativo a obrigatoriedade do ensino das referidas línguas na Escola Normal.

²⁰¹ Decreto n.º 1945, de 4 de março de 1926. Livro de Leis, Decretos e Resoluções. p.18-19. APESC.

QUADRO Nº 2 - DISCIPLINAS DOS 3 ANOS DO CURSO NORMAL (1926)

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Português	Português	Português e princípios de Literatura
Francês	Francês	Alemão
Alemão	Alemão	Italiano
Aritmética	Italiano	História Natural e Higiene
Álgebra	Geometria e Noções de Trigonometria	Pedagogia
Geometria	Física e Química	Instrução Moral e Cívica
Física e Química	História Natural e Higiene	Prática Pedagógica
Geografia e Cosmografia	História do Brasil	
História Universal	Psicologia	
Desenho	Desenho	
Música	Música	
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	
Ginástica	Ginástica	

FONTE: Decreto 1945 de 4 de março de 1926. Livro de Leis, Decretos e Resoluções, 1926. p. 18-19. APESC.

No quadro acima notamos que a língua alemã aparece nos três anos do Curso Normal, equiparando-se às aulas de português, já a língua italiana aparece somente no segundo e terceiro ano. Isso demonstra a preocupação com a área ocupada pela descendência alemã e a necessidade de melhor preparar o professorado local.

O aumento da população em idade escolar não permitia que o Estado ficasse ausente das questões básicas como a abertura de escolas. Por isso, Adolpho Konder²⁰² criou mais 30 escolas isoladas para a zona rural, onde o número de escolas ainda era insuficiente.

A matrícula nas escolas públicas estaduais atingiu no ano de 1926 o número de 34.454 alunos, assim distribuídos:

²⁰² Mensagem apresentada ao Congresso Representativo a 22 de julho de 1927 pelo Dr. Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina. p. 66. APESC.

QUADRO Nº 3 - MATRÍCULA E FREQUÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS 1926

ESCOLAS	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA
557 escolas isoladas	28.326	23.874
10 grupos de 2ª classe ²⁰³	1.929	1.503
11 grupos de 1ª classe	3.722	3.070
10 escolas complementares	435	376
1 escola normal	42	39
Estabelecimentos	34.454	28.852

FONTE: Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, a 29 de julho de 1928, pelo Dr. Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. APESC.

Apesar de haver várias categorias de escolas, o intuito governamental já proposto na reforma da instrução era uniformizar os métodos e processos do ensino. Daí deriva-se a preocupação do Governador detentor do poder decisório em organizar uma Conferência do Ensino Primário, “em que se discutirão múltiplos assumptos pedagógicos, que melhore o nosso sistema educacional, entre os quaes o dos programmas e horários dos estabelecimentos de ensino” (KONDER, 1927, p. 64).

Para esse certame resolve o senhor Governador reunir não só os professores estaduais mas todos os que pelos seus conhecimentos pedagógicos pudessem trazer sugestões e idéias para o ensino catarinense.

Dois itens apresentados para debate nessa Conferência Estadual do Ensino Primário (30/07/1927) referiam-se à formação dos professores: a) se haveria vantagem em diminuir o número de disciplinas no programa do ensino normal e complementar; b) quantos anos deveria ter o currículo normal.

Nos debates os conferencistas chegaram à conclusão de que o ensino normal ressentia-se ainda de lacunas que o tornava deficitário e que não servia ao fim a que se destinava. Carecia de disciplinas imprescindíveis ao exercício do magistério e da ampliação de outras disciplinas básicas. Além disso, havia a necessidade de uma escola de aplicação²⁰⁴, em que os magistrandos pudessem aperfeiçoar seus estudos visando ao melhor desempenho de suas futuras funções.

²⁰³ Enquanto Governador do Estado de Santa Catarina, Adolpho Konder transformou as antigas escolas reunidas em grupos escolares de 2ª classe para regularizar a economia interna. Para nominá-los escolheu o nome dos professores que mais se distinguiram no magistério público estadual. Professores: David do Amaral (Araranguá), José Brasilício (Biguaçu), José Arante (Camboriu), Joaquim Santiago (Joinville), Luiz Neves (Mafra), Anna Cidade (Ouro Verde), Wenceslau Bueno (Palhoça), Balduino Cardoso (Porto União), Orestes Guimarães (São Bento), Manoel Cruz (São Joaquim). Relatório do Governador, 1927. APESC.

²⁰⁴ Pelo Decreto n.º 2248, de 19 de janeiro de 1929, o Governo Adolpho Konder cria a Escola Modelo de Aplicação anexa à Escola Normal e dispõe sobre o seu funcionamento. APESC.

Preocupava-se também, o senhor Governador, com a recusa manifesta dos professores normalistas ao término do curso em lecionarem na zona colonial, porque se demoravam algumas horas ou dias de viagem da Capital e/ou das principais cidades do Estado.

Considerava ele que, para elevar o ensino público ao nível de outros Estados da União, no ponto de vista da uniformização e das unidades técnicas, o professor provisório não poderia substituir um normalista, tendo em vista o seu exíguo preparo. Dessa maneira, a formação dos professores era condição *sine qua* para o bom andamento das instituições de ensino. Então, segundo Adolpho Konder,²⁰⁵ “Urge, pois, a criação de uma outra escola normal em o nosso highland, que possa de futuro fornecer os elementos necessários e idôneos para o provimento das escolas dessa região”.

A comemoração do centenário do ensino primário no Brasil foi utilizada pelo Governador, em nosso Estado, como modo de interessar diretamente os pais dos alunos nos trabalhos escolares, isso conquistaria a confiança da comunidade no sistema escolar. Assim sendo, o Governador instituiu o Dia da Escola, comemorado nos dias 15 e 16 de outubro. Nessa ocasião os pais ou tutores poderiam observar *in loco* e aquilatar a eficiência do método de ensino, o conteúdo dos programas, o cumprimento regular do horário, e julgar o aproveitamento dos alunos, mantendo-se, assim, um intercâmbio de cordialidade entre *o lar e a escola*.

Com o “patriótico” intuito de nacionalizar o ensino e proceder à “desanalfabetização” nas populações de zonas rurais de colonização estrangeira como alemães, polacos, italianos, e apoiado nas determinações da União através do Decreto n.º 13.014²⁰⁶, o ensino público estadual passou a contar também com escolas subvencionadas pelo Governo Federal.

À época, as escolas subvencionadas atingiram o número de 190 entre as escolas isoladas, urbanas e rurais, mantendo-se junto a elas o Inspetor Federal professor Orestes Guimarães.

²⁰⁵ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo Dr. Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. p. 55. APESC.

²⁰⁶ A União passa a subsidiar o ensino público estadual em 190 escolas isoladas, urbanas e rurais, mantendo junto a elas o Inspetor Federal professor Orestes Guimarães. Com a mencionada subvenção, o Estado podia dar a necessária atenção ao ensino das zonas coloniais, atendendo às imposições decorrentes do Decreto Federal n.º 13.014, de 4 de maio de 1918. Mensagem do Dr. Adolpho Konder ao Congresso Representativo, 1927.

Assim, instituída a subvenção federal, os municípios de origem colonial eram os que possuíam maior número de escolas públicas, Blumenau com 68 e Joinville com 54, sem contar com as escolas particulares. Isso não afetava o erário público estadual e tampouco o critério de proporcionalidade na distribuição das escolas primárias²⁰⁷.

Em visita aos Estados do Sul, o Presidente da República²⁰⁸ teve a oportunidade de ver dezenas dessas escolas catarinenses, no Norte do Estado, e pôde avaliar a extensão do problema cuja solução o Governo estava empenhado em resolver.

Assim, neste mesmo ano de 1927, a verba da subvenção foi aumentada de 342:000\$000 para 536:000\$000, modificando na parte estadual alguns pontos de serviços pertinentes às escolas em questão, como fornecimento de material didático, pagamento dos alugueis das casas escolares e principalmente quanto à forma dos pagamentos dos professores que apresentavam defeitos²⁰⁹, os quais não poderiam perdurar.

QUADRO Nº4 - MOVIMENTO DAS MATRÍCULAS DAS ESCOLAS SUBVENCIONADAS (1926)

	MUNICÍPIOS	cades ras	MATRÍCULA			FREQUÊNCIA		
			MASC	FEM	TOTAL	MASC	FEM	TOTAL
1	BLUMENAU	68	1.827	1.418	3.245	1.609	1.241	2.850
2	BRUSQUE	15	440	388	828	378	331	709
3	ITAJAI	24	743	575	1.318	659	511	1.170
4	ITAIÓPOLIS	5	197	177	374	165	138	303
5	JOINVILLE	54	1.614	1.215	2.829	1.367	1.111	2.478
6	NOVA TRENTO	12	257	226	483	209	195	404
7	SÃO BENTO	12	382	312	694	356	278	634
		190	5.460	4.311	9.771	4.743	3.805	8.548

FONTE: Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, a 22 de julho de 1927, pelo Dr. Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina. p. 67. APESC.

Se tomarmos como medida a frequência, os alunos presentes em sala de aula, e dividirmos pelo número de escolas, teremos uma média de 45 alunos por escola. Isso significava que os colonos eram conscientes da necessidade de seus filhos frequentarem as escolas.

Cerca de nove mil crianças de origem alemã, italiana, polaca e húngara frequentavam as escolas subvencionadas pela União (ADOLPHO KONDER, 1928).

²⁰⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo a 22 de julho de 1927 pelo Dr. Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina. p. 66. APESC.

²⁰⁸ Presidente da República na referida época era Washington Luís.

²⁰⁹ Os defeitos eram referentes aos atrasos feitos aos pagamentos dos professores e dos alugueis de casas escolares. A partir de 1927 os professores tiveram um acréscimo de 25% nas suas gratificações, medida de real valor, para melhor facultar a seleção dos candidatos ao magistério das zonas coloniais. (Mensagem apresentada ao Congresso Representativo a 22 de julho de 1927 pelo doutor Adolpho Konder, Governador de

Os resultados apresentados pelas escolas subvencionadas eram animadores, porque de um modo geral refletiam na coletividade brasileira e demonstravam que a difusão da língua vernácula nas zonas povoadas por estrangeiros estava em andamento.

Porém, o número de professores ainda era insuficiente para atender à demanda. Na Escola Normal de Florianópolis, em 1926, foram matriculados 42 alunos, sendo 1 do sexo masculino e 41 do sexo feminino. Terminaram o curso 1 aluno e 14 alunas²¹⁰. Em 1927 na mesma escola, também no Curso Normal, foram matriculadas 46 alunas e terminaram o curso 10 alunas. Neste ano o Colégio Coração de Jesus, de Florianópolis, no Curso Normal teve 54 alunas matriculadas e somente 16 alunas²¹¹ terminaram o curso.

A legislação abordada até o presente momento demonstrou que a formação dos professores, durante esse período, esteve relacionada com a nacionalização do ensino, mas o número de professores não atendia às necessidades estaduais.

Em 1927, Adolpho Konder fecha algumas escolas, baseado nas leis relativas à nacionalização do ensino primário. Segundo ele, “Tive necessidade de suspender o funcionamento de algumas escolas particulares estrangeiras, substituindo-as por escolas nossas”²¹².

Então, auxiliado pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, professor Orestes Guimarães, o Governador pretendia promover diversas medidas para melhorar o funcionamento das escolas das áreas de colonização. A fala de Adolpho Konder demonstra que os pareceres expostos nos relatórios do Inspetor das Escolas Subvencionadas pela União, Orestes Guimarães, eram levados em consideração também pelo Governo Estadual, que sobre eles promovia medidas para melhor solucionar os problemas que surgiam com a nacionalização do ensino.

Por ser um Estado com um considerável número de imigrantes, as características da sociedade estadual eram constituídas por uma multiplicidade de práticas e instituições políticas, como também de crenças, ideais, normas e tradições. Esse conjunto de atitudes

Santa Catarina. p. 67) (Mensagem apresentada ao Congresso Representativo a 29 de julho de 1928 pelo doutor Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. APESC).

²¹⁰ Mensagem do Governador de Santa Catarina, Adolpho Konder, ao Congresso Representativo a 22 de julho de 1927. APESC.

²¹¹ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa a 29 de julho de 1928 pelo doutor Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. p. 69.

²¹² Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa a 29 de julho de 1928 pelo doutor Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. p. 68. APESC.

forma a chamada “cultura política”. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino ²¹³, “Usa-se a expressão Cultura Política, para designar o conjunto de atitudes, normas, crenças mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”.

No próximo capítulo trataremos da Cultura Política no Estado destacando a ênfase dispensada à superioridade alemã e à inferioridade cabocla, situação já discutida no jornal “A Época”²¹⁴ do Rio de Janeiro desde 1917. Dizia o jornal:

O que sempre existiu em Santa Catarina, na população – teuta ou teuto-brasileira foi um disfarçado desdém pelo elemento nacional. Acusam-nos os alemães de faltas e vícios de mestiçagem, inércia, imprevidência, improbidade e dissipação, o que parcialmente, é verdadeiro. Acusam-nos ainda de incapacidade mental, superficialidade e imponderação, o que, em conjunto, pode igualmente ser exato. Mas não se referem às nossas grandes virtudes compensadoras: a hospitalidade, tolerância, amor à liberdade, sentimentalismo e caridade. Todos os povos têm qualidades e defeitos – e basta falar no militarismo alemão para fazer silenciar todas as acusações.

Com esse discurso o jornal “A Época” estava corroborando tanto com as afirmações de superioridade dos alemães quanto com o sentimento de inferioridade do caboclo brasileiro. A seguir veremos que o pensamento esclarecido catarinense também empreendeu consistente reforço para esse determinismo que se fazia histórico.

²¹³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 306.

²¹⁴ JORNAL A ÉPOCA. Santa Catarina e o momento atual. Rio de Janeiro, 9 set.1917.

10 A CULTURA POLÍTICA ESTRANGEIRA E A CABOCLA

O esforço de expansão alemão realizado nos anos que precederam a ocorrência do segundo conflito mundial provocou um clima de desconfiança no mundo capitalista. O terreno era movediço, pois o mundo vivia numa hora de confluência de idéias e sistemas de governo os mais opostos. Como já dissemos, o Brasil por sua posição estratégica passa a ser foco da atenção alemã e de outras nações ocidentais.

Dos grupos estrangeiros presentes em áreas de colonização, o que mais preocupava os governantes era o alemão, porque, segundo Schwartzman, Bomeny e Costa²¹⁵, “o alemão era o núcleo mais fechado em torno de sua cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade. (...) eram acusados de impedirem a nacionalização pela constância que mantinham suas características étnicas”.

Os funcionários alemães, comissionados pelas autoridades alemãs, vinham a Santa Catarina por um determinado número de anos (geralmente cinco) para fortalecer os núcleos já existentes, tornando-os impermeáveis às influências do meio social e cultural brasileiro.

Como entender o processo da cultura política existente nas colônias estrangeiras e seu fortalecimento? O núcleo alemão mantinha suas características étnicas, e estas tornavam-se fortalecidas pelos funcionários alemães que no Estado aportavam para distribuir ou difundir as novas tendências dessa cultura e/ou reafirmar a existente.

Essa cultura política incorporada pela comunidade pode ser definida, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino²¹⁶, como “um conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação a sua política”. As tendências poderão ser distinguidas de três maneiras, segundo os autores, de acordo com as posições que o indivíduo pode assumir e encarar os fatos e as relações sociais, são elas:

1. a tendência *cognitiva* - que se revela no conjunto dos conhecimentos e das crenças relativos ao sistema político, aos papéis que o compõem e aos seus titulares;
2. a tendência *afetiva* - que se revela nos sentimentos nutridos em relação ao sistema, às suas estruturas, etc.;

²¹⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B. Costa; RIBEIRO, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 92.

²¹⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 306.

3. a tendência *valorativa* - que compreende juízos e opiniões sobre fenômenos políticos e exige a combinação de informações, sentimentos e critério de avaliação.

A guerra secreta que envolvia as nações, bem antes de 1939, colocava em exposição essa cultura política dos alemães, talvez não como uma forma de superioridade frente ao caboclo, mas, de qualquer maneira, era um processo que desestimulava a assimilação de manifestações de brasilidade. Pelos documentos encontrados sabe-se que essa situação feria a sensibilidade de muitos.

Não se pode negar que a Alemanha, desejosa de conhecer as diretrizes do governo brasileiro e especialmente sua juventude, dedicava peculiar deferência às associações recreativas e culturais, desencadeando um processo de fortalecimento da educação estrangeira nas colônias, antes somente ligadas à vida religiosa.

Schwartzman, Bomeny e Costa²¹⁷ ainda dizem que esse fortalecimento chamou a atenção, pois os imigrantes alemães:

(...) participavam ativamente da vida brasileira com seu trabalho e com obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinham acesos os laços que os prendiam à nação de origem, o que provocava nas autoridades nacionais um misto de admiração e medo.

A grande maioria das instituições de ensino das áreas coloniais em nosso Estado era completamente estranha ao sentimento nacional que se desejava difundir. Isso se deu devido à atitude do brasileiro em tonificar a mentalidade alemã entre os colonos dessa origem, dando-lhes atributos de superioridade.

O Guia Industrial e Comercial Alemão-Brasileiro²¹⁸, amplamente divulgado nos três Estados do Sul, organizado por Karl Tuncksass, editado em Berlim em 1939, dizia que: “A escola alemã e a igreja alemã devem sua origem e o seu desenvolvimento ao desejo alemão de conservar o seu caráter nacional e a sua fidelidade à pátria mãe.”.

Dessa maneira, os professores e os padres enviados ao Brasil tinham como missão essencial conservar a fé e a originalidade dos teuto-brasileiros, portanto, conservar o caráter nacional alemão. Por isso, sua cultura política tornava-se intocável.

²¹⁷ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria; RIBEIRO, Vanda. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 1984. p. 92.

²¹⁸ D'AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino - Aspectos Políticos*. Florianópolis: IOESC, 1942.

Fazem parte da cultura política de uma certa sociedade os conhecimentos ou o conjunto de tendências psicológicas entre os indivíduos que a integram, que, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino²¹⁹,

são relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto; as tendências mais ou menos difusas, como por exemplo, a indiferença, a rigidez, o dogmatismo, ou o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas de sua própria sociedade. (...) Não se descumam, por último, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as palavras de ordem etc.

O conjunto dessas tendências psicológicas, no decorrer do processo de formação da identidade social do imigrante, contribuía para forjar a imagem que ele tinha de si mesmo em relação ao seu meio social.

Concorriam então para a conservação e o fortalecimento dos núcleos alemães os seguintes fatores: a resistência orgânico-social de cada núcleo em relação a influências externas (brasileiras); a propaganda metódica organizada por elementos interessados em sustentar tal situação; as subvenções às escolas e às sociedades aqui fundadas com a finalidade de propagar a cultura e raça alemã; as práticas e os cultos religiosos, além da divulgação de jornais, revistas, livros e calendários na língua alemã.

Dessa maneira, se fosse comparado o modo de vida do caboclo e do operário nacional com o do imigrante estrangeiro, a sensação seria de tristeza porque os primeiros tinham atrás de si séculos de atraso, enquanto o segundo tinha séculos de cultura²²⁰.

Portanto, enquanto as nações estrangeiras prolongavam a sua ação educativa entre nós, como acontecia com a Itália e, mais especificamente, com a Alemanha, países que subvencionavam as escolas para o ensino da sua língua, a União delegava aos Estados e Municípios a educação do povo, exceção feita às escolas subvencionadas para as zonas coloniais. Silveira²²¹ afirma que:

²¹⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 306.

²²⁰ OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Deputado à Assembléia Constituinte Estadual e à 13ª Legislatura (1928-1930); Inspetor Escolar Municipal, sem remuneração, de Joinville 1931; Subchefe de Polícia do Estado em 1932; Deputado à Constituinte Nacional em 1934; Deputado à Câmara dos Deputados 1935-1937; Professor da Faculdade de Direito de Santa Catarina e do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis em 1938; Organizador e Diretor do Departamento de Municipalidades do Estado em 1938; Diretor e Presidente do Instituto Nacional do Mate 1938-1945; Secretário de Estado do Interior e Justiça (24/12/1945 a 16/07/1946); Senador da República (1951-1959) etc. Oliveira escreveu sobre a *Nacionalização do Ensino*.

²²¹ SILVEIRA, Manoel Pedro. Secretário do Interior e Justiça no relatório apresentado ao governador Nereu Ramos sobre o exercício de 1935 e 1936 (janeiro a abril). APESC.

O serviço de nacionalização das zonas coloniais, pelo ensino, foi instituído pelo governo federal, em 1918, que para esse fim despendia em Santa Catarina a quantia de 500 contos de réis. A partir de 1930 esta verba cujo pagamento esteve suspenso por quase dois anos, foi reduzida para 342 contos. Daí para cá, apesar da verba cedida ao Estado ser reduzida, ainda foi cortada aquela que mal e mal se destinava a tornar mais fácil ao inspetor, o desempenho de seu cargo.

Com esse depoimento observa-se que a subvenção das escolas das zonas coloniais não era considerada imprescindível até aquele momento para a União. Os assuntos educativos ficaram sujeitos a critérios políticos da ocasião. Com verbas apertadas e insuficientes o ensino passa a ser moldado de acordo com as necessidades e os interesses dos mandatários locais.

De sorte que, enquanto os imigrantes zelavam pela instrução da prole provendo suas escolas de bons prédios, com professores e materiais seus, longe do espírito de brasilidade, o caboclo conservava a tradição de ignorância dos seus antepassados em escolas municipais, estas quando havia, sem material, sem casa própria, com professores despreparados e mal pagos, ou seja, sem condições de proverem a instrução. “Mais parecia que cultivavam o atraso da nossa gente” (OLIVEIRA, 1940).

Para colaborar com essa afirmação de Oliveira, o senhor Frederico Hemkemeier²²² alega que freqüentavam a escola “Todos de origem alemã. Naquele tempo, quer dizer que era assim: os caboclos ou brasileiros, poucos tinham na escola né...”.

Grosso modo, podemos dizer que os estrangeiros desenvolveram nossa economia, fortaleceram as finanças públicas etc. Porém, considerava-se que a nação era composta de mais que simples aspectos materiais, ela tinha que representar a unidade da consciência nacional.

Assim, era pensamento vigente a criação de um sistema educativo único e nacional, porque a nacionalização em um país de emigração não poderia ficar em plano secundário.

O brasileiro não poderia continuar analfabeto, e o imigrante estrangeiro nessas condições permaneceriam *ad eternum*...

Sobre o assunto disse o Inspetor Mosimann²²³:

²²² Frederico Hemkemeier, nascido em 30/07/1916 em Rio Fortuna, em entrevista concedida a Simão Willemann em 17 jan. 1978 na mesma cidade para o projeto “A Educação alemã no Vale do Braço do Norte”. Laboratório de História Oral (LHO), UFSC – REG 006.

(...) não se pode, por exemplo, tratar do mesmo modo, alunos lusos e teutos. Naturalmente, não deve haver desprezados, nem preferidos, o que seria a mais flagrante das injustiças. Cumpre completar a educação de cada um desses grupos dando (para usar a linguagem clara) a cada um o que lhe falta. Não pretendo, absolutamente, ofender a susceptibilidade de quem quer que seja. Encaro o assunto como a pedagogia requer seja estudada. A língua, penso – e, creio que os grandes sociólogos estarão comigo – é o laço que deve unir todos os membros da família brasileira, do Chui ao Oiapoc.

Fazia-se necessário “unir todos os membros da família brasileira, do Chui ao Oiapoc” também, fortalecendo neles o sentimento de nacionalidade, de pertencimento à Nação.

Bobbio, Matteucci e Pasquino²²⁴ nos dizem que: “(...) a Nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a Nação suscita”.

A idéia de laços mais profundos seria por um lado pela integração do caboclo no ritmo da vida coletiva, e por outro lado pelo aproveitamento das energias raciais dos povos estrangeiros, fundindo-as na massa comum do povo brasileiro. Seria o fim da dualidade estrangeiro e caboclo. Essa unificação espreada seria atingida pela escola, porque os filhos de alemães, italianos, japoneses, polacos entre outros, perante nossas leis, eram tão brasileiros quanto os caboclos.

Segundo D’Aquino²²⁵, “Quem nasceu no Brasil é brasileiro, sem subordinação a origens raciais. Deve, por isso, ser ensinado e educado como cidadão brasileiro e, como ele, falar e sentir”.

²²³ MOSIMANN, Adriano. Inspetor Estadual para a Revista de Educação, n.º 4 e n.º 5, p. 2-10, jul. a out. 1936. APESC.

²²⁴ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 797.

²²⁵ D’AQUINO, Ivo Fonseca. Secretário da Justiça, Educação e Saúde do Estado de Santa Catarina. *Nacionalização do Ensino - Aspectos Políticos*. Florianópolis: IOESC, 1942. Dados Biográficos: Nasceu em Florianópolis em 05/08/1896. Coursou o Colégio Catarinense. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Oficial de Gabinete do Governador do Estado (1917). Procurador Fiscal do Estado (1918-1919). Prefeito Municipal de Canoinhas, SC (1919-1920). Consultor Jurídico do Estado (1920). Deputado ao Congresso Representativo do Estado e à 11ª Legislatura (1922-1924). Deputado Estadual à 12ª Legislatura (1925-1927). Deputado à Assembléia Constituinte Estadual (1928) e à 13ª Legislatura (1928-1930). Secretário de Estado do Interior e Justiça (28/09/1930 a 27/10/1930). Secretário de Estado da Viação, Obras Públicas e Agricultura (1936). Secretário do Interior, Justiça, Educação e Saúde (04/12/1937 a 31/10/1945). Deputado à Câmara dos Deputados, por Santa Catarina, à Assembléia Nacional Constituinte (1946) e à 1ª Legislatura (1946-1950) pelo Partido Social Democrático (PSD). Mas, eleito simultaneamente para Senador, optou senatoria (1946-1955). Secretário-Geral do Gabinete Parlamentarista de Tancredo Neves. Procurador Geral da Justiça Militar no Supremo Tribunal Militar. Ministro do Supremo Tribunal Militar. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 28/10/1974. (PIAZZA, Walter (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1985).

Pensando-se assim e tendo-se em mente o projeto de nacionalização, é inegável que o fato de falar a mesma língua ou ter os mesmos costumes se constituem em laços profundos, identificadores de grupos com fisionomia própria (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983).

Segundo Schwartzmann, Bomeny e Costa²²⁶, o Estado buscava construir a Nação, e a “constituição da nacionalidade deveria ser a culminação pedagógica do ministério”. Nesse esforço de nacionalização três aspectos se destacaram: 1º) um conteúdo nacional à educação transmitido nas escolas e por outros instrumentos formativos; 2º) a patronização do ensino no País; 3º) a erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação transformar-se-ia em uma questão de segurança nacional.

Nesses postulados se fundem as ações dos poderes públicos para resolver o problema da nacionalização do ensino primário. Assim, os esforços institucionais voltaram-se para a formação inicial, continuada e atuação dos professores, cerne da disseminação do abasileiramento do ensino.

Não fosse um professor bem preparado para enfrentar as adversidades expostas, de que adiantaria a criação de escolas nas zonas de populações ditas estrangeiras?

Buscamos então resgatar as estreitas relações entre a dinâmica do projeto desenvolvimentista de Vargas com o projeto de homogeneização da população catarinense, no qual cabia aos inspetores e professores a função de socializar os imigrantes em um novo ideário.

Através dessas buscas realizadas em documentações como leis, decretos, relatórios, revistas e entrevistas pretendemos colaborar com a conservação da memória social ao transcender seu isolamento. Porque, segundo Halbwach²²⁷(1990), “A memória não é apenas individual, ela se situa na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados”. Portanto, a memória é construída socialmente, por mais pessoal ou individual que ela possa parecer.

Então, toda memória individual, seja ela encontrada em documentações, nos relatórios, nos jornais, nas entrevistas, é um ponto de vista sobre a memória coletiva, ou

²²⁶ SCHWARTZMANN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda M.^a. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984. p. 141-142.

²²⁷ HALBWAACH, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Revista Editora dos Tribunais, 1990. p. 51.

seja, só tem sentido em relação ao grupo do qual os indivíduos fazem ou faziam parte. Assim, essa “memória” supõe acontecimentos vivenciados em conjunto.

Consideramos significativa essa busca porque esse material poderá trazer novos fatos e acrescentar questionamentos à restrita história da formação dos professores, sujeitos agentes da educação. E não podemos nos esquecer de que:

Todo povo que tiver a “história na mão” como instrumento de construção, isto é, quem tiver memória e consciência histórica, com mais segurança, será dono de seu presente e seu futuro. Todo grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória, é mais facilmente preso de artimanhas e interesse de grupos; penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro²²⁸.

Concordando com Félix (1998), colocamo-nos na busca de material para entender o que representou a formação dos professores e a atuação dos inspetores nessa época tão conturbada, que tinha como meta a constituição da nacionalidade.

Como vimos, anteriormente, as medidas adotadas até então não chegaram a atingir o objetivo da nacionalização, às vezes por falta de material humano, outras por leis incompreensíveis ou mesmo contraditórias elaboradas pelo calor político do momento. Como bem disse o professor Lourival Câmara²²⁹ em entrevista concedida ao jornal “À Noite”:

O Brasil até 1930 foi um país que abrigava românticos e politiqueros em função de um regime que, desde o século XIX, se mostrava anacronicamente inoperante. As transmissões quadrienais monopolizavam todos os interesses, todas as idéias todas as atividades. Desejavam-se votos e nada mais. E para obtê-los era mister: fazer-se de tudo, mesmo trabalhar contra o Brasil. Foi o que fizeram quase todos os políticos da minha terra, quer situacionistas, como oposicionistas. Os primeiros escolhiam a dedo as autoridades da zona de colonização notadamente no Vale do Itajaí. Essas autoridades deveriam fundamentalmente falar, pensar e agir à maneira alemã.

Esse modo de existir, digamos permissivo da sociedade catarinense, não se coadunava com os pensamentos nacionalistas de Vargas. Então, logo após a “Revolução de 1930”, o General Interventor Federal de Santa Catarina, o gaúcho Ptolomeu de Assis

²²⁸ FELIX, Loiva Otero. História & Memória – A Problemática da Pesquisa. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 19.

²²⁹ O Professor Lourival Câmara, Delegado de Santa Catarina, por ocasião das comemorações do 5º aniversário da Instituição do Estado Novo, no Rio de Janeiro, concedeu entrevista ao Jornal *À Noite*, em 18/11/1942, sobre o que o Governo do Dr. Nereu Ramos realizou dentro do Programa do Presidente Vargas. (DOESC, n.º 2392, 02/12/1942, APESC).

Brasil²³⁰, levando em conta que as mudanças para esse determinante passariam por todo um processo educacional dentro e fora da escola, decide deliberar sobre o assunto, refazendo a legislação vigente como forma de garantir a nacionalização do ensino.

²³⁰ ASSIS BRASIL, Ptolomeu. Como um dos chefes militares da Revolução de 1930, comandou a coluna que invadiu Santa Catarina. Foi escolhido Interventor Federal no Estado, onde permaneceu de 25/10/1930 a 25/10/1932. (PIAZZA, Walter (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1985. p. 110).

11 A LEGISLAÇÃO E A NACIONALIZAÇÃO

A idéia de que a atividade política é fundamentalmente o ato de legislar, embora de origem romana, é essencialmente moderna.
Arendt²³¹

“O fato do ato de legislar ser considerado pré-político (...) enfatiza o caráter feito pelo homem, da lei e do direito em geral” (ARENDR, 1958). Assim sendo, o Estado catarinense valeu-se das leis para formalizar o que determinava a ideologia política da nacionalização do ensino.

Logo após a “Revolução de 1930” o Interventor de Santa Catarina, o General Ptolomeu de Assis Brasil, sob a influência das idéias de Orestes Guimarães, considera que a legislação escolar relativa à nacionalização do ensino primário e ao ensino privado, contida nas leis e nos decretos²³² baixados até aquela data, além de complexa, continha disposições que na prática se tornavam deficientes. Assim, resolve por bem revogá-la e estabelecer a partir daí, em 28 de janeiro de 1931, o Decreto n.º 58, que possuía, segundo ele, “vinte e um acessíveis e compreensíveis artigos”.

Na exposição de motivos, considerava o senhor General que era necessário regularizar o modo por que deveriam funcionar as escolas do ensino primário e do ensino privado quanto à questão da nacionalização. Procurou dar clareza aos artigos para que não houvesse dúvidas relacionadas ao entendimento da nacionalização e suas exigências.

Portanto, no Art. 2º diz que as escolas primárias estrangeiras, que já se achavam licenciadas e inscritas na Diretoria da Instrução, continuariam a funcionar.

No entanto, deveriam manter, para cada turma de sessenta alunos, um professor habilitado perante uma banca examinadora regularmente constituída, na forma do presente decreto, presidida pelo Diretor da Instrução (Art. 9), para o ensino na língua vernácula das seguintes matérias: Português, Geografia do Brasil, Chorografia do Estado, História Pátria, Educação Moral, Educação Cívica e Cantos Pátrios.

²³¹ ARENDR, Hannah. The Humab Condition. In: ADEODATO, João Maurício. *O Problema da Legitimidade*. No Rastro do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 185.

O programa para o ensino das disciplinas estaduais deveria ser o mesmo das escolas oficiais do Estado, segundo a graduação da escola e o juízo do Diretor da Instrução. Os diretores das escolas estrangeiras deveriam falar corretamente o português.

O Decreto buscou no Art. 3º definir o que vinha a ser uma escola estrangeira. Eram consideradas estrangeiras aquelas nas quais o ensino de uma ou várias disciplinas era ministrado em língua estrangeira e as aulas eram freqüentadas por menores de 14 anos.

Procurando, então, limitar e controlar a proliferação de escolas estrangeiras (Art. 4º), o Decreto determinou que as novas só teriam seu funcionamento concedido num raio de três quilômetros das escolas públicas (escolas isoladas ou grupos escolares). E, mais, essas escolas só poderiam exercer suas funções fora do horário regulamentar das escolas públicas, com matrícula de crianças, que, no referido horário, freqüentassem as escolas públicas ou que possuíssem certificados de conclusão de curso primário em tais escolas.

Assim, o Decreto considerava que as escolas nas condições do artigo anterior seriam definidas como curso em língua estrangeira (Art. 5º), podendo, portanto, ministrar seus programas em qualquer língua.

Concordando, então, com a existência das escolas particulares, o Decreto n.º 58 decide (Art. 11) que, para a abertura de outras, seria necessário requerer licença junto ao Secretário do Interior e Justiça declarando o local em que se estabeleceria a escola, as disciplinas a serem ministradas, os horários de funcionamento e os responsáveis por ela, anexando a esse documento a declaração de idoneidade moral e profissional do diretor e de cada um dos professores da escola. Ficavam as escolas particulares obrigadas a guardar os feriados nacionais e a remeter, mensalmente, à Diretoria da Instrução os boletins estatísticos.

Os boletins estatísticos eram para a Diretoria da Instrução importantes para que ela pudesse acompanhar o número de crianças que freqüentavam as aulas, a idade, a nacionalidade ou descendência, o local de residência, para poder avaliar a necessidade ou não de novas escolas etc.

Havia ainda os artigos específicos para os professores das escolas estrangeiras, o Art. 9 sobre a habilitação e o Art.10:

²³² Lei n.º 1187, de 5 outubro de 1917; Decreto n.º 1063, de 8/11/1917; Lei n.º 1263, de 15/09/1919; Decreto n.º 1321, de 29/01/1920; Lei n.º 1380, de 21/09/1921; Lei n.º 1656, de 08/11/1929. Todos os Decretos e Leis referentes à nacionalização do ensino.

Art. 10 – Os exames para a habilitação dos professores das escolas estrangeiras versarão sobre as disciplinas que devem ser ministradas na língua vernácula, conforme o Art. 2º, especificados no decreto 1300, de 14 de novembro de 1919.

Dessa maneira, considerava o Governo estar cumprindo as determinações federais quanto à nacionalização do ensino já vigentes desde 1918, não só com relação à formação dos professores estrangeiros para as escolas estrangeiras mas principalmente quanto ao melhor desempenho destes na implementação da nacionalização do ensino nas áreas de colonização.

Para reforçar a importância do Decreto, além dos acima mencionados, o Interventor dedicou mais três artigos (Art. 17, 18 e 19) específicos sobre penalidades que recairiam sobre os infratores, deixando claro que o Estado estaria alerta e exigiria a observância das determinações exigidas, caso contrário, os culpados seriam responsabilizados.

A determinação de aplicar as penalidades ficava a cargo do Diretor da Instrução, Luiz Trindade, do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, na época o Inspetor Orestes Guimarães, e dos sete Inspetores Escolares Estaduais (até 1º de maio de 1935 o número de Inspetorias escolares era de sete, a partir desta data elevou-se para 13)²³³.

A ação dos Inspetores crescia de importância, mas eles ainda estavam dispersos. Para um maior controle de suas atividades, o Estado catarinense em seu Decreto n.º 85 de 1931²³⁴ considera que: “... a falta de contacto dos inspectores com a Directoria da Instrução afrouxa a eficiencia do serviço de inspecção technica”.

Desse modo, era exigido que o inspetor escolar residisse na Capital do Estado, elaborasse seus relatórios das inspeções realizadas, desse conhecimento de suas atividades aos seus superiores e retomasse seus trabalhos, com exceção do período de férias.

Essa exigência criou oportunidades para os inspetores se reunirem e abordarem as dificuldades encontradas pelo Estado, incluindo questões relativas à nacionalização.

O Decreto n.º 58 acarretou uma série de novas medidas, todas direcionadas para o processo da nacionalização no Estado.

A questão da habilitação trouxe consigo um embaraço, pois, apesar de já necessário, o conhecimento da língua vernácula ainda não era fluente entre os professores, ou seja, eles não estavam preparados para demonstrar suas capacidades em língua portuguesa.

²³³ Relatório do Secretário do Interior e Justiça, Manoel Pedro Silveira, ao governador Nereu Ramos, relativo ao exercício de 1935 e 1936 (janeiro a abril). p. 75. APESC.

O que fazer com os professores, que, chamados aos ditos exames, procurando satisfazer os preceitos do Decreto n.º 58, mas submetidos ao Art. 9, não obtiveram a devida aprovação?

O Interventor Federal,²³⁵ interino, de Santa Catarina, preocupado com o resultado dos exames ocorridos na cidade de Blumenau em março de 1931, que revelaram que a maioria dos professores não pôde satisfazer as disposições do Decreto n.º 58 em seu Art. 9 referente à habilitação para o ensino, decide-se por um novo regulamento específico para essa questão.

Assim, o Decreto n.º 94²³⁶ de 28 de março de 1931, Art. 1, concedia um prazo de seis meses para que os professores das escolas estrangeiras, que haviam sido reprovados nos exames procedidos na cidade de Blumenau, adquirissem habilitação através de novas provas. Porém, aos que não comparecessem aos citados exames (Art. 2) ficava concedido o prazo de dois meses para que se habilitassem.

Com esse Decreto nova oportunidade foi concedida aos professores estrangeiros e mesmo aos nascidos no Brasil que não possuíam o domínio da língua vernácula. Essa circunstância criada para os que compareceram aos exames e não conseguiram se habilitar reforça a necessidade dos ausentes se pronunciarem, sob pena de cancelamento da licença escolar aos que desobedecessem aos Decretos acima referendados.

A responsabilidade de fiscalizar o desempenho das escolas com relação ao que acabava de ser decretado continuava a cargo dos Inspectores. A função dos Inspectores Escolares Estaduais ou Federais (das escolas subvencionadas), de uma forma geral, prendia-se à verificação do domínio da língua vernácula, à parte pedagógica, à escrituração em que, entre outras coisas, deveria estar presente o preenchimento das fichas mensais para a elaboração das estatísticas do ensino primário pelo professor. Havia também a verificação do aproveitamento do aluno em sua escrita, da pronúncia correta do vernáculo, seja em sala de aula ou no recreio.

O ato de inspecionar, examinar, vistoriar ou até mesmo revistar foi levado a termo pelos inspetores escolares. Sem dúvida alguma Santa Catarina teve inspetores que se

²³⁴ Decreto n.º 85, de 14/03/1931. Livro de Decretos, Resoluções e Portarias de 1931. p. 34. APESC.

²³⁵ Luiz Carlos de Moraes. Interventor interino promulgou em 28 de março de 1931 o Decreto n.º 94 sobre os exames de habilitação dos professores. Livro de Decretos, Resoluções e Portarias do Estado de Santa Catarina de 1931. APESC. p. 38.

²³⁶ Decreto n.º 94, de 28/03/1931. Livro de Decretos, Resoluções e Portarias de 1931. APESC. p. 38-39.

destacaram em suas ações de fiscalizar a nacionalização do ensino. Orestes Guimarães²³⁷ foi o primeiro inspetor designado pela União especialmente para esse fim, ou seja, como Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, ficando no cargo de 1918 até sua morte em dezembro de 1931. O Inspetor Guimarães atuou durante um período de democracia no País, portanto, a política de ensino catarinense e a própria inspetoria da nacionalização do ensino poderiam ser consideradas de cunho liberal²³⁸.

As transformações conjecturais por que passava o País, onde a democracia foi substituída por uma ditadura, exigiam substanciais mudanças também para o inspetor responsável pela nacionalização do ensino, o também paulista João dos Santos Areão²³⁹, e para os colegas da inspetoria estadual.

Desde que empossado no cargo como Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pelo Governo da União João dos Santos Areão relatava trimestralmente suas visitas às escolas, ao Ministro da Educação e Saúde Pública. Eram 190 as escolas subvencionadas, todas em perfeita atividade, como observado pelo inspetor.

Nos relatórios Areão expunha os trabalhos levados a efeito pela inspetoria em que reunia as observações colhidas em viagens pelo Estado, inspecionando as escolas subvencionadas, presidindo bancas examinadoras e principalmente observando o “serviço de nacionalização”²⁴⁰.

No relatório do mês de abril de 1934²⁴¹, sobre o primeiro trimestre do ano, Areão coloca o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, a par do que

²³⁷ O Governo da União subsidia, *ex vi* do Decreto nº 13.014, de 4 de maio de 1918, o ensino público estadual em 190 escolas isoladas, urbanas e rurais, mantendo junto a elas o Inspetor Federal, professor Orestes Guimarães. Com esse apreciável auxílio, o Estado podia dar mais atenção à educação nas zonas de colonização estrangeira, obrigando as escolas particulares ali existentes a ensinarem com eficiência a língua vernácula e as noções de chorographia do Brasil, a história pátria e a educação cívica. Adolpho Konder, mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22/07/1927. APESC.

²³⁸ FIORI, Neide. *Aspectos da evolução do ensino público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 107.

²³⁹ João dos Santos Areão foi convidado por Orestes Guimarães a vir exercer sua profissão docente em Santa Catarina logo após concluir seu Curso Normal. Chegou a Santa Catarina em 1912 e desempenhou várias funções no ensino, antes de assumir o cargo de Inspetor Geral das Escolas Subvencionadas pela União em 1933, sendo então responsável pela nacionalização do ensino. A partir do Estado Novo, a denominação do cargo mudou para Inspetor das Escolas Subvencionadas pelo Governo Federal e Nacionalização do Ensino, mas, mais que a mudança de nome, esse assunto passou a ser orientado, em linhas gerais, por um plano federal de nacionalização do ensino, comum para o Sul do País. (FIORI, Neide. *Aspectos da evolução do ensino público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 141).

²⁴⁰ Serviço de nacionalização, expressão usada pelo Secretário do Interior e Justiça Manuel Pedro Silveira no relatório ao governador de 1935 a 1936 (p. 74) e também pelo Inspetor Areão na introdução do relatório enviado ao Ministro Capanema sobre o 1º trimestre de 1934. APESC. Ivo D’Aquino, Secretário da Justiça Educação e Saúde, referia-se como o “problema da nacionalização do ensino”. (D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis: IOESC, 1942).

²⁴¹ Relatório do 1º Trimestre apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, em abril de 1934. APESC.

“precisamos fazer sem outra mira, sinão, a de contribuir com todas as forças para que a nacionalização dos elementos estrangeiros ou estrangeirados seja um fato”.

Ainda neste relatório o Inspetor comenta que descobriu escolas particulares sem a devida legalização, situação esta provocada pela completa ignorância por parte dos dirigentes sobre o teor da lei que regula a nacionalização. Portanto, o Decreto-Lei n.º 58 de 1931 já estava em pleno vigor e ainda havia escola que desconhecia a competência da lei.

Areão discorre que, com a criação de novas áreas de inspetorias (circunscrições²⁴²), foi possível descobrir em várias localidades professores que se encontravam em posição irregular. A eles foi dado um prazo para legalizarem a situação, caso contrário, perderiam o direito de lecionar.

Era seu desejo que as escolas cumprissem fielmente o seu papel de nacionalizadoras, mesmo porque a Constituição de 1934 não permitia, em escola nenhuma do País, o ensino em língua estrangeira. Exigia dos professores o ensino da língua vernácula e dos hinos oficiais, pois as crianças conheciam apenas o Hino Nacional e o da Bandeira, apesar de ele ter distribuído um folheto contendo todos os cantos exigidos²⁴³.

Seus comentários eram contundentes a respeito da nacionalização e às vezes soavam como uma velada acusação, como quando relatou ao Ministro: “Para mim, é o problema que deve preocupar bastante a atenção dos que assumiram a responsabilidade de sanar os males legados pelos nossos antepassados, isto é, o de ter negligenciado assistência escolar aos filhos dos imigrantes” (AREÃO, 1934).

Quanto ao seu trabalho, mostrava que tinha certeza de ter feito sua obrigação, levando às longínquas escolas espalhadas pelos sertões colonizados por estrangeiros a “palavra vivificadora da alma nacional”.

O inspetor estava ciente de que as escolas estrangeiras não deveriam funcionar, porém, segundo ele:

Cessará essa maneira de ver, desde que compreendamos que o fechamento dessas escolas deixaria sem amparo algumas centenas de crianças (...) cessaria ainda, desde que saibamos que a maioria dessas escolas estão em lugares longínquos e que estão, de qualquer forma, contribuindo para a alfabetização de nossa criança.

²⁴² Circunscrição. A divisão territorial em inspetorias escolares estaduais passa de 7 (até 1935) para 13 (a partir daí) circunscrições. Mais tarde Nereu Ramos passa para 15 circunscrições.

²⁴³ Relatório do 3º Trimestre apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública pelo Inspetor das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, em outubro de 1934. APESC.

A legislação já existia, porque o Decreto-Lei n.º 58 em vigor era o mais exigente de todos os que haviam sido editados anteriormente; existiam cargos regulamentados para o Inspetor Federal e para os Estaduais, mas, segundo a avaliação do inspetor, faltava algo para a “efetiva nacionalização dos elementos alienígenas”.

Em 1942, Ivo D’Aquino²⁴⁴ analisou o Decreto-Lei n.º 58 para mostrar o porquê das dificuldades encontradas tanto pelo Inspetor Federal Areão como pelos inspetores estaduais. D’Aquino considerava que a falta de unidade da escola primária ao permitir o seguimento de duas linhas, escolas nacionais e escolas estrangeiras, incentivando as diferenças raciais, constituía-se em sério problema.

No depoimento do senhor Augustinho Wiggers²⁴⁵ encontramos a confirmação da análise de Aquino, quando ele nos diz que a frequência naquelas escolas: “Eram só filhos de colonos, e de origem alemã. Porque de origem portuguesa ou lusa tinha muito pouco, e se tinha um ou outro, não mandavam os filhos para essas escolas, que eles não compreendiam a língua e o professor não compreendia eles”.

O que acontecia, no início da década de 1930, é que as escolas estaduais, na verdade, não cobriam todas as áreas, assim, as estrangeiras passavam a agir de acordo com as suas necessidades e possibilidades.

As escolas das zonas urbanas mantidas pelas sociedades escolares eram bem estruturadas, com bom material de apoio (estrangeiro), e contavam com professores na maioria vindos da Alemanha.

As escolas coloniais comunitárias, sem professores com formação adequada, não tinham um plano a ser seguido. O professor, alguém da comunidade, determinava o ritmo e o conteúdo a serem passados aos alunos.

Sobre o assunto, o senhor Wiggers (op. cit.) relata: “... mesmo antes que ele era casado, o Guilherme Koepp, que era o meu professor, ele trabalhava na roça. Fazia a roça para ele”.

Os professores ganhavam pouco e mesmo assim era pesada a cota dos que tinham que pagar. Essas escolas eram construídas com o auxílio da comunidade, conforme depoimento do senhor Wiggers²⁴⁶:

²⁴⁴ D’AQUINO, Ivo. Secretário do Interior e Justiça do Interventor Nereu Ramos de 1937 a 1945. Fonte. (PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1985. p. 230).

²⁴⁵ WIGGERS, Augustinho. Nascido em Rio Café no município de Rio Fortuna em 25/10/1917. Entrevista concedida a Simão Willemann em Rio Fortuna, em 22/10/1977, para o projeto “A Educação na escola alemã no Vale do Braço do Norte”. Laboratório de História Oral (LHO), UFSC, REG: 041.

²⁴⁶ Op.cit. p. 11.

(...) tinha uns fabriqueiros. Nós chamava de fabriqueiros de escola. (...) É aqueles que vão na frente. Eles se inscreviam como sócios da escola. Então eles construíam a casa também faziam festa em benefício da escola. Quando não podiam pagar tudo eles faziam festa. E, o resto, o professor, eles pagaram sempre do bolso deles (...) conseguiram também um auxílio do Consulado alemão.

Porém, quando havia algum problema de manutenção a ser feito na escola, o “chefe” dessa associação da comunidade era avisado pelo professor, e as providências eram tomadas. Segundo o professor José Boeing²⁴⁷, “Eles tinham um Vorstand. Vorstand eles chamavam (...) o homem, o chefe. Porque aquele determinava tudo. A casa devia estar em ordem (...) roçar em redor, ou fazer limpeza, ou se faltava uma telha, o Vorstand então combinava com os outros e fazia aquilo”.

As escolas mantidas pelas igrejas evangélicas (Evangelische Gemeinde Verband) ou católicas recebiam também apoio do país de origem, ou seja, o material didático e os professores.

Segundo o senhor Frederico Hemkemeier²⁴⁸,

Naquele tempo a escola principal, em alemão se diz Fahrschule, pertencia a igreja. Porque sempre diziam “Fahrkirche” que quer dizer matriz. Os livros vinham de Porto Alegre e eram todos em alemão. Primeiro se aprendia tudo em alemão. Depois quando a gente sabia bem ler, daí começou um pouco de português.

Com toda proibição muitas escolas continuavam seguindo esse padrão, como demonstra as considerações do Decreto n.º 2111 de 27/04/1942, que puniu com o fechamento a Escola Primária “Clandestina”, em Linha Falcão, município de Chapecó. Foi apreendido o material escolar existente, e também foram aplicadas as penalidades previstas em lei aos responsáveis pela instalação e pelo funcionamento da escola (P.e Antônio Rovering e professora Luiza Dick), como é explicado a seguir.

(...) Considerando que pelas autoridades policiais foram apreendidos livros em idioma alemão, usados na escola. Considerando que, desvirtuando o seu

²⁴⁷ Professor José Boeing. Nascido em 15/10/1911 em São José, município de Braço do Norte. Professor complementarista da escola isolada de Rio Chapéu (municipal) de 4 de novembro de 1936 a 1945. Entrevista concedida a Simão Willemann, em 19/01/1978, para o projeto “Escola Alemã no Vale do Braço do Norte”. Laboratório de História Oral (LHO), UFSC, REG: 049.

²⁴⁸ HEMKEMEIER, Frederico. Laboratório de História Oral (LHO), UFSC, REG 006.

ministério, para usá-lo como um meio de propaganda anti-nacional e de franca resistência as leis da União e do Estado é o padre Antônio Rovering elemento pernicioso aos interesses brasileiros e indesejável no país que lhe deu hospitalidade²⁴⁹.

Outro ponto negativo, que D'Aquino analisou no Decreto n.º 58, dizia respeito ao diretor da escola, que deveria falar corretamente o português, mas em virtude de ser estrangeiro dificilmente o fazia sem sotaque. Portanto, a começar pelo diretor, pressuposta figura máxima da escola, os padrões exigidos pela nacionalização não eram observados.

Segundo D'Aquino, o Decreto-Lei n.º 58 ainda permitia professores de nacionalidade estrangeira. Mesmo habilitados por exame, os professores estrangeiros não ministravam as aulas cotidianamente em português, e aqueles que assim o faziam tinham uma pronúncia que deixava a desejar. Por isso, nos termos de visita os inspetores faziam referência à pronúncia carregada dos professores.

O senhor Augustinho Wiggers²⁵⁰ confirma, em sua fala, esta situação vivenciada nas escolas. Inicialmente as aulas eram dadas só em alemão, depois com o passar dos anos, de acordo com as necessidades que se sentia (ou por obrigação), o português foi sendo introduzido, o que corrobora com as afirmações dos inspetores:

Os primeiros dois anos que eu fui para a escola (1927), a aula foi só em alemão. Todos os alunos tinham um livro para aprender a ler. Mas era em alemão. Inclusive com letras góticas. Nunca entrou uma palavra de outra língua. Depois, um dia o professor falava o português e no outro dia falava o alemão. Eu não sei quando isso mudou, mas foi uma preocupação da comunidade o professor não ensinar língua nacional para seus filhos. (...) a comunidade sentiu o problema, que os filhos deles ficavam grandes, não aprendiam o dialeto nacional. (...) Mas a comunidade se reuniu e resolveram, mandaram o professor estudar o português um ano em Blumenau.

Referindo-se ao período que começou a aprender o português, o entrevistado não soube precisar o ano e nem se o ensino foi por obrigação governamental, mas que:

No começo desse ano eu passei um trabalho danado porque não compreendia o que o professor falava, e ele falava só o português. Então ele batia em cima da mesa e dizia: Mesa, para os alunos. Mesa (...) ainda não compreendiam. Então ele tinha que dizer: Tisch. Ainda tinha que traduzir, o que ele não queria. No dia

²⁴⁹ Decreto n.º 2111, de 27 de outubro de 1942. Nereu Ramos, Interventor Federal. Livro de Decretos, 1942. APESC.

²⁵⁰ WIGGERS, Augustinho. LHO, UFSC, REG 041.

que era alemão era folgado porque eu compreendia ele. Mas, quando era dia de português, aquilo era um problema para mim.

A situação não se apresentava fácil para as crianças e provavelmente não o foi também para o professor. Analisamos, assim, pela própria crítica do ex-aluno, que considerou um ano pouco tempo para o professor aprender português em Blumenau, visto que após o curso “Ele não tinha condições de dar o português” (WIGGERS).

Retomando a análise de D’Aquino sobre o Decreto n.º 58 considerado, as disciplinas²⁵¹ para a formação social, moral, cívica e até política de uma criança da escola primária podiam ser ministradas por professor estrangeiro ou brasileiro, então, a intensidade dos sentimentos de brasilidade variava de um para o outro.

Mais uma vez a análise de Ivo D’Aquino confirma-se agora no depoimento do ex-professor José Boeing²⁵², quando este analisa seu tempo de estudante em uma escola alemã. Em sua fala fica expresso que seria inviável a um professor estrangeiro ter esse sentimento de brasilidade exigido pela nacionalização.

Agora história, por exemplo, da pátria, não tinha. Porque... como é que podiam ter né. Não tinha graça. Ele como alemão, de dar aula, por exemplo da Alemanha, que era pátria dele, e aqui simplesmente era um alemão imigrante, então não dava isto né. Agora o que ele ensinava mais era ler e escrever em alemão e fazer contas. (...) Religião, ele ensinava muito o catecismo. (...) Então, todos se ajuntavam (...) rezavam e cantavam e davam aula.

E, por último, o Secretário da Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, Ivo D’Aquino, considerava um erro grave a legislação não ter coibido as músicas estrangeiras nos meios escolares. Os hinos pátrios ficaram contemplados no Art. 2º do Decreto n.º 58, pois deveriam ser entoados pelas crianças, no entanto, a proibição das músicas estrangeiras foi esquecida, e as crianças delas se utilizavam a qualquer momento, no recreio, nas brincadeiras, na rua e no ambiente familiar.

Essa situação foi apontada por Ivo D’Aquino como sendo um descuido inconsciente do legislador enquanto atendia a princípios basilares do nosso direito político,

²⁵¹ D’Aquino comentava sobre o erro do Decreto n.º 58 de 28/01/1931, que permitia o ensino das disciplinas em língua estrangeira (Art. 3º e Art. 5º). As escolas poderão ministrar seus programas em qualquer idioma. Porém, o Art. 2º exigia um professor habilitado na forma da lei para ministrar o ensino na língua vernácula das seguintes matérias: Português, Geografia do Brasil, Chorografia do Estado, História Pátria, Educação Moral, Educação Cívica e Cantos Pátrios, não havendo, portanto, impedimento para o ensino de história, dos hinos, da cultura dos imigrantes. Para D’Aquino isso era um erro grave.

²⁵² José Boeing. Laboratório de História Oral (LHO), UFSC, REG: 049.

estimulando, segundo ele, dentro do Brasil a discórdia racial. “Nem com o ambiente nacional da escola se preocupou o legislador, esquecido de que entregava gerações inteiras de crianças brasileiras, para serem educadas por professores convictamente alheios aos sentimentos brasileiros” (D’AQUINO, 1942).

Por todas essas razões os problemas se avolumavam e eram considerados de difícil solução. Vivenciando os problemas diariamente, o Inspetor Federal João dos Santos Areão solicitava nos relatórios trimestrais²⁵³ ao Ministro da Educação e Saúde Pública mais apoio Federal, sobretudo auxílio material, que era ainda bastante escasso. Essa situação dificultava a ampliação das atividades imprescindíveis em tais circunstâncias.

Era preciso mais recurso para que o Estado/União pudesse suplantar as condições que as escolas estrangeiras apresentavam. Havia necessidade de casas próprias para as escolas, mobiliários bons, utensílios em abundância e, sobretudo, professores que se adaptassem ao meio em que iriam viver.

O Inspetor Federal Areão insistia com o Ministro da Educação sobre essas verbas, porque de 1930 a 1934, a dotação despendida pela União com a nacionalização, em vez de aumentar progressivamente, foi gradativamente reduzida. E, sem o efetivo auxílio da União, pouco poderia ser feito, porque o Estado não poderia ampliar o sistema de fiscalização, visto que a verba estadual empregada com a instrução já era bastante alta, como poderemos observar no Quadro 5.

²⁵³ No último relatório de 1933, no 1º Trimestre de 1934, no 1º Trimestre de 1937, em 1938, Areão solicita auxílio para a expansão das escolas subvencionadas.

QUADRO Nº 5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PERCENTUAL DESTINADO À EDUCAÇÃO POPULAR DE SANTA CATARINA

ANO	ORÇAMENTO/TOTAL	VERBA/EDUCAÇÃO	PERCENTAGEM
1929	17.000:000\$000	2.184:992\$000	12,8%
1930	18.500:000\$000	2.505:388\$000	13,5%
1931	18.350:000\$000	2.883:044\$000	15,7%
1932	18.000:000\$000	2.917:840\$000	16,2%
1933	18.000:000\$000	2.945:640\$000	16,3%
1934	18.000:000\$000	3.670:486\$000	20,3%
1935	18.880:000\$000	4.428:304\$000	23,5%
1936	21.900:116\$100	5.263:352\$000	24,03%
1937	25.581:305\$100	6.278:810\$000	24,5%
1938	31.500:000\$000	6.684:492\$000	21,2%
1939	38.924:944\$000	7.862:732\$000	20,2%
1940	40.212:673\$300	8.383:140\$000	20,8%

FONTE: Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Federal Nereu Ramos sobre o exercício de 1939, em setembro de 1940.

Esse Quadro 5 apresenta quanto o Estado investiu na educação. Porém, segundo o Interventor, ainda não faziam parte do percentual as despesas com construção e reconstrução e aparelhamento de edifícios escolares.

A falta de melhoria da verba federal era lamentável, conforme o Inspetor Areão, porque, de acordo com o Departamento de Estatística, o Estado possuía 1.909²⁵⁴ escolas, instituições destinadas à alfabetização, número insuficiente tendo em vista que as sociedades escolares mantinham mais de 605 escolas particulares e algumas delas ainda estavam distantes de propagar a brasilidade.

Por isso, considerava o Inspetor Areão que: “Tudo que os Governos empregassem para esse fim não seria demasiado, pois temos diante dos olhos um campo vastíssimo de combate que só pode ser medido e pesado por aqueles que vivem palmilhando os diversos setores da luta” (AREÃO, 1937).

Inicialmente o Inspetor Areão demonstrava que não era daqueles que desejavam medidas fulminantes para mudar de vez a marcha dos fatos. Era favorável a um trabalho persistente, ininterrupto, dosado de maneira inteligente, para a campanha não deixar de ser profícua.

Para isso pensava que o ponto de partida seria sim a escola, mas uma escola preparada para esse fim. Acreditava ainda, mesmo após o Decreto n.º 58, que seriam necessárias leis especiais e também uma organização escolar adaptada para que esse projeto se tornasse exequível. Mas, sua preocupação era tanta que várias vezes pediu instrução ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Capanema, para que pudesse agir com mais firmeza em suas inspeções, chegando até a enviar memoriais com sugestões para serem analisadas.

Quanto ao Governo Estadual, este possuía um corpo de 15 Inspetores Escolares constituído exclusivamente por técnicos no magistério, porém esse número ainda era considerado insuficiente tendo em vista o extenso número de escolas a serem visitadas.

QUADRO Nº 6 - CIRCUNSCRIÇÃO, INSPETORES E UNIDADES ESCOLARES

REDE CIRCUNSCRIÇÃO	NOME DE INSPETORES	POR CIRCUNSCRIÇÃO				
		Nº de Municípios	UNIDADE ESCOLAR			
			Estadual	Municipal	Particulares	Total
1ª Florianópolis	João Romário Moreira	1	59	25	14	98
2ª Blumenau	Celso Rila	2	39	40	11	90
3ª Porto União	Germano Wagenf'uhr	4	100	52	24	176
4ª Tubarão	Adriano Mosimann	4	126	90	05	221
5ª Lages	Casemiro L. Chociay	3	91	51	09	151
6ª Joinville	Marcílio D. de S. Tiago	3	67	53	10	130
7ª Cruzeiro	Antônio Lúcio	3	67	51	18	136
8ª Rio do Sul	José J de Lima Xavier	2	61	57	03	121
9ª Jaraguá	Drausio Cunha	3	61	15	07	83
10ª Itajaí	Pedro Paulo Philippi	2	69	68	11	148
11ª Cresciuma	Humberto Hermes Hoffmann	4	110	73	01	184
12ª Tijucas	Alfredo Xavier Vieira	5	120	30	06	156
13ª Hamônia	Adolfo da Silveira	3	46	49	-	95
14ª Palhoça	Márcio Garci	2	88	17	01	106
15ª Caçador	Hermínio Heusi da Silva	3	48	39	23	110

FONTE: Departamento de Educação, 1937.

O Quadro 6 representa a Rede de Circunscrição, seus respectivos Inspetores, os municípios que cabia a cada um e o número de escolas que deveriam ser visitadas. Nele fica evidenciado que um Inspetor, como o da 11ª Circunscrição, com 184 escolas sob sua responsabilidade, conseguiria fazer no máximo uma visita anual em cada uma delas. Mesmo assim, o governo não possuía mais verbas para aumentar o efeito das Inspetorias. Em fevereiro de 1937²⁵⁵, os quinze Inspetores Escolares, convocados pelo Diretor do

²⁵⁴ *Revista da Educação* – Órgão do Professorado Catarinense – Um pouco de estatística do ensino primário. As 1909 escolas estavam distribuídas da seguinte maneira: 865 estaduais, 439 municipais. Florianópolis, ano I, p. 29, jan./fev. 1936. OBS. O artigo não nominou o autor.

²⁵⁵ Relatório da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas apresentado ao Ministério de Educação e Saúde Pública em 10 de abril de 1937. APESC.

Departamento de Educação, mais o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas reuniram-se por uma semana para debater assuntos referentes aos trabalhos escolares. Em todas as palestras a questão da nacionalização se fez presente, mostrando ser um assunto que muito preocupava a atenção dos que estavam em contato direto com as escolas das zonas de colonização.

Desse encontro decisões importantes foram tomadas pelo Diretor do Departamento de Educação, pelos Inspectores Estaduais e pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas Areão. Essas medidas seriam imediatamente adotadas e repassadas pelo Inspetor Federal ao Ministro Capanema como forma de deixá-lo ciente do andamento dos trabalhos. As medidas seriam:

Intensificar a inspeção nas escolas particulares; obrigar os professores a cultivarem com mais gosto a língua vernácula; fazer com que o espírito brasileiro predomine dentro das escolas; formar biblioteca infantil; promover festas cívicas onde o nosso pavilhão seja homenageado com o devido respeito (AREÃO, 1937).

Resultou dessa reunião a promessa dos inspetores de realizar persistentes visitas às escolas das áreas de nacionalização.

Em 1938, o Inspetor Luiz Sanches Bezerra da Trindade²⁵⁶, Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização, fez um levantamento sobre as Inspetorias Estaduais que passamos a descrever. Foram inspecionadas 1.190 unidades escolares, com um total de

²⁵⁶ Luiz Sanches Bezerra da Trindade, professor catarinense, fruto intelectual da linha de ação pedagógica de Orestes Guimarães, iniciou sua carreira docente no Grupo Escolar Jerônimo Coelho de Laguna. Exerceu funções técnicas na Diretoria da Instrução Pública. Em 1926 exercia a função de Inspetor Escolar junto com a referida função na Diretoria da Instrução. Durante sua permanência na chefia, no então Departamento de Educação, órgão máximo responsável pela orientação e administração do ensino público estadual, Trindade promoveu a reforma no ensino, em 1935, que ficou conhecida como “Reforma Trindade”. Durante os anos de 1935 a 1950, a instrução pública em Santa Catarina esteve sob sua liderança e dos inspetores João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. Portanto, nas mãos de três inspetores escolares. O poder que detinham, nas questões do ensino, era tão grande, que muitos incomodava, inclusive o Interventor Federal catarinense Nereu Ramos, que habilmente, em 1938, para não criar rupturas, criou a Superintendência Geral do Ensino da Secretaria do Interior e Justiça, à qual ficaram subordinados todos os serviços referentes ao ensino, inclusive o Departamento de Educação. Tal cargo foi ocupado pelo paulista, professor Sebastião de Oliveira Rocha, que não foi bem-sucedido em sua missão, passando, então, em 1940, essa Superintendência a ser comandada pelo inspetor Elpídio Barbosa. (FIORI, Neide. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 124). Segundo o Interventor Federal Nereu Ramos em seu relatório ao Presidente Vargas, apesar dos esforços empreendidos, já estavam burlando as leis com aulas a domicílio. Dessa forma, para tornarem-se efetivas as exigências do Decreto n.º 88 estadual e as leis federais, foi criada a Inspetoria Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino e confiada ao professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, pela sua capacidade de trabalho e por seu conhecimento do meio (Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1938. p. 26).

3.644 classes, o que dá uma média anual de 79,3 escolas com 243 classes por Inspeção.

Cada inspetor empregou os 229 dias úteis do ano nas seguintes atividades:

a) Na sede – serviço de gabinete	69,8 dias
b) Presidindo exames e sabatinas	14,6 dias
c) Em reuniões de professores	25,1 dias
d) Instalando grupos escolares ou escolas	6,6 dias
e) Preparando festas cívicas	8,0 dias
f) Em inspeção propriamente dita	102 dias

Em 1938 havia 2.005 unidades escolares, cabendo em média 133 a cada inspetor.

Como o número de escolas inspecionadas foi de 1.190, deduzia-se que 815 escolas não foram visitadas, por isso o número de circunscrição era considerado insuficiente como referendado anteriormente²⁵⁷.

Assim, apesar dos esforços, era da consciência geral que o caminho já conquistado estava muito longe da meta final, porque novas fontes, capazes de produzirem o mesmo entrave, estavam para se formar pelas “regiões ainda incultas” do Estado²⁵⁸.

A nomeação do professor Lourenço Filho²⁵⁹ para o Departamento Nacional de Educação ao qual o Inspetor Federal Areão estava subordinado seria, segundo ele, de

²⁵⁷ Todos os dados acima referendados foram retirados do Relatório do Inspetor Luiz S. B. da Trindade ao Superintendente Geral do Ensino em 17 de abril de 1939. APESC.

²⁵⁸ Areão, no Relatório para o Ministro Capanema 1º Trimestre de 1937, referia-se ao Vale do Rio do Peixe (Caçador, Cruzeiro, Perdizes, Capinzal, Rio Bonito, Legru, Nova Galícia, São João, Calmon, Anhanguera, Presidente Pena, Adolpho Konder, Rio das Antas, Pinheiro Preto, Barra do São Bento, Bom Retiro, Herval, Barra Fria) e do Uruguai (Ita, Nova Santa Cruz, Passo Bormann, Fachinal do Tigre, Caxambu, São Carlos, Passarinhos, São Domingos, Mondai, Itapiranga e Cascalho) até o extremo com a Argentina, outrora completamente desabitado, mas que naquele momento já se constituíam como colônias cheias de vida, progredindo assustadoramente. Considerava ele que, sem exagero, aquelas eram as terras mais férteis de Santa Catarina e para onde estavam sendo transportadas grandes levas de colonos que procuravam melhores terras para se estabelecerem com segurança. A região se apresentava como centro de atividades não só agrícolas como também industriais. Não se poderia deixar multiplicar os arraiais, bairros e povoados habitados por imigrantes, sem que houvesse meios de lhes proporcionar escolas para a formação do espírito nacional. APESC.

²⁵⁹ Referência feita no Relatório apresentado ao Ministro Capanema no 1º Trimestre de 1937. APESC. LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Nasceu em 10/03/1897, na Vila de Porto Ferreira, SP. Formou-se professor normalista em 1914. Em 1915 iniciou sua carreira no magistério como professor primário substituto em sua cidade. Foi professor substituto de Pedagogia e Ed. Cívica na Escola Normal de São Paulo. Em 1922 passou a atuar no Estado do Ceará como Diretor da Instrução Pública, onde promoveu uma reforma pioneira no ensino. Entre 1925 e 1930 lecionou Psicologia e Pedagogia na Escola Normal da Praça da República em São Paulo. Em 1929 foi eleito para a Academia Paulista de Letras. Em 1930 foi designado Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Foi eleito Presidente da ABE em 1934. Foi nomeado professor de Psicologia Educacional da Universidade do Distrito Federal em 1935. Foi Membro do Conselho Nacional de Educação e neste mesmo ano de 1937 foi nomeado Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação do MEC. Em 1938 recebeu do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a incumbência de implantar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que passou a dirigir. Em 1944 lançou a *Revista Brasileira de Estudos*

grande valia, porque “com a visão deste abalizado pedagogo maiores conquistas no campo educacional poderiam ser obtidas, preparando as gerações que se formavam a olhar com clareza e positividade a grandeza da Pátria”.

O inspetor assim se referia tendo em conta que Lourenço Filho fazia parte da intelectualidade considerada capaz de “salvar” o País. Isso porque era de conhecimento público que esse intelectual estava sintonizado com as novas tendências do mundo, mas também atento à diversidade da cultura popular no seu trabalho, junto ao projeto educacional do governo.

No entender de Lourenço Filho²⁶⁰,

(...) o projeto educacional do governo tinha como fito capital homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e idéias coletivos, em que afinal o senso de unidade e de comunhão nacional repousam (grifo nosso).

Portanto, Lourenço Filho poderia contribuir para a questão da valorização nacional. Era hora de retratar a vida tanto dos homens das cidades como dos sertões, deixando claro que a nacionalidade não se expressaria através da sociedade nordestina, mineira ou paulista, como alguns defendiam, mas seria a superação das raças e dos regionalismos para a unidade do País. Clareza essa, segundo os relatórios pesquisados, que os professores das áreas de colonização ainda não possuíam sobre o Brasil.

Na expectativa do auxílio que poderia advir também de Lourenço Filho, disse o Inspetor Federal Areão:

Torna-se imprescindível que os nossos chefes tomem a peito essa cruzada, a fim de que possam deixar patenteada mais essa prova de civismo, tão comum aos que estão inteiramente imbuídos do sagrado dever de educar. Quanto a mim, devo declarar que estarei sempre pronto a executar as ordens dos meus superiores, com a elevada visão de bem servir ao Brasil²⁶¹.

Pedagógicos. Continuou contribuindo para a educação brasileira até 1970, quando então faleceu. (Conselho Estadual de Educação. Galeria de Educadores Paulistas. Manoel Bergström Lourenço Filho. Disponível em: <www.ceesp.sp.gov.br/Lourenço.htm>. Acesso em: 3 jun. 2004).

²⁶⁰ Lourenço Filho. Conferência na Escola do Estado Maior do Exército. 27/10/1939. Educação e Segurança Nacional. A defesa Nacional. Novembro de 1939. p. 67.

²⁶¹ Relatório apresentado ao Ministério da Educação e Saúde Pública 1º trimestre de 1937 pela Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão. p. 2.

E realmente Lourenço Filho desde que em 1938 organizou o INEP²⁶² (Instituto Nacional de Estudos Pedagógico) atendia ao Gabinete do Ministro da Educação (Capanema) para informar, ou emitir parecer, sobre todas as questões que o titular da pasta julgasse conveniente esclarecer em face dos relatórios recebidos. Realizava indagações especiais; contribuía para o estudo de propostas, planos e projetos. Por delegação do Ministro da Educação, freqüentemente a direção do INEP ficava encarregada de resolver em definitivo certas questões que envolviam desde pareceres técnicos, estudos de administração e organização escolar, até propostas, planos e projetos de lei.

Dentre os principais trabalhos desse gênero, destaca-se “O plano para serviços de ‘nacionalização do ensino’, nos estados com elevado contingente de grupos de imigração”²⁶³.

Com a certeza da proximidade de outra guerra européia e especialmente com a constituição de um “novo regime político”²⁶⁴, passa a ser inaceitável que imigrantes, habitantes do território brasileiro, continuem de geração em geração a conservar a nacionalidade de origem.

A existência de intérpretes bilíngües, destinados a atender a “qualquer estrangeiro que somente falasse português” nos Juízos de Direito, nas Promotorias, nas Prefeituras das localidades habitadas por estrangeiros e seus descendentes, passava a ser privilégio ou distinção exagerada às áreas de colonização. Era pensamento quase unânime que todos que esta terra habitassem devessem falar a língua vernácula, começando pelas crianças. Seriam elas os multiplicadores da língua.

²⁶² O INEP, além de intercambiar informações com todas as instituições educacionais do País, ainda prestava assistência e cooperação técnica. O governo catarinense utilizou-se dessa prerrogativa ao solicitar um “Estudo do programa construtivo para o novo edifício do Instituto de Educação de Florianópolis, Santa Catarina”. CARVALHO, Manuel M. Lourenço Filho e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Um Educador Brasileiro: Lourenço Filho*. São Paulo: Melhoramentos, 1957. p. 18.

²⁶³ *Idem*. p. 97.

²⁶⁴ A distinção entre Estado e Nação e governo e comunidade e ao mesmo tempo a necessidade de fundi-los através de um líder ou de um partido único foram a marca registrada dos regimes que estavam surgindo na época. O Estado Novo no Brasil foi a expressão clara desses pressupostos, através de várias comemorações cívicas que inventou e cultivou, e também através do culto à personalidade do “chefe”, Getúlio Vargas. Aqui, não havendo partido, Getúlio era o chefe político que simbolizava o poder do Estado e a nacionalidade. Era o Chefe do Estado e da Nação. Na prática, os regimes baseados nesses pressupostos foram e são ditaduras, pois, ao apregoarem o fim do conflito político como caminho para a paz e o desenvolvimento, usam o poder do Estado para suprimir outras formas de poder. Calam o conflito silenciando a pluralidade social e negam a política para usarem-na de maneira arbitrária. Esses governos acabam sendo autoritários, isto é, impõem-se pela força e pelo policialismo ou como sistema totalitário. D’ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 13. OBS.: Arendt desvenda a diferença entre ditadura e totalitarismo. A ditadura, segundo ela, consiste em imposição de idéia. O totalitarismo consta da eliminação dos portadores de

Lembrando Bobbio, Matteucci e Pasquino²⁶⁵, “a língua comum a todos é o veículo de uma cultura comum, e, portanto, acaba criando laços importantes entre os que a falam”. Portanto, era pensamento corrente dar um basta a “organizações alienígenas”, suas escolas, seus professores, seus programas educativos, todos contrários ao sentimento nacional, na educação das crianças nascidas no Brasil. Esse era o pensamento que sacudia os bastidores da política nacional e em especial a estadual. Após o golpe de novembro de 1937, a Nação e os Estados não escaparam de uma transformação rápida e profunda de suas instituições.

O Golpe instituiu a Ditadura Vargas, cerne do Estado/Nação. Com a guerra que se aproxima, o perigo se torna real, a excitação nacionalista cresce. E o governo e a imprensa mostram-se mais ofensivos quanto ao estrangeiro e seu descendente.

Segundo Margulies²⁶⁶, interpretando Hannah Arendt, “A ditadura consiste em imposição da idéia. A ditadura persegue os que ousam pensar diferente. A ditadura baseia-se no poder da força. Resulta do usufruto da autoridade personificada, corporificada”.

Então, a ditadura, cuja razão profunda é a imposição pela força, arregimenta os filhos dispersos da Nação procurando modelar seu caráter, dirigir e aperfeiçoar sua vida com mais brasilidade. A alusão à guerra e aos perigos eminentes à integridade da Pátria reforçava a idéia de unificar e nacionalizar o ensino.

A questão educativa ramificava-se em várias atividades. Não bastava simplesmente reformar o sistema escolar, era necessário desenvolver a cultura no País, sua música, suas letras, sua arte etc. Por isso, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, como intelectual que era, cercou-se de alguns expoentes da intelectualidade, como seu chefe-de-gabinete, Carlos Drumond de Andrade, Lúcio Costa, o arquiteto Oscar de Almeida Soares (Niemeyer), Burle Marx (“arquitetura paisagística”), Fernando de Azevedo, e outros já citados, para juntos construírem esse projeto ambicioso da nacionalidade brasileira.

Como paraninfo da turma de professores de 1941 do Instituto de Educação de Florianópolis, Fernando de Azevedo²⁶⁷ fez uma oração intitulada “Entre as Angústias do

idéias diferentes da imposta. O totalitarismo impede o diferente pensar. ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Totalitarismo o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

²⁶⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 796.

²⁶⁶ ARENDT, Hannah. *As origens do Totalitarismo*. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

²⁶⁷ AZEVEDO, Fernando. Professor da Universidade de São Paulo, em seu discurso como paraninfo da turma de professores de 1941 do Instituto de Educação de Florianópolis. (*Estudos Educacionais*, ano II, p.15, nov. 1942).

Presente – Palavras de Fé aos Professores de Amanhã”, na qual discorre justamente a respeito das dificuldades com as quais o mundo se encontrava.

Estamos longe, sem dúvida, do tempo em que a fé, a luz, a serenidade projetavam uma sombra divina, propícia à doçura, e à alegria de viver e à paz interior do espírito, e em que a razão parecia triunfar de tudo e a visão do homem destacava no fundo do horizonte, não nuvens carregadas de tempestades, mas as miragens eternas da poesia, da graça, da beleza e da piedade humana.

A complexidade do momento, o estado de beligerância, como vimos pelas palavras de Azevedo, poderia ser usada como desculpa para as intrigas políticas e os preconceitos instaurados no Estado contra o imigrante. Segundo Arendt²⁶⁸, “Uma das características da ação humana é a de sempre iniciar algo novo (...) Para dar lugar à ação, algo que já estava assentado deve ser removido ou destruído, e deste modo as coisas são mudadas” (grifo nosso).

Essa nova situação política, a constituição do Estado Novo junto ao estado de beligerância, agrava o que já vinha se arrastando como um grave problema para a Nação, a assimilação dos estrangeiros.

As solicitações sociais, advindas dessa nova estrutura política, provocavam uma hipersensibilidade, especialmente quanto à influência germânica no meio social catarinense, exigindo medidas emergenciais que não poderiam ser satisfeitas num regime democrático. Isso induzia à conclusão de que a influência condicionava a formação do catarinense, já que estamos falando desse Estado e que, naquele momento de nuvens carregadas de tempestades, todos os meios usados na educação para formar o caráter nacional do educando eram considerados legítimos.

De acordo com Donald Pierson²⁶⁹, em palestra aos alunos do Instituto de Educação de Florianópolis, em julho de 1942: “A Educação é uma série de comunicações, por meio das quais uma herança cultural é transmitida de uma geração mais velha para outra mais moça; com outras palavras é toda inter-ação humana que habita a cultura a renovar-se e a manter sua existência”.

Se a herança cultural é transmitida de uma geração mais velha para outra mais nova, o filho do imigrante já possuía sua bagagem cultural trazida e repassada por seus

²⁶⁸ ARENDT, Hannah. *Crise da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 15.

²⁶⁹ PIERSON, Donald. Professor da Universidade de Chicago e de São Paulo, em palestra aos alunos do Instituto de Educação de Florianópolis em 8 jul. 1942. (*Estudos Educacionais*, ano II, n.º 3, 1942).

antepassados. Se ele continuasse a viver somente nesse meio, estaria maturando e proliferando o sentimento firmado no cerne familiar, tornando-se impermeável às influências do meio social e cultural brasileiro.

Se a questão era nacionalizar, era preciso que o filho do imigrante interagisse com o outro, com o brasileiro, e para isso nada melhor que uma escola na qual só aflorasse brasilidade, com um programa único de ensino estabelecido pelo poder estatal. As escolas que não estivessem dentro desses parâmetros estariam, através da instrução formal, agregando valores e consolidando costumes, idéias, atitudes e sentimentos de um outro povo.

Concordamos que uma das causas da construção desse estado de espírito, de unidade nacional, foi conseguida em Santa Catarina através dos decretos estadual e federal, mas muito especialmente pela ação constante e incansável dos Inspetores Federal e Estaduais, que, pelo que consta nos relatórios, seguiam rigorosamente o determinado por lei.

“E a lei, segundo Arendt²⁷⁰, como todo objeto, só tem sentido através da ação humana, de sua manifestação no mundo das aparências por meio das palavras, atos, fatos do homem, enfim” (grifo nosso).

Para confirmar essa identificação do homem com a lei, foi com indizível satisfação que, em seu Relatório²⁷¹ do 1º trimestre (abril) de 1938, o Inspetor Federal Areão relatava ao Ministro Capanema sobre as novas medidas adotadas para o projeto de nacionalização a ser levado a efeito no Estado: “Medidas de puro caráter nacionalizador, vem o Sr. Interventor Nereu Ramos pondo em prática no Estado. Dentre estas medidas destaco, pelo seu cunho altamente patriótico o Decreto-Lei n.º 88 de 31 de março do ano vigente”.

Dizia ainda que as medidas do interventor eram sem precedentes na vida administrativa do Estado e que visavam de forma definitiva corrigir os erros de outrora. Conseqüentemente era “*esperada a cura maior dos males que vinha solapando o corpo de nossa Pátria*” (AREÃO, 1938).²⁷²

Sintonizado com o Estado Novo no que diz respeito à construção da nacionalidade brasileira, o escolhido Interventor Federal Nereu Ramos deu um passo à frente da União ao

²⁷⁰ ADEODATO, João Maurício. *O Problema da Legitimidade*. No rastro do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 184.

²⁷¹ Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina 1º Trimestre de 1938 ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 25 de abril de 1938.

²⁷² AREÃO, João dos Santos. Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas – Estado de Santa Catarina – apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública. 1º Trimestre de 1938 (25/04/1938). p. 1.

promulgar o Decreto-Lei n.º 88 de 31 de março de 1938, em que se estabelecem normas relativas ao ensino primário em escolas particulares do Estado.

Mais tarde, utiliza o reforço do Decreto-Lei Federal n.º 406 de 4 de maio do mesmo ano, no qual o Governo da República vedou nas escolas rurais o ensino de língua estrangeira aos menores de 14 anos, “providência de alta sabedoria política, porque subtrai a infância a influência que não consultam, antes contrariam as exigências nacionais”²⁷³.

A questão da nacionalização do ensino encontrou no regime político implantado pelo Estado Novo o momento decisivo de sua resolução. Em Santa Catarina o Decreto-Lei n.º 88 surge avassalador.

O Decreto-Lei Estadual n.º 58 de 1931, instituído durante o Governo Provisório, considerado um dos mais severos e minuciosos, era ineficiente ao processo de nacionalização desejado e mostrava-se liberal frente ao Decreto-Lei n.º 88 de 31 de março de 1938, baixado por Nereu Ramos.

Tendo em vista que na Constituição de 10 de novembro de 1937 continuava vigorando o que desde a Constituição do Império já se declarava, ou seja, cidadãos brasileiros os que nascessem no Brasil, ainda que os pais fossem estrangeiros, “então o princípio de nacionalidade continuava intacto”. Além disso, dizia o jurista nacionalista e Secretário do Estado - da Justiça, Educação e Saúde Pública - Ivo D’Aquino que “nunca se cogitou em fazer acordos com nações estrangeiras mudando tal princípio” (D’AQUINO, 1942, p. 10).

Portanto, quem para o Brasil emigrou veio sob a égide desse preceito, portanto, não se cogitava no País e/ou Estado o reconhecimento de minorias políticas estrangeiras, e tampouco essas leis constituídas se “harmonizavam com duplas nacionalidades”. A preocupação aumentava a partir da constatação de que, dos 44 municípios do Estado, somente 20²⁷⁴ foram “cativados pela obra da nacionalização”. Em alguns deles existiam núcleos, que desconheciam totalmente a língua nacional, e na quase totalidade a língua vernácula não era levada a efeito.

Segundo D’Aquino, “Este postulado, repetido nas três Constituições republicanas, rege-nos há cento e vinte e oito anos”²⁷⁵.

²⁷³ RAMOS, Nereu. Interventor Federal em Santa Catarina. Nacionalização do Ensino. Discurso pronunciado em Blumenau, em 28 de maio de 1938. IOESC. p. 10.

²⁷⁴ D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino. Aspectos políticos*. Florianópolis: IOESC, 1942. p. 29.

²⁷⁵ Idem. p. 10.

Esse foi o ponto embaixador de toda a mudança. Não poderia haver escolas estruturadas especialmente para as zonas de colonização de origem estrangeira, diferentes das demais escolas públicas da região, porque as crianças que as freqüentavam eram em quase sua totalidade brasileiras, ou seja, nascidas no Brasil.

Segundo o pensamento de D’Aquino, se o governo continuasse a permitir a dualidade, escolas estrangeiras e escolas nacionais, estaria distinguindo as populações escolares e partindo a unidade nacional. O sentimento de amor à Pátria deveria ter um só destino: a Nação brasileira.

Porém, sentimentos idênticos destinavam os colonos à longínqua Pátria de seus pais, e isso descaracterizava o nacionalismo exigido, como o livro que Maria Kahle²⁷⁶ escreveu ao referir-se a Blumenau “A Pátria Alemã no Brasil”, e várias poesias (Und Doch, Ich Kann Es Nicht Vergessen... / E, Mesmo Assim, Não consigo Esquecer...; Zweite Heimat / Segunda Pátria, e muitas outras) em que demonstra gratidão ao Brasil, mas louva num sentimento de nostálgica saudade a pátria alemã.

POESIA – SEGUNDA PÁTRIA

O Brasil, país sempre ensolarado	A língua da pátria alemã	E embora nos separem mares
Tornou-se a segunda pátria nossa:	Suas palavras tão doces e queridas,	Das terras alemães tão longes
Laços fortes de gratidão	Nunca hão de emudecer	Do cerne da cultura germânica.
São que nos unem a ele.	Diante das vozes de línguas alheias!	À pátria nova vamos consagrar
Mas no fundo do nosso coração	A canção que a mãe outrora	Nossa mente e os nossos braços,
Há um tesouro oculto	Cantou junto ao nosso berço	Mas pela Alemanha há de bater sempre o nosso coração
Que nos doou a Alemanha	Há de despertar sempre de novo	
Como supremo bem da vida	O som dos sinos da pátria	

“Não se poderia mais conceber, em face aos postulados do novo regime, sentimentos como estes, dirigidos a pátria alemã” (D’AQUINO, 1942, p. 24).

Para a solução dos problemas fundamentais da nacionalização, foi construído um aparelho político capaz de dar soluções hábeis e imediatas, quase sempre através do uso da coerção.

Firmado juridicamente na Constituição de 10 de novembro de 1937, o poder público catarinense encontrou a resposta para resolver o problema que o afligia – a

²⁷⁶ Maria Kahle. Imigrante alemã, transfere para o poema, acima transcrito, *Segunda Pátria*, toda a saudade de suas raízes. Publicado no “Kalender für die utschen in Brasilien”, de 1917, p. 222 e no “Serra-Post Kalender” de 1924, p. 30. Tradução Rainer Donschke. (STEIL, Marcelo (Org.). *Desvendar o Tempo*. Blumenau: Hermann Baumgarten Editora Ltda., 2002. p. 92-93).

nacionalização do ensino primário. Sem os obstáculos políticos de um sistema de representação direta que entravaria a solução do problema (se assim seu eleitorado exigisse, como era o caso catarinense), o Decreto-Lei n.º 88²⁷⁷ foi homologado.

Na hora da reconstrução nacional, o Decreto n.º 88 veio estabelecer normas relativas ao ensino primário em escolas particulares no Estado.

Na exposição de motivos, o Interventor Federal torna claro a que veio esse Decreto n.º 88, porque o Estado não abriria mão do direito “que nos é fundamental como nação soberana, de orientar e dirigir a formação moral e cívica dos que nasceram no Brasil e brasileiros são”²⁷⁸.

Considerava, Neureu Ramos, que o problema educacional em certas regiões do Brasil implicava na defesa da sua unidade e até mesmo da sua soberania, como era o caso de Santa Catarina, por isso o ensino era um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam.

Nas considerações do Decreto-Lei n.º 88, o Interventor Nereu Ramos expõe que, embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, “não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com ausência de fins sociais”.

Portanto, constituía-se em dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude brasileiras, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas formando o seu espírito no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro. Daí a necessidade da escola “nacional”, e era nesse sentido que a escola particular não poderia diferir da escola pública.

Sendo considerados cidadãos brasileiros “os que nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de seu país”, então competia ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem étnica, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no solo nacional.

²⁷⁷ O Decreto-Lei n.º 88, de 31 de março de 1938, está contido no livro de Decretos-Leis de 1938 da página 78 a 86. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁷⁸ Nereu Ramos. *Nacionalização do Ensino*. Discurso pronunciado em Blumenau, no grande banquete de 28 de maio de 1938. IOESC.

Havia também a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de colocá-las de acordo com a orientação social e política do Estado Novo.

Diante do exposto resolveu o interventor que os estabelecimentos particulares de ensino primário seriam regidos, no Estado, pelas normas do referido Decreto-Lei. A escola seria unificada com o propósito de atingir pelos mesmos métodos a todas as camadas sociais.

O Art. 2º do Decreto-Lei n.º 88 determinava que nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderia funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretário do Interior e Justiça. No seu parágrafo único estabelece como distância um raio de três quilômetros de escola pública ou particular licenciada.

Para a concessão da licença para o funcionamento da escola particular, o Art. 3º exigia o preenchimento de um requerimento no qual se especificavam a exata localização, os cursos que se manteriam, o programa e o horário adotados, o corpo docente, o nome do responsável pelo estabelecimento perante o Governo do Estado e a relação do material escolar.

O Art. 4º rezava que o requerimento deveria ser munido com os seguintes documentos: prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores eram brasileiros natos²⁷⁹, ou naturalizados; “prova de serem os professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido”; declaração expressa do responsável de que o estabelecimento não seria mantido nem subvencionado por instituição ou governo estrangeiro.

O Art. 5º referia-se ao apoio legal para o fechamento definitivo de várias escolas particulares:

o Govêrno do Estado poderá rejeitar, no todo ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastantes, bem como, por intermédio do Departamento de Educação, determinar as investigações necessarias para averiguar a procedência, ou a veracidade, das declarações feitas (Art. 5º - Decreto-Lei n.º 88).

O Art. 6º estabelecia sobre a figura do diretor. Não poderia ser diretor ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por este responsável pessoa que o Governo do

Estado “a seu exclusivo juízo, não reputar idônea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica”.

O Art. 7º institui “a obrigatoriedade do uso da língua vernácula”²⁸⁰ em tudo o que se relacionasse com o curso, com o trato entre os professores e alunos, ou destes entre si, enfim, em todo o ambiente escolar. Porém, não era suficiente ler, escrever e falar de uma forma funcional o português, seria necessário que a escola ensinasse a criança a gostar, a “sentir o Brasil”.

Mas como uma criança “sentiria o Brasil” em um meio não nacionalizado? O Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas João dos Santos Areão ponderava em seu relatório para o Ministro Capanema em 15 de janeiro de 1940: “Vivendo a criança dentro de um círculo limitadíssimo, ouvindo mal e mal algumas referências sobre a grandeza do Brasil relatada por um professor que não sentia o calor de nosso espírito, era bem de prever-se as conseqüências que haviam de advir dessas falhas”.

Assim, era exigido, como dissemos, no Art 7º do Decreto n.º 88: dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratasse do ensino de idioma estrangeiro; adotar os livros aprovados oficialmente; usar exclusivamente a língua nacional, quer na respectiva escrituração, quer em tabuletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar; “(item muito importante) confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternais a professores brasileiros natos;” ter sempre ensaiados os hinos oficiais; homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos oficiais, fazendo recitar a oração que seria fornecida pelo Departamento de Educação. Mas, para isso, as exigências que recaíam sobre a formação dos professores seriam valoradas, o que veremos mais tarde.

Respeitar os feriados nacionais comemorando-os condignamente, receber e acatar as autoridades escolares prestando-lhes todas as informações exigidas, organizar uma biblioteca de obras nacionais para os alunos, apresentar anualmente ao Diretor do Departamento de Educação o relatório dos trabalhos escolares e ainda fornecer ao

²⁷⁹ O Art. n.º 85, § 1º do Decreto-Lei Federal n.º. 406, de 4 maio de 1938, determinava que as escolas situadas nas zonas rurais deveriam ser sempre regidas por brasileiros natos.

²⁸⁰ O Artigo n.º 85 do Decreto-Lei Federal n.º 406, de 04/05/1938, em seu § 2º proibiu o ensino do idioma estrangeiro nas escolas rurais a menores de 14 anos. O Decreto Federal n.º 3010, de 20/08/1938, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 406, de 04/05/1938, considerou para seus efeitos zona rural toda porção do território nacional não compreendida pelos limites do Distrito Federal, das capitais dos Estados e dos portos de entrada de estrangeiros.

Departamento de Educação e às autoridades de ensino os dados estatísticos solicitados eram as outras obrigações do artigo.

O Art. 8º vedava a presença de mapas, fotografias, estampas, dísticos ou emblemas nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, que não fossem os que caracterizassem a nossa brasilidade. Quanto à Bandeira Nacional, esta deveria estar, obrigatoriamente, presente em um lugar de destaque em todas as salas do estabelecimento.

Antes, porém esta situação não era sequer cogitada. No ano de 1934, em visita à Escola Alemã organizada pela associação Escolar de Joinville, o Inspetor Areão ficou muito bem impressionado com o porte do prédio e o mobiliário, a aparelhagem para a educação física com professores aptos para tal disciplina, com a argüição aos alunos, com a revista nos livros de escrituração dos professores, porém nem tudo lhe agradou: “De tudo quanto observei nessa inspeção o que mais me contristou foi notar o interesse tomado pelas cousas alemãs em detrimento das nossas” (AREÃO, 1934).

O inspetor encontrou nas paredes de todas as classes, principalmente no salão de festas, grande número de quadros com o seguinte dístico “Das chöne deutschlandt!” (A Bela Alemanha), além de retratos das figuras germânicas mais proeminentes. “Nem um só quadro de paisagem brasileira; nem um retrato dos nossos heróis não menos valorosos e admirados do que a Alemanha possui” (AREÃO, 1934).

Porém, o que mais lhe chamou a atenção foi o quadro com a mensagem do Marechal Hindenburg aos descendentes do sangue alemão que residiam no Brasil. Dizia o quadro: “Berlin, den 3 februar 1933. Liebe zum neuen Vaterland Treue dem alten Mutterland das sei der zum, in dem alle Brasilianer deutschen Blutes sich immer neu zusammenfinden: Von Hindenburg” (“Amor à nova Pátria – Fidelidade à Pátria dos seus antepassados – seja este o sentimento que viva sempre nos corações de todos os brasileiros de sangue alemão”).²⁸¹

Assim, as exigências do Art. 8º mostravam-se necessárias e de grande importância como fator cultural para a iniciação da construção do caráter nacional.

O Art. 9º determinava a proibição de receberem as escolas particulares qualquer subvenção, de instituições ou governos estrangeiros, ou de elementos que, embora não estrangeiros, não exprimam a juízo exclusivo do Governo do Estado, cabal garantia de que o auxílio escolar fornecido não concorra para desvirtuar ou enfraquecer os sentimentos de brasilidade, ou seja, a finalidade nacional da escola.

O Art. 10 versava sobre a denominação do estabelecimento de ensino, que deveria ser previamente aprovada pelo Secretário do Interior e Justiça, porque não poderia ser adotada denominação, que, embora em língua nacional, recordasse ou exprimisse, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira²⁸².

A título de ilustração, transcreveremos o alerta que o Inspetor Areão, freqüentemente, fazia ao Ministro Capanema sobre determinadas coisas que considerava excesso em um país que se pretendia nacionalizar. Sugeriu ele, no relatório de 21/09/1934, que se trocassem os nomes de lugares puramente estrangeiros, como Weissbach, que nacionalizado seria Salto Branco, Nova Breslaue (depois Vila Getúlio Vargas), Lauterbach, Scarlach, Pomeroda, Witmarsum, Mulde, Nova Stetin, Nova Koenigsberg, Badenfurt, Bruderthal, Selketal, Wundervald, Gnadental, Laeiss, Rio Wiegand, Waldgeim, Auhagen e Griesebach. Isso sem falar no nome das escolas como Deutsch Schule de Joinville, Evangelischer Frauenverein, Deutsch Schulgermeind Neu Breslau, e nos nomes como no município de Hamônia, nos jornais, livros, calendários etc.

O inspetor considerava que esses nomes deveriam ser nacionalizados para que não se ignorasse o significado de termos geográficos dentro da própria Pátria.

O Decreto-Lei n.º 35²⁸³ de 13 de janeiro de 1938, o Decreto-Lei n.º 88 e o Decreto-Lei n.º 406 Federal vieram regulamentar as distorções encontradas, segundo o Inspetor Areão, ao longo de suas atividades.

Para evitar tais denominações, o responsável pelo estabelecimento particular de ensino primário deveria assinar, perante o inspetor escolar da circunscrição, termo de responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências do Decreto-Lei (Art. 11º).

As exigências que desarticularam completamente o ensino nas escolas particulares reportam-se ao Art. 12º, pois ficavam obrigados ao exame previsto pelo Decreto n.º 1.300 de 14 de novembro de 1919 o diretor ou professor de escola particular que não fosse diplomado por estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido, nem possuísse

²⁸¹ Relatório do 1º Trimestre do Inspetor Areão ao Ministro Capanema, em abril de 1934. APESC.

²⁸² O Artigo 10º já estava embasado no Decreto-Lei nº 35, de 13/01/1938, que proibia o uso de nomes estrangeiros em sedes ou núcleos de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares ou outros que recebam auxílio ou favor do Estado ou dos Municípios. Art. 1º - § 2º - Os estabelecimentos, nas condições do parágrafo anterior, serão fechados se escolares e serão suspensos os auxílios ou favores se destes gozarem, desde que persistam na conservação da determinação proibida por este Decreto-Lei, uma vez intimados a mudá-la. APESC. Livro de Leis, Decretos-Leis, Resoluções, 1938.

²⁸³ Decreto-Lei n.º 35 proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes ou núcleos de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares ou outros que recebam auxílio ou favor do Estado ou dos Municípios. APESC.

certificado de professor provisório. A reprovação no exame inabilitava o candidato tanto para as funções de professor quanto para as de diretor ou responsável.

O exame seria presidido pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas quando realizado nas zonas sob sua jurisdição, e, se o candidato fosse reprovado, somente depois de dois anos poderia requerer novo exame.

Na verdade, segundo Areão²⁸⁴, esses exames não visavam formar elementos para ingressarem no magistério, tendo em vista que o Estado pretendia abolir essa categoria de professores, mas somente regularizar a situação dos professores particulares, que, por força da Lei, eram obrigados a ter conhecimento da língua vernácula.

O Art. 13.º determinava que, para proceder às reuniões ou às comemorações escolares, o programa deveria ser previamente submetido à aprovação do inspetor de ensino, da circunscrição e que, excetuados os estrangeiros e os hóspedes oficiais do Governo do Estado, nenhum orador ou conferencista poderia expressar-se nas reuniões ou nas comemorações escolares, a não ser na língua nacional.

O ensino religioso nas escolas particulares e mesmo nas igrejas das áreas de colonização era considerado altamente desintegrante quanto à nacionalização, porque “No protestantismo alemão, a idéia étnico-nacional está inseparavelmente ligada à idéia religiosa”²⁸⁵, então o ensino religioso (Art. 14º) seria feito em língua nacional, quando ministrado dentro do horário dos trabalhos escolares.

A questão do horário recebeu um artigo específico (Art. 15º) porque, segundo os inspetores, os professores burlavam a lei ao lecionarem em diversos horários para diversas turmas.

Porém, segundo eles, o pior neste emaranhado de horários era a falta de controle que havia sobre as crianças do curso primário, que provavelmente estariam a aprender outra língua em detrimento da vernácula. Por essa razão, os estabelecimentos particulares de ensino primário não poderiam ter outro horário, senão o aprovado pelo Departamento de Educação. Se o estabelecimento estivesse em atividade em outro horário, sem prévio aviso, ficava caracterizado como uma infração grave.

Citamos como exemplo as indas e vindas, em períodos diferentes, dos alunos do curso primário ao Colégio Bom Jesus, de Joinville. Argüida dessa movimentação, a

²⁸⁴ Relatório do Inspetor Federal no 1º trimestre de 1937 ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema. APESC.

Diretora respondeu que era feito o acompanhamento dos trabalhos aos alunos do 4º ano, muito atrasados em português, para que perdessem a timidez e melhor aproveitassem as aulas estabelecidas no horário oficial. Finalizou a Diretora convidando o Inspetor para visitar o Colégio naquele horário.

Porém, ficou constatado que essa movimentação “anormal” era constante durante todo o período letivo. Sobre o assunto, o Inspetor Escolar da 6ª circunscrição (Joinville), professor Manuel Coelho²⁸⁶, tem a seguinte análise: “As aparências, embora impossíveis de serem provadas, levam-nos a crer que a lei é, foi e será burlada. Por que será difícil uma prova? O caso é simples: - todos os que trabalham no Instituto Bom Jesus obedecem incondicionalmente à Diretora”.

Para ele isto significava que, não havendo respeito aos horários fixados pelo programa, as aulas de alemão estavam sendo ministradas aos menores de 14 anos naquele instituto e em estabelecimentos similares.

O Inspetor Manuel Coelho ainda fez uma acusação ao antigo Inspetor dizendo textualmente: “O Professor Marcílio Dias de S. Tiago quando Inspetor em Joinville, apesar de avisado, não apurou as irregularidades. Em seus termos de visitas louvou a organização do estabelecimento”²⁸⁷.

A partir do momento em que assumiu a 6ª Circunscrição, essa autoridade iniciou uma fiscalização rigorosa no referido educandário, observando as instruções que lhe foram dadas pelo Governo do Estado.

Os Artigos 16º, 17º e 18º do mesmo Decreto n.º 88 eram consagrados às penalidades que sofreriam: os estabelecimentos com seu fechamento temporário ou definitivo; os diretores e professores com seu afastamento também temporário ou definitivo, dependendo do grau da transgressão ou sua reincidência. No caso do fechamento definitivo do estabelecimento escolar de ensino primário (Art. 21º), ficava o Departamento de Educação responsável pela abertura de outro similar no mesmo local e com capacidade correspondente à do estabelecimento interdito.

²⁸⁵ Hans Porzelt escreveu no Rio Grande do Sul, em 1937, sobre a igreja evangélica “Der deutsch Bauer in Rio Grande do Sul”. (PORZELT apud D’AQUINO. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis: IOESC, 1942. p. 32).

²⁸⁶ COELHO, Manuel. Inspetor Estadual da 6ª Circunscrição, Joinville, 1939. Esta informação está inserida na íntegra no Relatório de 18/10/1939 do Inspetor Areão ao Ministro Capanema. APESC. Relatório Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, 1939. fl. 230.

²⁸⁷ Esta informação está contida no Relatório de 18/10/1939 do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas Areão ao ministro Capanema. APESC, 1939. p. 73.

As penalidades previstas seriam impostas e revistas de acordo com a gravidade da infração (Art. 22º). Portanto, poderiam imputar tais penalidades: o Diretor do Departamento de Educação com recurso para o Secretário do Interior e Justiça no caso de afastamento do diretor ou responsável e de professores. Para o fechamento temporário do estabelecimento, a infração poderia ser imposta pelo Secretário do Interior e Justiça com recurso para o Governador ou Interventor Federal. Para o fechamento definitivo do estabelecimento escolar, com apreensão do material escolar e didático, somente poderia imputá-lo o Governador ou Interventor Federal.

O Parágrafo Único do Art. 22 dizia que os recursos deveriam ser interpostos num prazo de quinze dias, contados da data da publicação do ato, ou despachados, sob pena de deserção.

Competia ao Inspetor Escolar, no Art. 23º do Decreto n.º 88: fiscalizar o ensino primário nas escolas particulares, enquadrando-as no sistema das escolas estaduais, e também propor ao Departamento de Educação as providências que, a respeito, julgasse necessárias; dar parecer nos processos de abertura e fechamento de escolas particulares; fazer cumprir os dispositivos do decreto-lei. Este procedimento, que já vinha sendo adotado como verificamos na reunião dos quinze inspetores em 1937, seria redobrado porque esta lei não poderia ficar restrita ao formalismo jurídico.

Uma das infrações cometidas pelo Instituto Bom Jesus, já referenciado, foi exatamente a que atingia este artigo porque:

Além da confissão das irregularidades, feita pela própria diretora, dificultou esta a inspeção da autoridade escolar, no curso primário do estabelecimento, negando-se a prestar-lhe os esclarecimentos necessários e recebendo-o com indisfarçada hostilidade, conforme se verifica não só da informação prestada pelo Inspetor da 6ª circunscrição, como também das informações dos Diretores Escolares que o acompanharam²⁸⁸.

O Decreto-Lei n.º 88 ainda estabelecia (Art. 24º) um prazo de noventa dias para os estabelecimentos particulares de ensino primário em funcionamento regularizarem sua situação sob pena de fechamento. Porém, não os beneficiava esse prazo em relação ao cumprimento de condições já existentes em leis anteriores, e de acordo com o referido

²⁸⁸ Estas palavras foram retiradas da exposição de motivos do Decreto n.º 862 de 10/11/1939, no qual são declarados fechados, nos termos do Art. 19 do Decreto-Lei n.º 88, de 31/03/1938, o Curso Primário e o Jardim da Infância, anexos ao Instituto Bom Jesus de Joinville. Livro de Decretos, 1939. APESC.

decreto estas foram apenas consolidadas. Neste caso, a aplicação da pena independia do transcurso do prazo.

As Prefeituras Municipais (Decreto n.º 88, Art. 25º) não poderiam subvencionar escolas particulares, sem prévio parecer do Departamento de Educação e despacho do Secretário do Interior e Justiça.

Essas exigências foram cabais, pois, ao elaborar o Decreto-Lei n.º 88, entendeu o legislador que uma lei, com o escopo nacionalizador como esta, tocava de perto a “própria defesa nacional, no seu sentido mais elevado, pois tinha por objeto resguardar as novas gerações brasileiras de toda e qualquer tutela hostil ou estranha aos sentimentos de brasilidade” (D’AQUINO, 1942, p. 49).

Como dissemos, essa lei não poderia ficar restrita aos formalismos, sob pena de inocuidade, ela requeria atenção de um elemento “moral” de todos aqueles que se dispusessem a educar a infância e a juventude brasileira.

Em virtude dos novos dispositivos legais sobre o ensino privado, “*atento está o governo, que não transigirá*” no cumprimento de seu dever para com a Nação. Para tornar efetivas as medidas legais, “criou-se a Inspeção Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino à qual se atribui competência para”²⁸⁹:

- a) fazer, com o concurso dos inspetores escolares, que para esse fim forem nomeados ou designados em comissão, a inspeção dos estabelecimentos de ensino particular regidos pelas leis do Estado;
- b) velar pelo fiel cumprimento das leis estaduais quanto à adoção dos programas, normas de ensino e educação, orientação pedagógica e eficiência dos professores nas escolas particulares, dando as necessárias instruções aos inspetores escolares e docentes;
- c) tornar efetivas as exigências do Decreto-Lei n.º 88, de 31 de março de 1938, e das leis federais, no tocante à nacionalização do ensino, propondo à Superintendência Geral do Ensino as medidas que, para esse fim, julgar necessárias, especialmente quanto ao afastamento de professores e à interdição de estabelecimentos escolares que transgridam aquelas leis;

²⁸⁹ Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Presidente da República pelo Interventor Federal de Santa Catarina Nereu Ramos. Florianópolis: IOESC, 1938. p. 26-27. APESC.

- d) fiscalizar as associações a que se refere o Decreto-Lei n.º 76, de 4 de março de 1938, e exigir delas o cumprimento das leis do Estado e das determinações do Departamento de Educação quanto à educação cívica e organização de programas comemorativos;
- e) cooperar com a Superintendência Geral do Ensino nos trabalhos que esta indicar e com ela colaborar para o aperfeiçoamento do ensino e da educação nas escolas primárias particulares;
- f) auxiliar a fiscalização federal do ensino primário privado no Estado, tomando as providências que por ela forem solicitadas em benefício do ensino;
- g) aplicar penalidades regulamentares aos funcionários que lhe forem diretamente subordinados.

Essa Inspeção, confiada ao professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, foi mais um reforço que o governo promoveu para manter a “a vigilância a esses educandários, em parte desorientados do verdadeiro sentir, que era mister houvesse no ensino”²⁹⁰.

Não bastava, portanto, o desempenho dos legisladores, mas também a diligência de toda e qualquer pessoa (governo, inspetores, diretores, professores etc.) que assistisse à educação das novas gerações, porque, segundo o pensamento que vigorava nos meios oficiais, o que estava em jogo era a construção moral e o equilíbrio político da Nação.

O Decreto-Lei n.º 88 legalmente resolveu o problema da nacionalização, mas existia ainda a resistência dos pais em matricular os filhos nas escolas instaladas pelo Estado. Por vezes matriculavam os filhos, mas evitavam que eles frequentassem a escola durante o período obrigatório. A resistência era grande, pois não era possível mudar os hábitos, os costumes de toda uma vida, somente com leis.

Mesmo assim, detectando tal fato, o Governo Estadual imediatamente toma mais uma providência e baixa o Decreto-Lei n.º 301, de 24 de fevereiro de 1939, tornando não só obrigatória a frequência escolar de crianças de 8 a 14 anos, residentes num raio de três quilômetros da escola, como também instituiu a quitação escolar.

O que vinha a ser a quitação escolar? Ela consistia em um atestado isento de quaisquer taxas, emitido pelo diretor e na falta deste pelo professor responsável pelo estabelecimento de ensino primário, oficialmente reconhecido e no qual deveriam constar nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência do interessado, o nome e a idade das crianças sob sua guarda e responsabilidade, o estabelecimento e a classe em que

estavam matriculadas. Cada diretor ou professor daria atestado relativo à zona de influência, concernente ao seu estabelecimento escolar.

Seria feita uma observação no caso de isenção legal ou no caso de não ser a pessoa responsável por criança em idade escolar.

A obtenção do atestado não era obrigatória, mas vejamos o que o Decreto-Lei n.º 301 restringia aos que residiam em Santa Catarina e que não portassem tal documento:

- a) ser admitido em qualquer serviço do Estado ou Município;
- b) ser promovido em cargo público estadual ou municipal;
- c) receber dinheiro do Estado ou do Município a qualquer título e ainda em remuneração de cargo público; com eles celebrar qualquer contrato ou transação, sem tomar parte em concorrência pública ou administrativa;
- d) adquirir estampilhas de vendas e consignações;
- e) extrair certidões negativas ou obter atestados de quaisquer repartições estaduais ou municipais.

Seria importante observar também que dessas restrições sofriam todos os que, multados por infração aos preceitos de obrigatoriedade ou de nacionalização, não honrassem as multas que lhes foram impostas.

Com essas medidas e com a proibição do ensino domiciliar, o Estado dificultou o que tinha se tornado uma prática constante, a ausência das crianças nas escolas públicas. Além disso, a severa repressão imposta aos pais ou aos representantes legais também evitou que crianças uma vez matriculadas deixassem de freqüentar a escola durante o período obrigatório.

Porém, segundo D´Aquino²⁹¹, “não imaginemos que o problema da nacionalização do ensino esteja de si resolvido, apenas com as medidas legais decretadas. Não depende ele somente da estática da lei, mas, sobretudo, da força dinâmica que a executa”. Porque, mesmo com todas as leis em vigor, ainda foi possível encontrar no levantamento efetuado pelo Major Chefe do Serviço Sigiloso/Comando da 5ª Região Militar²⁹² ao Interventor Nereu Ramos:

²⁹⁰ Relatório do Superintendente Geral do Ensino Sebastião de Oliveira Rocha ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça Ivo D´Aquino referente a 1939. 28 de maio de 1940. p. 6. APESC.

²⁹¹ D´AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis: IOESC, 1942. p. 56.

²⁹² Cópia – G/1038 – Secreto – Ofício de Antônio José Coelho dos Reis, Major-Chefe do Serviço Sigiloso/Comando da 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, em 24 de janeiro de 1941. IJI“1332” – Ministério da Justiça e Segurança Nacional – Cópia de Ofícios Recebidos de Autoridades Diversas (1941-1942). Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. In: FAVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra*.

- a) Na localidade de Braço do Trombudo (rodovia Lages/RS), no Estado de Santa Catarina, a colonização estrangeira continua, como noutros lugares, a se processar à margem dos nossos costumes, em detrimento da formação brasileira e do espírito de nacionalidade (...) os professores se esforçam para ensinar a nossa língua, mas encontram sérias dificuldades porque os pais as obrigam a falar o alemão.
- b) Essas escolas não possuem a bandeira nacional, servindo-se nas solenidades de bandeiras por empréstimo, cedidas por antigas organizações integralistas.
- c) Os habitantes, em geral, filhos, netos e bisnetos de brasileiros, se consideram alemães, nada conhecem do Brasil, nem sua forma de governo, extensão territorial, etc., e citam Hansa, Hamônia, Jaraguá, Blumenau, Joinville como cidades alemãs.

Assim, com o aparato legal, com o auxílio do Exército Nacional²⁹³, o Departamento de Educação, por intermédio da Inspeção Geral de Escolas Particulares e nacionalização do ensino (criada em 1938), dos Inspectores Estaduais e do Inspetor Federal das escolas subvencionadas já em atuação desde 1918, exerceu sobre essas unidades escolares fiscalização ativa e constante, de maneira a “não permitir que as leis brasileiras fossem burladas”.

Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2002. p. 82.

²⁹³ Segundo D’Aquino, ao Exército Nacional deve o Governo de Santa Catarina não só a solidariedade e a colaboração na campanha de nacionalização do ensino, como o ambiente de sadia brasilidade que vai criando em todas as zonas de colonização de origem estrangeira, onde estão sediadas as suas unidades. Paralelamente à sua ação educativa, no meio social, as casernas têm sido ali uma continuação necessária da escola. (*Nacionalização do Ensino. Aspectos Políticos*. Florianópolis: IOESC, 1942. p. 55).

12 A COMPLEXIDADE DO PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO

É o apoio do povo que empresta poder às instituições de um país, e este apoio não é mais que a continuação do consentimento que, de início, deu origem às leis.
Hannah Arendt²⁹⁴

No discurso pronunciado na cidade de Blumenau em 28 de maio de 1938, o Interventor resumiu com “fé, entusiasmo e ufanismo” o que representava a hora do renascimento, a sua firmeza no projeto de nacionalização e a exaltação de seus próprios feitos. Enfim, deu uma prévia de como seria exigido o “zelo pelas coisas de interesse nacional”, reflexo explícito do governo forte.

Nós respeitamos os estrangeiros nos direitos que lhes asseguramos, por isso que são valiosos elementos de colaboração para o nosso progresso. Mas nem porque os recebemos com a doçura do nosso temperamento; nem porque os acolhemos com a hospitalidade, que é traço inconfundível do nosso caráter, abrimos mão do direito que nos é fundamental como nação soberana de orientar e dirigir a formação dos que nasceram no Brasil. (NEREU RAMOS, 1938, .p. 7-8)²⁹⁵.

Corroborando com as palavras que o Interventor catarinense há muito vinha pronunciando, Vargas em seu discurso na cidade de Blumenau, em 10 de março de 1940, enfatizou que não poderia permitir que elementos estranhos, vindos de fora, procurassem perturbar a tranqüilidade das populações coloniais tentando arrastá-las e organizá-las para o exercício de atividades contrárias aos interesses da pátria. Assim, como as conveniências da política regionalista não podiam prevalecer, do mesmo modo os agentes forasteiros não deveriam constranger a população colonial, que, por suas inclinações e pelas tradições de sua vida, era genuinamente brasileira. E, dando ênfase ao sentimento de brasilidade, disse:

O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. Agora, esta população de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra constituída de filhos e netos dos primitivos povoadores, é brasileira. Aqui, todos

²⁹⁴ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 120.

²⁹⁵ RAMOS, Nereu. *Nacionalização do Ensino*. Discurso pronunciado em Blumenau, no grande banquete de sábado, 28 de maio de 1938. Florianópolis: IOESC.

são brasileiros, porque nasceram no Brasil receberam educação (VARGAS, 1980).²⁹⁶

Essa linguagem revelava que o Estado Novo, aqui representado pelo Interventor Nereu Ramos, estava, através do conjunto de decretos – federal e estaduais –, pondo termo a “excessos de liberdade, que representavam crime contra a nacionalidade”. Elucida ainda que, para assumir e diluir dificuldades, “nesta nobre empreitada” estariam associados na frente de batalha governantes e governados, civis e militares, num construir harmônico da unidade da pátria.

Para tornarem efetivas e ágeis as medidas estabelecidas pelas leis federais e pelos decretos estaduais relativamente à orientação e fiscalização das escolas primárias particulares e especialmente quanto à nacionalização do ensino, o Interventor Federal através do Decreto-Lei n.º 124²⁹⁷ criou a Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, subordinada à Superintendência Geral do Ensino²⁹⁸.

Essa nova Inspetoria, comandada por Luiz Sanches Bezerra da Trindade²⁹⁹, veio agregar forças aos trabalhos da nacionalização que o Inspetor Federal Areão já desenvolvia no Estado, juntamente com todos os exortados por Nereu Ramos.

Assim, o Interventor deixou todos os pontos bem esclarecidos. Dirimidas as dúvidas, veremos do que foi capaz tal legislação nas mãos de seus executores, porque,

²⁹⁶ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Célia Ribas. *Vargas*. Pensamento Político Brasileiro. Porto Alegre: L&M Editores Ltda., 1980. p. 104.

²⁹⁷ Decreto-Lei n.º 124, de 18 de junho de 1938, Estadual, assinado pelo Interventor Federal Nereu Ramos, Gustavo Neves e Altamiro Guimarães. Livro de Leis, Decretos e Resoluções, 1938. APESC.

²⁹⁸ Competia à Inspetoria Geral fazer junto com os inspetores concursados ou nomeados para esse fim a inspeção dos estabelecimentos de ensino particular, regidos pelas leis do Estado. Velar pelo fiel cumprimento das leis estaduais quanto à adoção dos programas, às normas de ensino e educação, à orientação pedagógica e à eficiência dos professores, dando as necessárias instruções aos inspetores escolares e docentes. Tornar efetivas as exigências do Decreto-Lei n.º 88, de 31/03/1938, e das leis federais no tocante à nacionalização do ensino; cooperar com a Superintendência Geral do Ensino nos trabalhos que esta indicar para o aperfeiçoamento do ensino nas escolas particulares; fiscalizar as associações; auxiliar a fiscalização federal do ensino primário privado; aplicar penalidades regulamentares aos funcionários que lhe forem subordinados; apresentar anualmente à Superintendência Geral do Ensino relatório dos serviços desempenhados. 18/06/1938. APESC. Livro de Leis, Decretos, Decretos-Lei e Resoluções, 1938. p 127-129.

²⁹⁹ Professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, catarinense que trabalhou com Orestes Guimarães, do qual parece ter recebido grande influência. Em 1935 implantou uma reforma no ensino catarinense, tendo como preocupação básica dotar o Estado de uma superestrutura administrativa, criando para tanto o Departamento de Educação, subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (Decreto n.º 713, de 5/01/1935). Pelo Decreto-Lei n.º 124 passa a comandar a Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino.

segundo Arendt³⁰⁰, “(...) o burocrata em geral se apegava a normas não como orientação mas como dogmas inquestionáveis e pré-fixados de conduta”.

Em primeiro lugar faremos um quadro geral sobre as unidades escolares catarinenses, a matrícula e a frequência em 1935, ano em que Nereu Ramos assumiu o Governo do Estado, para compararmos os dados arrolados antes e depois da força fiscalizadora, ativa e constante, imprimida pelos inspetores apoiados que estavam pelo conjunto de leis decretadas pelo Governo Federal e Estadual.

QUADRO Nº 7 - UNIDADES ESCOLARES, MATRÍCULA E FREQUÊNCIA (1935)

Número de unidades escolares catarinenses, matrícula e frequência em 1935			
Nº de Escolas	Unidades Escolares	Matrícula	Frequência
818	Escolas Isoladas Estaduais	45.621	33.957
564	Escolas Municipais	23.164	17.369
610	Escolas Particulares Fiscalizadas e Subvencionadas	25.200	20.824
49	Grupos Escolares	13.056	9.889
41	Escolas Normais Primárias	1.770	1.420
Total	2.082	108.811	83.459

FONTE: SANTA CATARINA. Mensagem do governador Nereu de Oliveira Ramos apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1936. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1936. APESC.

Em 1935 as unidades escolares catarinenses eram em número de 2.082 entre escolas isoladas estaduais, municipais, grupos escolares, escolas normais primárias e escolas particulares fiscalizadas e subvencionadas, com uma matrícula inicial de 108.811 alunos.

Esses eram os dados oficiais, muito embora se tenha conhecimento de que o Departamento de Estatística era ainda incipiente e que muitas escolas particulares funcionavam sem autorização do Departamento de Educação.

Como já vimos, o governo catarinense na década de 1930 preocupou-se muito com a instrução pública, chegando a aplicar em 1936 o percentual de 24,03%³⁰¹ do total de sua dotação orçamentária na educação. Com o aumento do número de escolas, gradativamente as matrículas das escolas estaduais, municipais e particulares tornam-se mais volumosas. Para se ter uma idéia do movimento de matrícula escolar e o que representava sua frequência nos anos de 1930 a 1937, transcrevemos os dados abaixo.

³⁰⁰ ARENDT, Hannah. O conteúdo da Legitimidade – Uma quimera? In: ADEODATO, João Maurício. *O Problema da Legitimidade*. No rastro do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 185.

³⁰¹ Quadro nº 05 Dotação Orçamentária e Percentual Destinado à Educação Popular em Santa Catarina. p. 88.

QUADRO Nº 8 - DEMONSTRATIVO DAS MATRÍCULAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E PARTICULARES, COM PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA DE 1930 A 1937 EM SC

ANO	Nº de Matr. Est. Mun. Part	Total de Frequência	Percentual de Frequência
1930	67.656 alunos	59.345	87,15%
1931	74.531 alunos	64.905	87,08%
1932	81.692 alunos	67.387	82,48%
1933	100.861 alunos	86.384	85,64%
1934	107.990 alunos	78.159	72,37%
1935	108.811 alunos	83.459	76,70%
1936	120.587 alunos	89.470	74,19%
1937	133.030 alunos	98.690	74,18%

FONTE: Relatório Departamento de Educação (1938).

O Quadro 8 mostra que de 1930 a 1937 houve um aumento crescente no número inicial de matrícula, mas quanto ao percentual de frequência houve uma considerável queda.

Segundo o Superintendente Geral do Ensino, professor Sebastião de Oliveira Rocha³⁰², havia falhas graves a entravar a boa marcha do ensino, entre as causas detectou:

- a) superlotação das classes e escolas;
- b) matrícula de alunos com menos de sete anos de idade;
- c) classes providas com professores não normalistas. Aproximadamente 100 das classes de grupos escolares estavam confiadas a professores leigos, o que certamente concorria para baixar a curva de aproveitamento dos alunos. Em algumas escolas isoladas professoras semi-analfabetas ou indolentes constituíam verdadeiro peso morto no magistério, havendo algumas que não conseguiam promover mais de três alunos por ano.

O mercado de trabalho foi, também, um fator importante para o baixo percentual de frequência às aulas. Segundo Monteiro³⁰³, as crianças ajudavam os pais nas lides agrícolas, principalmente na época do plantio e da colheita, por isso, ao mandar a criança para a aula, diminuía a força de trabalho, situação que não era bem-vista por muitos.

No relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas sobre o exercício de 1939 acerca das Escolas Isoladas, o Interventor Nereu Ramos disse que “são ainda no interior do nosso país um mal necessário” porque a pouca densidade de população das vilas ou de localidades do interior e a escassez de recursos financeiros da maioria das unidades da federação não poderiam justificar a criação de outro gênero de escolas. Desta maneira, o

³⁰² ROCHA, Sebastião de Oliveira. Professor paulista convidado por Nereu Ramos para assumir a Superintendência Geral do Ensino em seu Relatório ao senhor Ivo D'Áquino, Secretário do Interior, Justiça e da Educação em 27 de maio de 1939. APESC.

³⁰³ MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. Uma contribuição à História da Educação. Florianópolis, EDUFSC, 1984.

número de Escolas Isoladas era o instrumento de que no momento se poderia lançar mão para a instrução pública.

Mas, Nereu Ramos considerava que, além dessas, era indispensável que os governos não poupassem esforços para eliminar o quanto antes das cidades e vilas essas escolas, substituindo-as por grupos escolares apropriados às diversas regiões.

Vejamos então a movimentação escolar na principal área de colonização, que abrangia os municípios de Blumenau, Gaspar, Hamônia, Indaial, Jaraguá, Joinville, Rio do Sul, São Bento e Timbó. Com isso, não queremos dizer que outras áreas não careciam de importância quanto à nacionalização, mas nos ateremos a esta por ser a de maior concentração de imigrantes alemães. Começando com 1937, ano em que os princípios da nacionalização ainda não eram agressivamente impostos.

QUADRO Nº 9 - ESCOLAS ISOLADAS NA ÁREA DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ – 1937

Municípios	Matrícula efetiva			Frequência			Percentual de Frequência			
	Est	Mun	Part	Est	Mun	Part	Est	Mun	Part	Total
Blumenau	1040	1189	2435	814	924	2035	78,2	77,7	83,5	79,8
Gaspar	595	244	304	452	158	234	75,9	64,7	83,5	74,7
Hamônia	736	357	1458	542	279	1212	73,6	78,1	83,1	78,2
Indaial	820	403	769	608	314	624	74,1	77,9	81,1	77,7
Jaraguá	1417	515	1357	1024	350	1064	72,2	67,9	78,4	72,8
Joinville	1480	1055	1921	1160	750	1574	78,3	71,0	81,9	77,0
Rio do Sul	1679	2031	1319	1363	1464	1048	81,1	69,7	79,4	76,7
São Bento	455	173	479	374	141	384	82,1	81,5	80,1	81,2
Timbó	390	689	679	323	557	574	82,8	80,8	84,5	82,7
Total	8612	6656	10722	4660	4889	8769	77,5	74,3	81,7	78,4
Total Geral	25.990			20.318						

FONTE: Relatório do Departamento de Educação, 1937. APESC.

As escolas isoladas foram escolhidas para exemplificar por se constituírem no multiplicador da chamada cultura estrangeirada e, portanto, digna de maiores controles por parte dos inspetores.

O Quadro 9, ano letivo de 1937, apresenta um razoável número de matrículas tanto nas escolas estaduais e municipais como nas particulares, mas o percentual de frequência às aulas é maior nas escolas particulares, traduzindo, assim, uma preocupação cultural européia.

QUADRO N° 10 ESCOLAS ISOLADAS NA ÁREA DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ – 1938

Municípios	Matrícula Efetiva			Frequência			Percentual de Frequência			
	Est.	Mun	Part	Est	Mun	Part	Est	Mun	Part	Total
Blumenau	1488	1672	407	1210	1328	407	81,3	79,4	100,0	86,9
Gaspar	607	349	-	505	274	-	83,1	78,5	-	80,8
Hamônia	960	485	-	802	378	-	83,5	77,9	-	80,7
Indaial	836	362	32	609	266	26	72,5	73,4	81,2	75,7
Jaraguá	1441	635	-	1165	478	-	80,8	75,2	-	78,0
Joiulville	1702	1557	108	1351	1170	90	79,3	75,1	83,3	79,2
Rio do Sul	2215	2002	-	1861	1609	-	84,0	80,3	-	82,1
São Bento	441	127	141	349	116	131	89,3	91,3	92,9	91,1
Timbó	384	713	-	328	637	-	85,4	89,3	-	87,3
Total	10074	7902	682	8225	2656	654		82,1	80,0	82,4
	18.658			15.135						

FONTE: Relatório do Departamento de Educação, 1938. APESC.

Ao compararmos os dois quadros (n° 9 -1937 e n° 10 - 1938), veremos que o Interventor Federal Nereu Ramos estava procurando “corresponder a honrosa confiança” que o ditador Vargas nele depositou, dedicando à solução dos problemas catarinenses “atividade indormida e vigilante”³⁰⁴.

Condizente com a “ação indormida” do Interventor, Santa Catarina apresentava o seguinte quadro: as escolas isoladas particulares em área de colonização alemã em 1937 (Quadro 9) possuíam 10.722 alunos matriculados, passando para tão-somente 682 alunos em 1938.

Pode-se observar pelos dados anteriores que a ação adotada pelo Governo catarinense para resolver o “problema da nacionalização”, como considerava D’Aquino, foi sem dúvida severa. Dificultou a legalização das escolas estrangeiras, restringiu o número delas, reprimiu severamente os pais que levavam as crianças para tais instituições. Tudo isso em nome de um projeto cívico que procurava não só exaltar e preservar a língua, os costumes e as tradições nacionais, mas especialmente difundir-las nos núcleos estrangeiros.

Era pensamento geral, ou ao menos do governo, de intelectuais e também da imprensa que a educação particular não poderia mais representar um risco na formação da nacionalidade, porque, para a efetivação deste projeto, havia necessidade de se construírem certos hábitos de vida, ou seja, valores nos quais repousam a unidade nacional e que fossem pouco a pouco incorporados no cotidiano dos estrangeiros. Assim, certamente

³⁰⁴ Assim, referiu-se Nereu Ramos ao abrir o seu relatório sobre o exercício de 1939 para o ditador Getúlio Vargas. Setembro de 1940. APESC. IFR.1939 cx.11.

suas características étnicas poderiam ser diluídas e os valores nacionais poderiam ser assimilados.

QUADRO N° 11 - ESCOLAS ISOLADAS NA ÁREA DE NACIONALIZAÇÃO 1939

Municípios	Matrícula Efetiva			Frequência			Percentual de Frequência			
	Est	Mun	Part	Est	Mun	Part	Est	Mun	Part	Total
Blumenau	1499	1873	374	1337	1572	342	89,1	83,9	91,4	88,1
Gaspar	660	420	30	533	335	26	80,7	79,7	86,6	82,3
Hamônia	1172	477	-	1018	408	-	86,8	85,5	-	86,1
Indaíla	803	514	-	713	400	-	88,7	77,8	-	83,2
Jaraguá	1405	504	-	1226	402	-	87,2	79,7	-	83,4
Joinville	1374	504	-	1201	462	-	87,4	91,6	-	89,5
Rio do Sul	2034	2271	-	1737	1779	-	85,3	78,3	-	81,8
São Bento	660	66	-	561	62	-	85,0	93,9	-	89,4
Timbó	289	768	-	253	640	-	87,5	83,3	-	85,4
Total	9896	6893	404	8579	2943	368	86,4		83,7	89,0
	17.193			11.890			85,4			

FONTE: Relatório do Departamento de Educação, 1939, APESC.

O aumento do percentual da frequência acima demonstrado no ano de 1939 é decorrente do trabalho efetuado com base no Decreto-Lei n.º 301 de 24 de fevereiro de 1939, que instituiu a *Quitação Escolar*, já mencionada, em todo o Estado, obrigando todas as crianças de oito a quatorze anos a frequentarem escolas primárias oficiais ou registradas regularmente no Departamento de Educação. Comparando a frequência total do ano de 1937 (Quadro 9) com a frequência total de 1939 (Quadro 11), teremos o significativo aumento de 7%, pois, enquanto o percentual da frequência era de 78,4% em 1937, com a carteira de Quitação Escolar vigorando em 1939 essa percentagem passou a ser de 85,4%.

O monopólio estatal na produção de normas jurídicas estabelece a supremacia da lei, isso fica demonstrado no Decreto-Lei n.º 301 de 24/02/1939. Ele se apresenta como um meio de induzir as pessoas a um determinado comportamento. É a autoridade governamental provocando a adesão dos estrangeiros a determinado comportamento, ou seja, à assimilação dos padrões nacionais. “A autoridade pressupõe uma desigualdade entre as partes, mais em função da situação do emissor”³⁰⁵.

E, naquele momento, as ações das autoridades eram contundentes quanto à necessidade da unificação da cultura, da língua, dos costumes e da ideologia, todos perfilados com o ideal estadonovista. E, se a nacionalização seria feita via escola, a frequência às aulas era condição *sine qua non* para seu sucesso.

³⁰⁵ ADEODATO, João Maurício. *O Problema da Legitimidade*. No rastro de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 201.

Portanto, no estudo comparativo feito pelo professor Lourenço Filho, Santa Catarina era o Estado com o maior número de frequência escolar. Segundo Bastide³⁰⁶, “Trata-se inegavelmente de uma política pedagógica sábia, cujos resultados serão os mais auspiciosos, do ponto de vista dos legítimos interesses do Brasil”.

Os interesses do Brasil não permitiam qualquer tipo de organização autônoma de sociedade.

Outro detalhe que nos mostra o Quadro 11 é que somente Blumenau e Gaspar ainda possuíam crianças matriculadas em escolas isoladas particulares, atingindo naquele ano o número de 404 alunos, irrelevante se verificarmos que estes dois municípios possuíam juntos antes dessa ação contundente do governo 2.739³⁰⁷ alunos no ano de 1937 (Quadro 9).

Não podendo cumprir com as exigências da nova legislação, muitas escolas particulares e em especial as isoladas viram-se obrigadas a fechar suas portas (Anexo 18), outras até tentaram encaminhar seus requerimentos aos órgãos competentes, mas bastava ter “a mais leve tinta de germanismo” (D’AQUINO, 1942, p. 49) para terem seus pedidos indeferidos.

Para se ter uma idéia, existiam em 1937, no Estado, 661 escolas particulares, a maioria situada na zona de colonização. Postas em vigor as medidas de nacionalização do ensino, ficaram reduzidas em 1938 a 113 escolas, em 1939 a 62, e em 1941 eram 72 as escolas particulares³⁰⁸.

Toda essa movimentação de fechamento de escolas mostra que as ações desencadeadas pelo governo para a construção do projeto de nacionalização foram nas mãos de seus executores, especialmente os inspetores, tarefas mais repressivas do que propriamente pedagógicas. Isto porque se priorizou o fechamento de escolas em detrimento de orientações pedagógicas mais contundentes.

Então, como muitas escolas suspenderam o funcionamento por não poderem cumprir os dispositivos legais e a fim de não deixarem sem assistência escolar as crianças

³⁰⁶ BASTIDE, Roger. Professor sociólogo francês, após estar em Santa Catarina para a aula inaugural do Instituto de Educação, em entrevista a jornais paulistas. A referência ao estudo de Lourenço Filho foi mencionada nesta reportagem. (*Estudos Sociais*, ano III, n.º 4, p. 32, jun. 1943. APESC).

³⁰⁷ Chegamos a este número somando os estudantes matriculados nas escolas particulares de Blumenau (2.435 alunos) mais os matriculados em Gaspar (304 alunos), resultando em 2.739 alunos. Relatório do Departamento de Educação, 1937-1939. APESC.

³⁰⁸ D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis, IOESC. 1942. p. 50.

que freqüentavam aquelas escolas, o Estado e os Municípios criaram em 1938 um total de 231 escolas, assim distribuídas:

QUADRO Nº12 - ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS CRIADAS EM 1938

MUNICÍPIOS	Nº DE ESC. EST	Nº DE ESC. MUN	TOTAL
Araranguá	-----	09	09
Blumenau	10	16	26
Bom Retiro	02	-	02
Caçador	02	03	05
Campo Alegre	03	-	03
Campos Novos	-	02	02
Canoinhas	04	-	04
Concordia	01	04	05
Cruzeiro	-	03	03
Cresciuma	01	03	04
Gaspar	-	05	05
Hamônia	17	04	21
Indaial	03	09	12
Itaiópolis	11	-	11
Itajai	01	05	06
Jaguaruna	03	-	03
Joinville	01	-	01
Mafra	-	06	06
Nova Trento	-	02	02
Orleans	01	-	01
Palhoça	02	-	02
Porto União	-	07	07
Rio do Sul	15	17	32
Rodeio	-	16	16
São Bento	06	02	08
Tijucas	01	-	01
Timbó	01	08	09
Tubarão	01	13	14
Urussanga	-	03	03
Xapecó	13	04	17
TOTAL	90	141	231

FONTE: Relatório do Departamento de Educação, 1938, APESC.

Os municípios mais beneficiados com abertura de novas escolas naquele ano foram exatamente os que ficavam na área de colonização alemã – Rio do Sul com 32 escolas, Blumenau com 26 e Hamônia com 21 instituições escolares.

Mas, a complexidade do projeto de nacionalização não se fixava só nas escolas, havia necessidade também de intercomunicação das zonas coloniais com as zonas urbanas nacionalizadas, situação que requeria a construção de estradas, criação de órgãos de justiça e administração, assistência social e técnico profissional com o objetivo de adaptar os imigrantes e seus descendentes à vida nacional (D'AQUINO, 1942).

Tratava-se então de um “problema” que os Estados não poderiam resolver sem o auxílio da União, e, pelo discurso feito em Blumenau (28/5/1938), o Interventor Nereu Ramos estava ciente disso: “O Estado Novo é uma energia em procura permanente do bem estar coletivo e da prosperidade material e moral da Nação. Aos governantes pôs-lhes nas mãos, sem desrespeito às tradições brasileiras, os instrumentos de ação indispensáveis à reconstrução nacional”. (NEREU RAMOS, 1938, p. 11).

Em sua fala Nereu Ramos exalta a “clarividência” de Vargas ao “detectar tais problemas vivenciados por muitos estados”, e sua disposição em querer solucioná-los “A frente destes, marcando-lhes, com pulso firme e visão penetrante, a direção exata e certa, um Chefe de capacidade excepcional”.³⁰⁹

Essa apologia que Nereu Ramos fazia à pessoa de Getúlio Vargas era produzida pelo fascínio que o ditador irradiava. Segundo Arendt³¹⁰, “O estranho magnetismo que (Hitler) irradiava era devido a crença fanática que ele tinha em si mesmo”.

Arendt ainda explica que o fascínio é um fenômeno social, no caso podemos dizer que o fascínio que Vargas exercia sobre o seu ambiente, sobre os que o rodeavam (como Nereu Ramos), era decorrente da inabalável certeza de sua competência sobre qualquer parecer que emitisse³¹¹.

Envolvido nesse jogo de sedução, que supostamente cativava a todos, o Interventor Nereu Ramos em um só discurso salientou várias vezes a competência do ditador no comando do País. E ao terminar não deixa dúvidas quanto à sua participação e aquiescência com relação aos rumos tomados pela política estadonovista. “Em torno dele (Vargas) catarinenses, contra todos os extremismos e contra todos os perturbadores da ordem, para grandeza de nossa própria gleba! Em torno dele, e com ele, para o futuro, para o alto, e pelo Brasil”³¹².

Podemos dizer que, em menor escala, as atitudes de Nereu Ramos também conferem com esse perfil, pelas arbitrariedades que emanavam de suas determinações

³⁰⁹ RAMOS, Nereu. *Nacionalização do Ensino*. Discurso pronunciado em Blumenau em 28/5/1938. IOESC.

³¹⁰ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Uma análise dialética. Rio de Janeiro: Documentário, 1979, p. 27.

³¹¹ Arendt explica que a sociedade tende a aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser, pelo menos no início. E, que na sociedade moderna, com a falta de discernimento, essa tendência ainda é maior. Assim, uma pessoa que tenha não só certas opiniões, mas que as apresente num tom de inabalável convicção, não perde facilmente o prestígio, não importando quantas vezes tenha sido demonstrado o seu erro. (Idem. p. 27).

³¹² RAMOS, Nereu. *Nacionalização do ensino*. Discurso pronunciado em Blumenau em 28/05/1938. p. 12.

quanto aos que no Brasil tinham nascido e dele se “achavam apartados pela língua, pelos costumes, pelas tradições, pela educação”³¹³.

Assim, com a certeza do caminho a ser trilhado, o Estado marchava rumo à “exterminação do problema máximo vivenciado pelos catarinenses, a desnacionalização”³¹⁴.

Para conhecimento, segue declaração publicada no “Diário Oficial” n.º 1.254, de 16 de julho de 1938, a respeito dos requerimentos para registro das escolas primárias particulares.

Uma Nota do Gabinete do Interventor

Tornando-se reparável que grande número de requerimentos dirigidos à Secretaria do Interior e Justiça, para o registro de escolas primárias particulares, longe de exprimirem uma leal colaboração com os poderes públicos à obra de nacionalização do ensino e propaganda dos sentimentos de brasilidade nos núcleos de descendência alienígena, mal escondem o propósito de burlar as normas estatuídas, assim pelo decreto-lei estadual n.º 88, de 31/03/1938, como pelo decreto-lei federal n.º 406, de 04/05/1938, obedecendo à influência de elementos e organizações altamente suspeitas aos interesses nacionais pela resistência oculta e maliciosa que estão oferecendo ao êxito da campanha nacionalista.

Diante das exigências do Decreto-Lei n.º 88 de 31 de março de 1938, muitas escolas nem tentaram solicitar a autorização, as que o fizeram passaram por um rigoroso processo de fiscalização. Segue o movimento de pedido de registro de escolas por município.

QUADRO Nº13 - 90 PEDIDOS DE REGITRO DE ESCOLAS POR MUNICÍPIOS – 1939

MUNICÍPIO	Nº ESCOLA	MUNICÍPIO	Nº ESCOLA	MUNICÍPIO	Nº ESCOLA
Biguassu	1	Indaial	2	Rodeio	4
Blumenau	7	Itaiópolis	4	São Bento	2
Brusque	3	Itajai	2	São Francisco	2
Bom Retiro	1	Joinville	9	São José	1
Caçador	1	Jaraguá	3	Tijucas	1
Campos Novos	1	Lages	4	Timbó	1
Canoinhas	6	Laguna	1	Tubarão	2
Cresciuma	1	Nova Trento	2	Xapecó	14
Florianópolis	4	Palhoça	1		
Gaspar	1	Porto União	3		
Hamônia ³¹⁵	5	Rio do Sul	1		
Total	31	Total	34	Total	25
TOTAL GERAL: 90 ESCOLAS					

FONTE: Relatório do Departamento de Educação, 1938, APESC.

³¹³ Idem, p. 7.

³¹⁴ RAMOS, Nereu. *Nacionalização do ensino*. Discurso pronunciado em Blumenau em 28/05/1938, p. 10.

³¹⁵ Hamônia é o nome do atual município de Ibirama; outros exemplos Rio do Peixe hoje Ipumirim, desmembrado do município de Concórdia; Hansa atual Corupa; Massaranduba hoje Guarimir; Barracão atual Dionísio Cerqueira etc. Livro de Relação dos Municípios catarinenses. APESC.

Dos 90 requerimentos com pedidos de registro de escolas por municípios, 29 foram deferidos, 48 indeferidos e o restante ficou em estudo³¹⁶.

A fiscalização continuava, e outra surpresa aguardava os Inspectores. Em 17 de abril de 1939 Luiz Sanches Bezerra da Trindade³¹⁷ remete ao Superintendente Geral do Ensino: “(...) uma edição clandestina do Decreto-Lei n.º 88, que está em curso nas escolas particulares (ex-escolas alemãs) com o agravante de uma versão, não autorizada, para o idioma alemão”.

O Inspetor Trindade termina sua correspondência pedindo providências no sentido de ser apreendida a edição e a proibição de transmitirem esses exemplares nas escolas particulares.

Nada poderia escapar ao controle dos Inspectores; em outros tempos essa publicação facilitaria a compreensão aos menos entendidos na língua vernácula das exigências do Decreto-Lei n.º 88 (31/03/1938) no cotidiano escolar e na sociedade. Porém, naquele momento, utilizar uma tradução em vez do original, saber de escolas clandestinas e não denunciar era corroborar com os “elementos alienígenas”, e isso era passível de punição.

Como aconteceu com o professor estadual Olíbio de Oliveira³¹⁸, que não deu conhecimento às autoridades do funcionamento de uma “escola noturna particular”, na mesma sala de aula em que funcionava a sua escola. O professor não o fez por achar que a denúncia iria prejudicá-lo na comunidade “de origem”³¹⁹.

Sobre o comportamento do professor, assim falou o Inspetor Trindade: “Apesar disso o professor ingenuamente declara que não denunciou com medo de ser perseguido. A justificção condena o próprio professor”. (Grifo nosso)

E, ao não fazê-lo, foi exonerado do serviço público, como mostra a Representação n.º 14, de 5 de dezembro de 1939.

Todos esses detalhes colaboraram para recrudescer a atitude do governo com relação ao fechamento das escolas. Então, além dos números já relacionados em 1939 por

³¹⁶ Relatório do Departamento de Educação, 1938. APESC.

³¹⁷ Departamento de Educação. Relatório do Inspetor Luiz Sanches B. da Trindade para o Superintendente do Ensino, referente ao mês de abril de 1939. APESC.

³¹⁸ Representação n.º 14 de 5/12/1939 consta do Relatório do Inspetor Geral de Nacionalização, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, para o Superintendente do Ensino no último trimestre de 1939. APESC. p. 140.

³¹⁹ Com o termo “de origem”, o professor Olíbio de Oliveira referia-se aos descendentes de alemães. Ele não quis intervir pois poderia ficar prejudicado, “porque este pessoal de origem é muito unido” e poderia fechar sua escola. Relatório do Inspetor Geral de Nacionalização Luiz Trindade ao Superintendente do Ensino, último trimestre de 1939. p. 140.

não poderem satisfazer os dispositivos legais, foram fechadas mais 89 escolas, assim distribuídas por município:

QUADRO Nº14 - ESCOLAS FECHADAS POR NÃO SATISFAZEREM OS DISPOSITIVOS LEGAIS POR MUNICÍPIO – 1939

MUNICÍPIO	Nº ESCOLAS	MUNICÍPIO	Nº ESCOLAS
Blumenau	21	Itaiópolis	11
Bom Retiro	02	Joinville	01
Concórdia	04	Jaraguá	03
Campo Alegre	03	Orleans	01
Canoinhas	01	Palhoça	03
Caçador	01	Rio do Sul	12
Hamônia	15	São Bento	06
Itajaí	01	Tubarão	01
Indaial	03		
Total	51	Total	38
TOTAL GERAL : 89 ESCOLAS			

FONTE: Relatório Departamento de Educação, 1939, APESC.

Nota-se no Quadro 14 que 21 escolas foram fechadas em Blumenau e 15 escolas no município de Hamônia, justamente nos dois municípios com maior densidade de estrangeiros, por não satisfazerem as exigências do Decreto n.º 88. Esse quadro torna-se bem elucidativo por determinar os municípios e o número de escolas fechadas em cada um deles.

No Anexo n.º 18 apresentamos exemplos dos atos do Chefe do poder Executivo Estadual, Interventor Nereu Ramos, referentes à interdição de Escolas Particulares por descumprimento das leis federais e estaduais de nacionalização do ensino.

Segundo D'Aquino³²⁰, essas escolas foram fechadas porque estavam infiltrados no magistério do Estado elementos preparados para continuarem a propaganda germânica nos meios escolares.

Tivemos a prova disso, quando os requerimentos dessas sociedades foram dando entrada na Secretaria da Justiça, na ilusão de que a autoridade se deixaria impressionar pelos professores indicados, quase todos nascidos no Brasil, mas filiados às organizações mais suspeitas, a começar pelas próprias sociedades que os preconizavam.

³²⁰ D'AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis: IOESC, 1942. p. 48.

Porém, outra situação surgiu para aumentar a preocupação das autoridades educacionais. Com o fechamento de algumas escolas, outras eram abertas na casa do próprio professor que ministrava as aulas clandestinamente.

O caso das aulas clandestinas das senhoras Rosa e Sidônia Lauers, por exemplo, ficou registrado no “Parecer n.º 57 de 6 de outubro de 1939 e ainda ocasionou outra denúncia contra o Inspetor Prof. Marcílio Dias de S. Tiago³²¹.

As duas solicitaram verbalmente ao Inspetor Prof. S. Tiago, da 6ª Circunscrição (Joinville), autorização para lecionarem. Segundo elas, a autoridade considerou que quatro (04) alunos poderiam ser aceitos, tendo em vista que esse número não caracterizaria condição de uma escola por nenhum decreto³²². Ao serem denunciadas por estarem lecionando na clandestinidade, apesar do pedido verbal, receberam uma multa do Departamento de Educação. Impetraram um requerimento solicitando o cancelamento da multa, mas as requerentes tiveram o provimento de seu recurso negado, recebendo uma multa de 300\$00 cada uma.

Quanto à acusação contra o Inspetor Marcílio de Dias S. Tiago, disse o Inspetor Manuel Coelho:

O Prof. S. Tiago sabia da existência da escola, pois o senhor Coletor Estadual cuja repartição está localizada quase em frente a residência das senhoras Lauer lhe havia certificado do funcionamento clandestino da mesma, conforme declaração que me fez a referida autoridade³²³.

Nesse clima de denúncias e perseguições uma atitude como a do Inspetor S. Tiago não passaria impune. Ele foi imediatamente substituído pelo professor Manuel Coelho, que

³²¹ Após essas denúncias, o Prof. Marcílio Dias de S. Tiago, através da Resolução n.º 6623, foi removido da 6ª Circunscrição com sede na cidade de Joinville para a 11ª com sede na cidade de Criciúma, e desta para aquela o Inspetor Escolar em comissão foi o professor Manuel Coelho. 27/7/1939.

³²² Contrariando o referido depoimento das senhoras Lauers, o Decreto-Lei n.º 301 de 24/02/1939, em seu Art.10, diz que: Serão passíveis da multa graduada de 200\$000 a 500\$000 e o dobro nas reincidências os professores que, sem prévia licença e registro previstos no Decreto-Lei n.º 88, de 31/01/1938, ministrarem o ensino primário ou pré-primário em classes, *individualmente*, a domicílio do aluno, ou por qualquer outra forma, seja permanente ou transitoriamente, em caráter fixo ou ambulante. Livro de Leis, Decretos e Resoluções, 1939. APESC.

³²³ COELHO, Manuel. Inspetor Estadual da 6ª Circunscrição, Joinville, assumindo os trabalhos em 15 de setembro de 1939 em substituição ao então Inspetor Marcílio Dias de S. Tiago (Resolução n.º 6623 de 27/7/1939). Consideramos importante ressaltar que as denúncias se estendiam também aos próprios Inspetores, como notamos no caso do Inspetor S. Tiago, denunciado duas vezes e removido de Joinville em 20 de agosto de 1939. Relatório do Inspetor Estadual da Nacionalização à Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação referente ao ano de 1939. p. 73. APESC.

recebeu os maiores elogios do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas no relatório enviado ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema:

(...) o Interventor Federal, (...) destacou o Inspetor Manuel Coelho, para desvendar todas as falhas que, por ventura, ali encontrasse. Perspicaz, trabalhador, conhecedor do metier e, sobretudo, dotado de um alto sentimento cívico, tratou este funcionário imediatamente de dar cumprimento às suas elevadas funções³²⁴.

As denúncias de irregularidades feitas pelo Inspetor Escolar tinham no momento um poder quase ilimitado no que tange ao projeto de nacionalização³²⁵, a tal ponto que embasavam as considerações de decretos e resoluções, mostrando o quão importante e respeitada era a figura do Inspetor.

Todo esse sistema de ensino trazia em seu bojo o projeto maior do Governo Vargas, muito bem-aceito a partir de 1937 por Ramos no tocante às transformações econômicas, à rápida expansão das atividades industriais e ao desenvolvimento de núcleos urbanos. As tendências nacionalistas começam a aparecer através da estatização das empresas nacionais, como o Conselho Nacional do Petróleo e outras riquezas do subsolo (Companhia Vale do Rio Doce; a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda; a industrialização de óleos e fibras nacionais etc.). O Estado sugeria e definia a economia brasileira.

Mas, para movimentar todo esse projeto, estava sendo executado o plano da rede nacional de estabelecimentos de ensino profissional (ensino industrial). Já, a iniciativa Federal para uma maior difusão do ensino primário, que seria “como verdadeiro instrumento de modelação do ser humano³²⁶” em obediência aos preceitos da nova

³²⁴ Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas de Florianópolis, 18/10/1939, ao Ministro dos Negócios da Educação e Saúde. APESC.

³²⁵ MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. As autoridades educacionais nas áreas coloniais do Estado adquiriram grande prestígio, sendo encaradas pelas escolas com uma atenção especial, já que lhe cabia autorizar solenidades extraclasse, bem como, em primeira instância, aplicar os dispositivos do Decreto-Lei n.º 88. Florianópolis: EDUFSC, 1984. p. 65.

³²⁶ O Ministro da Educação, Gustavo Capanema, considerava “o ensino primário como verdadeiro instrumento de modelação do ser humano, por isto que sobre ele influi enquanto ainda matéria plástica, a que é possível comunicar todas as espécies de hábitos e atitudes”. Essa matéria era competência dos Estados e municípios, sobre os quais a União só interviria indiretamente, concedendo um auxílio (mais econômico e administrativo) aos que possuíssem intensa área de imigração. Os alunos que não passassem no exame de admissão para o ensino secundário poderiam ingressar no ensino industrial, agrícola ou comercial, que os prepararia para o trabalho. CAPANEMA, Gustavo. Conferência feita por ocasião do centenário do Colégio Pedro II a 2/12/1937. IN: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 189.

Constituição, iria se processar de forma intensa e rápida em todo o País, segundo Vargas³²⁷.

Assim, entende-se que o projeto de modernização do País passava pela educação, derivando-se daí a necessidade de neutralizar os desmandos regionais (em todos os níveis), provocados por estrangeirismos impertinentes e oportunistas, dar visibilidade ao projeto nacional desenvolvimentista e ao mesmo tempo exigir unanimidade de ação dos governos estaduais.

A educação então era o instrumento de construção da nacionalidade, numa época em que o sistema escolar era proposto na hierarquização dos papéis sociais, formando “elites condutoras e povo conduzido e produtivo” (CARVALHO, 1988).

Isso quer dizer que a educação deveria atender às necessidades das diversas categorias sociais. Dessa forma, teríamos a educação superior para a elite, a educação secundária para a elite urbana, a educação profissional que serviria aos jovens, que formariam o “grande exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação”³²⁸.

Entende-se, assim, que a educação deveria estar a serviço da nação, e, assim sendo, a adoção de “medidas legais” em Santa Catarina tinha por fim transformar as escolas estrangeiras em escolas nacionais quanto à sua organização e ao seu objetivo, ou então fechá-las definitivamente e criar outras em seu lugar. A visibilidade da questão nacional dar-se-ia a partir das escolas, dos grupos escolares; através deles haveria o disciplinamento da população atingida e conseqüentemente a afirmação da brasilidade.

Então, para não deixarem sem assistência escolar as crianças que freqüentavam aquelas escolas, o Estado e os municípios criaram outras que melhor atenderiam aos interesses da nacionalização.

De 1937 a outubro de 1942³²⁹ foram criadas:

a) 244 escolas isoladas³³⁰ estaduais;

³²⁷ VARGAS, Getúlio. *O Estado Novo e suas realizações*. Presidente Vargas. Rio de Janeiro. Abril de 1938. p. 36-37. Entrevista concedida pelo Presidente da República à Imprensa carioca, em São Lourenço.

³²⁸ CAPANEMA, Gustavo. Conferência feita por ocasião do centenário do Colégio Pedro II em 2/12/1937. In: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 189.

³²⁹ Dados colhidos em D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis: IOESC, 1942. Neste livro constam todos os decretos de criação das escolas isoladas estaduais e sua localização, estando em negrito as escolas instaladas na zona de nacionalização.

³³⁰ Escolas Isoladas segundo a Lei nº 846, de 11/10/1910 (Vidal Ramos/Caetano Vieira da Costa), Secção II, Art. 57 – b, seriam as escolas regidas por normalistas. p. 19. APESC. Segundo o Decreto N.SE - , 26-9-61/712 (Celso Ramos/Elpídio Barbosa), Capítulo II, Art. 41 – I, são consideradas Escolas Isoladas (EI)

- b) 22 grupos escolares³³¹ construídos e instalados, sendo 8 deles construídos e instalados com o auxílio do Governo da União para esse fim;
- c) 36 cursos complementares³³²;
- d) 407 escolas isoladas municipais;
- e) 1 grupo escolar municipal.

Diante de todas as determinações impostas por lei, a ação dos inspetores, junto aos professores, seria fundamental, senão vital, para estimular todas as iniciativas que marcariam e valorizariam as conquistas determinadas pelas exigências nacionalistas de Vargas e Nereu.

O sucesso dessa empreitada nacionalista não dependia somente da estática da lei, mas da força dinâmica dos que iriam executá-la. E o objetivo destes seria “ajudar” os estrangeiros a vencerem a dificuldade para assimilarem-se à sociedade nacional, porém tinham como maior obstáculo a língua, principal característica do nacionalismo alemão.

aquelas que possuem uma só turma de alunos entregue a um só docente (p. 11). Secretaria Estadual de Educação.

³³¹ Grupos Escolares eram amplas construções que deveriam apresentar, preferencialmente, simetria bilateral, de modo que as seções masculina e feminina ficassem em lados opostos e separados por um pátio interno. Possuíam salas internas para até 45 alunos. As classes da seção masculina poderiam ser regidas por professores/as. Já a feminina, apenas por professora. O curso tinha duração de quatro anos, com 5 horas de aulas diárias, de segunda a sábado. NÓBREGA, Paulo. Grupos Escolares: Modernização do Ensino e Poder Oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas*. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 253-255.

³³² Cursos Complementares. Anexos aos principais grupos funcionam cursos complementares de dois anos. Destinam-se, como lhes insinua a denominação, a completar o ensino ministrado naqueles estabelecimentos. Corresponde o programa desses cursos aos dois primeiros anos ginasiais. Interventor Nereu Ramos em Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas sobre o exercício de 1939 em setembro de 1940. APESC.

13 INTENSIFICAÇÃO DO USO DA LÍNGUA VERNÁCULA NAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO

Uma língua comum é o veículo de uma cultura comum e, portanto, acaba criando laços que se inserem como elementos constitutivos de sua personalidade
*Bobbio, Matteucci e Pasquino*³³³

A dificuldade de assimilação dos estrangeiros, especialmente os alemães, era constituída pelo forte sentimento patriótico que os núcleos preservavam. Desagregar os núcleos alemães em todo o território brasileiro era fundamental para construir a unidade nacional. E a língua comum seria o instrumento transformador do que era considerado um “problema nacional”, a assimilação do estrangeiro.

Por que essa necessidade em Santa Catarina? Para se ter uma idéia, em visita a algumas escolas no Norte do Estado, em 1939, o Inspetor Areão resolveu fazer, como ele mesmo disse, “um pequeno inquérito” para ter uma idéia do número de crianças que falavam a língua alemã. O resultado do “inquérito” foi o seguinte:

a) classes percorridas	91
b) matrícula geral	3568
c) média de alunos por classe	39,2
d) falam o alemão	1902
e) percentual dos que falam o alemão	53,3%
f) compreendem o alemão	158
g) não falam o português	107

Incrédulo com o resultado, relata Areão: “Dentre os alunos que falam e compreendem o alemão mais de 5% não tem nenhuma ligação de sangue com a raça alemã. São puros caboclos segregados pelo meio em que viviam” (AREÃO, 1939).

Percorrendo as salas de aulas, o Inspetor Areão teve a oportunidade de se dirigir diretamente às crianças e mostrou-lhes que havia necessidade de se falar constantemente a língua nacional. Indicou-lhes que a deturpação de certos vocábulos normalmente

³³³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1983. p. 796.

terminados em “ão” e os que possuíam “r” ocorria devido ao pouco uso que eles faziam da língua nacional.

Então, tendo em vista o resultado colhido por sua pesquisa na zona de colonização alemã, resolveu colocar em evidência a região do Sul do Estado, zona influenciada pelo colono italiano. Pesquisou para saber dentro das salas de aula a porcentagem dos que conservavam a língua de seus avós, dos que falavam ou compreendiam essa língua.

QUADRO Nº 15 - SUL DO ESTADO ZONA ITALIANA - NÚMERO DE ALUNOS DO 1º ANO PRIMÁRIO QUE FALAVAM OU COMPREENDIAM A LÍNGUA ESTRANGEIRA – 1938

LOCALIDADE	MATRÍCULA	FALAM ITALIANO	SÓ COMPREENDEM
Cresciuma	292	21	243
Veneza	121	110	09
Cocal	354	122	17
Urussanga	172	100	0
TOTAL	939	353	269

FONTE: Relatório do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministro Capanema, 1939, APESC.

Dos dados colhidos por Areão no quadro anterior 37 crianças entraram para a escola sem conhecer a língua vernácula. Chamou a atenção nos dados obtidos na cidade de “Criciuma” o número elevado de crianças que compreendiam o italiano e, no entanto, não o falavam.

A mesma constatação fez no Norte do Estado o professor Trindade, Inspetor das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, em relatório ao Departamento de Educação. Ele observou que em 1938 os filhos e os netos de imigrantes alemães que entravam no curso primário não sabiam falar a língua vernácula.

QUADRO Nº 16 – NORTE DO ESTADO ZONA ALEMÃ - NÚMERO DE ALUNOS DO 1º ANO PRIMÁRIO SEM FALAR A LÍNGUA VERNÁCULA – ANO 1938

MUNICÍPIOS	Nº DE ALUNOS	MUNICÍPIOS	Nº DE ALUNOS
Blumenau	110	Joinville	134
Hamônia	49	Rio do Sul	34
Indaial	46	São Bento	80
Jaraguá	10	Timbó	39
Total	215	Total	287
TOTAL GERAL: 502 ALUNOS			

FONTE: Relatório do Departamento de Educação, 1939, APESC..

Portanto, como demonstra o Quadro 16, o total geral verificado em 1938 foi de 502 alunos matriculados no primeiro ano que não sabiam falar a língua vernácula. Já em 1939

foram matriculados 2.475 alunos que desconheciam a língua nacional em 26 municípios³³⁴. Mas, acreditava Trindade que esse número não representava a realidade, porque a Inspetoria não tinha sido atendida por todos os docentes no pedido que fez através da Circular n.º 1. Muitos professores, especialmente nas zonas de colonização, não remeteram os dados solicitados³³⁵.

Por essa razão Trindade considerou que o trabalho de ensinar a língua vernácula deveria mesmo ser feito na escola, tendo em vista que no âmbito familiar a criança só falava o idioma de seus pais.

Nas escolas durante os recreios era proibido conversar em outra língua. Para isso, os professores ficavam pelos pátios fiscalizando, mas não bastava, por isso, Trindade julgou necessário estimular o uso da língua nacional.

Mas, não basta falar a língua nacional devemos também formar o espírito brasileiro da criança, que sendo brasileira de nascimento, conhece as grandezas da pátria de origem de seus pais ou avós, delegando para um plano secundário o conhecimento da nossa vida nacional e, portanto, da nossa história e das nossas tradições³³⁶.

Havia uma natural dificuldade de comunicação com os menores, por isso era necessário que as crianças interagissem com os que sabiam falar a língua vernácula. Procurando encontrar uma solução para essa dificuldade, Luiz Sanches Bezerra da Trindade criou a Liga Pró-Língua Nacional³³⁷ nas escolas onde existia o problema com o uso da língua nacional.

Era necessário que a língua vernácula se espalhasse, entrasse nos lares das crianças, como disse Areão³³⁸, para que o projeto de nacionalização se propagasse.

Precisamos penetrar nesses lares que formam células desagregadoras do corpo nacional. Embora protegidos pela lei que os torna invioláveis, podemos, entretanto, obrigar que as crianças aos 7 anos de idade falem a língua brasileira. Diante disso cada família procuraria modificar pelo menos o seu falar

³³⁴ Dados do Departamento de Educação, 1939. APESC.

³³⁵ Relatório do Inspetor Luiz Sanches Bezerra da Trindade ao Departamento de Educação referente ao ano de 1939-1940. APESC.

³³⁶ Relatório do Inspetor Luiz S. B. da Trindade ao Departamento de Educação referente ao ano de 1939-1940. APESC. p. 91.

³³⁷ Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Relatório de 1938 da Inspetoria das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Florianópolis, 1939. APESC.

³³⁸ João dos Santos Areão em Relatório ao Ministro da Educação sobre o 1º trimestre de 1938 em 25/04/1938. APESC.

comum, para permitir conhecimentos que os filhos teriam de exibir quando fossem matriculados nas escolas.

Então, essa Liga, cuja finalidade era incentivar o uso da língua portuguesa nas escolas e ao mesmo tempo conscientizar os alunos da importância de todo o processo de nacionalização, “foi um interessante trabalho que deu certo”, não significando com isto dizer que as Ligas Pró-Língua Nacional foram as responsáveis pela nacionalização do ensino em terras catarinenses. Essa política adotada pelas Ligas deu certo justamente por compartilhar com os alunos a responsabilidade daquilo que se considerava o “problema da nacionalização”.

A Liga foi organizada com a colaboração dos alunos das classes mais adiantadas, sob a orientação de uma professora e a orientação geral do Diretor do estabelecimento, além é, claro, da supervisão geral do Inspetor Trindade.

Em entrevista concedida ao professor Jaecyr Monteiro³³⁹, o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização, João dos Santos Areão, assim se referiu sobre os múltiplos aspectos do relevante trabalho proporcionado pelas Ligas ao serviço da nacionalização:

Os alunos do curso complementar e das 4^{as} séries do curso primário foram inseridos no contexto, responsabilizando-se por uma tarefa dentro da política do Estado Novo.

Possibilitou aos alunos líderes uma maior participação na vida da escola, despertando o senso de responsabilidade e o amor pelas coisas do Brasil.

Os alunos do Jardim e do 1º ano primário foram mais facilmente integrados à vida da escola. Estas crianças eram acompanhadas nos recreios com carinho e dedicação pelos alunos mais velhos e isso teve grande influência no aprendizado da língua nacional.

Despertou o gosto pela leitura nos alunos, estimulando-os a escreverem cartas aos colegas de outras cidades e conhecerem vultos de nossa História e a valorizá-los por tudo aquilo que fizeram pelo Brasil.

No momento em que foram envolvidos nesse processo, do qual não poderiam ficar alheios, os alunos mostraram-se responsáveis e desejosos de aprenderem a língua vernácula para poderem conhecer e amar a Pátria brasileira, como testemunhava a carta enviada pela aluna Carmem Lia Peiter³⁴⁰, de Blumenau.

³³⁹ MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino: uma contribuição à História da Educação*. Florianópolis: EDUFSC, 1984. p. 101.

³⁴⁰ Carmem Lia Peiter em 31/03/1939. “Desde 1º de março que freqüento a escola Sagrada Família. Já adiantei nos estudos, principalmente na percepção da língua portuguesa. Para mim é um grande prazer

Já a carta da aluna Sílvia Paul,³⁴¹ de Joinville, demonstrava toda a intensidade de seu envolvimento quando dizia ao Inspetor Trindade:

Encontramos nos primeiros dias de aula algumas dificuldades, vendo até algumas vezes, umas lagrimzinhas nos olhos dos nossos pequerruchos, mas tratando-os amigavelmente, se deixam facilmente guiar. Esperamos ver daqui a algumas semanas, o progresso e a espontaneidade com que eles falam a nossa língua. Ansiosos esperamos breve a sua visita e receber umas palavras de reconhecimento pelo nosso esforço e para V. Exa. se convencer que também a mocidade joinvilense, de fato, é e quer ser de todo o coração, filhos desta grande e querida Pátria.

Como vimos pela carta da aluna Sílvia do 2.º ano Complementar, o Inspetor das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino Luiz Trindade mantinha correspondência com os líderes dos núcleos procurando incentivar todo o entusiasmo, o carinho, a dedicação e a responsabilidade demonstrada por eles no desenvolvimento das tarefas diárias.

A Inspeção enviava para as escolas, onde as Ligas estavam sendo constituídas, várias fotos de vultos importantes da História do Brasil, solicitando aos alunos que organizassem álbuns e divulgassem as biografias destes ilustres personagens para dar visibilidade à história nacional. Os alunos estabeleceram também correspondência com colegas de outras cidades, trocando idéias sobre a localidade em que residiam e permutando fotografias.

Os alunos das classes mais adiantadas deveriam organizar grupos com os pequenos do Jardim da Infância e 1º ano preliminar e, durante os recreios, trabalhar com esses grupos, ensinando-lhes jogos adequados, contando-lhes pequenas histórias, mostrando-lhes os álbuns³⁴² organizados, a fim de melhor desenvolver a linguagem das crianças e habituá-las a usar a linguagem nacional, substituindo, assim, a língua estrangeira.

Os alunos filiados à Liga ficavam obrigados a falar e a corrigir as faltas de seus colegas, quer na escola ou fora dela, despertando nos pequenos o hábito de falar a língua vernácula corretamente.

estudar e sei que é o nosso dever falar bem a língua nacional, pois só assim podemos amar a nossa Pátria". Relatório de 1939 da Inspeção das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino para a Secretaria do Interior e Justiça e Departamento de Educação. Florianópolis, 1940. APESC.

³⁴¹ Relatório de 1939 da Inspeção das Escolas Particulares e Nacionalização. Florianópolis, 1940. p. 94.

³⁴² Os álbuns em referência poderiam ser organizados com figuras de vultos ilustres, outros de figuras recortadas de revistas, ou postais de fotos brasileiras (cidades, cachoeiras, fábricas etc). Trindade. Relatório

Cada Liga teria como patrono um brasileiro ilustre cujo retrato seria fixado em lugar de destaque. Segundo Trindade³⁴³, “Desejando dar a conhecer aos escolares a vida dos grandes vultos da vida nacional, resolvi que cada sala dos estabelecimentos de ensino tivesse o nome de um brasileiro ilustre”.

Nesses moldes, segundo o relatório do Inspetor, em 1938 foram criados oito núcleos (8), em 1939 organizaram-se sessenta e oito (68) e em 1940 passou para cento e vinte e três (123) o número desses núcleos³⁴⁴.

QUADRO Nº 17 - NÚCLEOS DAS LIGAS PRÓ-LINGUA NACIONAL

LOCALIDADE	ESTABELECEMENTO	PATRONO
Blumenau	Grupo Escolae Luiz Delfino	Alberto Torres
São Bento	Grupo Escolar Orestes Guimarães	Luiz Murat
Itajai	Grupo Escolar Vitor Meireles	Sílvio Romero
Araranguá	Grupo Escolar David do Amaral	Raul de A. Pompéia
Laguna	Grupo Escolar Jerônimo Coelho	Pedro II
Blumenau	Escola Particular Pedro II	Rui Barbosa
Joinville	Colégio Santos Anjos	Visconde de Taunay
Florianópolis	Escola Part. Barão do Rio Branco	José de Alencar
São Bento	Colégio Paroquial	Eduardo Prado

FONTE: Relatório da Inspeção Estadual de Nacionalização ao Departamento de Educação, 1939, Fpolis, 1940. APESC.

O Inspetor Trindade mostrou-se atento às atividades desenvolvidas pelas Ligas. Mensalmente percorria as áreas onde eram desenvolvidos esses trabalhos, fazia palestras exaltando o esforço dos componentes da Liga para manter acesa a “chama do espírito nacional, primordial para uma pátria em formação”.

O trabalho das Ligas foi importante, mas não único, porque a assimilação era um trabalho de longo prazo. Segundo Bastide³⁴⁵, numa entrevista concedida aos jornais de São Paulo sobre a política adotada em Santa Catarina, naquele momento:

Não tenho dúvida em afirmar que essa política poderá acabar com a influência política alemã. Está claro que na primeira geração vai haver conflito entre pai e filhos, os pais ainda embebidos de espírito germânico, os filhos assimilados pela terra em que nasceram. E, os filhos acabarão vencendo os pais, sobretudo porque

da Inspeção Estadual de Nacionalização ao Secretário do Interior e Justiça. p. 91. 1939. Florianópolis, 1940. APESC.

³⁴³ Relatório da Inspeção Estadual de Nacionalização ao Secretário do Interior e Justiça e Departamento de Educação sobre o exercício de 1939. p. 94. Florianópolis, 1940. APESC.

³⁴⁴ Idem. p. 94.

³⁴⁵ BASTIDE, Roger. Professor, sociólogo francês, em entrevista a jornais de São Paulo, após fazer uma conferência inaugural do Instituto de Educação em Florianópolis. Os “quistos” raciais em Santa Catarina e o problema de assimilação dos elementos de estirpe germânica. (*Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano III, n.º 4, p. 32, junho de 1943. APESC).

só assim, poderão ser professores, médicos, advogados, engenheiros, juízes, seguir enfim uma carreira na sociedade brasileira.

O pensamento do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do Ensino, João Areão, no que concerne à nacionalização, há muito já vinha afinado com o Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, Luiz Trindade, e com ele trabalhando por essa causa.

Como Trindade, o Inspetor Areão definia a escola como o local onde se prepararam os novos brasileiros dentro do verdadeiro espírito de nacionalidade, com professores orientados para esse fim. Considerava, Areão, que ler, escrever e contar fora outrora a missão da escola, que na verdade formava os semi-analfabetos, elementos estes talvez mais “perniciosos” do que mesmo os completamente ignorantes. A escola teria que ser uma oficina de caracteres adaptáveis ao regime político da sua nacionalidade. Já em outubro de 1934 considerava o espaço escolar como um verdadeiro centro de civismo, bastava para tanto que:

Em lugar de imagens, estejam os vultos dos nossos maiores cujas biografias sejam lembradas nos dias que os santificaram no altar da Pátria. Em lugar das passagens bíblicas esteja a reprodução dos feitos que glorificam a nossa história. Em lugar do pódio esteja a bandeira desdobrada as vistas dos que ali penetram simbolizando a nossa democracia que confraterniza num só elo todos os que aqui trabalham. Em lugar dos dísticos incentivos de fé religiosa estejam as sentenças que convidam o espírito a sondar o âmago da alma brasileira, num ardente desejo de bem amá-la como filhos arrancados das suas entranhas. Em lugar do pároco esteja o professor, missionário da fé cívica, a ler o evangelho pátrio, para a conversão dos tresmalhados da comunhão nacional. Numa aura assim preparado, incensado pelo calor da palavra de quem saiba animar as fibras entorpecidas pela morfina do indiferentismo, teremos levantado, com o suor dos nossos esforços, o altar da Pátria, em cujo sacrário depositamos o ósculo do nosso amor. (AREÃO, 1934, p.25-26).³⁴⁶

Sobre o trabalho que ambos estavam realizando, o Inspetor das Escolas Subvencionadas Areão assim se expressou ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema:

No trabalho conjugado que temos realizado e com os mesmos objetivos é sensível aos olhos dos que vêm acompanhando a evolução operada, o progresso alcançado no importante setor da nacionalização. Porém, o inspetor estava consciente que (...) não podemos dizer que temos chegado ao fim³⁴⁷.

³⁴⁶ AREÃO, João dos Santos. Relatório da Inspeção das Escolas Subvencionadas de Santa Catarina apresentado ao Ministro Gustavo Capanema, outubro de 1934. APESC.

³⁴⁷ AREÃO, João dos Santos. Relatório da Inspeção das Escolas Subvencionadas de Santa Catarina apresentado ao Ministro Capanema referente ao último trimestre de 1939. APESC.

Daí toda a importância que os órgãos governamentais dispensaram ao trabalho desenvolvido por todo o setor público em que estavam inseridos os professores e especialmente os inspetores; porque, segundo Nereu Ramos³⁴⁸,

Assim, nobremente associados, governantes e governados, civis e militares, facilitaremos a própria caminhada, evitando atritos que precisam ser evitados, diluindo dificuldades que seriam de lamentar, removendo embaraços que demonstrariam incompreensão do momento histórico que o Estado Novo definiu e precisou.

³⁴⁸ Nereu Ramos, Interventor Federal de Santa Catarina. Nacionalização do Ensino. Discurso pronunciado em Blumenau no grande banquete de sábado, 28 de maio de 1938. Imprensa Oficial do Estado. BC/UFSC – obras raras.

14 A PARTICIPAÇÃO DOS INSPETORES NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Não basta para bem ensinar, saber quais são as necessidades sociais da hora ou do país, nem mesmo conhecer bem o restrito mundo que se agita diante de vós, seus desejos e paixões, se vos mantiverdes a vós próprios sem dar conta dos prejuízos enraizados no espírito, e das idéias pré-formadas, se não tiverdes criado um espírito bom e atento, prestes a compreender almas, se não tiverdes adquirido hábitos especiais de paciência, de afeição e de desinteresse.
Roger Bastide

Assim, deveria ser educado o educador, no entender de Roger Bastide³⁴⁹. Considerava ainda este professor que, se a função do educador apresentava tantas dificuldades, tantos problemas a resolver, era não somente legítimo que se obtivesse uma educação adequada, com locais apropriados, mas também ter um programa para formá-los conscientes de suas responsabilidades e capazes de bem cumprir a “missão sagrada que se lhes confiou”.

Por isso, no âmbito educacional era tendência dos governos estaduais melhorar o grau de cultura do professorado e afastar do magistério os que não tivessem uma formação profissional. Segundo Carvalho³⁵⁰, “Educar era a aspiração uníssona que se levantava em todos os países. Não bastava, contudo, ensinar: era preciso saber ensinar”.

Para esse tipo de ensino, fazia-se necessária a adoção de métodos transformadores. A Reforma do Ensino de 1935³⁵¹, em Santa Catarina, harmonizando com o momento histórico, inspirou-se, segundo Fiori (1991, p. 121), nas diretrizes traçadas pelo VI Congresso de Educação realizado em Fortaleza, mas também sofreu forte influência dos sistemas de ensino do Distrito Federal, remodelados por Fernando de Azevedo³⁵² em 1928, em que se considerava a necessidade de adoção das novas normas para regerem os

³⁴⁹ BASTIDE, Roger. Educação dos Educadores. Conferência inaugural dos Cursos do Instituto de Educação de Florianópolis em 11 de março de 1943. In: *Estudos Educacionais*, ano III, n.º 4, jun. 1943.

³⁵⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 26.

³⁵¹ Decreto nº 713 de 5 de janeiro de 1935. Interventor Federal Aristiliano Ramos. APESC.

³⁵² Fernando de Azevedo, professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo, nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, MG, em 2 abril de 1894, e faleceu em São Paulo em 18 de setembro de 1974. Foi Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930) e Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933). No Distrito Federal (1926-1930), projetou, defendeu e realizou uma reforma de ensino das mais radicais que se empreenderam no País. Traçou e executou um largo plano de construções escolares, entre as quais as do edifício destinado à antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação. Em 1933, quando Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, promoveu reformas consubstanciadas no Código de Educação. (Disponível em: <www.academia.org.br/cads/14/fernando>. Acesso em: 15 jun. 2004).

institutos destinados à formação do professorado para aplicações de novos métodos de ensino.

A Reforma que instituiu o Departamento de Educação do Estado, em substituição à antiga Diretoria da Instrução, teve seu ponto máximo no assunto concernente à formação dos professores, buscando elevar seu nível cultural e o aperfeiçoamento de suas aptidões pedagógicas.

Na época, Santa Catarina já havia dado dois grandes passos nesse sentido: 1º) cerceou e condicionou o direito de efetivação dos antigos “Professores Provisórios” nomeados até 17 de junho de 1935 (Decreto n.º 26³⁵³, de 17 de junho de 1935); 2º) vetou o ingresso ao magistério dos “Complementaristas”, conforme o Decreto n.º 235³⁵⁴, de 26 de novembro de 1938 – isto porque não se poderia exigir dos complementaristas, pela falta de cultura técnica, um trabalho eficiente e compatível com a educação integral que se almejava para a infância catarinense.

Pela Reforma, a formação do magistério catarinense ficou a cargo dos Institutos de Educação, dois públicos³⁵⁵, o de Florianópolis e o de Lages, além de oito escolas particulares equiparadas às escolas públicas. O seu programa compreendia uma parte propedêutica, ministrada nos cursos normal primário de 3 anos correspondentes à 1ª e 2ª séries do Colégio Pedro II³⁵⁶, do Rio de Janeiro/DF, e normal secundário de 3 anos correspondentes à 3ª, 4ª e 5ª série do referido Colégio, e ainda uma parte vocacional, denominada Escola Normal Superior Vocacional, cursada em dois anos, com o objetivo específico de especializar os magistrandos.

³⁵³ O Decreto n.º 26, de 17 de junho de 1935, estabelece novo exame de suficiência para efeito de efetivação dos professores provisórios. Livro de Decretos, Leis e Resoluções, 1935. APESC.

³⁵⁴ O Decreto-Lei n.º 235, de 26 de novembro de 1938, dispõe sobre o concurso para remoção, ingresso e reversão de professores primários. Livro de Decretos, Leis e Resoluções, 1938. APESC.

³⁵⁵ As instituições habilitadas para procederem à formação dos professores eram os Institutos de Educação públicos – Instituto de Educação de Florianópolis e Instituto de Educação de Lages – oito escolas particulares, equiparadas às escolas públicas: Coração de Jesus de Florianópolis; Colégio Santos Anjos de Porto União; Colégio Aurora de Caçador; Colégio Santos Anjos de Canoinhas; Colégio Sagrada Família de Blumenau; Colégio São José de Tubarão; Ginásio Lagunense de Laguna; e Instituto Bom Jesus de Joinville.

³⁵⁶ Fundado em 1739 para abrigar órfãos, foi convertido em instituto de ensino secundário sob a denominação de Colégio Pedro II, por Decreto de 2 de dezembro de 1837. Com o advento da República, passa a ser chamado de Instituto Nacional, depois Ginásio Nacional, voltando a ser Colégio Pedro II com a Reforma Rivadávia Correia em 1911. Esta instituição de ensino do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, servia de modelo para as instituições públicas do País enquanto o Ministro Gustavo Capanema tentava viabilizar um Plano Nacional de Educação (1ª versão 7/12/1935) como a solução para a falta de orientação e de disciplina existentes na educação brasileira. Apesar de várias tentativas, o ministro não conseguiu aprovar um Plano Nacional de Educação. (BAIA HORTA, José Silvério. *O Hino, O sermão e a Ordem do Dia*. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994).

Junto a cada Instituto de Educação deveria funcionar um jardim de infância, um grupo escolar e uma escola isolada tipo rural, em que seriam ministradas, aos magistrandos, as aulas de prática pedagógica do Curso Vocacional Normal.

Através desse Decreto, observa-se que o Estado já se encontrava preocupado com a questão da padronização do sistema de ensino, ou seja, com sua unidade em qualquer instância dando ênfase à língua vernácula.

Para fechar o ciclo e atender às necessidades da formação e especialização dos magistrandos “elevando-lhes a cultura e aperfeiçoando-lhes a capacidade didática”, os Institutos de Educação abrangiam também a Escola Normal Superior Vocacional, curso que deveria ser realizado em dois anos, segundo o Decreto n.º 713 de 5 de janeiro de 1935.

Ao término do curso da Escola Normal Superior Vocacional, o aluno recebia um diploma de habilitação para o magistério, de preferência nos Grupos Escolares e na Escola Normal Primária (Art. 53º).

Se a questão era manter uma unidade no ensino com vistas à nacionalização, então preparar o professorado para lecionar sem o preenchimento de rigorosas exigências e fiscalização era correr o risco de cair no hábito inicial, ou seja, entregar-se a regência das escolas a professores tecnicamente incapazes.

Em 1939, pelo Decreto-Lei n.º 306³⁵⁷, o Estado reorganiza os Institutos de Educação. No Artigo 32º ficou estabelecido que o ensino do Curso Normal seria intensivo, e, além das aulas teóricas e de práticas pedagógicas, haveria ainda aulas de laboratório, de investigações, de debates de discussões com o fim de estimular, nos alunos, o espírito e o gosto da observação pessoal, bem como o hábito de reflexão e de exposição do pensamento.

O Artigo 33º estipulava que o ensino seria distribuído pelas seguintes disciplinas:

³⁵⁷ O Decreto-Lei n.º 306, de 2 de março de 1939, dispõe sobre os Institutos de Educação do Estado, reorganizando-os. Assinam o Decreto Nereu Ramos, Ivo D’Aquino e Altamiro Guimarães. Livro de Decretos, 1939. APESC.

QUADRONº 18 - DISCIPLINAS DO 1º e 2º ANO DO CURSO NORMAL – 1939

1º GRUPO		2º GRUPO	
1ª secção	Psicologia Educ; Pedagogia	1ª secção	Desenho Pedagógico
2ª secção	Biologia Educacional	2ª secção	Música e Canto Orfeônico
3ª secção	Sociologia Educ., História da Educação	3ª secção	Trabalhos manuais para homens
4ª secção	Metodologia e Prática de Ensino	4ª secção	Trabalhos manuais para mulheres
5ªª secção	Língua literatura e vernáculos	5ª secção	Educação Física para homens
		6ª secção	Educação Física para mulheres

FONTE: Decreto-Lei n.º 306 de 02/03/1939. APESC.

As disciplinas do Curso Normal davam ênfase a uma “revisão, tão profunda quanto possível, dos métodos históricos, ao mesmo tempo, que procuramos firmes e estáveis fundamentos científicos como auxiliares de uma nova educação”³⁵⁸.

A finalidade e a organização dos Institutos de Educação e, por consequência, das escolas equiparadas visavam ministrar o ensino pré-primário (três anos), primário (quatro anos), secundário (ou fundamental cinco anos) e normal (dois anos) para ambos os sexos. Devia-se permitir a observação, a experimentação e a prática de métodos didáticos por parte dos que pretendem exercer o magistério primário.

Como já mencionamos, o Instituto de Educação³⁵⁹ de Florianópolis, com o apoio governamental, na pessoa de seu Secretário do Interior e Justiça, Ivo D’Aquino, procurava dar ao educandário não só os melhores meios educacionais como também maior expansão cultural³⁶⁰.

Na oração pronunciada como paraninfo da turma de professores do Instituto de Educação de Florianópolis, 1941, Fernando de Azevedo lembra que o primeiro colégio fundado pelos jesuítas – o de Nossa Senhora do Desterro – foi o ponto de partida para o desenvolvimento do sistema educacional catarinense.

Foi de fato aquela casa de ensino, de duração efêmera mas uma das mais florescentes do seu tempo, o núcleo inicial para o desenvolvimento que adquiriu o vosso sistema educacional em que hoje figura, ao lado de escolas secundárias e superiores, altamente reputadas, uma das mais importantes instituições

³⁵⁸ Prof. João Roberto Moreira. Revista *Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano II, nov. 1942. p. 8. Idealismo Crítico e Educação. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação. APESC.

³⁵⁹ A organização do Instituto de Educação de Florianópolis encontra-se no Anexo n.º 21.

³⁶⁰ Editorial. *Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano I, n.º 1, ago. 1941. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis. APESC.

destinadas, no país, à educação dos educadores (...) Poderia certamente orgulhar-vos desse esforço constante, para o qual encontrais o apoio e o estímulo generoso do governo do Estado e com que contribuís, num espírito eminentemente nacional, para a continuidade e os progressos da educação do país³⁶¹.

Pelas palavras de Azevedo, o Instituto de Educação dava visibilidade a Santa Catarina quanto à educação dos educadores. Segundo João Roberto Moreira³⁶², Diretor do referido Instituto:

Não podemos pretender que aqui tudo seja perfeito. Mas, dentro desta compreensão da contingência de nossos esforços na solução de problemas práticos, é possível encontrar valor no que foi e está sendo feito. Dentro do Brasil, a posição de Santa Catarina é das mais destacadas, no que diz respeito à educação popular.

A revista “Estudos Educacionais” publicada pelo Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis pretendia reproduzir algumas das aulas dos professores “colocando-as aos olhos dos alunos”, como pontos de referência para estudos. Além disso, oferecia um espaço ao magistrando para expressar o que ouviu e estudou a respeito de algum ponto de vista ou questão que mais lhe interessou.

Segundo seu Diretor, Prof. J. Roberto Moreira³⁶³,

Em cada trabalho publicado, por mais simples que pareça, há uma intenção crítica ou prática a se manifestar. Porém a revista (...) quer inaugurar e incentivar entre nós um verdadeiro espírito universitário, pela aproximação entre alunos e professores, de molde a transformar a escola num ambiente de respeito, cordialidade e auxílio mútuo.

Maior destaque se dava às palestras, entrevistas e conferências de grandes vultos para que os alunos focalizassem nelas os problemas que lhes fossem correlatos e analisassem sob um ponto de vista crítico de outrem o que viviam no cotidiano.

³⁶¹ AZEVEDO, Fernando. *Entre as Angústias do Presente*. Palavras de Fé aos Professores de Amanhã. Oração pronunciada como paraninfo da turma de professores de 1941 do Instituto de Educação de Florianópolis. In: *Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano II, n.º 3, p. 12, nov. 1942. APESC.

³⁶² MOREIRA, João Roberto. Professor, diretor do Instituto de Educação e da revista *Estudos Educacionais*. In: *Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano I, n.º 2, p. 5-6, nov. 1941. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Função da Escola Pública Catarinense.

³⁶³ J. Roberto Moreira, Diretor do Instituto de Educação, falando sobre a 1ª edição da revista *Estudos Educacionais*, n.º 1, uma Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, em agosto de 1941.

O problema crítico vivenciado no cotidiano catarinense, na época, era difundir o projeto de nacionalização nas áreas habitadas pelos imigrantes. O Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis tinha também preocupação com a nacionalização do ensino. Isso fica explícito em matéria publicada na revista “Estudos Educacionais”³⁶⁴ com o título “Causas da Nacionalização da Escola”, escrita pela aluna Edite Menezes D’Aquino.

Ela inicia seu artigo dizendo que “antigamente” o Estado preocupava-se somente com os assuntos que de perto lhe interessavam, desprezando o assunto educacional. E apropriando-se da sociologia diz que, antes, as escolas não visavam educar para a sociedade ou para tornar o indivíduo um cidadão, pois tinham por finalidade somente formar mentalidades religiosas ou transmitir conhecimentos. Continua citando Durkheim:

si não se obrigar a ação pedagógica a se exercer num sentido social, esta se porá ao serviço dos interesses particulares e a grande alma da pátria se dividirá, esfacelando-se numa multidão incoerente de pequenas almas fragmentárias em conflito umas com as outras³⁶⁵.

E apropriando-se de Azevedo diz que “É inegável que o povo brasileiro constitue já, pelas suas tradições e pela sua história, pela religião, e, sobretudo, pela língua, uma nacionalidade de contornos definidos”³⁶⁶.

A aluna Edite M. D’Aquino demonstra no decorrer de seu artigo a adoção desses intelectuais no cotidiano do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis.

Sobre a escola como fator de unidade nacional, assim falou Edite Menezes D’Aquino:

É nela, pelos ensinamentos da geografia e da história pátria, principalmente, que a criança aprende a amar sua pátria, a orgulhar-se de sua grandeza, e da união de seus irmãos, dos fatos da história e de seus heróis. É a escola que une todas as crianças sem distinção de classe o que se não dá em família, onde cada uma incute em seus filhos as idéias de acordo com a classe a que pertence. É a escola ainda que a todas essas crianças incute o mesmo ideal, o mesmo amor à pátria. É ela, portanto, um dos principais fatores da nossa unidade nacional.

³⁶⁴ D’AQUINO, Edite Menezes. Causas da Nacionalização da Escola (De acordo com aulas e indicações da cadeira de Pedagogia). In: *Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano I, n.º 2, p. 30-32, nov. 1941. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis. APESC.

³⁶⁵ Idem. p. 32.

³⁶⁶ Idem. p. 31.

Então as disciplinas que naquele momento davam ênfase à solução desse “problema” eram: a língua vernácula como símbolo de união nacional; o canto orfeônico³⁶⁷ e seu hinário (Hino Nacional, Hino da Independência, Hino da Proclamação da República, Hino à Bandeira) “como disciplinador da vida social, em benefício do país, que cantando e trabalhando devotava-se a pátria”³⁶⁸; a história da pátria, divulgando seus grandes vultos; a geografia, como localização espacial – suas belezas, riquezas como os ciclos da vida econômica (ouro, café, borracha, carnaúba etc.), e o provento da terra através da agricultura etc.

As disciplinas apontadas como fundamentais tinham sua pertinência reforçada pelo fato de que a assimilação dos estrangeiros passaria obrigatoriamente pelo conhecimento delas.

Após fazer sua aula inaugural no Instituto de Educação em Florianópolis, Roger Bastide concedeu entrevistas a jornais de São Paulo falando sobre a sociedade catarinense, a influência germânica e a nacionalização do ensino como solução para o problema dos “enquistamentos”. Dizia ele:

Alemão será sempre alemão enquanto houver enquistamento. Logo, é preciso acabar com os quistos, diluir, distribuir. Mas, para os quistos de formação já antiga, esta redistribuição de pessoas é bem difícil. Daí não haver outra solução possível além da nacionalização do ensino³⁶⁹.

No cômputo geral, a formação inicial dos professores seguia um padrão único estabelecido pelo governo e aplicado pelos Institutos e pelas escolas normais equiparadas a estes. Então a situação dos magistrandos de uma certa forma era mais tranqüila, pois estavam sendo formados através das linhas mestras de um plano elaborado. Digamos que a “massificação do ensino nacional” era hierarquicamente conduzida e assimilada já na formação inicial.

As técnicas da aprendizagem não eram fixas. As condições das modernas técnicas educacionais deveriam também ser repassadas aos professores que já estavam na ativa.

³⁶⁷ Além da execução correta dos hinos oficiais, deveriam ser intensificados o gosto e a apreciação da música elevada e encaminhadas as tendências folclóricas da música popular nacional. Villa-Lobos. In: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 92.

³⁶⁸ Villa-Lobos, conferência em Praga. In: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 90.

³⁶⁹ BASTIDE, Roger. Os quistos Raciais em Santa Catarina e o Problema da assimilação dos elementos de Estirpe germânica. (*Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano III, n.º 4, p. 31, jun. 1943).

Concordando com a evolução do ensino, disse o Diretor do Instituto de Educação, professor J. Roberto Moreira³⁷⁰:

Compreendemos que é preciso progredir e temos progredido, marchando com a segurança possível, solucionando problemas de importância imediata e procurando as melhorias que podemos realizar. Sabemos que a educação é sempre algo de instável, evolutivo e mutável, de processo em transformação constante, razão pela qual a solução de uma época nunca será completa, supondo sempre reformas e readaptação a necessidades que, por sua vez, crescem ou diminuem, permanecem ou se substituem.

Se era consenso a evolução do ensino e suas novas técnicas, então não haveria dúvida quanto à necessidade de atualizar os docentes que estavam em atividade para uma nova visão de mundo, exigência de uma nova ordem política.

Era o momento em que a História da Pátria não era apenas uma disciplina, mas um instrumento de educação cívica. Pois, não se poderia amar o que não se conhecia. Através do conhecimento dos fatos e das instituições nacionais é que se poderia, conscientemente, amar a Pátria. O momento exigia que o espírito da juventude brasileira (catarinense) fosse preparado, porque, segundo o professor Fernandes³⁷¹,

Antes de ir à Caserna, preparar-se para defender a Pátria, passa cada brasileiro pela Escola, onde deve aprender a amá-la e a compreendê-la. (...) A liberdade de pensamento não pode ser concedida a ninguém para que dela se aproveite em detrimento da Nação, menosprezando ou diminuindo a grandeza moral dos seus heróis e das suas instituições.

Todas essas movimentações de reformas do ensino eram acompanhadas palmo a palmo pelos Inspectores Escolares Federal e Estaduais, figuras centrais neste almejado processo de assimilação dos estrangeiros. Neles repousava o poder da ação, ou seja, a aplicação e fiscalização do cumprimento das leis estabelecidas.

Os Inspectores cuidavam da parte burocrática com a eficiência esperada, mais que isto, verificavam *in loco* o trabalho realizado pelos professores. Mas, eram também fonte de novos conhecimentos a serem transmitidos aos professores para atualizá-los e orientá-

³⁷⁰ MOREIRA, J. Roberto. Diretor do Instituto de Educação, escreve o editorial da revista *Estudos Educacionais* sob o título: *Função da Escola Pública Catarinense*. In: *Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano I, n.º 2, p. 7, nov. de 1941. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação.

³⁷¹ FERNANDES, Odilon. Professor Catedrático de História da Civilização do Instituto de Educação de Florianópolis. In: *Estudos Educacionais*, Florianópolis, ano I, n.º 2, p. 41, nov. de 1941.

los “para a marcha resoluta de uma política nacional de educação”, como disse Fernando de Azevedo³⁷².

Segundo o Ministro da Educação, Gustavo Capanema³⁷³, “A educação não pode ser neutra no mundo moderno. E também no Brasil, já ameaçado pelas tempestades do tempo presente, a educação teria que se colocar decisivamente ao serviço da Nação”.

Mais do que ninguém, os inspetores estavam conscientes dessa política estatuída pelo novo regime, em que a palavra “nacionalizar” era quase um “dogma”, e ensinar aos professores essa nova “religião” era parte de seus atributos.

A participação dos Inspectores ficava visível na formação dos professores, pois sua atuação contribuía indiretamente com a formação inicial dos professores e diretamente com a sua formação continuada. Dizemos indiretamente com a formação inicial porque seus relatos demonstravam que a demanda social pela educação crescia cada vez mais. Isso resultou no fortalecimento pela expansão do ensino do seu aparelhamento escolar (com mais escolas formativas) e conseqüentemente na necessidade de um número maior de professores. “(...) substituindo os professores políticos por elementos formados, especializados, novos com capacidade de trabalho, produtividade medida de instante a instante, e, sobretudo, cômicos das responsabilidades que se lhes outorgavam”³⁷⁴.

E dizemos diretamente porque a formação continuada dos professores decorria, quase que exclusivamente, das palestras e dos cursos ministrados pelos inspetores na Capital e em zonas rurais³⁷⁵.

E convém lembrar que a formação dos professores, quer inicial (formal), quer continuada (informal), empregnadas pelos ritos e símbolos nacionalistas, pretendia construir uma fecunda consciência patriótica para que essas características de formação se refletissem na ação ou prática profissional desses docentes.

Para auxiliar os professores a dar representatividade ao Estado frente aos alunos, em suas andanças, o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, elaborou uma coleção de gráficos. Dessa forma, deu ao professorado um meio fácil de

³⁷² AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963.

³⁷³ CAPANEMA, Gustavo. Panorama da Educação Nacional. Discurso no Rio de Janeiro. In: BAIA HORTA, José Silvério. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia*. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 166.

³⁷⁴ Reportagem “Abrir Escolas” sobre os feitos do Interventor Nereu Ramos, do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em 28-11-1942. Transcrito no DOESC, n.º 2395, ano IX, 7 dez. 1942.

³⁷⁵ O Decreto-Lei Federal n.º 3.010, de 20 de agosto de 1938, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 406, de 4 de maio de 1938, em seu Artigo 275, diz: “Para os efeitos deste regulamento é considerada zona rural toda

incutir nas crianças os conhecimentos necessários ao seu integral desenvolvimento, principalmente quanto às possibilidades econômicas do Estado no tocante a comércio, indústria, produção e exportação. Na verdade, essa foi a maneira que encontrou para que, também, os professores conhecessem, em resumo, um dos principais fatores de progresso desse espaço do Brasil.

Um outro fator de fundamental importância foi também explorado pelo Inspetor Areão, o compromisso de orientar o ensino da música nos grupos escolares. Pretendia ele ensinar aos professores como fazer com que as bocas infantis vocalizassem as impressões de sua alma, moldando-as dentro do mais elevado espírito de civismo.

Desde a Reforma de Francisco Campos, em 1931, que o canto orfeônico era matéria obrigatória do currículo do ensino. Aparecia não só pela utilidade da música, mas como uma força de persuasão dos sentimentos patrióticos do povo³⁷⁶. De acordo com o legalmente estabelecido, o programa da disciplina “Canto Orfeônico” era formado por hinos e canções patrióticas destinadas a “inspirar o amor e orgulho pelo Brasil, forte e pacífico”³⁷⁷.

O fortalecimento desse sentimento cívico surgia em uníssono com a idéia de aperfeiçoamento físico, moral e intelectual de uma raça empreendedora.

Dos hinos patrióticos, destacamos o Hino Nacional, que deveria ser ensinado principalmente sob o ponto de vista cívico, o Hino da Independência, o Hino da Proclamação da República, o Hino à Bandeira Nacional, além de músicas que exaltassem a Pátria como: “Exaltação”, “Deus Salve a América”, “Juventude Brasileira”, “Cancioneiro Naval”, “Brasil Amado”, “Devemos Estudar” etc.

Por isso, ninguém contestava o valor educativo do canto. Integrado aos programas das escolas, procurava o canto formar cidadãos mais completos. Então, como fator de

porção do território nacional não compreendida nos limites do Distrito Federal, das capitais dos Estados e dos portos de entradas de estrangeiros”. APESC.

³⁷⁶ Várias canções foram compostas na época com temas de exaltação à pátria, de estímulo à juventude. Uma delas de autor por nós desconhecido, retirado da caderneta da professora Nívea Cunha Bacha, diz o seguinte: “Meu Brasil repleto de belezas mil; És meu país idolatrado; Teu lindo e vasto céu da cor do anil é invejado; Enquanto tenho na recordação, Teu heroísmo do passado, Hei de guardar-te no meu coração. Oh! Meu Brasil amado! Eu hei de defender, Teu nome varonil, O meu desejo é morrer, Pelo meu Brasil”. Além deste hino, temos ainda “Deus salve a América”, “Juventude Brasileira”; “Hino ao Brasil”; “Cancioneiro Naval”; “Saudação à Bandeira”; “Devemos Estudar”; “Exaltação”; “Hino Esportivo”; “Terra Virgem”; “Terra Natal”; “Rufai Tambor”; “Brasil Unido”; “Patriotismo de vovó”; “Na guerra”; “Brisa Nacional”; “Entre Palmas”; etc.

³⁷⁷ BAÍA HORTA, em seu livro *O Hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, no Capítulo Educação Moral e Cívica, discorre longamente sobre o assunto.

nacionalização, o canto orfeônico viria a preencher uma “falha existente no ensino especialmente nos meios influenciados pelo espírito de germanidade”. (AREÃO, 1939).

Assim sendo, com o canto orfeônico os professores ensinariam as crianças a entoarem as canções regionais, buscando em cada motivo realçar trechos da nossa história e tradições, “que nunca penetrariam, segundo o Inspetor Areão, os umbrais da escola se não tivesse o canto como veículo”³⁷⁸.

Em suas recomendações o Inspetor Areão mostrava ao professor que deveria proporcionar à criança um ambiente alegre para que ela vibrasse nas ocasiões em que se destacassem as coisas cívicas, mas tudo isso sem se esquecer de cuidar com desvelo da língua vernácula.

Outra observação importante feita pelos inspetores aos diretores responsáveis pelas escolas e aos professores era sobre a exigência do Departamento de Educação quanto à disposição dos retratos das autoridades. Os retratos deveriam ficar em lugar de destaque, sempre bem visíveis. Isso porque o culto à imagem do “Chefe da Nação” foi estabelecido, e por esse motivo uma cerimônia especial chamada “Inauguração do Retrato”³⁷⁹ era considerada como parte da formação patriótica.

O Inspetor Areão organizou uma série de lições das observações colhidas durante suas práticas pedagógicas que seriam repassadas aos professores como aula-modelo³⁸⁰.

A parte, por exemplo, referente ao ensino do canto às primeiras classes para alunos de oito anos de idade seria encaminhada por meio de historietas bem fáceis, com melodias adequadas e sempre que possível dramatizadas.

Aos mais velhos deveria ser ensinado de uma outra maneira o canto. O professor deveria iniciar com músicas que se referissem aos assuntos a seguir coletados por Areão³⁸¹.

O que se pode cantar como História:

A nossa raça amálgama de três raças é a resultante do índio, que cantou, insuflado pelo espírito de Anchieta, as primeiras melodias evocadoras do sertão bravio, das cascatas marulhantes, do bramir dos tacapes, do quebrar das ondas, do trinar dos pássaros, do ribombar dos trovões, da palidez da lua, do negro que chorou até a morte, com lágrimas de sangue, a saudade da mãe que ficou doutro lado do Atlântico, da pátria que nunca mais veria, dos açoites que lhe crestaram o lombo, das injúrias que recebera, do tronco que lhe aprisionara (...), do europeu

³⁷⁸ AREÃO, João dos Santos. Relatório do 1º trimestre de 1939 ao Ministro Capanema sobre como os professores deveriam dar uma aula de canto orfeônico. APESC.

³⁷⁹ FIORI, Neide. Clube Agrícola em Santa Catarina, ruralismo e nacionalismo na escola. In: DAROS, Maria das Dores; ZAGO, Nadir (Org.). Sociologia e Educação Perspectiva. *Revista do CED*, p. 249, 2002. Sobre o assunto ver também D’Araujo, obra citada.

³⁸⁰ Os inspetores, quando em visita às Escolas ou nas Semanas Educativas, ministravam aulas-modelos que deveriam ser seguidas à risca pelos professores.

³⁸¹ AREÃO, João dos Santos. Relatório do 2º trimestre de 1939 ao Ministro Capanema sobre o ensino do canto. 15/07/1939. APESC.

condenado e do europeu civilizado; um a curtir o castigo, premido pelo rigor da lei (...) o outro a decantar a aventura de seus feitos gloriosos das façanhas que lhe dariam renome e poderio. A nossa música mesclada como ainda é, representa o halo das nossas florestas, a saudade do africano e o esplendor português.

Como disse anteriormente, eram os inspetores os responsáveis pela formação continuada dos professores, além das aulas-modelo que invariavelmente demonstravam nas escolas, promoviam ainda junto com o Departamento de Educação as Semanas Pedagógicas ou Semanas Educativas e também as Semanas Ruralistas.

As Semanas Educativas eram previamente programadas para que todos os professores da região contemplada participassem. Foram realizadas várias dessas semanas em regiões diversas com o intuito de socializar com os professores o espírito da educação nova, além de outras exigências quanto ao momento político.

Em 1936 a Semana Educativa³⁸² de Blumenau, iniciada a 13 de julho, contou com a presença de 107 professores. Os trabalhos se dividiram em duas partes: a primeira era realizada no Grupo Escolar Luiz Delfino, constando de aulas e palestras pedagógicas para os professores; a segunda realizava-se no salão do Clube Náutico América e consistia de palestras educativas e número de arte, com a colaboração do professorado. Essas sessões eram irradiadas pela PRC 4, Rádio Cultura de Blumenau, que prestou o seu concurso a todos os trabalhos ali efetivados.

A importância das Semanas Educativas era demonstrada pelo número de autoridades locais presentes na abertura dos trabalhos. Em contrapartida, o plantel de palestrantes, na maioria Inspetores, tinha a sua relevância no Estado. Professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, Professor Barreiros Filho, Professor João dos Santos Areão, Professor Antônio Lúcio, Professor Celso Rila, todos grandes nomes da educação catarinense.

Os assuntos a serem tratados eram a escola ativa, as diretrizes nacionalistas à língua vernácula, o ensino da leitura, a nacionalização do ensino, a educação moral e cívica, a escrituração escolar, as bibliotecas e os caixas escolares, os clubes agrícolas, a ginástica e o canto nas escolas etc.

Nessas semanas havia a possibilidade, também, para o Diretor do Departamento de Educação mostrar aos professores a utilidade e a importância da Estatística Educacional e dar-lhes uma orientação segura dos objetivos do Estado.

³⁸² O Programa da Semana Educativa de Blumenau encontra-se na íntegra Anexo n.º 20. (*Revista de Educação*, ano I, n.º 4 e n.º 5, p. 28-30, jul.-out. 1936).

A parte social da semana era amplamente divulgada pela rádio, um verdadeiro sarau cultural realizado pelo professorado, pelos palestrantes e convidados.

A semana educativa de Blumenau foi considerada muito útil pelos professores, pois, segundo o relator da ata que não se identificou:

Julgamos muito úteis essas reuniões. Sobre resolver dezenas de pequenos casos peculiares a cada zona ou localidade, estabelece-se um contato mais íntimo entre o professorado, advindo daí novos conhecimentos que a experiência nos indica e há o estímulo para o desenvolvimento de atividades nas instituições escolares³⁸³.

As trocas de experiências e os novos aprendizados representavam para os professores a importância dos conhecimentos sobre a escola moderna, laboratório oportuno à iniciativa e à atividade do aluno, em que o mestre deveria sugerir, orientar e coordenar com solicitude e afeto as tendências das crianças.

Além dessa atividade, existia ainda a Semana Ruralista, era a reunião dos representantes dos Clubes Agrícolas.

O Clube Agícola era um trabalho desenvolvido nas escolas no Brasil inteiro, tendo como patrono Alberto Torres³⁸⁴. Qual era a contribuição que esses Clubes Agrícolas forneciam à educação nas zonas rurais? Segundo o Inspetor Areão³⁸⁵,

1. a socialização das crianças;
2. a globalização do ensino: a) geometria; b) aritmética; c) escrituração mercantil; d) geologia; e) botânica; f) zoologia; g) educação física; h) linguagem; i) conhecimentos agrícolas.

Ainda, segundo Areão, de todas as disciplinas a que mais tinha a lucrar com os Clubes Agrícolas era sem dúvida a linguagem oral, porque, através dos novos termos, as

³⁸³ O programa da Semana Educativa de Blumenau de 13 a 18 de julho de 1936, com o comentário final ao qual nos referimos, está inserido na *Revista Educação*, uma publicação do Departamento de Educação, n.º 4 e n.º 5, p. 28-30, jul.-out. 1936. APESC.

³⁸⁴ TORRES, Alberto. Magistrado, Deputado Estadual, Federal pelo Rio de Janeiro, Ministro da Justiça do presidente Prudente de Morais. Presidente do Estado do Rio de Janeiro de 1898 a 1901, foi um dos expoentes do pensamento ruralista brasileiro. Concebia o Brasil como um país de natureza essencialmente agrária, opondo-se a qualquer veleidade industrialista. Nacionalista, defendia o fortalecimento do Executivo, convocando os intelectuais a participarem da organização da sociedade. A nação deveria organizar-se como corpo social e econômico, não podendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do País. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias>. Acesso em: jul. 2004).

³⁸⁵ Tese de Areão a ser apresentada aos congressistas-membros da Semana Ruralista em Pernambuco (março de 1936) com o título: “Os Clubes Agrícolas Escolares e a Educação Rural”. (*Revista da Educação*. Florianópolis, ano I, p.2-7, jan./ fev. 1936). APESC.

crianças enriqueciam o seu vocabulário, especialmente nas zonas rurais, onde servia como meio nacionalizador, pois as crianças estavam treinando constantemente a língua portuguesa. Poderiam utilizar para leitura livros, folhetos, almanaques e revistas agrícolas. Depois, todos os pontos de interesse seriam discutidos e criticados.

Havia ainda a organização de exposições, de palestras entre os sócios do Clube em que a família era incluída. Servia como uma preocupação em tornar nacionais os habitantes estrangeiros em nosso País, unificando-os através da língua, cultura e tradição.

Também na linguagem escrita o professor teria a oportunidade de exercitar as crianças para uma completa educação, ensinando a redigir cartas, requerimentos, atas, ofícios, recibos etc.

Com o auxílio dos professores, foi criado em Garcia, distrito de Blumenau, na escola estadual, um Clube Agrícola que se tornou um centro pedagógico³⁸⁶.

Em pouco mais de um ano o clube desenvolveu mais de 26 trabalhos diferentes: plantio de um pomar com 110 árvores frutíferas; orquidário; apiário; amoreiral com 750 árvores; bosque com árvores exóticas; 290 canteiros de flores e hortaliças; plantas medicinais etc. Organizou ainda a biblioteca do Clube, uma galeria de grandes vultos brasileiros etc.

O Clube Agrícola de Garcia realmente passou a ser um ponto de referência como centro nacionalizador e, portanto, de visitação dos professores, como aconteceu na Semana Educativa de Blumenau.

Todo esse trabalho era desenvolvido sob a rígida supervisão do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, do Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, e também com o auxílio de seus colegas Inspetores Estaduais.

Nas reuniões pedagógicas, o professor era orientado a tirar o melhor proveito de cada um dos itens a serem desenvolvidos nos clubes para incutir nos alunos, especialmente naqueles de origem estrangeira, o amor à Pátria, fazendo-os compreender as belezas da nossa terra e da nossa língua.

Os Inspetores mostravam aos professores que envolver o aluno, a família e a comunidade nesse projeto tinha a sua importância porque a ideologia nacional pressupunha

³⁸⁶ O Clube Agrícola da Escola Estadual de Garcia tornou-se um centro pedagógico através da Portaria n.º 16 emitida pela Prefeitura de Blumenau em 8/6/1936, assinada pelo prefeito Alberto Steim. (DE PAULA, Raul. Um Clube Agrícola atuando como centro nacionalizador em Santa Catarina. *Revista de Educação*, Florianópolis, ano I, n.º 4 e n.º 5, p. 25, jul.-out. 1936).

a ligação ao Estado não apenas através do comportamento exterior, mas também daquilo que constitui o sentimento íntimo da personalidade e da afinidade básica do grupo.

Mas, para que o trabalho proposto pelos inspetores surtisse o desejado efeito nacionalizador, o educador deveria agir segundo o Inspetor Escolar Antônio Lúcio³⁸⁷:

O educador deve se interessar pela sua missão e conhecer o meio onde exerce a sua atividade. É sabido o desvelo e o amor que o colono dedica à educação de seus descendentes. Já aqui em zona colonial e verifiquei que o colono atendia sistematicamente a todo apelo do professor. O principal é captar-lhe a confiança. É necessário que o colono sinta que a escola que seu filho freqüenta visa o seu melhoramento, o seu bem estar, que o mestre é amigo de seu filho, que está perfeitamente identificado no seu meio na sua sociedade, que compartilha de seus prazeres bem como de seus triunfos; então posso afirmar, sem nenhum receio de contestação que o professor ali é um soberano.

Portanto, cabia ao professor completar a obra proposta pelo despertar desta nova era, lembrando sempre que era “um sacerdote, o desbravador, o animador, o eixo em torno do qual gira a vida social do rincão em que atua” (ANTÔNIO LÚCIO).

Em síntese, o professor tinha uma difícil “missão” a ser cumprida. Mas, o que seria um “professor”? A saudação que o Inspetor Mosimann³⁸⁸ fez aos professores em artigo publicado pela *Revista de Educação* será explicativa para esta definição:

Professor amigo! Aquilatas a tarefa, quase sobre humana, que a sociedade te impõe, a troca de minguada remuneração? Compreendes que tu, que és, muitas vezes, apenas tolerado na sociedade, és direto responsável pelo mais humilde dos teus alunos, visto como te cabe a honrosíssima incumbência de fornecer à Pátria os homens de amanhã? Não estás convicto, de que apesar de humilde, pobre, esquecido ou talvez perseguido por aqueles que teriam motivos para se mostrarem gratos, vens exercendo um sacerdócio de desinteresse e sublime abnegação, sem a qual não poderias cumprir a tua árdua tarefa? (...) Seja a tua divisa: Vencer sem perigo é triunfar sem glória, pois a tua vida é, e deve ser, uma epopéia de heroísmo moral, heroísmo que não se perpetua em estátuas. Se compreendes tudo isso (...) se de teu ânimo se apodera nunca o desespero, em face dos mil obstáculos que encontras na luta contra o mal (...) então congratulo-me contigo porque não és apenas professor, és mestre na arte de educar e mestre na arte de viver. E, os mestres vencem; tarde às vezes, mas vencem sempre.

Professor é um sacerdote, um desbravador, uma epopéia de heroísmo moral, essas palavras reforçam a necessidade da Nação de alocar os professores como “instrumento”

³⁸⁷ Inspetor Estadual Antônio Lúcio. Instituições Sociais - Trecho de um relatório. *Revista de Educação*, Florianópolis, ano I, n.º 4 e n.º 5, jul.-out. 1936.

³⁸⁸ MOSIMANN, Adriano. Professor e Inspetor Escolar Estadual. A missão do professorado primário. *Revista de Educação*, Florianópolis, ano I, n.º 4 e n.º 5, p. 2-10, jul.-out. 1936. APESC.

mais indicado para criar e manter a lealdade às coisas nacionais através do sistema de ensino.

E segundo Foucault³⁸⁹:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?

Dessa maneira, as palavras de inspetores e professores constituíram-se nos indicadores das transformações sociais propostas pelo Estado.

³⁸⁹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000. p. 44-45.

15 PROFESSORES E INSPETORES – REGÊNCIA E INSPEÇÃO – GERANDO EXONERAÇÃO

Essa profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira de compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser.
Nóvoa³⁹⁰

A amorfia imputada às massas e a rebeldia da população estrangeira deveriam ser moldadas pelas mãos dos professores, evidenciando a vontade governamental proprietária de um projeto de nacionalização que se expressava através do poder, da dominação e do controle da inspetoria, se bem que desenvolvido *a priori* num pré-guerra e *a posteriori* em estado de beligerância.

Por isso, em tempos de mordação, se não defendessem os profissionais da educação, a unidade cultural, a unidade de espírito apropriada para a pregação da nacionalidade, recairiam sobre eles as mais pesadas denúncias. Seriam eles inimigos da Pátria, propagador da desnacionalização, às vezes traidor ou acobertador, e outras tantas “qualidades”.

Os professores estrangeiros e seus descendentes que haviam optado pela profissão eram erradicados em definitivo do magistério. Os professores brasileiros sem nenhuma ascendência européia, mas simpatizantes dos “de origem”, eram também erradicados em definitivo da profissão, tal era a rigidez com que se tratava a construção da nacionalidade.

Citando como exemplo o professor Nicolau Artur Werlang, da escola municipal de Linha Cotovelo (Chapecó), que, segundo a Resolução n.º 9.920³⁹¹, “não praticava no seu lar a língua nacional, pois tinha matriculada na escola que regia uma filha sua, que não falava e nem compreendia o português, mesmo sendo ambos nascidos no Brasil”.

Segundo a referida Resolução, esse fato revelava “desprezo pelos sentimentos nacionais”, por isso o professor não estava à altura de educar crianças brasileiras, sendo então exonerado.

Uma das mais importantes figuras, se não a mais importante neste processo, era o Inspetor Escolar Federal e/ou Estadual. A obtenção de um cargo de inspetoria representava, para o professor (sexo masculino), um passo deveras importante para a

³⁹⁰ NÓVOA, Antônio. *Vidas de Professores*. Portugal: Porto Editora, 1992. p. 9.

ascensão social. No trabalho, suas atitudes e julgamentos eram valorados, respeitados e levados em consideração. Sua figura era requisitada para todos os acontecimentos sociais relevantes das comunidades, como demonstração de força e influência política.

No momento em que o País se volta para a questão nacionalizadora, os inspetores consideravam que era mister que eles próprios empregassem todos os esforços para tornar mais profícua essa campanha. Assim falou o Inspetor das Escolas Subvencionadas pela União, João dos Santos Areão: “Se bem que entregue em sua maior parte as forças armadas não descuramos todavia, em emprestar tudo que possuímos em auxílio dessa obra de máxima importância para a nossa Pátria”³⁹².

O Inspetor Areão fez alusão às Forças Armadas porque o Exército tinha o seu Inspetor Militar³⁹³ para fiscalizar os “trabalhos de nacionalização”.

O Ministério do Exército³⁹⁴, através da 5ª Região Militar (responsável pelo Paraná e por Santa Catarina), com sede na cidade de Curitiba, recolhia as denúncias, investigava e enquadrava os professores, mostrando que a escolarização era um problema de segurança nacional. Subordinados à 5ª Região Militar estavam o 32º Batalhão de Caçadores em Blumenau, o 13º Batalhão de Caçadores em Joinville e o 14º Batalhão de Caçadores em Florianópolis, além dos Batalhões de Infantaria, Batalhões Rodoviários (vigilância das estradas) e os Tiro-de-Guerra³⁹⁵.

Os inspetores das várias circunscrições faziam também “diligências” com os delegados de polícia para apurarem denúncias, consideradas transgressões à segurança nacional.

Exemplo disso está na exposição de motivos do Decreto n.º 2320³⁹⁶, em que o Interventor Federal em exercício Altamiro Guimarães, no uso de suas atribuições, considera de extrema relevância as denúncias de que o delegado de polícia e o inspetor

³⁹¹ Resolução n.º 9920, de 18/03/1941- DO. n.º 1.977, de 21/03/1941. APESC.

³⁹² Relatório do 2º trimestre de 1939 da Inspetoria Federal da Nacionalização ao Ministro Capanema em 15/07/1939. APESC.

³⁹³ Inspetor Militar. Ofício do General Manoel Rebello da 5ª Região Militar de Curitiba do Ministério do Exército a Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina em 11/07/1939. APESC.

³⁹⁴ Em janeiro de 1938, o tema da nacionalização era matéria de ofício reservado do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. O conteúdo do ofício versava sobre os perigos que a presença de núcleos estrangeiros organizados traziam à segurança nacional. Repassou ainda a preocupação contida no ofício recebido da 5ª Região Militar (sede em Curitiba-PR). Neste se constatava a dificuldade de assimilação alemã devido à fecunda consciência patriótica que o grupo preservava, processo que era transmitido às gerações seguintes. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 142.

³⁹⁵ FAVERI, 2002, p. 63.

³⁹⁶ Decreto n.º 2320, de 20 de maio de 1942. Florianópolis. Livro de Decretos, Leis e Resoluções, 1942. APESC.

escolar da 3ª circunscrição fizeram Curso Primário clandestino em São Luiz, município de Caçador.

A manutenção, no território nacional, do referido estabelecimento revela que os seus professores, padres Antônio Lazzari, José Beti, Novarino Brusco e Albino Doná, são elementos nocivos à segurança nacional, não se lhes podendo, portanto, confiar a educação da juventude.

Segundo o Decreto, a autoridade policial deveria proceder à apreensão do material escolar existente no curso, e aos infratores seriam aplicadas as penalidades previstas em lei.

Em 1938, diante de ambos os dispositivos, quer do Decreto-Lei Estadual n.º 88 de 31 de março de 1938, quer do Decreto Federal n.º 406 de 4 de maio do mesmo ano, os inspetores sentiram-se fortalecidos e consideraram-se “a cavaleiro para agirmos com a mais absoluta segurança”³⁹⁷.

O caso do Professor Roberto João Tenfen da escola de São Maurício, Travessão Alto, município de Tubarão, realmente mostra como após a instituição da nova lei os inspetores modificaram sua atuação.

Nos Termos de Visita que o Inspetor das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, efetuou em 17 de dezembro de 1937, a inspeção só obteve elogios, as recomendações por ele deixadas referiam-se à correção do *sotaque* dos alunos estrangeiros. Até outubro de 1940 nada constava de desabonador quanto à pessoa do professor Roberto Tenfen, porém em 24 novembro daquele ano o Termo de Visita, assinado pelo Inspetor Luiz Trindade, tinha outra conotação. O professor já não satisfazia as exigências nacionalizadoras. Era recomendado ao Prefeito de Tubarão que Tenfen fosse removido para “meios genuinamente nacionais”, isto porque o referido professor era pessoa bem relacionada com o meio e não poderia descontentar a muitos. Querendo dizer com isso que o professor admitia o uso da língua estrangeira na escola. A remoção do professor causou indignação dos pais dos alunos.

Essa “contenda” termina no Tribunal de Segurança Nacional em 1942 com um processo de crime recheado de acusações das quais destacamos:

³⁹⁷ Relatório do Superintendente Geral do Ensino ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça referente a 1939, em 28 de maio de 1940.

nazista exaltado, e que declara na presença de pessoas que não lutaria contra o sangue alemão, praticando, portanto, sabotagem moral, um anti-brasileiro, elemento pernicioso que faz propaganda à causa nazista e concorre para a desintegração do sentimento de brasilidade nas pessoas que consigo mantém relações, pois, residindo no seio de um agrupamento alemão, mais perigosa é sua presença³⁹⁸.

Esse caso foi um entre muitos que demonstram o recrudescimento da ação dos inspetores durante o Estado Novo. Outros professores que também terminaram enquadrados na lei de segurança nacional têm seus nomes constando do Decreto n.º 1.305³⁹⁹ de 2 de fevereiro de 1942.

Em virtude de representação feita pela Inspeção de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino à Secretaria do Interior e Justiça, foram apurados fatos em inquérito aberto na Delegacia de Ordem Política e Social. Pelos fatos “apurados no referido inquérito e **confessado** pelos próprios indiciados”, Hermann Muller Hering (de nacionalidade alemã), presidente da Comunidade Evangélica de Blumenau, cedeu o prédio de sua propriedade para a instalação de um internato naquela cidade, onde seriam recebidos menores de 14 anos, brasileiros, aos quais eram ministradas, “clandestinamente”, aulas em língua alemã por professores estrangeiros.

O diretor, pastor Cristoff Knapper, que também leciona, tinha como auxiliar sua irmã Maria Knapper, ambos de nacionalidade alemã, e Henrique Martins (ou Martius), de nacionalidade russa.

Então, através dos relatórios efetuados pelos Inspetores para a Secretaria de Interior e Justiça, durante o governo autoritário (Estado Novo), as denúncias contra os professores foram muitas, e também contra os pastores, que “germanizavam os alunos e eram incriminados”. Portanto, o Departamento de Ordem Política e Social instaurou um inquérito policial indiciando o presidente da Comunidade Evangélica, Hermann Muller Hering, e arrolando ainda neste processo crime os professores Henrique Martins (ou Martius), Maria Knapper e Cristoph Knapper⁴⁰⁰.

Além disso, a Secretaria do Interior e Justiça aplicou as multas previstas em lei aos arrolados no processo crime e, também, aos pais e aos representantes legais dos menores

³⁹⁸ Estas acusações incluídas nos Termos de Visita fazem parte do Processo crime n.º 2.227 – Roberto João Tefen (Apelação 1.155). Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. O professor foi absolvido por falta de provas em 5 de novembro de 1942. In: FAVERI, 2002, p. 84.

³⁹⁹ Decreto n.º 1.305 do Livro de Decretos, Leis e Resoluções de 1942. APESC. E também em: D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino. Aspectos Políticos*. Florianópolis: IOESC, 1942. p. 133.

internados no referido internato, ficando todos sujeitos ao que estava disposto no Art. 17⁴⁰¹, do Decreto-Lei n.º 301 de 24 de fevereiro de 1939.

O arquivamento do processo contra os acusados foi requerido ao Tribunal de Segurança Nacional no dia 10 de abril de 1942. Faveri⁴⁰² considera que o arquivamento se deu, provavelmente, pela rede de relações de Hermann Hering. Pois, em 6 de abril daquele ano, Nereu Ramos recebeu carta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitando que o Interventor intercedesse junto ao Tribunal de Segurança Nacional em favor do requerente, porque “a onda totalitária sempre encontrou no Senhor Hering um dique resistente e intransponível de vez que ele foi e é adversário intransigente dessa infiltração nefasta”. A carta finaliza agradecendo ao caro interventor e amigo pelo apreço do caso sobre a Comunidade Evangélica de Blumenau.

Em outra “diligência” realizada (Decreto n.º 2.756 de 11/09/1942)⁴⁰³ ficou apurado que Jacó Arns, regente da escola particular de Forquilha, no município de Criciúma, não só burlava as leis de nacionalização de ensino como exercia atividades prejudiciais à segurança nacional, sendo por esse motivo detido.

O Decreto expõe a detenção do professor Jacó Arns, do responsável Gabriel Arns, o fechamento definitivo da referida escola com a apreensão do material escolar existente no curso. Além disso, seriam aplicadas pela Secretaria da Justiça, Educação e Saúde as penalidades previstas em lei aos responsáveis pela instalação e pelo funcionamento da escola interditada, sem prejuízo do procedimento criminal (Decreto n.º 2.756).

Como estamos constatando, a educação era monitorada pelo Estado, civil e militarmente. Segundo Fagundes⁴⁰⁴,

Bem, na proporção que iam se desenvolvendo os acontecimentos a polícia começou a investigar, não é, a atividade de espionagem em Joinville e o batalhão

⁴⁰⁰ Decreto n.º 1.305, de 2/2/1942.

⁴⁰¹ Art. 17 (Decreto-Lei n.º 301). As pessoas multadas por infração a este Decreto-Lei ou às leis de nacionalização de ensino não poderão extrair quaisquer licenças ou certidões negativas e obter atestados de repartições estaduais ou municipais, adquirir estampilhas de vendas e consignações, tomar parte em concorrência pública ou administrativa, vender ou celebrar qualquer outro contrato com o Estado ou Município ou destes receber dinheiro a qualquer título ainda que por vencimentos enquanto não pagarem ou não depositarem o valor da multa.. Livro de Decreto, Leis e Resoluções. 1939. APESC.

⁴⁰² 2002, p. 86.

⁴⁰³ Diário Oficial n.º 2.338, de 11 de setembro de 1942. APESC.

⁴⁰⁴ Em entrevista concedida a Edmundo Vignini, *O Jornalismo em Joinville*, o senhor Raul de Oliveira Fagundes, que trabalhou no jornal “Notícia” daquela cidade durante a II Guerra Mundial, falou sobre os “diretores” (Inspetor das Escolas Subvencionadas pela União e Inspetor Estadual) Orestes Guimarães e Germano Timm e sobre o ensino que era: “autoritário, um sistema rígido de ensino, sabe, inclusive com violência” (Laboratório de História Oral (LHO), UFSC. REG 096. 24/07/1978).

(14º BC - Batalhão de Caçadores) aí entrou em atividade e prendeu muita gente suspeita, não é? Estes indivíduos suspeitos foram encarcerados no antigo Asilo, no antigo Hospício, nos fundos do cemitério.

Mas, quanto aos inspetores, em específico, além de delatar ou denunciar estes, tinham também a função de “doutrinar” os professores com os seus discursos a respeito da assimilação. Segundo Foucault⁴⁰⁵, “A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros”.

A doutrina pregada pelos inspetores nas escolas era justamente essa: unir, amalgamar, através da assimilação, os estrangeiros ao povo brasileiro, proibindo aos primeiros o direito a seus sentimentos naturais, ou seja, sua língua, sua cultura, suas tradições.

Foucault⁴⁰⁶ ainda nos diz que “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

O ritual das palavras proferidas pelos inspetores aos professores era uma fixação doutrinária a um grupo que difundiria esta doutrina a outrem. Seria, enfim, a distribuição, a propagação desse discurso, carregado de uma determinada ideologia através da escola.

As aulas-modelo, ministradas pelos inspetores, seriam a doutrinação que os professores deveriam absorver e repassar aos alunos. A absorção partia do singular (professor) para o geral (alunos, a sociedade). Era o projeto de nacionalização sendo colocado em prática.

Em cada visita escolar o inspetor fazia um longo trabalho de persuasão, ministrava a aula-modelo, fiscalizava o andamento escolar, os trabalhos, os cadernos etc.

Assim, ao finalizar os trabalhos de cada visita, o inspetor escrevia as medidas a serem tomadas em cada escola no livro chamado “Termo de Visita”⁴⁰⁷. Cada termo de visita deveria ser assinado pelo inspetor e professor e, daí, seria enviada uma cópia ao Departamento de Educação.

Em 21/03/1939 o Inspetor da 2ª Circunscrição Celso Rila em visita à escola mista estadual Pomeroda (Blumenau), sob a regência da professora complementarista Nair Silva, recomendou no livro específico que não se permitisse que as crianças usassem no recinto

⁴⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000. p. 43.

⁴⁰⁶ Idem. p. 44.

⁴⁰⁷ Modelo de um Termo de Visita integral no Anexo 17.

da escola a língua estrangeira. Exigiu a organização da escrituração, de acordo com as normas por ele explicadas.

Em 23/03/1939 na escola mista municipal desdobrada Pomeroda Fundos (Blumenau), o Inspetor considerou boa a atitude do professor provisório Francisco Walter Filgueiras, que, apesar de ter assumido o exercício nesta escola a 13 de fevereiro, já havia classificado todos os alunos no 1º ano, em virtude de não falarem a língua vernácula. Na data da visita as crianças já estavam falando o português. Dessa forma, fez a seguinte recomendação no livro que deveria ter o mesmo procedimento da anterior: “Continue o senhor professor a empregar os seus esforços no sentido de fazer das crianças desta escola brasileiros dignos da nossa grande Pátria”.

Em 30 de março visitou a escola mista partícula de Salto Weissbach (Blumenau) do professor Frederico Probst e recomendou: “Recomendo muito ao senhor professor que empregue todos os seus esforços no sentido de conseguir, no decorrer deste ano, que todos os seus alunos, sem exceção, venham a falar a nossa língua”.

Na escola mista desdobrada estadual, Figueira em 08/05/1939 deixou as seguintes recomendações como Termo de Visita para a professora interina Alice Muller Klock: a) ensinar a pronúncia correta dos rr porque grande parte das crianças ainda não sabe; e b) não acostumar as crianças a decorarem as lições.

Na viagem feita ao distrito de Massaranduba, Rila verificou existirem em Ribeirão da Lagoa mais de 50 crianças em idade obrigatória sem assistência escolar. Havia na localidade uma pequena escola particular, instalada em uma igreja, mantida pela “Sociedade dos Poloneses do Brasil”, freqüentada somente por descendentes poloneses. Em virtude do Decreto-Lei n.º 88 (31/03/1938), fechou-se a escola, e as crianças que a freqüentavam, juntamente com as que nela não se matriculavam, estavam sem escola. Portanto, o Inspetor achava justo que se atendesse ao pedido da população e se instalasse ali uma escola, pois grande parte das crianças desconhecia a língua vernácula e a sua Pátria. Com essa preocupação, Celso Rila solicita ao Superintendente:

Transmitindo-vos este pedido, senhor Superintendente, estamos certos de que haveis de empregar os vossos bons ofícios juntos ao Exmo. Sr. Interventor Federal, no sentido de ser dado à população de Ribeirão da Lagoa, distrito de Massaranduba, neste município (Blumenau), uma escola mista⁴⁰⁸.

⁴⁰⁸ Relatório do mês de abril de 1939 do Inspetor da 2ª Circunscrição ao Superintendente Geral do Ensino, 1939. APESC.

Na Escola mista estadual Belchior Baixo (10/05/1939) em Gaspar deixou como recomendação: “Intimar os pais cujos filhos vêm faltando as aulas sem justificção, ao cumprimento das leis da obrigatoriedade do ensino, sob pena de aplicaçõ das respectivas multas”⁴⁰⁹.

De passagem pela Escola Pública Estadual Urbana da cidade de Itaiópolis o Inspetor Germano Wagenführ⁴¹⁰, não gostando do que viu e após várias observaçõs quanto à nacionalizaçõ, no Termo de Visita, terminou suas recomendaçõs à professora Verônica Medeiros Parrella da seguinte maneira:

(...) c) que enfim mude em grande parte o sistema de ensino pondo em prática as orientaçõs que recebeu na reuniã pedagógica e as indicaçõs do programa, quando o receber; d) que procure, digo empregue todos os esforços para captar a confiança da populaçõ, aumentando assim a matrícula desta escola.

Nas recomendaçõs escritas nos termos de visita, os inspetores alertavam os professores sobre ministrarem as disciplinas de acordo com as aulas-modelo demonstradas por eles em cursos de atualizaçõ.

Pelos termos de visita acima transcritos podemos ter uma idéia de como a figura do inspetor trazia um misto de temor e respeito, especialmente frente ao professorado, que deveria seguir a risca seus aconselhamentos e suas orientaçõs.

O modo com que os inspetores lidavam com a populaçõ estrangeira, e mais especificamente com os professores, que no caso seriam os maiores divulgadores da nacionalizaçõ do ensino, poderia ser descrito segundo a definiçõ de Arendt⁴¹¹ como: “retificaçõ do pensamento um complicado processo de constante moldagem e remoldagem dos espíritos, ao qual aparentemente quase toda a populaçõ estava sujeita”.

Dessa maneira, o projeto de nacionalizaçõ pretendia pela coerçõ que a populaçõ estrangeira “retificasse seus pensamentos” e, assimilada, já com o espírito moldado ou remoldado no caso dos mais velhos, esquecesse suas memórias, suas nostalgias, suas tradiçõs.

⁴⁰⁹ Todos os termos de visita encontram-se inseridos no Relatório do Inspetor Escolar Celso Rila, da 2ª Circunscriçõ Blumenau, referente ao 2º trimestre de 1939, ao Superintendente Geral do Ensino, 1939. APESC.

⁴¹⁰ Germano Wagenführ, Inspetor da 3ª Circunscriçõ (Caçador), em seu relatório sobre o ano de 1939 ao Superintendente Geral do Ensino consta a visita do dia 24/4/1939 à escola da cidade de Itaiópolis. APESC.

⁴¹¹ ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Totalitarismo, o Paroxismo do Poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979. p. 12.

Na busca da assimilação do estrangeiro era inquestionável a ação contundente dos inspetores. E, para ilustrarmos sua ação, quase sempre associada à questão de “mando” ou poder, usaremos a fala do Inspetor Escolar Manuel Coelho, da 6ª circunscrição (Joinville), durante inspeção no Colégio Bom Jesus (inspecionado pelo Governo Federal e Estadual) na sala da professora do primeiro ano, sra. Irma Juergensen. Esse Colégio foi alvo de inspeções e reinspeções, motivadas por desconfianças e denúncias, culminando com o fechamento de seu jardim de infância e sua escola primária e a apreensão de materiais, colocados à disposição do Departamento de Educação. Nesse episódio que passamos a contar, o poder coercitivo das funções do inspetor fica explícito.

O clima estava tenso no Colégio, e o professor Manuel Coelho, ao entrar na sala da professora Juergensen, dirigiu-se à mesa da professora e passou visto nos cadernos de linguagem. Frente aos acontecimentos havidos na escola, anteriormente, a professora, no momento, considerou que o inspetor estava a espioná-la, abriu a gaveta e “jogou para cima da mesa todos os cadernos”. O Inspetor reagiu de imediato e disse: “Guardede-os. Quando quiser vê-los, irei eu mesmo buscá-los, porque sou um inspetor e, enquanto estiver aqui, mando e a senhora me obedece”⁴¹².

Neste sentido, a coerção é um ato deliberado, calculado e pensado objetivando toda a mobilização em torno da implantação de um sistema de ensino, de acordo com a nova ordem política e seu projeto de construção da nacionalidade.

Os relatórios pormenorizados com situações corriqueiras do cotidiano escolar que eram enviados tanto para o Ministro da Educação como para o Secretário do Interior e Justiça não deixavam de representar uma forma de denúncia eivada de preconceito, elemento catalisador que induzia ao controle de toda a situação, nas esferas federal e estadual.

Durante todo o percorrer dos relatórios nota-se que a figura do Inspetor nas “longínquas escolas espalhadas pelos sertões colonizados por elementos alienígenas - para onde levava - a palavra vivificadora da alma nacional” foi o elo determinante para a remoção dos embaraços que entravavam a nacionalização.

⁴¹² Relatório do terceiro trimestre do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, para o Ministro Capanema em 18 de outubro de 1939. APESC. O professor Manuel Coelho foi indicado para a 6ª circunscrição como funcionário da inteira confiança do Governo do Estado para regularizar os serviços de nacionalização e, entre estes, uma inspeção nos cursos primário e normal do Instituto “Bom Jesus”. (5/10/1939 – Ass. Luiz Bezerra da Trindade, Inspetor Geral, p. 20 – do relatório original - folha 244 do livro dos relatórios).

Portanto, ao inspetor cabia expurgar as más escolas, suspendendo seu funcionamento; ouvir, relatar, denunciar atitudes de professores, padres, jornais etc. Do resultado de seu julgamento poder-se-ia esperar atitudes repressivas ou não. O poder era exercido, impondo-se presença, verbalizando e escrevendo deveres e obrigações, que deveriam ser respeitadas e seguidas à risca pelo professorado.

Foucault⁴¹³ já dizia que “(...) onde há poder ele se exerce (...) cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder”.

Então, investidos dos poderes concedidos pelo Estado Novo, os inspetores limitavam “os excessos de liberdade”, que eram considerados “crimes contra o futuro da nacionalidade”, apontando os erros para as devidas soluções.

As soluções apareciam em forma de resoluções punitivas como a do Pastor luterano Emílio Rheinmer, que não se exprimia regularmente na língua vernácula, embora brasileiro nato, segundo o Inspetor Escolar da Circunscrição com sede em Joinville. O referido pastor/professor:

Não é idôneo para transmitir à infância brasileira sentimentos de brasilidade e noções de educação cívica quem, sendo brasileiro nato, levou o desamor à terra em que nasceu, a ponto de, em idade adulta e com aspirações a professor primário, não falar correntemente a língua de seu país (D.O. 28/7/1938). APESC.

Professor Walter Freese: “Embora brasileiro nato, tem má pronúncia e muita dificuldade em expressar-se na língua nacional. Não pode esse professor, por conseguinte, inspirar confiança, para educar crianças brasileiras, no amor e no culto às tradições do país, cuja língua convictamente deturpa e corrompe, sempre que a emprega” (D.O. 03/12/1938).

O Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, professor Luiz Sanches Bezerra Trindade, em visita à Escola Particular Princesa Isabel da cidade de Jaraguá, fez uma representação contra a professora Hilda Baumann por pronunciar mal a língua nacional, e, portanto, não poderia corrigir os vícios de prosódia das crianças, pois, lecionando, cometia os mesmos erros.

Para piorar a situação o Inspetor Trindade encontrou na sala da professora, a um canto, enrolada, a Bandeira Nacional, como coisa sem valor. Chamada a atenção do Diretor para o fato, nem por isso essa condição se modificou. A conseqüência foi imediata tanto para a escola, que foi fechada, quanto para a professora, que foi afastada do magistério primário de acordo com o Artigo 6º do Decreto-Lei n.º 88.

No ofício n.º 74 de 19 de maio de 1939, o Inspetor da 2ª Circunscrição Celso Rila comunicava ao Superintendente Geral do Ensino a prisão de um professor por desrespeitar o Art. 9º⁴¹⁴ do Decreto-Lei n.º 88.

Esta Inspeção teve agora conhecimento de que, em virtude da prisão do professor municipal de Rodeio, Rodolfo Ehlert, foi apurado, pelo Sr. Comandante do 32º BC., desta cidade, que os ex-professores particulares deste município recebiam subvenção estrangeira; desses apenas dois exercem ainda o magistério: os senhores Frederico Proest e João Ehlert, da escola municipal de Rega.

Em 16 de setembro de 1939, exprimindo sua opinião sobre a professora Alaíde Margarida, que solicitava licença para lecionar na cidade de Timbó, o Inspetor Adolfo da Silveira⁴¹⁵, da 13ª Circunscrição, município de Hamônia, disse:

O seu retraimento das pessoas que se manifestam a favor desse patriótico movimento empreendido pelo nosso governo; o uso constante que faz da língua alemã em público e no lar, deixando colocada em plano inferior a língua de sua pátria; o indiferentismo acintoso que demonstra pelas coisas nacionais, principalmente por ocasião em que se promove festividades cívicas, as quais não comparecem, tendo mesmo a ousadia como a informação que à esta Inspeção foi trazida, depois da comemoração do Dia da Pátria, deste ano, de permanecer dentro da sua residência tocando no piano um samba carnavalesco, justamente no momento em que frente a mesma residência, PASSAVA UMA IMPRESSIONANTE FORMATURA CÍVICA DE 956 ESCOLARES, tudo isso vem provar insofismavelmente que A BRASILEIRA NATA – Alaíde Margarida não pensa, não age, não sente com a alma BRASILEIRA. Por isso tenho a obrigação de informar que a requerente não está a altura de ser educadora da infância brasileira em um lugar em que, como Timbó, ela deve ser entregue a professores que sejam brasileiros, não só no elo nascimento, como também pelo seu devotamento a causa nacional.

A vida transformara-se numa histeria crescente. Com os decretos em mãos, se o inspetor não denunciasse o que era de importância nuclear, a unidade nacional, o próprio povo o fazia. Exemplificamos com o relato de Areão⁴¹⁶:

⁴¹³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 75.

⁴¹⁴ Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá direta ou indiretamente ser mantido ou subvencionado por instituição ou governo estrangeiro. Decreto-Lei n.º 88, de 31/03/1939. Como já falamos em capítulo anterior, a questão Delegacia da Ordem Pública funcionava em tempo integral, o Comandante do 32º BC (Batalhão de Caçador) do Exército não descuidava de suas obrigações quando as representações sobre os professores chegavam até ele.

⁴¹⁵ Expediente do Inspetor Estadual da 13ª circunscrição, Adolfo da Silveira, para o Superintendente Geral do Ensino em 16/09/1939. APESC. OBS.: No original as palavras estavam escritas em caixa-alta.

⁴¹⁶ Areão, em relatório referente ao padre da Escola Paroquial de Nova Trento, setembro de 1939, para o Ministro Capanema. APESC.

Segundo fui informado por pessoa de responsabilidade um dos elementos que procuram ainda reviver na alma das crianças a língua italiana nessa localidade, é o Revmo. Padre Vigário. A maneira que vem usando para levar avante o seu plano é ensinando o catecismo nessa linguagem para o que reúne na igreja crianças na sua totalidade católica. Parece (traço nosso) também que nas suas excursões pelo interior do município dá preferência a falar o italiano.

Trindade em seu relatório ao Superintendente Geral do Ensino em 1939 também confirma esta teoria “...Uma vez que o professor não cumpra com as suas obrigações a própria população é a primeira a denunciá-lo”.

Apesar de não chegarmos aos extremos citados por Hannah Arendt⁴¹⁷ segundo a qual Hitler considerava que para a eficaz solução dos problemas a elite do Partido Nazista deveria utilizar o mandamento “Matarás”. E que Stálin recomendava como regra geral aos membros do partido bolchevista “Levantarás falso testemunho”, o condicionante da vida grupal “cordialidade e solidariedade” entre catarinenses e estrangeiros passou longe das comunidades atingidas, escolas, sociedades escolares.

Com essa política os grupos minoritários foram sistematicamente discriminados, e, com isso, uma lista considerável de professores foram exonerados por serem estrangeiros, descendentes, simpatizantes ou mesmo por não se enquadrarem às novas exigências.

Ø Exoneração de professores por não serem brasileiros natos e por conveniência do ensino – (de 1938 a 1940)⁴¹⁸:

- Bom Retiro: 4 professores
- Caçador: 3 professores
- Concórdia: 2 professores
- Criciúma: 1 professor
- Cruzeiro: 2 professores
- Canoinhas: 1 professor
- Camboriú: 1 professor
- Cerro II – Jaraguá: 1 professor
- Curitiba: 3 professores
- Hamonia (Ibirama): 4 professores

⁴¹⁷ ARENDT, Hannah. *As Origens do totalitarismo*. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro. Documentário, 1979. p. 19-23.

⁴¹⁸ Anexo n.º 22.

- Indaial: 1 professor
- Joinville: 1 professor
- Lages: 1 professor
- Rodeio: 1 professor
- São Bento: 1 professor
- Urussanga: 1 professor
- Chapecó: 5 professores

Ø Aposentados por não serem brasileiros natos e terem mais de 10 anos de serviço,
com os vencimentos que por lei lhes competiam: 3 Diretores e 12 Professores

Ø Exonerados sem justificativa registrada:

- Blumenau: 1 professor
- Canoinhas: 3 professores
- Campos Novos: 1 professor
- Cruzeiro: 2 professores
- Caçador: 1 professor
- Curitiba: 1 professor
- Florianópolis: 4 professores
- Hamônia: 3 professores
- Indaial: 1 professor
- Imarui: 1 professor
- Itaiópolis: 3 professores
- Jaraguá: 1 professor
- Joinville: 2 professores
- Laguna: 2 professores
- Mafra: 3 professores
- Palhoça: 3 professores
- Rio do Sul: 1 professor
- São Bento: 1 professor
- São Joaquim: 1 professor
- São José: 1 professor
- Timbó: 1 professor
- Chapecó: 4 professores

Ø Exonerados a pedido (de 1938 a 1940):

- Biguaçu: 3 professores
- Blumenau: 7 professores
- Bom Retiro: 3 professores
- Brusque: 2 professores
- Campo Alegre: 3 professores
- Campos Novos: 3 professores
- Canoinhas: 8 professores
- Caçador: 4 professores
- Camboriú: 2 professores
- Concórdia: 3 professores
- Criciúma: 4 professores
- Cruzeiro: 4 professores
- Florianópolis: 3 professores
- Gaspar: 2 professores
- Hamonia: 1 professor
- Indaial: 1 professor
- Itajaí: 8 professores
- Itaiópolis: 3 professores
- Jaraguá: 4 professores
- Joinville: 6 professores
- Lages: 5 professores
- Laguna: 4 professores
- Mafra: 5 professores
- Nova Trento: 1 professor
- Orleans: 1 professor
- Parati: 2 professores
- Palhoça: 3 professores
- Porto Belo: 1 professor
- Porto União: 8 professores
- Rio do Sul: 9 professores
- Rio Negrinho: 1 professor

- Rodeio: 2 professores
- São José: 8 professores
- São Bento: 1 professor
- São Francisco: 3 professores
- Timbó: 5 professores
- Tubarão: 6 professores
- Urussanga: 2 professores
- Chapecó: 5 professores

Este número não representa a totalidade de professores afastados do ensino catarinense, haja vista o número de escolas que anteriormente funcionavam, mas, por não satisfazerem as exigências impostas pelas leis de nacionalização federais e estaduais, as escolas não receberam sua licença de funcionamento. Outras, por saberem antecipadamente qual seria o resultado de sua solicitação, sequer apresentaram as documentações exigidas ao Departamento de Educação. Assim, seus professores não puderam retornar às escolas, e este número não consta oficialmente no registro.

Por isso, segundo Arendt⁴¹⁹, certas formas de governar ficam marcadas, elas não surgiram de repente, mas foram cuidadosamente preparadas e cultivadas. “Não desapareceram no poço do esquecimento que os governantes totalitários abrem para os seus oponentes”.

O cerceamento da liberdade passou a ser fato corriqueiro. As programações festivas civis passavam por severo crivo das autoridades, na verdade as festividades constituíam-se mais em roteiro cívico-patriótico. Se assim não acontecesse a festividade, era sumariamente cancelada.

Assim consideramos por que, em seu relatório de outubro de 1939 ao Superintendente Geral do Ensino, o inspetor Celso Rila discorre sobre uma reunião: “No dia 30, presentes os diretores dos estabelecimentos de ensino da cidade (Blumenau), senhores Prefeito Municipal e Comandante do 32º BC, foram organizados os programas para as festas cívicas de 10, 15, 19 e 25 de novembro”⁴²⁰.

⁴¹⁹ ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro. Documentário, 1979. p. 23.

⁴²⁰ O roteiro cívico a que me referi anteriormente é exatamente este de novembro: 10 de novembro, aniversário do Estado Novo; 15 de novembro, Proclamação da República; 19 de novembro, Dia da Bandeira; e 25 de novembro, dia de Santa Catarina. Nestas atividades cívicas o 32º BC (Batalhão de Caçador) do

Na referida reunião o programa era organizado, escolhiam-se cantos, poesias, hinos, figuras a serem homenageadas, tudo deveria ter um cunho cívico-patriótico.

Quase sempre essas reuniões contavam com a orientação de um representante da Delegacia da Ordem Política e Social, no caso de impossibilidade, eles deveriam receber uma cópia do programa para externarem seu parecer. Em seguida, remetia-se para o Departamento de Educação para a aprovação final.

Exemplificaremos tal afirmação com a solicitação da Liga das Sociedades de Joinville enviada pelo Vice-Presidente, senhor Scheidemantel. Não estando o programa de acordo com a exigência do Departamento de Educação, por apresentar números musicais em língua estrangeira, o Senhor Professor Manoel Coelho, Inspetor Estadual, negou a aprovação, dando ciência à Diretoria (Decreto-Lei n.º 76 de 4 de março de 1938).

O Professor Royal Silva, Auxiliar de Inspeção, por determinação da Inspeção assistiu à festa e esclareceu:

Assisti a referida festa e o programa constou de números em Língua Alemã. O programa foi encerrado com o canto do Hino Nacional, que foi cantado pelos elementos que tomaram parte no programa, reunidos no palco. Durante o canto, havia no palco pessoas com cigarro entre os dedos, o que julgo uma falta de respeito e, além disso, a maior parte trazia na mão um papel para cantar o Hino Nacional.⁴²¹

A realidade que se apresentava era uma só; os papéis se inverteram. Naquele momento os estrangeiros, que antes estavam estabelecidos e coesos com a sua cultura, passam a ser estigmatizados pela sociedade como os *outsiders*, os intrusos. E, os estabelecidos agora, os brasileiros que decidiram assumir o que era considerado seu, propõem a assimilação cultural coercitiva.

O Estado estabelece as leis, fonte de seu poder, de sua superioridade política e social. A inspeção como fiel depositária utiliza-se dessas leis, nas escolas, para a difusão e socialização “democrática da nacionalização” proposta pelo Estado. E, assim, a inspeção como a guardiã dessa lei e figura central dessa difusão seria a mantenedora de um admirável poder local.

Exército Brasileiro estava presente a todos os eventos para “pôr termo a esses excessos de liberdade, que eram atentados à dignidade nacional”. (Nereu Ramos). APESC. Para nós significa cercear a liberdade.

⁴²¹ Representação n.º 13 de 15 de dezembro de 1939. Encontra-se na íntegra em nossos anexos. Departamento de Educação. 1939. O Decreto-Lei n.º 76, de 4/03/1938 dispõe sobre a educação cívico-cultural das associações de caráter privado. (Nereu Ramos e Ivo D’Aquino). APESC.

Segundo Foucault⁴²²,

(...) Onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder.

⁴²² Foucault, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 71.

16 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como em nossas vidas pessoais nossos piores medos e maiores esperanças jamais nos preparam bem para o que de fato acontece, também os eventos na história humana revelam, cada um (...) sofrimentos e novas possibilidades.
Hannah Arendt⁴²³

A preocupação basilar deste estudo, como descrita na introdução, foi a de dar visibilidade a aspectos do projeto de nacionalização de Vargas, no qual a educação era considerada instrumento de inculcação dos princípios do Estado Novo e arma de luta ideológica. Dentro dele, nosso foco recaiu sobre o Governo (interventoria) Nereu Ramos, compromissado com essa homogeneização nacional e principalmente com sua influência na vida dos inspetores e professores sujeitos e agentes envolvidos com esse processo.

O Estado brasileiro, no período em estudo (1930-1940), desenvolveu um projeto de nacionalização que visava homogeneizar a população (a assimilação cultural dos imigrantes) usando como instrumento a educação. Como já mencionado, este projeto tinha como pilares “conteúdos nacionais” como a imposição do uso da língua e aspectos mais modernos relacionados com o ufanismo verde-e-amarelo, a propagação da história mitificada dos “grandes vultos” (heróis nacionais), a disseminação dos hinos patrióticos, o culto às autoridades, enfim, a cultura e as tradições nacionais seriam assimiladas via escola. Pregava ainda a padronização do ensino para todos os cursos, com um sistema federal de fiscalização que garantisse a desejada homogeneidade.

Em verdade, ao iniciar este trabalho, minha intenção era focar a formação e a atuação dos professores do período autoritário, por considerar tais aspectos como inquestionáveis à difusão do projeto de nacionalização.

Não questionando tal importância, porém, a cada lei, decreto, relatório estudado, a figura do inspetor sobressaía com vigor, seja mencionando a necessidade de novas escolas, novos professores, ajudando a definir currículo a ser implantado para a formação de novos professores para as áreas habitadas por “alienígenas”, seja fornecendo embasamento para as legislações ou exercendo sua principal atividade, o “ato de fiscalizar”. Assim, o inspetor

⁴²³ ARENDT, Hannah. *A dignidade Política*. Ensaios e Conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 50.

mostrou-se, na educação, como figura-chave na questão da difusão e sustentação do sentimento de nacionalidade almejada.

Como salientado, o projeto de nacionalização não foi um processo simples a ser implantado, pois carregava no âmago a carga ideológica da nova ordem estabelecida.

A gênese dessa nova ordem propunha um país unitário, conseqüentemente ignorava a pluralidade partidária e diversificada, renegava os regionalismos e seus interesses oligárquicos, reorientava o foco de sua economia do setor agroexportador para o setor urbano-industrial, desprezava “as desordens” e os liberalismos dos regimes democráticos, e deixava à mostra sua feição autoritária e excludente.

Dessa forma, esse projeto político de nacionalização excluía as culturas ditas alienígenas, portanto, os estrangeiros, especialmente os que dedicavam lealdade aos países beligerantes do Eixo (Itália, Alemanha e Japão), habitantes dos núcleos coloniais nos Estados, como as existentes em Santa Catarina. A exclusão era extensiva aos que importavam ideologias “contaminadas por vírus comunista e nazista” e também a todo e qualquer pensamento que não estivesse alinhado à formação do Estado Nacional.

Nesse contexto, o projeto de nacionalização valorizou a educação, porque através dela se diluiriam as diferenças que desagregavam o sentimento unitário da Nação, e assim o estrangeiro assimilaria a cultura brasileira, sua língua, seus hinos, seus heróis, enfim, os “conteúdos nacionais”.

E é aqui que a ação dos inspetores, em especial João dos Santos Areão (Inspetor das Escolas Subvencionadas pela União) e Luiz Sanches Bezerra da Trindade (Inspetor Estadual das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino), torna-se um diferencial no processo de abasileiramento do estrangeiro. A ação desses inspetores junto aos professores foi contundente, seus discursos foram “doutrinários, dogmáticos”, e a assimilação era palavra de ordem.

Utilizando-se de Montesquieu, Arendt⁴²⁴ nos diz que a vida dos povos é governada por leis e costumes, mas que os dois se distinguem pelo fato de que “as leis governam as ações do cidadão, e os costumes as ações dos homens”.

A obediência incondicional às leis estabelecidas era exigida, e isto assegurava o domínio, o poder que os inspetores exerciam sobre os professores, mas é sabido que o apoio incondicional não existe. Portanto, as atuações dos professores, no que se refere à

⁴²⁴ ARENDT, Hannah. *A Dignidade Política*. Ensaios e Conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 46.

nacionalização, muitas vezes “transgrediam” as determinações impostas por um simples gesto ou expressão falada de cortesia em língua estrangeira, isto quer dizer que “um costume, ação de um homem”, era considerado transgressão.

E sobre essas transgressões consideradas às vezes uma afronta à segurança nacional o poder se exercia, e a solução para tais problemas aparecia nas resoluções punitivas e nas arbitrariedades, como prisões e um grande número de exonerações. Era o que Arendt⁴²⁵ considerava: “roubar do homem a sua própria natureza”.

Era proibido ler, cantar, falar e ouvir outra língua a não ser a vernácula, mesmo as inocentes brincadeiras das crianças na escola só poderiam externar sentimentos de brasilidade.

O Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, professor Areão, para atualizar o professorado, buscava sempre os temas naturalistas que pudessem engrandecer e enriquecer, com brasilidade, o arcabouço teórico dos docentes que trabalhavam nas áreas de colonização. Era a transposição de conhecimento, o poder se exercendo ao asfixiar o elemento inicial, natural de um sujeito estrangeiro “repetindo e consagrando um turbilhão de familiaridades e plausibilidades com que se dá explicação a respeito de tudo e não se compreende verdadeiramente nada”⁴²⁶.

Isso era paradoxal porque todos⁴²⁷ os inspetores estavam incluídos, tinham conhecimento de que, em família, apesar da proibição, a língua utilizada não era a vernácula, mas a de origem de cada um desses imigrantes. Impunha-se a assimilação, mas no âmago da questão nem o apelo e muito menos as leis conseguiam modificar padrões culturais já enraizados. Não que isso representasse uma premeditada agressão às leis estabelecidas, essa oposição transcendia ao simples querer do imigrante, ela era a afirmação de sua natureza.

As escolas particulares eram os principais alvos da nacionalização por serem consideradas como “locus alienígena”. Ali os “erros” de natureza política eram cometidos, as resoluções e os decretos punitivos não deixam dúvidas a respeito.

Apesar das leis federais e estaduais regulamentares sobre a nacionalização, várias escolas se mantinham firmes nas suas tradições, algumas vezes por desconhecerem completamente as exigências estabelecidas, outras vezes, quem sabe ao certo, por

⁴²⁵ ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. Ensaios e Conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 47.

⁴²⁶ Idem. p. 8.

⁴²⁷ No caso nos referimos às autoridades civis e militares.

desconsiderarem mesmo as leis. O certo é que elas existiam nas áreas coloniais, seus professores eram estrangeiros e quando muito falavam arrastando a língua vernácula. Não conheciam os heróis de nossa pátria, os cantos e hinos, e os recantos de nossas terras. Em horários variados essas escolas procuravam “burlar” as nossas leis, seus materiais eram apreendidos, e suas portas, fechadas definitivamente. Então, as conseqüências apareciam de imediato aos seus responsáveis, que recebiam pesadas multas “sem prejuízo do processo criminal, que no caso lhes coubessem”, era assim que determinava a lei.

A essa e outras “contravenções” estavam alerta os inspetores, a polícia política, o Exército e todo aquele que, de uma maneira ou de outra, achava-se no direito de denunciar, delatar seu vizinho, seu conhecido, seu professor.

Situado entre dois pólos distintos, ou seja, a comunidade estrangeira e a ação governamental, que exigia a assimilação desta comunidade, o professor teria que suplantar todas as dificuldades existentes para atuar como “instrumento” de disseminação da nacionalidade. Por isso, um grande número deles era sumariamente exonerado por serem estrangeiros, ou por não atuarem dentro das normas estabelecidas. Outros eram pressionados e com receio de não preencherem as exigências pré-fixadas solicitavam sua própria exoneração.

Muitas foram as escolas particulares que procuraram preencher todos os requisitos exigidos pelas leis da nacionalização, mas mesmo com elas os inspetores estavam alerta, em guarda para apontarem qualquer deslize.

Não restam dúvidas a respeito da eficiência da ação educativa no projeto de nacionalização. Os inspetores foram enfáticos em suas exigências nas escolas, e os professores, instrumentos eficazes no processo de assimilação do estrangeiro, teriam que dizer:

*“Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”
Olga Benário Prestes*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE. Associação Brasileira de Educadores (Org.). Livro Jubilar. *Um Educador Brasileiro*: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org). *História e Histórias de Vida*- Destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ADEODATO, João Maurício Leitão. *O Problema da Legitimidade*. No Rastro de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989.

ALMEIDA, Adriana M. et al. Relação Museu/Escola: Realidade e Perspectiva. In: II ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA. *Anais...* São Paulo: FEUSP, 1996.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Uma análise dialética. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

_____. *As Origens do Totalitarismo*. I O anti-semitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

_____. *Crises da República*. Tradução: José Volkmann São Paulo: Perspectiva SA, 1973.

_____. *A Dignidade da Política*. Ensaios e Conferências. Antônio Abranches (Org.). Tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1964.

BAIA HORTA, José Silvério. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia*. Regime Autoritário e a Educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

BALDIN, Nelman. *A História Dentro e Fora da Escola*. Florianópolis: EDUFSC, 1989.

_____, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade*. História da Imigração Italiana no Brasil: os Vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular; EDUFSC, 1999.

BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

BASTOS JÚNIOR, Edmundo José de. *Coronel Lara Ribas, PMSC*. O Homem, a Carreira, o Símbolo. Florianópolis: PMSC, 1990.

BASTIDE, Roger. *Estudos Sociais*, ano III, n.º 4, p. 32, jun. 1943. APESC.

BENJAMIN, Walter. *A Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 183. v. 1.

BEISIEGEL, Celso de Rui. In: COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BITTENCOURT, Circe F. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1983.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV. Co-Edição Universidade São Francisco, 2001.

BOPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Sagrado Coração de Jesus na educação catarinense (1895-1995)*. Florianópolis: Colégio Sagrado Coração de Jesus/Lunardelli, 1989.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. Francisco Campos, Ideólogo do Pensamento Autoritário Brasileiro (1925-1945). In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Natal, Rio Grande do Norte, 03 a 06 nov. 2002.

BOSI, Ecléa. Memórias e sociedade; Lembrança de velhos. In: FONSECA, Selva G. *Ser Professor no Brasil - História Oral de Vida*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

CAMPOS BICUDO, Joaquim de. *O ensino Secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Guimarães, 1942.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar (Org.). *Feminização do Magistério*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série Memória).

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1941.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Notas para Reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro*. São Paulo, agosto de 1998. p. 4-11.

_____. O Território do Consenso e a Demarcação do Perigo: Política e Memória do Debate Educacional dos Anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

CARVALHO, Manuel. Lourenço Filho e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Um Educador Brasileiro: Lourenço Filho*. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 - 1938)* Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

CASO, Fabiana. Memória. Perfil. Um intelectual no meio do povo. *Diário Catarinense*, p. 3, 24 fev. 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Galeria de Educadores Paulistas. Manoel Bergström Lourenço Filho. Disponível em: <www.ceesp.sp.gov.br/Lourenço.htm>. Acesso em: 3 jun. 2004.

CONSPIRAÇÃO. Direção de Frank Pierson. Produção de GB/EUA, 2001.

CORSELLI, Rodolfo. *As nações armam-se*. Nova Antologia. Roma, 16 de novembro de 1934. In: *Inteligência – Mensário da Opinião Mundial*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. Fevereiro de 1935 – Ano I – n.º2

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira, Católicos e Liberais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

D´AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Aspectos Políticos. Florianópolis. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942.

D´ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DAROS, Maria das Dores. A Sociologia na Formação dos Professores Catarinenses nos anos de 1930 e 1940. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (Org.). *Formação de professores em Santa Catarina*. Florianópolis: NUP. CED. UFSC, 2002.

Disponível em: <www.academia.org.br/cads/14/fernando>. Acesso em: 15 jun. 2004.

Disponível em: <www.sc.gov.br/santacatarina/historia/governadores>. Acesso em: 4 fev. 2004.

Disponível em: <www.focca.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2004.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Ernesto; FARIA, Ruth Junqueira de. *Dicionário Latino-Português*. 5. ed. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1975.

FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2002. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FELIX, Loiva Otero. *História & Memória – A Problemática da Pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERNANDES, Rogério; FELGUEIRAS, Margarida Louro. *A Escola Primária: Entre a Imagem e a Memória*. Porto: Ministério da Educação/Instituto de Inovação, 2000.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos Períodos Imperial e Republicano. 2. ed. rev. Florianópolis: EDUFSC, 1991.

_____. Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. In: DAROS, Maria das Dores; ZAGO, Nadir (Org.). *Sociologia e Educação Perspectiva*. *Revista do CED*, Florianópolis, UFSC, v. 20, n.º Especial, jul./dez. 2002.

_____. In: IV ANPED SUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. Florianópolis, novembro de 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. São Paulo: Papirus, 1993.

_____. *Ser professor no Brasil*. História Oral de Vida. Campinas, SP: Papirus, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GADOTTI, Moacir. *Pressupostos do projeto pedagógico*. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1994, Brasília. *Anais...* Brasília: 28 ago.-2 set. 1994. p. 579.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GERTZ, René E. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma Época. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

GOODSON, Ivor F. Dar Voz ao Professor: As Histórias de Vida dos Professores e o seu Desenvolvimento Profissional. In: NÓVOA, Antônio. *Vidas de Professores*. Portugal: Porto Editora Ltda., 1992.

GUIMARÃES, Orestes. *Carta, escolas estrangeiras*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1918.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista Editora dos Tribunais, 1990. (Edições Vértice).

HERÓDOTO, Barbeiro; CANTELE, Bruna R. *Ensaio Geral 500 anos de Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, população e habitação (1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

INTELIGÊNCIA. *Mensário da Opinião Mundial*, n. 1-7. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas*. Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da Imigração Alemã Católica e Processo de Nacionalização do Ensino. In: IV ANPEd - SUL. 2002, Florianópolis, p. 1.

_____. Escolas da Imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os Alemães do Sul do Brasil*. Canoas/RS: ULBRA, 1994.

LARA RIBAS. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: IOESC, 1943.

LINS, Isabel da Silva. *O Valor da Experiência*. O relato de uma vida dedicada à educação. Florianópolis: Gráfica Metrópole, 2002.

LOURENÇO FILHO. Educação e Segurança Nacional. A defesa Nacional. In: CONFERÊNCIA NA ESCOLA DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, nov. 1939.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU-Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

McCANN, Frank D. *A Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola., 1996.

MONTEIRO, Jaecyr. Nacionalização do Ensino: uma contribuição à História da Educação. p. 101. Florianópolis: EDUFSC, 1984.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Omega Ltda., 1987.

_____. Fernando. *Chatô o Rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, J. Roberto. In: FIORI, Neide. *Aspectos da Evolução do Ensino Público*. Florianópolis: EDUFSC, 1991

MÜLLER, Telmo Lauro. (Org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

NÓBREGA, Paulo de. *Ensino Público, Nacionalidade e Controle Social: Política Oligárquica em Santa Catarina na Primeira República*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

_____. Grupos Escolares: Modernização Ensino e Poder Oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto. (Org.). *Mosaico de Escolas*. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____. *Ensino Público, Nacionalidade e Controle Social: Política Oligárquica em Santa Catarina*. 2000. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

NOSELLA, Paolo. O compromisso político como horizonte da competência técnica. In: *Educação & Sociedade*, Cortez-Cedes, n. 14, maio 1983.

NÓVOA, Antonio. O Método (Auto)Biográfico na Encruzilhada dos Caminhos (e Descaminhos) da Formação de Adultos. In: *Revista Portuguesa de Educação*, CEEDC, Universidade do Minho, 1988.

_____. (Org.). *Vidas de Professores*. Portugal: Porto Editora Ltda., 1992.

NUNES, Clarice. *O Passado Sempre Presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, Co-edição Universidade de São Francisco, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo R.; WHATELY, Maria Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília:INL, 1980.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *Sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina*. Desterro, 2 de janeiro de 1880. Typ. e Lith. de Alex. Margarida, 1880.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Nacionalização e Ensino*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

PIAZZA, Walter F. *O Poder Legislativo Catarinense*. Das suas raízes aos nossos dias. 1834-1984. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

_____. (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luiz. *Reverendo o Ensino de 2º Grau - Propondo a Formação de Professores*. São Paulo: Cortez, 1990.

REVISTA HISTÓRIA, n. 29, p. 15, Três Rios, 1973.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. *Ementário da Legislação do Ensino do Estado de Santa Catarina 1835-1979*. Florianópolis: Governo do Estado, 1980.

SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores. *Formação de professores em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC - CED – NUP, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

_____. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. A Identidade Teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994.

SILVA, Hélio. *1931: Os Tenentes no Poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1972.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Célia Ribas. *Vargas - Pensamento Político Brasileiro*. Porto Alegre: L&M Ltda., 1980.

STEIL, Marcelo. (Org.). *Desvendar o tempo: a poesia em língua alemã produzida nas zonas de colonização em Santa Catarina*. Blumenau: HB, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

_____. Um Educador Brasileiro: Lourenço Filho. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

THOMAZI, Moacir. *Constituição Obra de todos*. Florianópolis: Edeme, 1986.

VARGAS, Presidente. *O Estado Novo e suas Realizações*. Entrevista concedida pelo Presidente da República à Imprensa carioca em São Lourenço. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, abril 1938.

_____. A Revolução, as suas origens e o seu programa. In: _____. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em maio de 1936. In: BRASIL. Presidente, 1930-1945. Mensagens Presidenciais. Presidência Getúlio Vargas, 1933-1937. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

_____. O cinema nacional, elemento de aproximação dos habitantes do País (discurso na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25 de junho de 1934). In: _____. *A Nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938. v. III.

WARDE, Mírian Jorge. 3. ed. *Educação e Estrutura Social: A Profissionalização em Questão*. São Paulo: Moraes, 1983.

FONTES DE PESQUISA

1 – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

1.1 REVISTA: ESTUDOS EDUCACIONAIS - Publicação do CURSO NORMAL do INSTITUTO de EDUCAÇÃO de Florianópolis

- a) ANO I – Agosto de 1941 – N.º 1
- b) ANO I – Novembro de 1941 – N.º 2
- c) ANO II – Novembro de 1942 – N.º 3
- d) ANO III – Junho de 1943 – N.º 4
- e) ANO V – Março de 1946 – N.º 6

1.2 REVISTA Da EDUCAÇÃO – Órgão do Professorado Catarinense Uma Publicação do Governo do Estado de Santa Catarina

- a) ANO I – Janeiro e Fevereiro - 1936. N.º 1
- b) ANO I – Março e Abril - 1936. N.º 2
- c) ANO I – Maio e Junho - 1936. N.º 3
- d) ANO I – Julho a Outubro - 1936. N.º 4 e N.º 5
- e) ANO I – Novembro e Dezembro-1936.N.º6

1.3 MENSAGENS

- Governador do Estado de Santa Catarina Vidal José de Oliveira Ramos – Apresentado ao Congresso Representativo do Estado 23/07/1911
- Governador do Estado de Santa Catarina Vidal José de Oliveira Ramos – Apresentado ao Congresso Representativo do Estado 23/07/1912
- Governador do Estado de Santa Catarina Vidal José de Oliveira Ramos – Apresentado ao Congresso Representativo do Estado 24/07/1913
- Governador do Estado de Santa Catarina Adolpho Konder – Apresentado ao Congresso Representativo do Estado 22/07/1927
- Presidente do Estado de Santa Catarina Adolpho Konder – Apresentado à Assembléia Legislativa do Estado 29/07/1928
- Governador do Estado de Santa Catarina Nereu de Oliveira Ramos – Apresentado à Assembléia Legislativa do Estado 16/07/1936

1.4 RELATÓRIOS

- Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Inspetor João dos Santos Areão ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1934.
- Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Inspetor João dos Santos Areão ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 2º, 3º e 4º trimestres de 1936.
- Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Inspetor João dos Santos Areão ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 3º e 4º trimestres de 1937.
- Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Inspetor João dos Santos Areão ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 2º 3º e 4º trimestres de 1938.

- Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Inspetor João dos Santos Areão ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 2º, 3.º e 4º trimestres de 1939.
- Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Inspetor João dos Santos Areão ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º trimestre de 1940.
- Relatório referente ao ano de 1938, do Inspetor Estadual das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino Luiz Sanches Bezerra da Trindade ao Secretário do Interior e Justiça Ivo D´Aquino – Florianópolis. 1939.
- Relatório referente ao ano de 1939, do Inspetor Estadual das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino Luiz Sanches Bezerra da Trindade ao Secretário do Interior e Justiça Ivo D´Aquino – Florianópolis. 1940.
- Relatório do Superintendente Geral do Ensino de Santa Catarina ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça Ivo D´Aquino – Janeiro de 1939.
- Relatório do Superintendente Geral do Ensino de Santa Catarina Sebastião de Oliveira Rocha ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça Ivo D´Aquino – Maio de 1939.
- Relatório do Superintendente Geral do Ensino de Santa Catarina Sebastião de Oliveira Rocha ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça Ivo D´Aquino – 1939 a 28 de maio de 1940.
- Relatório da Inspetoria Escolar da 1ª Circunscrição – Inspetor Escolar Elpídio Barbosa ao Superintendente Geral do Ensino Sebastião de Oliveira Rocha – Setembro de 1939.
- Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição – Inspetor Escolar Celso Rila ao Superintendente Geral do Ensino Sebastião de Oliveira Rocha – Abril a Dezembro de 1939.
- Relatório da Inspetoria Escolar da 3ª Circunscrição – Inspetor Escolar Germano Wagenführ ao Superintendente Geral do Ensino Sebastião de Oliveira Rocha – Sobre o ano de 1939 em 23/12/1939.
- Relatório apresentado pelo Dr. Manoel Pedro Silveira Secretário do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina ao governador do Estado Nereu Ramos – referente ao exercício de 1935 e período de janeiro a abril de 1936.
- Relatório do Interventor Federal de Santa Catarina Nereu Ramos referente ao ano de 1937, apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas em outubro de 1938.
- Relatório do Interventor Federal de Santa Catarina Nereu Ramos referente ao ano de 1938, apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas em 1939.
- Relatório do Interventor Federal de Santa Catarina Nereu Ramos referente ao exercício de 1939, apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas em setembro de 1940.

1.5 Livros de Leis, Decretos, Decretos-Lei, Portarias e Resoluções dos anos referendados

1.6 Diário Oficial do Estado de Santa Catarina

- DOESC – de 28/07/1938 – Exoneração do pastor luterano Emílio Rheinmer
- DOESC – de 03/12/1938 – Exoneração do professor Walter Freese

- DOESC – de 03/12/1942 – Relação dos Inspectores Escolares de Santa Catarina e suas respectivas Circunscrições.
- DOESC – n.º 2392 – 2/12/1942 – Extinção do Nazismo em Santa Catarina
- DOESC – n.º 2395 – 07/12/1942 – Abrir Escolas – reprodução da entrevista concedida ao *Correio da manhã* do Rio de Janeiro
- DOESC – n.º 2538 – 12/07/1943 – Nesta hora de supremos sacrifícios e de renúncias sagradas – Nereu Ramos – reprodução da entrevista divulgada pela Agência Nacional – Rio de Janeiro
- DOESC – n.º 2547 – 23/07/1943 – Exposição de Material Nazista Apreendido
- DOESC – n.º 2548 – 26/07/1943 – Exposição Anti-Nazista – Reprodução da reportagem do Diário carioca de 21/07/1943 do material nazista apreendido em Santa Catarina
- DOESC – n.º 2550 – 28/07/1943 – Realizações do Interventor Nereu Ramos – Reprodução da reportagem publicada pelo vespertino “A Noite”, do Rio de Janeiro.
- DOESC – n.º 2579 – 10/09/1943 – A Significação da Vitória

2 – REVISTA

2.1 - INTELIGÊNCIA – Mensário da Opinião Mundial. (propriedade da autora)

Impresso na Empresa Gráfica da “REVISTA DOS TRIBUNAIS” – São Paulo-SP

- a) ANO I – Janeiro 1935 – N.º 1
- b) ANO I – Fevereiro 1935 – N.º 2
- c) ANO I – Março 1935 – N.º 3
- d) ANO I – Abril 1935 – N.º 4
- e) ANO I – Maio 1935 – N.º 5
- f) ANO I – Junho 1935 – N.º 6
- g) ANO I – Julho 1935 – N.º 7

3.0 – Entrevistas

3.1 – Arquivo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

3.2 – Arquivo da FAED/UDESC – Rua Visconde de Ouro Preto n.º 457 – Florianópolis.

3.3 – Entrevistas gravadas com Dr. Severiano Severino de Souza (advogado), Dr. Otávio Munir Bacha (professor, inspetor e advogado), senhor Lauro Locks (professor, inspetor, deputado estadual, Secretário de Estado da Educação e Cultura. Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Prefeito Municipal de Biguaçu).

4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

4.1 – Ivo D’Aquino - Nacionalização do Ensino. Aspectos Políticos. IOESC. 1943.

4.2 - a) Periódicos discutindo Nacionalização ano 1917 – 1918.

- A Época 2/07/1917
- A Época 1º/09/1917
- A Época 22/09/1917
- A Época dezembro de 1917 a dezembro de 1918
- A Novidade ano de 1917

b) Periódicos consultados – década de 1930 – 1940

- Diário Oficial do Estado, Florianópolis.
- Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.
- Jornal A Gazeta, de Florianópolis

- Jornal A Manhã, Rio de Janeiro.
- Jornal A Noite, Rio de Janeiro.

5. Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – A Era Vargas – www.cpdoc.fgv.br

6. Diário Catarinense

- Quarta-feira 10 de setembro de 2003. p. 5 – Cultura – Gente – Variedades - *Morre a Cineasta de Adolf Hitler* – Leni Riefenstahl notabilizou-se pelos filmes sobre o nazismo.
- Sábado 24 de janeiro de 2004. p. 16 – Cultura – *Pensador Vivo*. Norberto Bobbio foi a figura mais respeitada do debate intelectual-político europeu da segunda metade do século 20. Registrando o falecimento do intelectual no 9 de janeiro na cidade de Turim.
- Sexta-feira 20 de fevereiro de 2004. p. 5. – Variedades – Televisão – *O lado musical de Mário de Andrade*. Documentário revela o interesse do escritor pela música.
- Terça-feira 24 de fevereiro de 2004. p. 3 – Memória – Variedades – Perfil – *Um intelectual no meio do povo*. Como escritor e jornalista, Andrade acreditava no dever de difundir a cultura.

ANEXO N.º 1 - LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO EM 1911⁴²⁸

Decreto n. 572 de 25 de fevereiro – Reorganiza o Ensino na Escola Normal

Decreto n. 585 de 19 de abril – Reorganiza a Instrução Pública

Decreto n.586 de 22 de abril – Expede o programa de ensino para a Escola Normal.

Decreto n. 587 de 22 de abril – Aprova e manda observar o programa de ensino dos Grupos Escolares.

Decreto n.588 de 22 de abril –Manda observar, nos Grupos Escolares, o Regimento Interno respectivo.

Decreto n.593 de 30 de maio – Expede o Regulamento para a Escola Normal

Decreto n. 596 de 7 de junho – Adota obras didáticas para o uso exclusivo nas escolas públicas.

Decreto n.604 de 11 de julho – Cria as Escolas Complementares.

Decreto n.617 de 13 de setembro – Aprova e manda observar as instruções para o exame de professores provisórios

⁴²⁸ Ementário da Legislação do Ensino do Estado de Santa Catarina 1835 – 1979. Governo do Estado de SC. Fundação Catarinense de Cultura. Consultoria Geral do Estado. Florianópolis. Fevereiro de 1980.p.37.

ANEXO N.º 2 – 1917 - LEI N.º 1187, DE 5 DE OUTUBRO⁴²⁹

Estabelecendo disposições
sobre o ensino privado.

O Coronel Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que o Congresso Representativo decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Artigo. 1. O ensino preliminar é obrigatorio em todo o territorio do Estado para as creanças de 6 a 15 annos.

§ - Único. Não ficam sujeitas à obrigatoriedade:

I - As creanças que residirem a distancia maior de 3 kilometros do local da escola;

II - As que, residindo a distancia menor, não puderem matricular-se nas escolas publicas por falta de vagas ou nas escolas particulares, por motivos devidamente comprovados de pobreza de seus pais, tutores ou responsaveis;

III - As creanças que, embora não tenham attingido ainda 15 annos, tiverem concluido o curso preliminar da escola que frequentam;

IV - As creanças que soffrerem de incapacidade phyica ou intellectual reconhecida pela autoridade escolar ou de molestia contagiosa, comprovada por attestado medico.

Art. 2. As creanças em idade escolar obrigatoria, poderão receber o ensino:

Nos Grupos Escolares,

Nas Escolas Reunidas e escolas publica isoladas, estaduaes e municipaes.

Nas escolas particulares.

Art. 3 - Para os effeitos dessa obrigatoriedade será levantada annualmente, nos mezes de Janeiro e Fevereiro, a estatistica da população escolar pelos directores dos grupos escolares, pelos encarregados das escolas reunidas, pelos professores ou directores das escolas isoladas, estaduaes, municipaes e particulares.

Art. 4 - Depois de decorridos 30 dias da abertura das aulas, os directores, encarregados ou professores das escolas publicas ou particulares mandarão matricular ex-officio as creanças em idade escolar e o communicarão aos responsaveis por ellas.

§ 1 - Si dentro de 15 dias após a expedição do aviso não os enviarem á escola, onde forem matriculados ex-officio e não apresentarem motivos que justifiquem essa falta, incorrerão os responsaveis pela educação da creança na multa de 5\$000 á 20\$000, as quaes serão impostas pelos directores dos grupos, encarregado das escolas reunidas e professores ou directores das escolas isoladas, publicas ou particulares ou qualquer autoridade escoar.

§ 2 - e dentro do mesmo raio de obrigatoriedade existirem em funcção escolas publicas e particulares, caberá ás escolas publicas fazer em primeiro logar a matricula ex-officio e, só depois de preenchidas as vagas dos estabelecimentos de ensino publico poderão as escolas particulares tomar igual providencia.

⁴²⁹ Lei n.º 1187, de 5 de outubro, contida no livro de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias do ano de 1917, p 77 a 81. Revela a preocupação com a obrigatoriedade do ensino preliminar, na língua vernácula, para com as crianças de 6 a 15 anos. A I Guerra Mundial estava em andamento na Europa, acirrando a xenofobia da população brasileira com reação ao estrangeiro. Fazia-se, portanto, necessário cultivar nas crianças, a língua vernácula, cerne de distinção entre um povo e outro; e fator preponderante de identificação entre os membro de uma nação.

§ 3 - Os que apresentarem informações falsas, allegando a aprendizagem da creança em outro estabelecimento de ensino publico ou particular, serão punidos com a multa de 20\$000 a 40\$000.

§ 4 - Incorrerão mensalmente na multa de 2\$000 a 5\$000 os responsáveis pelas creanças, que no fim do mez figurarem no mappa de faltas e frequencias das escolas com mais de 3 faltas sem motivo justificado, incorrendo mais na multa de 10\$000, quando no fim do anno letivo se verificar que o numero de faltas sem motivos justificados excedeu a 25.

Art. 5 - As multas de que tratam os §§ do artigo anterior poderão ser applicadas em qualquer epoca que se verificarem as referidas informações e serão communicadas ao chefe escolar da localidade, afim de que este as encaminhe ao Thesouro para a cobrança de accordo com as leis fiscaes em vigor.

§ único - De todas as multas haverá recurso, com effeito suspensivo para o Secretario Geral.

Art. 6 - São competente para justificar faltas dos alumnos o directores dos grupos escolares, os encarregados das escolas reunidas, o professores das escolas publicas isoladas, estaduaes ou municipaes, e os directores ou professores das escolas particulares de ensino, em relação aos seus alumnos, com recurso para as autoridades escolares.

Art. 7 - As creanças que se transferirem de uma escola para outra publica ou particular, dentro do mesmo municipio devem tirar uma guia de transferencia, na qual seja declarado o anno ou classe, em que e achava matriculado o alumno, passada pelo director ou professor da escola da qual se retirar.

§ único - Os directores ou professores de estabelecimento de ensino publico ou particular que sem essa guia, fora da época de matricula, acceitarem alumno, ficam sujeito ás multas de 10\$000 a 30\$000.

Art. 8 - Nos municipios que tiverem identicas leis de obrigatoriedade, ficarão as escolas municipaes ou subvencionadas sujeitas à respectivas leis municipaes.

Art. 9 - A escolas primarias particulares de ensino estrangeiras, deverão incluir em eu programmas o ensino da lingua vernacula nas seguinte materia:

1º - linguagem

2º - hitoria do Brasil e educação civica.

3º - Geographia do Brasil

4º - Cantos hymno patrioticos brasileiro.

§ 1 - Para esse fim o programma das referidas escolas estipulara aulas intercaladas, de 30 minutos no minimo cada uma, as quaes serão distribuidas por semana inclusive o feriados, da seguinte maneira: de linguagem 6, de historia do Brasil e educação civica 3, de Geographia do Brasil 3 e de canto 2.

§ 2 - As penalidade para a inobservancia deste artigo e seu § serão:

1º) advertencia escripta

2º) multa de 10\$000 a 20\$000

3º) suspensão do funcionamento da escola.

Art. 10 - Para ministrar ao professores das escolas primarias do ensino estrangeiro as noções do vernaculo que os habilitem a cumprir o programma de que trata o art. 8 e seu §1, fica o Executivo autorisado a crear escolas preparatorias nos nucleos de população de descendencia estrangeira, dando a essas escolas preparatoria os moldes e o regulamento que julgar mais convenientes.

§ Único - Ás escolas particulares que estiverem nestas condições será dado um prazo razoavel para que os seu professores posam habilitar-se nas escolas preparatorias mais proximas.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a reformar a Escola Normal augmentando o curso de 3 para 4 annos e creando as novas cadeiras e outras medidas que se fizer em mister para o ensino pratico das linguas estrangeira e para o aparelhamento completo e perfeito deste instituto.

Art. 12- Os alumnos que concluirem o curso nos grupos escolares ficarão isentos da taxa de matricula nas escolas complementares dos respectivos grupos.

Art. 13 - Os adjunctos das escolas publica supprimidas, passarão á categoria de professores provisorio, sendo aproveitado nas escolas isoladas, independente de exame.

Art. 14 - Para a fiel execução desta lei o executivo elaborará um regulamento e fará as despezas e operações financeiras necessarias, para o que fica aberto o respectivo credito.

Art. 15 - As candidatas ao magisterio publico, que se matricularem na Escola Normal, da data desta lei em diante, quando diplomadas e nomeadas professoras, perderão o cargo se contrahirem casamento.

Art. 16 - Nos logares em que houver duas caixas escolares annexas a grupo ou escolas reunidas, poderão as mesmas caixas ser fundidas em uma só; com vantagens e regalias para ambos os estabelecimentos.

Art. 17 - Continuam em vigor toda as disposições das leis sobre o ensino e eu respectivos regulamentos que não tiverem sido expressamente revogados por esta lei.

O Secretario Geral dos Negocios do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo, em Florianopolis, 5 de Outubro de 1917.

Felippe Schmidt

Fulvio C. Aducci

Publicada a presente Lei na Directoria do Interior e Justiça, aos 5 dias do mez de Outubro de 1917.

ANEXO N.º3 - PORTARIA

DO SECRETARIO GERAL

Portaria n.º 24, de 31 de maio⁴³⁰. O Secretario Geral, devidamente autorizado pelo Dr. Governador do Estado, e tendo em vista o accordo estabelecido entre esta Secretaria, o Municipio de Urussanga e o real Consulado de Italia em Florianopolis, para o fim de ser estabelecida, na séde do Municipio de Urussanga, uma escola destinada a preparar, para o melhor desempenho de suas funções os actuaes professores particulares do referido municipio, que recebem subvenção, não só dos cofres municipaes como do Governo Italiano; e considerando a bôa vontade manifestada, tanto pela Superintendencia de Urussanga como pelo real Consulado da Italia, no sentido de ser melhorado o ensino primario naquelle municipio, obrigando-se a todos aquelles que, para minitra-lo, recebem auxilio pecuniarios da Superintendencia e do Consulado, a frequentar uma Escola Preparatoria em que aprendam sufficientemente as materias que tem de ensinar as creanças bem como os methodos adequados ao ensino e especialmente a lingua, a historia e a geographia nacionaes, a gymnastica escolar as licções de civismo, os cantos escolares, considerando o compromisso que tomaram as autoridades municipal e consular acima referidas, de suspender o subsidio aos professores que não frequentarem a dita Escola preparatoria ou fôrem reprovados nos exames finaes; considerando que, tratando-se de uma iniciativa inteiramente ova, não convem estabelecer desde o principio regras definitivas para essa Escola, as quaes só devem ser formuladas depois da necessaria experiencia; manda vigorar na Escola Preparatoria de Urussanga, as instrucções e programmas annexos a presente Portaria.

Instrucções para a Escola Preparatoria de Urussanga a que se refere a Portaria acima.

Art. 1 - Fica creada a escola preparatoria de Urussanga, na séde de municipio de igual nome.

Art. 2 - O fim da escola, a que se refere o art. Anterior, é preparar para o magisterio preliminar os professores nomeados ou subvencionados pela Superintendencia do dito municipio.

Art. 3 - A frequencia da escola preparatoria é gratuita e obrigatoria, para os professores de que trata o art. antecedente.

§ único - Fóra da frequencia estabelecida neste art. a escola ainda pode ser frequentada por adultos, homens ou mulheres, estranhos ao magisterio.

Art. 4 - A frequencia a que se refere o § único do art. 3.º só será permittida a candidatos que possuam sufficiente gráo de instrucção a Juizo do Director da escola, para acompanhar o ensino que ella deve ministrar.

⁴³⁰ A Portaria n.º24 de 31 de maio de 1917. Deixa clara que havia por parte do Governo Italiano, interesse em manter seus "filhos" e os que deles descenderam, ligados às suas tradições culturais. Através de seu Consulado foi criado condições para a abertura de uma escola preparatória para seus professores em Urussanga. Livro de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917. Arquivo do Estado de Santa Catarina. p.5 das Portarias

Art. 5 - Aos professores de que trata o art. 3.º, será pelo município garantido o ordenado ou a subvenção, durante o tempo que frequentarem a escola profissional.

§ único - O professor que fôr reprovado em exame finais, perderá o cargo.

Art. 6 - Depois de um anno de funcionamento da escola os professores que não a tiverem frequentado perderão o direito aos vencimentos ou as subvenções.

Art. 7 - Cada professor é obrigado a comparecer ás aulas uma ou duas vezes por semana, conforme a maior ou menor facilidade de transporte de sua escola a séde do município. Assim, ao menos para os alumnos que forem professores, a escola funcionará uma ou duas vezes por semana.

Art. 8 - A escola funcionará em prédio que der a Superintendência de Urussanga.

Art. 9 - A escola terá dois professores, sendo um de nomeação do Governo e outro do Consulado Italiano de Florianopolis.

Ao primeiro será paga uma gratificação mensal de 60\$000.

Art. 10 - A direcção caberá ao professor que fôr indicado pelo Secretario Geral.

Art. 11 - Para zelar pela conservação do prédio, mobiliario e utensilios escolares, o Director da escola contractará pessoa idonea mediante a gratificação mensal de 10\$000; paga pelo Estado.

Art. 12 O ensino da escola será de dez mezes lectivos, de 15 de Fevereiro a 15 de Dezembro, e constará de elementas as seguintes materias: portuguez, italiano, arithmetica, geographia, historia, noções de agricultura e Hygiene rural, desenho, canto e gymnastica.

§ único - Perderá o direito á frequencia, o alumno que dér durante o anno mais de 10 faltas.

Art. 13. O programma será o que vae anexo as presentes instrucções. O da lingua italiana, porém, será fornecido pelas autoridades consular referida no art. 9.

Art. 14 - Na escola preparatoria, serão adoptados os livros approvados pelo Secretario Geral.

Art. 15 - Revogam-se a disposições em contrario.

Fulvio Aducci

ANEXO N.º4 - 1917 - PORTARIA DO SECRETARIO GERAL

Portaria n.º 45, de 16 de Agosto.⁴³¹ O Secretario Geral dos Negocio do Estado, Attendendo o appello que lhe foi dirigido pela Liga da Defeza Nacional recommenda, por intermedio do Sr. Director da Instrucção Publica, a todos os Directores de Grupos Escolares, Encarregados das Escolas Reunidas e professores das escolas isoladas, que observando o dispositivo na legislação escolar, promovam em suas escolas, no proximo dia 7 de setembro, uma festa commemorativa da Independencia do Brasil, á qual deverão comparecer todos os alumnos matriculados, que como de costume, cantarão os hymnos patrioticos adquados ao acto e dirão monologos, dialogos, poesias e discursos reativos a Independencia de nossa Patria, devendo no momento de ser iniciada a festa, todos os Directores de grupos e escolas reunidas, e os professores e professoras de escolas isoladas, fazerem uma allocução patriotica aos seus alumnos, a qual tera o seguinte thema "A Idea da Patria".

Fulvio Aducci

⁴³¹ A Portaria n.º45 de 16 de agosto de 1917. Nos mostra que o pensamento nacionalista, da época, já se preocupa com o culto a pátria; com a inspiração de um amor fraterno a terra Mãe. IDEM. p.9 das Portarias.

ANEXO N.º5 – 1917 - PORTARIA ⁴³² DO SECRETARIO GERAL

Portaria n.º80, de 13 de novembro. O Secretario Geral do Estado usando das suas attribuições e como medida de segurança publica, firmado no decreto n. 3.361, de 26 de Outubro de 1917, resolve expedir as seguintes instruções:

Art. 1 - Em todas as Delegacias de Policia fica creado o registro de subditos allemães residentes no Estado.

§ único. Esse registro será feito em livro proprio, conforme o modelo n.1, e comprehenderá sómente os subditos allemães de maior idade, varões ou mulheres que vivem a expensas proprias.

Art. 2 - Os subditos allemães referidos no art. 1, ficam obrigados a comparecer perante as Delegacias e prestarem as declarações constantes do Formulario n.1;

Art. 3 - A Delegacia fornecerá a todos os sbditos allemães que registrar na forma retro estabelecida, uma declaração conforme o modelo n. 2.

§ único. Todo subdito allemão que não prestar essa declaração a autoridade policial, quando solicitada, será obrigado a comparecer perante a Delegacia de Policia, para legitimar-se, ob pena de desobediencia.

Art. 4 - Os subditos allemães já identificados civilmente não ficam isento do registro.

Art. 5 - Todo subdito allemão que se mudar de um districto ou unicipio, para outro, fica obrigado a communicar a sua mudança a autoridade do logar que deixar e á do municipio em que fôr residir.

Art. 6 - Todo subdito allemão que entrar na cidade de Florianopolis é obrigado a, dentro de 48 horas, comparecer á Delegacia da circumscripção onde fôr morar e submeter-se ahi ao registro.

§ uunico - Os hotéis, hospedarias, casas de pensões e outros estabelecimentos não poderão dar hospedagem, por mais de 48 horas, a subditos allemães, em que elles exhibam a prova de registro.

Art. 7 - Nenhum subdito allemão deixará a cidade de Florianopolis sem se apresentar primeiro á Chefatura e receber o "Salvo-Conducto" assignado pelo Chefe de Policia ou o visto no documento n.2 a que se refere o art. 3.

Art. 8 - A policia nos porto não permittirá que desembarque nenhum subdito allemão, exceptuando-se desta prohibição aquelles que provarem domicilio no Estado e se tenham ausentado temporariamente ou que apresentarem attestado da policia nacional, provando a sua boa conducta e identidade pessoal.

Art. 9 - O commercio de armas fica sujeito as seguintes regras, alem daquellas contidas no direito vigente:

a- nenhum subdito allemão será dada licença para o commercio de armas;

b- nenhum commerciante poderá vender armas a subdito allemão, sem que exhiba a permissão dada pela policia.

§ único - A violação deste dispositivo importa na cassação da licença.

Art. 10 - É vedada a residencia de subdito allemães nas proximidades dos quartéis, reservatorios de agua, usina de força e luz, ou em qualquer outro ponto que os domine, sempre que a autoridade entender prejudicial aos interesses nacionais.

⁴³² Portaria n.º 80 de 13 de novembro de 1917, assinada pelo Secretario Geral Fulvio C. Aducci. Contido no livro de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917. p... Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

FORMULARIO N. 1

Registro n.

Registro dos subditos allemães residentes no municipio de:

Nome:

Nome do pae e da mãe:

Edade: annos:

Logar onde nasceu:

Data de nascimento de de 18.....

Profissão, officio ou occupação:

Logar da ultima residencia:

Há quanto tempo reside no municipio:

Indicação exacta da residencia do proprietario do predio onde reside:

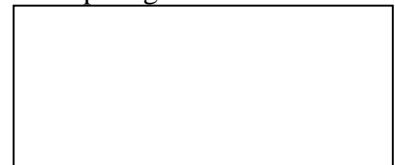
Onde trabalha:

Indicação do nome e residencia do patrão sob cujas ordens trabalha:

Nome, edade, nacionalidade da esposa e dos filhos menores de 21 annos (si houver):

Alterações: (mudança de residencia, desaparecimento, morto ou qualquer outra).

Impressão do pollegar direito



ANEXO N.º 6 – 1931 - DECRETO N.º 58⁴³³

O General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina,

Considerando que a actual legislação escolar, relativa á nacionalização do ensino primário e ao ensino privado, contida na lei 1187, de 5 de outubro de 1917, decreto n.º1063, de 8 de novembro de 1917, lei n.º1263, de 15 de setembro de 1919 decreto n.º1321, de 29 de janeiro de 1920, lei n.º1380, de 21 de setembro de 1921, lei n.º1656, de 8 de novembro de 1929, além de complexa, contem disposições que na pratica e tornam deficientes;

Considerando que necessario é, entretanto, regularizar o modo por que devem funcionar as escolas a que se referem as citadas disposições,

Decreta

Art. 1 - Ficam revogado os dispositivos contidos n lei n.º1187, no decreto n.º1063, na lei n.º1283, no decreto n.º1321, nas leis n.º1380 e 1656, respectivamente de 5 de outubro de 1917, de 8 de novembro de 1917, de 15 de setembro de 1917, de 20 de janeiro de 1920, de 21 de setembro de 1921, de 8 de novembro de 1929, na parte referente ao e ensino privado e á nacionalização do ensino.

Art. 2 - As escolas primarias estrangeiras, que já se acharem licenciadas e inscriptas na Diretoria da Instrucção, continuarão a funcionar, devendo manter para cada turma de sessenta alumno, ou fracção excedente, um professor habilitado, na forma do presente decreto, para o ensino na lingua vernacula das seguintes materias: - Português: Geographia do Brasil, Chorographia do Estado, Historia Patria, Educação Moral, Educação Civica e Cantos Patrios.

Paragr. 1 - O programma para o ensino das disciplinas estatuidas no presente artigo será o mesmo das escolas officaes do Estado, segundo a graduação das escolas, a juizo do Director da Instrucção.

Paragr. 2 - Os directores das escolas a que se refere o presente artigo, deverão fallar correntemente a lingua vernacula.

Art. 3 - São consideradas escolas estrangeiras aquellas nas quaes o ensino de uma ou varias disciplinas seja ministrado em lingua estrangeira e que forem frequentadas por menores de 14 annos.

Art. 4 - As escolas estrangeiras que, de ora em deante, se abrirem num raio de tres kilometros das escolas, publicas, (escolas isoladas ou grupos escolares) só poderão funcionar nas seguintes condições:

- 1.º) - fora do horario regulamentar das escolas publicas;
- 2.º) - com matricula de crianças que no dito horario, frequentem as escola publicas ou que possuirem certificados de conclusão do curso primario em taes escolas;

⁴³³ Decreto n.º58, baixado pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior e Justiça , contido no livro de Leis, Decretos e Resoluções de 1931, p. 12 a 15. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

OBS: Nas considerações do Decreto em comento, a lei baixada em 15 de setembro de 1917, está referendada como Lei n.º1263 enquanto que o correto é Lei n.º1283. Já no corpo do Decreto encontramos a mesma Lei n.º1283 com data de 15 de setembro de 1917 e o correto é 1919. O Decreto n.º1321 é de 29 de janeiro de 1920. E a Lei n.º 1636 foi baixada em 8 de outubro de 1929.

Art. 5 - As escolas nas condições do artigo antecedente, serão consideradas cursos em lingua estrangeira e poderão ministrar os seus programas em qualquer idioma.

Art. 6 - A licença para abertura das escolas a que se refere o art. 4 será dada pelo Secretario do Interior e Justiça, mediante requerimento em que o professores ou associações escolares declararem:

- 1 - as materias a serem leccionadas;
- 2 - os nomes dos professores e sua idoneidade moral e profissional provada;
- 3 - a localidade da escola,
- 4 - o responsável ou os responsáveis pela escola;
- 5 - as condições hygienico-pedagogicas do predio escolar.

Art. 7 - As escolas abertas na conformidade do art. Anterior ficam sujeitas:

- 1 - a guardar os feriados nacionaes;
- 2 - a remetter mensalmente, á Directoria da Instrução, os boletins estatisticos.

Art. 8 - As escolas estrangeiras que se abrirem fora do raio da obrigatoriedade das escolas publicas (3 kilometros) deverão cumprir as seguintes disposições:

- 1 - requerer licença no Secretario do Interior e Justiça, que dará ou negará, ouvido o Director da Instrução;
- 2 - instruir o requerimento a que se refere a alinea anterior, com as seguintes informações:

- declaração do ponto e da localização da escola;
- plano do horario e do programma;
- nome do professor ou dos professores habilitados na forma do decreto presente.

Art. 9 - A habilitação dos professores far-se-á perante banca examinadora de tres membros, regularmente constituida, presidida pelo Director da Instrução.

Paragrapho unico - Nos municipios em que funcionarem as escolas subvencionadas pela União, a presidencia da banca caberá ao Inspector Federal das Escolas Subvencionadas, sendo que neste caso os exames se realizarão na séde da referida inspectoría.

Art. 10 - Os exames para a habilitação dos professores das escolas estrangeiras versarão sobre as disciplinas que devem ser ministradas na lingua vernacula, conforme o art. segundo, especificadas no decreto 1300, de 14 de novembro de 1919.

Art. 11 - As escolas particulares em que todas as disciplinas sejam ministradas na lingua patria, deverão:

1 - requerer licença de abertura ao Secretario do Interior e Justiça, declarando: - o local em que deverá funcionar a escola, as disciplinas a serem ministradas, os horarios e responsáveis pela escola;

2 - instruir o requerimento com os seguintes documentos:

a- attestado de idoneidade moral e profissional do Director e de cada um dos professores da escola

b- declaração de installar as escolas em predios que tenham as necessarias condições hygienicas.

Art. 12 - O attestado de idoneidade moral será passado por autoridades judiciaes, escolares ou policiaes bem como por autoridades religiosas em se tratando de escolas ou ensino religioso; o attestado de idoneidade profissional no caso dos docentes não serem diplomados por escolas do paiz, caberá á autoridades escolares do Estado.

Art. 13 - Nas zonas servidas pelas escolas subvencionadas, a Directoria da Instrução deverá ouvir o Inspector Federal de taes escolas sobre os assumptos que se relacionarem com a nacionalização do ensino.

Art. 14 - A fiscalização das medidas constantes do presente decreto caberá ao Director da Instrução, Inspector Federal das Escolas Subvencionadas, aos Inspectores Eschoares e Chefes Escolares.

Paragr. 1 - As escolas a que se refere o art. 4 serão fiscalizadas, outrosim , pelos Directores dos Grupos Escolares, ou professores das escolas isoladas, segundo a hypothese de funcionarem junto dos Grupos Escolares ou escolas isoladas;

Paragr. 2 - A fiscalização da observancia por parte dos professores particulares, do contido nas alineas 1 e 2 do art. 4, alinea 1 do art. 7, art. 15 e 16.

Art. 15 - A escripturação das escolas a que se refere o presente decreto, será feita na lingua vernacula.

Art. 16 - Os professores e associações escolares, responsaveis pelas escolas a que se refere o presente Decreto, segundo a inscripção, na Directoria, não poderão alterar as suas docencias, programmas e horarios, sem previa licença da Directoria da Instrução.

Art. 17 - As infracções das disposições deste Decreto, importarão nas multas de 500\$000 a 1:000\$000 e da suspensão de funcionamento da escola, em caso de reincidencia, sem prejuizo das comminações previstas no Codigo Penal.

Art. 18 - A applicação das multas e penas de suspensão caberá:

Ao Director da Instrução, Inspector Federal das Escolas Subvencionadas, aos Inspectores Escolares, com recurso para o Secretario do Interior e Justiça.

Art. 19 - As multas serão processadas segundo a legislação fiscal em vigor, sendo que não terão effeito suspensivo os recursos contra as mesmas.

Art. 20 - O presente decreto entrará em execução quinze dias depois de publicado.

Art. 21 - Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo em Florianopolis, 28 de janeiro de 1931.

Ptolomeu de Assis Brasil
Manoel Pedro Silveira

ANEXO N.º 7 – 1931 - DECRETO N.º 85⁴³⁴

O Doutor Manoel Pedro Silveira, secretario d'Estado dos Negocios do Interior e Justiça no exercicio interino do cargo de Interventor Federal no Estado de Santa Catarina,

Considerando que a acção e orientação dos inspectores escolares, são dispersas e divergentes com o actual regimem de inspectorias regionaes. Considerando que a falta de contracto dos inspectores com a Directoria da Instrucção, afroixa a efficiencia do serviço de inspecção technica,

Decreta:

Art. 1.º - Os inspectores escolares residirão na Capital do Estado, onde todavia não poderão permanecer mais de 30 dias, para elaboração dos relatórios das inspecções realizadas, excepto durante o periodo das férias escolares, ficando revogados os artigos 2. e 3. Do Decreto n.º2.096, de 26 de outubro de 1927.

Art. 2.º - Ficam restauradas as Chefias Escolares de Porto União, Tubarão, Lage e Blumenau.

Art. 3º - Os attestados de exercicio dos professores do municipio de Florianopolis serão passados pelo Chafe de Expediente da Directoria de Instrucção, á vista dos boletins enviados pelos mesmos á Secção de Estatistica da referida Directoria.

Art. 4º - As nomeações de Delegados Escolares do, municipio de Florianopolis cabem ao Director da Instrucção.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo em Florianopolis, 9 de março de 1931

Manoel Pedro Silveira
Candido de Oliveira Ramos.

⁴³⁴ Decreto n.º85. Contido no livro de Decretos, Resoluções e Portarias do Estado de Santa Catarina no ano de 1931. P.34.

ANEXO N.º 8 - 1931 - DECRETO N.º 94⁴³⁵

O Coronel Luiz Carlos de Moraes, Interventor Federal interino do Estado de Santa Catarina,

Considerando que nos exames realizados, no corrente mês, na cidade de Blumenau, a maioria dos professores, que a elles compareceram, não pôde satisfazer as disposições do Decreto n.º58, de 28 de janeiro do corrente anno, pertinentes á nacionalidade do ensino;

Considerando que louvavel foi, o entanto, a solicitude daquelles que, chamados aos ditos exames, procuraram satisfazer os preceitos do citado decreto;

Considerando, finalmente, que necessario é proseguir-e nas medidas relativas á nacionalização do ensino, já existentes em leis anteriores e consubstanciadas no citado decreto n.º58,

Decreta:

Art. 1 - Aos professores das escolas estrangeiras, reprovados nos exames procedidos, no corrente mês, na cidade de Blumenau, fica concedido, por equidade, o prazo de seis meses, afim de se habilitarem nas materias a que se refere o art. 2. Do decreto n.º58, de 28 de janeiro do corrente anno.

Art. 2 - Os professores que se furtaram ao cumprimento do mencionado decreto, não comparecendo aos citados exames, fica concedido o prazo de dois meses, afim de se habilitarem.

Art. 3 - Os prazos a que se referem os artigos anteriores, serão contados da publicação deste.

Art. 4 - As escolas a que se referem artigos anteriores poderão continuar funcionando, até que os seus professores legalizem as suas situações, nos termos deste.

Art. 5 - Continuam em pleno vigor as disposições do art. 4. Da lei n.º1318, de agosto de 1920, vedando aos municípios subvencionarem escolas, cujo ensino não fôr ministrado na lingua vernacula.

§ único - Os inspectores escolares deverão fazer observar o presente artigo, denunciando a sua transgressão ao Director da Instrucção Publica.

Art. 6 - Revogam-se as disposições em contrario,
Palacio do Governo em Florianopoli, 28 de março de 1931.

Luiz Carlos de Moraes
Manoel Pedro Silveira

⁴³⁵ - Decreto n.º94. contido no Livro de Decretos, Resoluções e Portarias do Estado de Santa Catarina. de 1931.p.38. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

ANEXO N.º 9 - 1933 - DECRETO N.º 432⁴³⁶

O Coronel Aristiliano Ramos Interventor Federal no Estado de Santa Catarina

Considerando que o professor Orestes Guimarães prestou relevantes serviços ao Estado, quer na reorganização do ensino primário, quer nos serviços de nacionalização do ensino.

Considerando que o Estado, à vista dos seus assinalados trabalhos, se deve associar às homenagens que o magisterio Catarinense vai prestar á memoria de tão abnegado educador

Decreta

Fica designado o dia 31 do corrente mês para homenagear a memoria do professor Orestes Oliveira Guimarães, devendo realizar-se nos estabelecimentos de ensino preleções sôbre a vida e trabalhos realizados no Estado pelo referido professor.

Palacio do Govêrno, em Florianópolis, 31 de outubro de 1933

Aristiliano Ramos

⁴³⁶ Decreto n.º 432. Contido no livro de Decretos, Resoluções e Portarias de 1933.. p.75. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

ANEXO N.º 10 - DECRETO N.º 447⁴³⁷

O Coronel Aristiliano Ramos Interventor Federal no Estado de Santa Catarina,
Considerando que a organização dada aos Colégios particulares equiparados aos Grupos Escolares não tem aprovado na prática, pois, a falta de um Diretor que tenha conhecimentos técnicos de ensino e de administração dificulta o desenvolvimento dos programas escolares e embaraça a disciplina dos docentes e discentes, faltando também a unificação e a orientação didática;

Considerando que não há um contrato entre o Estado e as Comunidades escolares que estabeleça claramente as obrigações das referidas Comunidades e do Estado, que de futuro poderá acarretar embaraços

Decreta:

Art. 1 - O Governo do Estado só equipará aos Grupos Escolares oficiais, os Colégios particulares, que estejam funcionando de acôrdo com as leis do Estado, cujo ensino seja todo ministrado em língua vernácula.

Art. 2 - Os Colégios particulares que desejarem os favores oficiais deverão apresentar os documentos que provem a fiel observancia dos dispositivos do artigo anterior e declarar que fazem a concessão ao Estado, do prédio e mobiliario escolar, fixando o prazo em que deve vigorar a referida concessão e quais os favores que solicitam do Estado.

Art. 3 - O Estado, se julgar a equiparação solicitada, conveniente á difusão do ensino, determinará a assinatura de um contrato. Assinado o contrato o Govêrno lavrará o Decreto de equiparação e nomeará o Diretor e os docentes que serão remunerados pelos cofres públicos, ficando os Vigários ou os Pastores encarregados da parte espiritual, em relação aos alunos que frequentam o estabelecimento.

Art. 4 - O Govêrno só nomeará para êsses Colégios professores normalistas, na fórmula da legislação em vigor.

Art. 5 - Os estabelecimentos equiparados ficam sujeitos às leis e aos regulamentos em vigor para os congêneres do Estado, podendo ser incluído no horário o ensino religioso, observando-se a legislação federal que rege o assunto.

Art. 6 - Os Colégios que gosarem dos favores acima especificados serão obrigados a ministrar o ensino primário gratuitamente a ambos os sexos.

Art. 7 - As comunidades escolares e o Estado não poderão fazer o distrato durante o prazo estabelecido, para não acarretar prejuizos aos alunos matriculados nos referidos Colégios.

Art. 8 - Findo o prazo a que se refere o contrato êste poderá ser renovado, dentro das mesmas condições, e a sua ou não renovação deve ser providenciada com a antecedencia de seis meses antes de terminar, afim de que sejam salvaguardados os direitos adquiridos pelos docentes e discentes do estabelecimento.

Art. 9 - O prazo a que se refere o artigo 2º será iniciado em qualquer mês do 1º semestre letivo e terminará a 15 de dezembro não podendo ser inferior a 10 anos.

⁴³⁷ Decreto n.º 447. Contido no livro de Decretos, Resoluções e Portarias de 1933. p. 85 e 86. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 10 - A conservação dos prédios escolares concedidos ao Estado nas condições do presente decreto será feita pelo proprio Estado, si nos mesmos funcionarem somente o curso dos grupos escolares, e será feita pelo concessionario, si houver internato ou cursos anexos de ensino remunerado.

Art. 11 - Os Colégios particulares que desejarem gosar dos favores da equiparação aos Grupos Escolares oficiais, conservando a sua propria docencia, sem ônus para o Estado, poderão requerer o referido favor se comprometendo a observarem os programas oficiais e se sujeitarem a fiscalização do Govêrno, desde que o ensino ministrado seja em língua vernácula.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palacio do Govêrno, em Florianópolis, 26 de dezembro de 1933

Aristiliano Ramos
Placido Olympio de Oliveira

ANEXO N.º 11 – 1934 - DECRETO-LEI N.º 35⁴³⁸

Proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes, ou núcleos, de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares, ou outros, que recebam auxílio ou favor, do Estado, ou dos municípios.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.181 da Constituição da República;

Decreta:

Art. 1º Salvo homenagem de caráter estritamente científico, moral ou religioso; com prévia licença do Governo do Estado, é proibido dar nome de pessoas estrangeiras ou usar de denominações que não sejam em língua nacional, em sedes, ou núcleos de população, que se criarem, quer por iniciativa pública, quer particular.

§ 1º - Estende-se a proibição aos estabelecimentos escolares, cujo funcionamento dependa de licença do Governo do Estado, ou a quaisquer outros que gozem de auxílio, ou favor do Estado ou do Municípios.

§ 2º - Os estabelecimentos, das condições do parágrafo anterior, serão fechados, se escolares, e terão suspensos os auxílios ou favores, se destes gozarem, desde que persistam na conservação da denominação proibida por este decreto-lei, uma vez intimados a mudá-la.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Florianópolis 13 de janeiro de 1938.

Nerêu Ramos

Ivo d'Aquino

Ivens de Araújo

Rodolfo Vitor

Tietzmann

⁴³⁸ Decreto-Lei. N.º 35. Contido no livro de Decretos-Leis de 1938 do Estado de Santa Catarina. p. 19. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

ANEXO N.º 12 - 1938 - DECRETO-LEI N.º 76⁴³⁹

Dispõe obre a educação cívico-cultural
das associações de caráter privado .

O Doutor Nerêu Ramos Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o art.181 da Constituição da República,

Decreta:

Art. 1º - As associações em geral, de caráter privado, ficam sujeitas à orientação e fiscalização do Departamento de Educação no tocante à instrução cívica e educação física e cultura.

§ 1º - Os programas e horários aprovado por aquele Departamento, e nele registrados o nome dos respectivos professores ou instrutores que deverão ser brasileiros.

§ 2º - De todo o programa comemorativo de datas, ou acontecimentos nacionais, deverá ser enviado um exemplar, com antecedência de dez dias, ao inspetor escolar da respectiva circunscrição, que poderá desaprová-lo no todo, ou em parte, e não corresponder às exigências do Departamento de Educação.

Art. 2º - As associações de caráter privado ficam, no que lhes fôr aplicável, sujeitas às leis e regulamento relativos ao ensino e educação, e, especialmente, quanto à parte referente à nacionalização.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis 4 de março de 1938.

Nerêu Ramo Ivo d'Aquino

⁴³⁹ Decreto-Lei n.º 76. Contido no livro de Decretos-Leis de 1938 do Estado de Santa Catarina. p. 58 e 59. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

ANEXO N.º 13 - 1938 - DECRETO-LEI N.º 88⁴⁴⁰

Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 181 da Constituição da República,

Considerando que embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, "não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com ausência de fins sociais";

Considerando que o ensino é "um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam;

Considerando que, portanto, é dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude brasileiras, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas formando-lhes o espírito no culto às tradições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro;

Considerando que, sendo cidadãos brasileiros "os que nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de seu país"- corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no sólo nacional;

Considerando a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acôrdo com a orientação social e política do Estado Novo;

Decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão, no Estado, pelas normas dêste decreto-lei.

Art. 2º - Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretario do Interior e Justiça.

Parágrafo único - Dentro em um raio de tres quiômetros de escola pública, ou particular licenciada, só poderá ser localizada outra escola, de vez que as existencias não comportem a totalidade das crianças, em idade escolar, recenseadas na circunscrição correspondente.

Art. 3º - A concessão de licença depende de requerimento, que especifique:

- 1.º - o nome do estabelecimento;
- 2.º - o local da escola, com indicação do município, cidade, vila, ou povoado, rua e número;
- 3.º - os cursos que se manterão, as disciplinas que serão professadas, e o programa e horário adolados;
- 4.º - a duração de cada curso;
- 5.º - o número maximo de alunos para cada classe

⁴⁴⁰ Decreto-Lei n.º 88 de 31 de março de 1938, está contido no livro de Decretos-Leis de 1938 da página 78 a 86. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

- 6.º - o período de férias;
- 7.º - o corpo docente, com a designação do diretor;
- 8.º - se a escola representa iniciativa singular do professor; ou organização de um grupo de professores ou de sociedade escolar;
- 9.º - o nome do responsável pelo estabelecimento, perante o Governo do Estado;
- 10.º - a relação do material escolar e a declaração de estar este, ou não, exonerado de dívida;

Art. 4.º - Devera o requerimento ser instruído com os seguintes documentos:

- 1.º - prova de serem brasileiros natos os professores da língua nacional, geografia, historia do Brasil e de Educação cívica e moral, em todos os cursos;
- 2.º - prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores são brasileiros natos, ou naturalizados;
- 3.º - prova de serem os professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, ou habilitados conforme o decreto n.º1300 de 14 de novembro de 1919;
- 4.º - prova de identidade e idoneidade moral do diretor ou responsável, e dos professores;
- 5.º - prova de sanidade do diretor, professores e demais funcionários da escola;
- 6.º - prova da propriedade do material escolar;
- 7.º - demonstração dos meios de manutenção da escola pormenorizando-se a receita e a despesa anuais; e, recebendo o estabelecimento auxílio ou contribuição individual, quer diretamente, quer por meio de sociedade escolar, especificar os nomes dos auxiliares, ou contribuintes, sua nacionalidade, residência, idade, profissão, e se são representantes legais de alunos matriculados;
- 8.º - cópia do regimento interno, que será adotado;
- 9.º - fotografia e planta do prédio e de seus compartimentos;
- 10.º - prova da capacidade didática dos professores;
- 11.º - declaração expressa do responsável, com firma reconhecida, de que o estabelecimento não será mantido nem subvencionado por instituição ou govêrno estrangeiro;
- 12.º - um exemplar dos respectivos estatutos e a prova de se acharem inscritos no registro competente, se o estabelecimento for mantido por sociedade escolar.

Art. 5º - O Govêrno do Estado poderá rejeitar no todo ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastantes, bem como, por intermedio do Departamento de Educação, determinar as investigações necessarias para averiguar a procedencia, ou a veracidade, das declarações feitas.

Art. 6º - Não podera ser diretor, ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por este responsável, pessoa que o Govêrno do Estado, a seu exclusivo juizo, não reputar idônea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica.

Art. 7º - É obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário:

- 1.º - dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro;
- 2.º - adotar os livros aprovados oficialmente;
- 3.º - usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em taboletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar;

4.º - confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternais a professores brasileiros natos;

5.º - Ter sempre ensaiados os hinos oficiais

6.º - homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos oficiais, fazendo recitar a oração que será fornecida pelo Departamento de Educação.

7.º - respeitar os feriados nacionais, comemorando-os condignamente;

8.º - adotar uniformes escolares, desde que seja mantido mais de um curso, e submetê-los, previamente, à aprovação do Departamento de Educação, que poderá determinar as modificações que julgar necessárias;

9.º - Ter à vista, na sala de aula, o horário das lições;

10º - receber e acatar as autoridades escolares, prestando-lhes todas as informações que exigirem;

11º - organizar uma biblioteca de obras nacionais para os alunos;

12º - apresentar, anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares;

13º - fornecer, ao Departamento de Educação e às autoridades de ensino, os dados estatísticos solicitados;

14º - não admitir aplicação de castigo físico aos alunos.

Art. 8º - O mapas, fotografias, estampas dísticos ou emblemas, assim nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, não poderão perder o característico de brasilidade.

Parágrafo único - É obrigatória a colocação da Bandeira Nacional, em lugar de destaque, em todas as salas do estabelecimento.

Art. 9º - Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá, direta ou indiretamente ser mantido, ou subvencionado, por instituição ou govêrno estrangeiro, ou elementos que, embora não estrangeiros, não exprimam, a juízo exclusivo do Govêrno do Estado, cabal garantia de que o auxílio escolar fornecido não concorra para desvirtuar ou enfraquecer os sentimento de brasilidade, que devem ser transmitido à infância e a juventude nascidas no Brasil.

Art. 10 - Deverá ser previamente aprovado pelo Secretário do Interior e Justiça a denominação de estabelecimento de ensino particular.

Parágrafo único - Não poderá ser adotada denominação que, embora em lingua nacional, recorde, ou exprima, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira.

Art. 11º - O responsável por estabelecimento particular de ensino primário assinará, perante o inspetor escolar da circunscrição, termo de responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências do presente decreto-lei.

Art. 12º - Fica obrigado ao exame previsto pelo decreto n.º 1.300 de 14 de novembro de 1919, o diretor ou professor de escola particular que não for diplomado por estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido, nem possuir certificado de professor provisório.

§ 1.º - A reprovação no exame inhabilita o candidato, assim para as funções de professor, como para as de diretor ou responsável.

§ 2.º - Sómente passados dois ano poderá requerer novo exame o candidato reprovado.

§ 3.º - O exame será presidido pelo Inspetor Federal das escolas subvencionadas, quando realizado nas zonas sob sua jurisdição.

Art. 13.º - Excetuados os estrangeiros que sejam hóspedes oficiais do Governo do Estado, nenhum orador, ou conferencista, poderá expressar-se, nas reuniões ou comemorações escolares, senão na língua nacional.

Parágrafo único - Serão previamente submetidos à aprovação do inspetor de ensino da circunscrição os programas dessas comemorações, ou reuniões.

Art. 14.º - O ensino religioso será feito em língua nacional, quando ministrado dentro do horário dos trabalhos escolares.

Art. 15.º - Os estabelecimentos particulares de ensino primário não poderão ter outro horário, senão o aprovado pelo Departamento de Educação.

Art. 16.º - A infração de dispositivos do presente decreto-lei corresponderão às seguintes penalidades.

- a- afastamento do diretor, ou responsável, e professores;
- b- fechamento temporário do estabelecimento;
- c- fechamento definitivo, com apreensão do material escolar e didático.

Art. 17.º - O diretor ou professor, será afastado, quando:

1º - não tiver ensaiado os hinos oficiais em todos os cursos, nem fizer aos alunos a explicação e a interpretação das relativas letras;

2.º - não fizer a escrituração escolar no idioma nacional e de acordo com o modelo oficial;

3º - não adotar programas oficiais para o curso primário;

4º - não usar a série de livro didático adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;

5º - negar informações solicitadas pelas autoridades escolares, ou fornecê-las inverídicas;

6º - aplicar castigos físicos aos alunos;

7º - infringir individualmente quaisquer outros dispositivos deste decreto-lei;

8º - fôr acometido de moléstia contagiosa, ou que torne incapaz para a função:

§ 1º - Não poderá, durante cinco anos, exercer o magistério no Estado, o diretor, responsável, ou professor afastado por qualquer do motivo previstos neste artigo.

§ 2º - Se o afastamento fôr motivado por ter cooperado para impedir, ou dificultar, a nacionalização do ensino, não mais poderá exercer qualquer função pública em repartição do Estado nem em instituição ou estabelecimento, por este subvencionado.

Art. 18º - Fechar-se-á o estabelecimento temporariamente, e enquanto persistir a irregularidade, quando:

1º - não ministrar todo o ensino na língua nacional, exceto o de idioma estrangeiro,

2º - não houver cometido a brasileiro nato o ensino da língua nacional, história da civilização do Brasil, geografia, educação moral e cívica e os cursos de jardim da infância e de escolas maternas;

3º - adotar livros em língua estrangeira, sem prévia licença do Departamento de Educação;

4º - tiver professor em situação ilegal no corpo docente;

5º - houver reincidência na aplicação de castigo físicos aos alunos;

6º - não tomar parte nas comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixar de comemorar os dias de festas nacionais, recomendados pelo Departamento de Educação;

7º - não mantiver o prédio escolar em condições de salubridade, higiene, ou segurança;

8º - deixar de ter, por qualquer motivo, responsável pelo funcionamento, ou o que fôr aceito não assinar o respectivo termo de responsabilidade;

9º - não lhe fôr manifestadamente, a renda, ou auxílio, bastante à manutenção, tendo-se em vista o dispositivo no art. 20º;

10º - contrariar o dispositivo do presente decreto-lei, e para a infração não tiver sido prevista sanção especial.

Art. 19º - Fechar-se-á definitivamente o estabelecimento, quando:

- 1º - não estiver registrado no Departamento de Educação, conforme o presente decreto-lei;
- 2º - houver fraude, ou simulação no registro;
- 3º - receber, direta ou indiretamente, subvenção, ou auxílio compreendidos na proibição prevista pelo artigo 9º;
- 4º - constituir-se por qualquer motivo, ou forma, centro desnacionalizador;
- 5º - ministrar o ensino de língua estrangeira a crianças que não tenham o curso primário no idioma nacional;
- 6º - impedir ou dificultar a visita de autoridade do ensino
- 7º - houver grave e manifesta irregularidades no seu funcionamento, ou o emprêgo de fraude ou simulação, para evitar o cumprimento dêste decreto-lei;
- 8º - houver reincidência nas faltas previstas nos artigos 17º e 18º.

Art. 20º - A manutenção de estabelecimento particular de ensino primário, desde que baseada em contribuições de aluno, será calculada, tomando-se em consideração os seguintes dados:

a- Para o cômputo da receita, não se admitirá contribuição mensal excedente de seis mil réis (6\$000), por aluno, nas sedes de distritos e na zona rurais e de dez mil réis (10\$000) nas sedes de municípios.

b - Para o cômputo das despesas, calcular-se-á, no mínimo, os vencimento mensais de cento e vinte mil réis (120\$000), nas sedes dos distritos e nas zonas rurais, e de cento e cinquenta mil réis (150\$000) na sedes dos municípios, para cada professor, e de trinta mil réis (30\$000) mensais para a conservação, ou aluguel, do prédio escolar. Havendo diretor, ser-lhe-ão imputados os vencimentos de duzentos mil réis (200\$000) mensais incluídos nestes os de professor, se o fôr também.

c) - A cada professor corresponderá uma classe de cinquenta aluno, no máximo, salvo autorização especial do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único - O Departamento de Educação poderá promover os meios necessários à fiscalização das contribuições, ou subvenções. E caso se presuma com fundado motivo, existência de fraude, ou simulação, no modo de ser dada a subvenção, ou contribuição, poderá o Secretário do Interior e Justiça determinar que se faça por intermédio daquele Departamento, com as cautelas e garantia que julgar necessárias.

Art. 21º - Fechado o estabelecimento particular de ensino primário, com frequência escolar, promoverá desde logo, o Departamento de Educação, no mesmo local, com capacidade correspondente à do estabelecimento interdito,

Art. 22º - A penas previstas na alínea a, b e c do artigo dezesseis serão impostas:

a- pelo Diretor do Departamento de Educação, com recurso para o Secretário do Interior e Justiça, as da alínea a;

b- pelo Secretário do Interior e Justiça, com recurso para o Governador, ou Interventor Federal, as da alínea b;

c- pelo Governador ou Interventor Federal as da alínea c, do referido artigo.

Parágrafo único - Os recursos deverão ser interpostos dentro em quinze dias, contados da data da publicação do ato, ou despacho, sob pena de deserção.

Art. 23º - Comete ao Inspetor Escolar:

1º - fiscalizar o ensino primário nas escolas particulares, enquadrando-as no sistema das escolas estaduais, e propor ao Departamento de Educação as providências que, a respeito, julgar necessárias;

2º - dar parecer nos processos de abertura e fechamento de escolas particulares;

3º - fazer cumprir os dispositivos dêste decreto-lei.

Art. 24° - Os atuais estabelecimentos particulares de ensino primário deverão dentro em noventa dias e sob pena de fechamento, regularizar a sua situação, de acôrdo com o novos requisitos criados por êste decreto-lei.

Parágrafo único - Não os beneficia porém, êsse prazo, em relação ao cumprimento de condições já existentes em leis anteriores e que, por êste decreto-lei, foram apenas consolidadas. Neste caso, a aplicação da pena independe do transcurso do prazo.

Art. 25° - As Prefeituras Municipais não poderão subvencionar escolas particulares de ensino primário, sem prévio parecer do Departamento de Educação e despacho do Secretário do Interior e Justiça.

Art. 26° - Ficam revogados o Decreto n.º58 de 28 de Janeiro de 1931 e as demais disposições em contrário.

Art. 27° - Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 31 de março de 1938.

Nerêu Ramos

Ivo d'Aquino

ANEXO N.º 14 - 1938 - DECRETO -LEI N.º 124⁴⁴¹**Cria a Inspetoria Geral de Escolas Particulares e
Nacionalização do Ensino.**

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição da República, e

Considerando a necessidade de tornar efetivas e expeditas as medidas estabelecidas pelas leis federais e pelo decreto-lei n.º 88, de 31 de março do corrente ano, relativamente à orientação e fiscalização das escolas primárias particulares e, especialmente, quanto a nacionalização do ensino,

Decreta:

Art. 1º - É criada a Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, subordinada à Superintendência Geral do Ensino.

Art. 2º - Compete à Inspetoria Geral:

a - fazer, com o concurso dos inspetores escolares, que para êsse fim forem nomeados, ou designados em comissão, a inspeção dos estabelecimentos de ensino particular regidos pelas leis do Estado;

b - velar pelo fiel cumprimento das leis estaduais quanto à adoção dos programas, normas de ensino e educação, orientação pedagógica e eficiência dos professores nas escolas particulares, dando as necessárias instruções aos inspetores escolares e docentes;

c - tornar efetivas as exigências do decreto-lei n.º 88, de 31 de março de 1938, e das leis federais, no tocante à nacionalização do ensino, propondo à Superintendência Geral do Ensino as medidas que, para êsse fim, julgar necessárias, especialmente quanto ao afastamento de professores e interdição de estabelecimentos escolares transgridam aquelas leis;

d - fiscalizar as associações a que se refere o decreto-lei n.º 76, de 4 de março de 1938, e exigir delas o cumprimento das leis do Estado e das determinações do Departamento de Educação, quanto à educação cívica e organização de programas comemorativos;

e - cooperar com a Superintendência Geral do Ensino nos trabalhos que esta indicar e com ela colaborar para o aperfeiçoamento do ensino e educação nas escolas primárias particulares;

f - auxiliar a fiscalização federal do ensino primário privado no Estado, tomando as providências que por ela forem solicitadas em benefício do ensino;

g - aplicar penalidades regulamentares aos funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

⁴⁴¹ - Decreto-Lei n.º 124 - Contido no livro de Decretos-Leis de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. p.127 a 129

h - apresentar anualmente à Superintendência Geral de Ensino relatório dos serviços desempenhado.

Art. 3º - O cargo de Inspetor Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino será exercido em comissão, com os vencimentos do cargo efetivo, pelo funcionário que fôr designado pelo Govêrno do Estado.

Parágrafo único - Quando em viagem, por motivo de serviço, terá o Inspetor Geral as diárias que lhe tocariam na função efetiva.

Art. 4º - Decreto-lei especial criará os cargos de inspetores e funcionários, que forem necessários aos serviços da Inspetoria Geral.

Art. 5º - Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 18 de junho de 1938.

Nerêu Ramos
Gutavo Neve
Altamiro Guimarães

ANEXO N.º 15 - 1938 - DECRETO N.º 142⁴⁴²

Dispõe sobre Sociedades Escolares.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o art.181 da Constituição da República, e

Considerando que não obstante a orientação traçada pelo Estado Novo e refletidas em reiteradas medidas legislativas, no tocante à nacionalização do ensino, elementos interessados no desvirtuamento dêsse programa tentam veladamente perturbar e distrair o seu cumprimento;

Considerando que essa influência se faz sentir sobretudo nas sociedades escolares do meio de ascendência alienígena, muitas das quais estão servindo de veículo à ação maliciosa dêsses elementos;

Considerando que para serem confiados a essas sociedades a educação e o ensino primário de alunos brasileiros, é necessário que elas expressem cabal garantia de não sofrerem influências estranhas e nocivas ao interêsse nacional.

Decreta:

Art. 1.º - As sociedades escolares que mantenham cursos primários ou pré-primários devem ser pessoas jurídicas autônomas e com exclusiva finalidade de ministrar a educação e o ensino consoante as leis em vigor e a orientação do Departamento de Educação.

Art. 2.º - Deverão ser modificados de acôrdo com êste decreto-lei e, com a modificação, de novo inscrito no registro público, os estatutos de sociedades escolares em que se mencione relação de dependência, concôrto ou conformidade com qualquer outra organização, cuja finalidade não seja a de exclusiva e legalmente ministrar a educação e o ensino.

Art. 3.º - Desde que os estatutos de sociedade escolar façam referência a qualquer outra entidade, com a qual se relacione, deverá ser junta ao requerimento de pedido de licença da escola a certidão dos estatutos da outra entidade com a prova de seu registro.

Art. 4º - Serão fechadas, nos termos do decreto-lei 88, de 31 de março de 1938, as escolas particulares primárias mantidas por sociedades em contravenção a êste decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno em Florianópolis, 20 de julho de 1938.

Nereu Ramos e Ivo D´Aquino

⁴⁴² Decreto n.º142 . Contido no livro de Decretos-Leis de 1938 p.147. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

ANEXO N.º 16 – 1934 - CÓPIA DO RELATÓRIO⁴⁴³

Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ministro da Educação e Saúde pelo Inspetor Escolar das escolas subvencionadas pelo Governo da União

Mês de Abril Ano 1934

O Inspetor João dos Santos Areão

Relatório

Exmo. Sr. Dr. Ministro da Educação e Saúde Pública.

Introdução:

Com o fito de expôr a Vossa Excelência os trabalhos levados a efeito por esta inspetoria e em cumprimento ao que determina o n.5 do art. 4 do decreto n. 13.014 de 14 de maio de 1918, é que reuni todas as observações colhidas neste primeiro trimestre quando em viagens pelo Estado, inspecionando as escolas subvencionadas, presidindo bancas examinadoras e observando o serviço de nacionalização principalmente.

Para uma exposição perfeita desta última parte que é a que mais nos interessa devido às várias zonas de colonização estrangeira que possui o Estado, seria mister um trabalho de maior amplitude, pois, os limites de um relatório não comportaria.

Quero, entretanto, não fugindo á finalidade do cargo que desempenho, procurar desenvolver êsse tema da forma a colocar Vossa Excelência ao par do que temos e do que precisamos fazer, sem outra mira, sinão, a de contribuir com todas as forças, para que a nacionalização dos elementos estrangeiros ou estrangeirados seja um fato.

EXAMES:

Conforme disse ao meu último relatório, estive em Cruzeiro do Sul presidindo os exames de novos candidatos ao magistério, entre êles alguns professores que já mantinham escolas particulares sem a devida legalização. O que a primeira vista ressalta ao espírito, é que êsses últimos professores não deviam funcionar por não terem preenchido as formalidades legais. Porém, cessará essa maneira de ver, desde que compreendamos que o fechamento dessas escolas iria deixar sem amparo algumas centenas de crianças e que havia completa ignorância por parte dos dirigentes, do teor da lei que regula o caso; cessaria ainda, desde que saibamos que a maioria dessas escolas estão em lugares

⁴⁴³ A Cópia do Relatório do Inspetor João dos Santos Areão, encontra-se no Arquivo Público do Estado no livro: I.E.S. r. 1934 (20-12 cx 70) Copiou-se fielmente da página 1 a 14, deixando-se de transcrever o Resumo do movimento das Escolas Subvencionadas.

longínquos e que estão, de qualquer forma, contribuindo para a alfabetização de nossa criança.

Com o desenvolvimento dado á instrução, criando-se novas circunscrições, é que pudemos descobrir, em várias localidades, êsses professores a quem demos um prazo para localizarem a situação das suas escolas.

Aos que forem incapazes de atender, ou por indiferença, ou por precária instrução, ao nosso chamado, tiraremos o direito de continuar lecionando.

Felizmente, neste caso, são raríssimos os que se apresentam.

Sob a minha presidência compareceram a exame 76 candidatos que apresentaram todos os seus documentos, como sejam: certidão de idade, atestado médico e vacina, ordem paterna si menores de 21 anos, certidão de conduta e o requerimento designando qual escola que pretendia.

Desses candidatos reprovamos 25, sendo a maioria por falar mal o português.

Conforme estabelece o decreto n.º 1.300 de 14 de novembro de 1919, êsses exames versam sobre as seguintes matérias: português, aritmética, geografia, história e educação, ficando ainda o candidato obrigado a um estágio de 30 dias em um dos estabelecimentos de ensino para a necessaria observação dos metodos pedagógicos e conhecimento dos cantos patrióticos, bem como da parte ginástica.

OUTROS EXAMES:

Durante o mês de março tive oportunidade de presidir uma outra turma, desta vez em número de 10.

Desses candidatos rejeitamos uma, por ser menor de 18 anos, e reprovamos outro, que pouco conhecia o vernáculo.

Um fato que convem esclarecer, é o seguinte: não tenho encontrado a menor má vontade por parte daqueles a quem impomos o exame como condição indispensável, embora sejam êles professores que lecionem somente a lingua estrangeira em colégio que estão trabalhando dentro da lei.

Para êsse caso tenho dado um prazo nunca superior a seis mêses. Si se acham habilitados, não relutam em satisfazer tais exigências e em caso contrário, serão substituidos por outros que reúnem as condições exigidas.

Para facilitar a legalização dos professores particulares, não estabelecemos época para a realização desses exames. Desde que tenham um número suficiente de candidatos, marcamos por edital os dias convenientes e procedemos as provas que não passam de conhecimentos gerais sobre as matérias já mencionadas atrás.

Exigimos é bem verdade, que o candidato se expresse com facilidade na nossa lingua e que tenha os conhecimentos gramaticais aplicáveis ao ensino, conforme determina o programa oficial.

VISITAS REALIZADAS:

As escolas, segundo determina o decreto n.º 281 de 22 de junho de 1933, iniciam o seu funcionamento no dia 16 de fevereiro de cada ano.

Dessa, até a presente data, visitei várias escolas de preferência as consideradas estrangeiras, para observar si não estava sendo descurado o ensino das disciplinas obrigatórias em lingua portuguesa.

Eis o que tenho a relatar com referência a essas visitas

NO MUNICÍPIO DE
SÃO BENTO.

O fato principal que me levou á séde desse município foi observar si estava sendo cumprida a ordem de fechamento da escola "Columbus" mantida pela Congregação Evangélica Alemã.

Motivou essa ordem, por parte da Diretoria da Instrução, a falta de observância ás determinações expedidas por aquela Diretoria quanto ao ensino da lingua portuguesa.

Tendo chegado alí inesperadamente, pude averiguar, com exatidão, o que se passava, e, terminando por firmar que não só as aludidas ordens foram cumpridas fielmente, como havia bôa vontade por parte da diretoria do colégio no cumprimento de todas as prescrições legais. Foi, em vista dessa sindicância, permitida a reabertura, passando o colégio a ser dirigido por uma professora que já tem prestado bons serviços em escolas rurais e intimado o ex-diretor, que pouco sabia se expressar em português, a prestar os exames que acima falei.

Acho que essa escola terá pouca duração, pois, a sua matrícula dêste ano atingiu a 36 alúnos somente, enquanto que a escola paroquial está com 300 e o grupo escolar com mais de 200.

OUTRAS ESCOLAS
VISITADAS

Outras escolas por mim visitadas no município de São Bento, foram: o Grupo Escolar "Orestes Guimarães" e Escola Complementar anexa, o Grupo Escolar "Marta Tavares" do distrito de Rio Negrinho; a escola isolada de Rio Vermelho; a escola isolada de Oxford e a municipal de Lençóis.

As escolas que são subvencionadas pela União e que na relação anexa aparecem como séde, foram agrupadas, sendo a sua direção entregue a um professor já experimentado. Êsses Estabelecimentos que vieram melhorar grandemente o coeficiente de aprendizagem, são moldados dentro de um regimento interno e séguem um programa que prevê todos os casos concernentes á formação de brasileiros convictos do corpo e da alma do nosso Paiz.

RIO VERMELHO:

Essa escola está sendo freqüentada por alúnos de decendência alemã e polaca.

A Sra. Professora possui todos os predicados para ser uma excelente auxiliar da nacionalização do ensino.

Com exceção de dois alúnos novatos, todos os demais falam correntemente o português.

OXFORD:

Em setembro de 1933, ao passar por essa escoa acompanhando o sr. Diretor da Instrução, tivemos, com relação á Sra. Professora dessa escola subvencionada a melhor impressão.

Para o ensino alemão, lingua falada por todos os colonos daquele lugar, foi contratado pela sociedade escolar dalí o sr. Helmunt Seeliger que ao receber a mais alta

autoridade da Instrução, não soube, nem sequer, dizer - bom-dia - depois de estar residindo três anos no Brasil. Essa mesma autoridade teve palavras de censura para êsse fato.

Agora, com a visita que acabo de fazer, seis meses após, ciênte de que aquele professor não poderia continuar trabalhando em nossas escolas, vou encontra-lo falando com relativo desembaraço a nossa lingua, necessitando, apenas, para poder continuar no desempenho do cargo, prestar os exames a que está obrigado.

Dêsse trabalho muito temos a fazer. É preciso que a inspeção vá em cada escola e fale com o professor para sondar as suas intenções e para mostrar as suas obrigações.

LENÇOIS:

Essa escola embora municipal, obedecem como todas, o mesmo horário, programa e leis referentes ao ensino do Estado. Aí tive a satisfação de observar que o trabalho está muito bem encaminhado, sendo o sr. professor Guilherme Reunen embora teuto, um bom elemento de nacionalização. A parte material também chama atenção pela sua magnifica distribuição.

A escola funciona em dois turnos, possui uma matrícula de 45 alunos com a frequência superior de 80%.

Em sua totalidade as crianças que alí recebem instrução são teutas.

UM FATO DIGNO DE MENÇÃO:

Como delegado especial, superintende o serviço policial de São Bento e municípios adjacentes o sr. Capitão Atanasio Freitas. Por duas vezes obrigou que os boletins espalhados em São Bento em lingua alemã, convidando o povo para a festa escolar, fosse traduzido para o português, pois, estava êsse uso se tornando um hábito que muito depunha contra o brio dos que não compreendiam o alemão. A terceira vez em que aquele capitão aplicou a sua energia em prol do respeito dos nossos sentimentos, tratava-se de um boletim de propaganda política em que era ventilada a questão da raça.

Foi pena que eu não conseguisse êsses boletins para juntar a êste trabalho como documento.

Desses delegados precisavamos um em cada distrito de zona colonial. Aplaudi o seu gesto e pedi para continuar nesse auxílio relevante de nacionalização.

MAIS OUTRO FATO IMPORTANTE:

Quando estive em Cruzeiro do Sul para presidir os exames atrás aludidos, nem bem havia chegado, deparei, dependurado na parede da barbearia em que me barbeava, o boletim que vai anexo, impresso em alemão.

Ponderei ao proprietario a inconveniência daquele impresso e retirei-o dalí para enviar a Vossa Excelência. Os seus dizeres são propaganda para o festejo em benefício dos cofres escolares cujos assistentes deverão ser sómente conhecedores da lingua alemã, pois, a peça é em alemão. No dia imediato ocasião de apreender grande número de folhetos contendo o relatório de todas as escolas alemãs do Estado.

Essa apreensão durou o tempo preciso para que fosse censurado aquele trabalho, a fim de que conhecessemos os conceitos ali emitidos. Na sua devolução determinei que a nova impressão fosse feita nas duas linguas.

Assim como temos boletim, relatório publicado exclusivamente em lingua alemã, temos tambem almanaque, como o Boettgs da cidade de Brusque, cujo exemplar reuno a êste trabalho.

De todas êssas publicações, a que mais atinge o fim a que se destinam, é o jornal.

Reservei um capitulo para fazer os comentários que acho de conveniência para colocar Vossa Excelência plenamente conhecedor do meio onde a ação da escola, tem de, fatalmente, repôr o espirito onde está o corpo dessa gente que, dormindo em solo brasileiro traduz em sonhos as grandezas de outra terra decantada pelos seus pais e reanimada nos quadros que ornem o ambiente em que respiram.

MUNICÍPIO DE JOINVILLE
E HANSA:

Durante o temo em que permaneci nesse lugar visitei três escolas subvencionadas, a escola alemã e mais a escola paroquial. Nas escolas subvencionadas nenhuma irregularidade verifiquei, achando só que o número de alunos atualmente matriculados é de 109 crianças e que podia ser um pouco maior.

A população, dando preferênciã às escolas que ensinam o alemão, prefere matricular os seus filhos nas outras escolas.

ESCOLA ALEMÃ:

Dirige êssa escola o sr. pastor Heinz Soboll, moço conhecedor da pedagogia e da lingua portuguesa. Fala com desembaraço e com bôa pronúncia. Tanto por parte do diretor como por parte dos demais docentes desse colégio, não encontrei qualquer entrave ao encaminhamento do nosso principal desiderato.

Freqüentam êsse colégio 117 alunos todos de origem germânica.

ESCOLA PAROQUIAL:

Além das escoas já citadas, Hansa ainda mantem, com a matrícula de 120 alunos, a escola paroquial, dirigida pelo Revmo. Padre Vicente Schmitz, auxiliado pelas Revmas. Irmãs e pela Sra. Professora contratada para o ensino de português Dona Ainda Lobe.

Da vistoria que fiz no estabelecimento e da argüição que procedi, notei regular adiantamento dos alunos que falam correntemente o vernáculo.

O corpo docente é muito dedicado e a sra. Professora contratada preenche com perfeição a parte nacionalização, não só pelo devotado amôr á nossa terra, como pela sua capacidade de trabalho digna de encomios.

FATO CURIOSO:

Desde muito que o Reverendo Padre diretor da escola acima, vem procurando transformar o seu estabelecimento em grupo escolar, nos moldes dos que existem em quasi todas a cidades e vilas do Estado.

Para isso, convocou uma reunião da irmandade a quem afeta a manutenção da citada escola. Apesar de ser alemão nato o Reverendo diretor, e os membros da irmandade, na quase totalidade, teutos brasileiros, não conseguiu realizar o seu intento por ter havido uma discussão acalorada, tendo, um dos irmãos, dito que o padre queria trair a causa alemã. Talvez isso seja resultado de uma ignorância, cuja intensão não era menosprezar o Brasil e sim, tirar deles, alemães, o prestígio naquela casa que constitue um certo orgulho para muitos.

O fato é que, diante dos debates, o Reverendo perdeu o entusiasmo e a escola vem funcionando com regularidade.

EM JOINVILLE:

Visitei o Grupo escolar “Conselheiro Mafra” que é constituído pelas escolas subvencionadas de dentro do perímetro urbano. Êsse estabelecimento é modelar, funcionando anexo uma escola complementar que muito tem contribuído para a reforma do professorado das escolas rurais daquela zona.

A sua matrícula, por ser demasiado elevada, obrigou o Estado a organizar um novo estabelecimento congênere, onde já se encontram perto de 300 crianças recebendo instrução.

Si o Govêrno fosse atender a necessidade da instrução baseado no auxílio dado pela União, desde muito que essa maquina teria estacionado, porque diante do que está sendo feito, é diminuta a verba federal para atender as escolas das zonas coloniais, mórmente agora em que novas colônias se estão espalhando por vários recantos longínquos do Estado, nas quais por conveniência da nacionalização, convinha que o elemento estrangeiro encontrasse ali, uma escola para ensinar seus filhos.

ESCOLA ALEMÃ:

A associação Escolar de Joinville mantém uma bem organizada escola, não só com referência ao prédio e mobiliário. Para a educação física, assunto que muito preocupa aos estrangeiros, mórmente aos alemães, possui êssa escola uma série de aparelhos e professores aptos.

Percorri todas as classes, argüi os alunos, falei com os professores revistei os livros de escrituração.

O ensino do vernáculo, até agora esteve afêto a um professor capaz. Êsse professor deixou as suas funções e será, segundo garantiu o sr. Diretor, substituído por um outro em idênticas condições. Todo o corpo docente fala correntemente o português, exceto a professora de trabalhos manuais que, apesar de estar há nove anos lecionando, pronuncia mal a nossa língua.

De tudo quanto observei nessa inspeção, o que mais me contristou foi notar o interesse tomado pelas cousas alemãs em detrimento das nossas.

Nas paredes de todas as classes, principalmente no salão de festas, notei grande número de quadros com o seguinte dístico por baixo: Das chöne deutschlandt! (A bela Alemanha!), além de retratos das figuras germânicas mais proeminentes.

Nem um só quadro das múltiplas belezas que possuímos diante das quais êles mesmos se estariam! Nem um retrato dos nossos heróis não menos valorosos e admirados do que os que a Alemanha possui.

Êsse meio constitue um grande fator de educação porque o poder retintivo das crianças, sendo muito sensível, recalca na sua inteligência essas sensações que irão refletir em todos os atos da sua vida.

Espero sómente que Vossa Excelência atenda o pedido por mim formulado, quanto á aquisição de quadros históricos, para que eu possa oferecer áquela escola, a fim de que se torne intuitivo o ensino abstrato da história e geografia nossas, concretizando, assim, ás palavras de quem ensina.

Hoje, mais do que antes, êssa escola está aparelhada para abasileirar os seus alúnos. A direção que até aqui estava sendo exercida por um alemão nato, passou a ser exercida por um hespanhol que fôra educado na Alemanha.

Como se trata de um individuo culto, bem intencionado no desempenho da sua missão e obediente ás nossas leis, acho que as condições dessa escola, quanto ao desenvolvimento do culto ao Brasil, será melhor compreendida e por isso, melhor divulgada.

UM QUADRO QUE
ME CHAMOU ATENÇÃO:

Dentro os quadros que enfeitavam as salas de aula, um, pela sua simplicidade, chamou a minha atenção.

Tirado da parede para um exame mais minucioso, vi que se tratava de um facsimile das palavras escritas pelo Marechal Hindenburg, aos decedentes do sangue alemão que residiam no Brasil.

Eis a reprodução dessas palavras:

“Berlin, den 3 februar 1933. Liebe Zum neuen Vaterland Treue dem alten Mutterland das sei der Zum, in dem alle Brasilianer deutschen Blutes sich immer neu zusammenfinden: Von Hindenburg” – cuja tradução é a seguinte: Amôr a nossa Patria – Fidelidade á Patria dos seus antepassados – seja êste o sentimento que viva sempre nos corações de todos os brasileiros de sangue alemão.

Êssas palavras servem para amordaçar aos poucos inimigos da nossa Patria que ainda restam por aí, devido á complacência da nossa gente cujo coração se condói do seu próprio ofensor.

ESCOLA ALEMÃ
DE BLUMENAU:

Visitei todas as salas de aula e tive bôa impressão porque os alúnos do 1. Ano já possuem um bom vocabulário do vernáculo. Nas classes mais adiantadas argüi as crianças, concluindo que não têm sido descurada a obediência as leis referentes ás escolas estrangeiras.

O que não se compreende é como aquelas famílias, hoje tão ligadas comercialmente com grande parte do Brasil, conhecendo, sinão por amôr, mas por necessidade a lingua portuguesa, não ensinam aos seus filhos alguma cousa dessa mesma lingua da qual terão de fatalmente fazer uso.

Atualmente a direção dessa escola está a cargo do Sr. Dr. Ludwig Sroka que há dez meses reside entre nós.

Esse Sr., que apesar do seu pouco tempo de estágio na nossa acolhedora terra, já fala, com alguma dificuldade, o português, está empenhadissimo em falar com correção, tendo para isso, tomado um professor capaz.

Para melhor ampliar, o ensino da sua escola deseja adquirir uma série de filmes de projeção fixa, bem como vista dos panoramas brasileiros para focalizar aos seus alúnos. Deseja mais, dentro em breve, conseguir formar uma biblioteca exclusivamente de obras

em português para maior desenvolvimento, tanto dos professores, como do que alí recebem instrução. Impressiona bem o Sr. diretor dessa escola e oxalá que as idéias ora expedidas por êe, não fiquem no domínio das cousas faidas. O raio de ação dessa escola abrange diversos cursos: jardim da Infância, curso primário, complementar, curso profissional, curso comercial e, em preparo, o curso de artes. A sua matrícula total é de 403 alunos nos diversos cursos.

Os professores de português são formados pela nossas escolas normais e bastante dedicados.

ASSOCIAÇÃO TEUTO BRASILEIRA:

Êssa associação mantem na cidade de Itajaí um colégio onde é ensinado o alemão. Esteve visitando êsse estabelecimento e tive ocasião de observar que as leis referentes ao ensino das escolas estrangeiras, são fielmente cumpridas.

Êsse colégio difere dos demais, por ter uma organização menos completa. Possui três classes, cada uma com um professor. A matrícula é de 65 alunos, sendo que a percentagem de teutos é caculada em 85%.

Em vista do meio ser totalmente brasileiro, êssa escola embora quizesse fugir ao ensino vernáculo não conseguiria, pois, alí encontraria toda a sorte de embaraço.

ELEMENTOS ANTI NACIONALISTAS:

No meu último trabalho enviado a êsse Ministério disse que considerava como elementos conservadores da lingua e costumes de alem-mar a escola o padre ou pastor e o jornal.

Quanto ao primeiro, a inspeção vai aos poucos expurgando aquelas que são más, suspendendo o seu funcionamento, como aconteceu com a "Columbus" de São Bento, a de Cedro Alto no novo município de Timbó e em vésperas de acontecer o mesmo com a Santa Maria, no município de Biguassú.

Quanto ao segundo, ainda há muito que fazer porque si cada um dos religiosos procurasse desenvolver a sua missão com as vistas unicamente voltada para a méta que deviam ter em mira, nenhum embaraço traria á causa que defendemos com ardor; mas, infelizmente, ao lado da parte espiritual, está o coração materialmente ligado á patria da qual é um velho soldado, sempre a exalçar em pedaço do mundo em pedaço do mundo, como si Deus ao faze-lo, tivesse centralizado toda a sua cordura na Alemanha, Polônia, ou Itália.

A amostra dessa separação está bem patente no jornal "Cidade" que se edita em Blumenau, no programa da festa da Semana Santa e que vai anexo. Grifei, para chamar a atenção de Vossa Excelência.

Convém notar que, como ficou dito, até a crianças compreendendo o português, não havia necessidade de ser feita a pregação em duas linguas e, sim, somente em português, porque traria a vantagem de auxiliar a nacionalização que tanto interessa a nossa integridade.

O JORNAL:

Na cidade de Joinville temos dois jornais editados somente em alemão. São êles: Colonia Zeitung e Joinville-Zeitung; em Blumenau temos Der Unwadsbote e o Blumenauer-Zeitung e em São Bento, o Volks Zeitung e outros que são editado nas duas linguas.

Essa concessão importa, para a nacionalização, num grande tropeço. Não bastam os livros, revistas e outros jornais que vêm diretamente da Alemanha para o cultivo da lingua, ainda deixamos que a propaganda dessa mesma lingua se faça, dentro do nosso paiz, sem se limitar êssa benevolência, obrigando que, ao lado de um artigo escrito em estrangeiro, venha a respetiva tradução.

Para documentar o que relato, junto alguns jornais que se publicam neste Estado, com o comentário de alguns de seus trechos, para Vossa Excelência ver que o cultivo da língua não é o ponto de vista principal de tais publicações e, sim, também a defesa e propaganda dos sus princípios políticos.

Quando o Sr. Coronel Interventor dividiu o município de Blumenau em vários outros municípios em atenção aos reclamos da população sacrificada do interior, esses jornais, que a cortezia manda não se imiscuírem em assuntos administrativos porque são considerados estrangeiros, procuraram deprimir, menosprezar, a pessoa do nosso Interventor que é o máximo representante dos poderes centrais da República.

Algumas dessas referências correspondem á parte por mim grifadas, pois seria fastidioso transladar para aqui toda catilinaria de que se serviram os inimigos da situação, para arrastar uma parte daqueles que, embora presos aos sentimentos da sua avó-patria, não deixam de ser homens cuja capacidade de trabalho muito honra a terra dos seus antepassados.

Assim pois, temos no Blumenauer Zeitung de 4 de janeiro, a descrição de uma reunião convocada especialmente para protestar contra a idéia do dirigente do Estado sobre a divisão do município, onde relata que ficou documentada a unanimidade recusa do plano de desmembramento.

Nos demais números, igualmente os relatos sobre essa campanha tomaram vulto, sendo secundado o gesto pela sua co-irmã de imprensa.

Felizmente êsse movimento está terminado e novamente o trabalho tomou o seu curso regular.

PROGRESSO DA INSTRUÇÃO:

A Instrução neste Estado está num período de desenvolvimento digno de registro. De uma só vez vão ser construído oito grupos escolares e ampliado uma grande parte dos existentes. As escolas normais e complementares estão sendo espalhadas por vários pontos, prenunciando a melhoria do professorado que se destina ás escolas rurais.

Computando-se o movimento do ano de 32 com o de 33, vemos neste um acréscimo de mais de 20.000 alunos, sendo que, dentro de poucos anos mais, teremos o coeficiente total de crianças que o Estado possui, recebendo instrução.

Hoje a estatística levantada acusa uma população escolar de 100.800 crianças, conforme dados que brevemente serão publicados pelo Departamento Estatístico.

Era mister que a União viesse em auxílio do Estado, ampliando a subvenção para que as zonas coloniais ora em formação, fossem dotadas dessa melhoria que trará como consequência, a nacionalização dessa gente que precisa, antes de tudo, ter amor ao Brasil.

REITERANDO UM PEDIDO:

As páginas sete e oito de meu último relatório enviado a êsse Ministério, fiz um pedido para o qual peço a atenção de Vossa Excelência. Trata-se da organização de meu gabinete de trabalho, pois, até a presente data, não me foi dado verba nem mesmo para os impressos de que venho fazendo uso, além do meio de transporte por mim aventado.

Como disse tenho necessidade de ter um veículo que me possa conduzir para onde houver precisão sem depender dos de alugueis que serão caríssimos, sinão raros no interior.

Deixo sse caso ao esclarecido critério de Vossa Excelência para resolver o que achar de conveniência.

VENCIMENTOS:

De acôrdo com o parecer da Diretoria de Contabilidade que me foi enviado gentilmente pelo Exmo. Sr. Diretor desse Ministério, os vencimentos, bem como as diárias e transportes, passaram a ser pagos pelo Estado, fazendo parte da quota que a União distribui semestralmente.

São êles:

Vencimentos do Inspetor.....	1:200\$000
Vencimentos da datilógrafa.....	280\$000
Vencimentos do servente.....	90\$000
Diárias.....	15\$000

Transporte o necessário, segundo o trabalho a ser executado.

Desta última importância serão, no fim de cada ano, apresentados os documentos comprobatórios.

MOVIMENTO ESCOLAR:

A Diretoria da Instrução apresentando o movimento escolar correspondente ao corrente ano, e que acompanha êste relatório, tem em vista deixar patente que as 190 escolas subvencionadas estão em perfeita atividade, fazendo, assim, jús á quota relativa ao primeiro semestre do corrente ano a ser distribuída por êsse Ministério.

Devo mais uma vez salientar os benefícios dessas escolas nas zonas coloniais. Era todo o meu desejo que êsse número fosse ampliado; para assim, atendermos os pedidos que temos dos novos centros que se estão formando no confins do Estado, de onde se emergem as novas fontes de riqueza que muito contribuirão para a grandeza da nossa Patria.

CONCLUSÃO:

Com a remessa dêste meu trabalho que representa as observações que tenho colhido nas visitas ás escolas cujos alunos são de origem estrangeira, tenho satisfeito uma obrigação que me determina o decreto n.13.014 já mencionado.

Agradecendo toda a atenção que me foi dispensado apresento a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

João dos Santos Areão
Inspetor Escolar das Escolas Subvencionadas

Nota - Os documentos referidos no presente trabalho foram incluídos no relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Ministro de Educação.

ANEXO N.º 17 - 1934 - TERMO DE VISITA: 1934 JOÃO S. AREÃO

Aos 20 dias do mês de setembro, em companhia do sr. Inspetor Adriano Mosimann, visitei esta escola particular, cuja regência está entregue ao sr. professor Jacó Tarnowski. A matrícula é de 60 alunos e a frequência de 32. A escrituração estava certa, limpa e caprichosamente feita. (...) Muitos mapas para o serviço de geografia, bem como variados quadros com passagens bíblicas ornaram as paredes da escola. Todas as crianças que frequentam são de origem polaca ou alemã. Os alunos apesar da escola funcionar há mais de trinta anos, falam pessimamente o português mesmo os da classe mais adiantada. Prova isso, que o sr. Professor se tem descurado do ensino vernáculo, o que se não justifica numa escola localizada dentro de nosso país e cujos alunos são na sua totalidade brasileiros. A atenuante -que até certo ponto inibe o sr. professor da responsabilidade, e que me faz, por isso, protelar a adoção de medidas que se impunham – foi não ter sido a escola até a presente data visitada por autoridade técnica de ensino, que corrigisse as faltas gravíssimas que encontramos.

Para que doravante a escola possa satisfazer as exigências da lei, torna-se preciso que o sr. professor observe as seguintes instruções:

- a) Dar todas as aulas exclusivamente em língua portuguesa, exceto quando lecionar a língua estrangeira, cujas aulas devem constar do horário, não devendo exceder de 40 minutos diariamente.*
- b) Seguir estritamente o programa de ensino que nesta data apresentamos; programa este que a escola ainda não possuía.*
- c) Ensaiar os hinos constantes do hinário oficial que recebeu;*
- d) Insistir para que os alunos só façam uso da língua vernácula, durante o recreio, o que muito contribuirá para desenvolver a língua dos mesmos;*
- e) Usar para leitura e linguagem oral os livros da série Fontes, a começar pela Cartilha;*
- f) Desenvolver com abundantes exercícios de linguagem oral, o vocabulário das crianças para que dentro de pouco falem com desembaraço a nossa linguagem;*

- g) *Corrigir com brandura, mas com zelo e perseverança a pronuncia dos alunos, não só nas aulas de leitura e linguagem, como também toda vez que se oferecer oportunidade;*
- h) *Desenvolver, o melhor possível e de acordo com o programa, os pontos de educação, geografia e história pátrias, para que as crianças entregues à sua guarda e em cujos peitos pulsam corações brasileiros, não estejam alheios as grandezas de sua Pátria e se integrem na comunhão nacional da mesma forma que milhões de outras crianças que freqüentam milhares de escolas localizadas em todos os recantos do Brasil*

Senhor Professor, a vossa atenção como auxiliar do futuro de nossa pátria, esta sendo controlada pelos que respondem por esse mister. Não queremos censurar-vos agora, porque ficou dito, ainda não tivestes quem guiasse os vossos trabalhos. Dora avante, tudo dependerá da vossa boa vontade. Queremos crer que com a mudança que se irá operar, teremos na vossa pessoa um dos bons companheiros que, como outros tantos, ireis contribuir para levantarmos bem alto o nome do Brasil.

Do presente termo deve ser remetida uma cópia ao senhor Diretor da Instrução, em Florianópolis e outra ao senhor Inspetor Adriano Mosimann.

João dos Santos Areão – Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas

**ANEXO N.º 18 – QUADRO DE INTERDIÇÃO DE ESCOLAS PARTICULARES E
AFASTAMENTOS DE PROFESSORES**

**QUADRO REFERENTE À INTERDIÇÃO DE ESCOLAS PARTICULARES E AFASTAMENTOS
DE PROFESSORES, POR DESCUMPRIMENTO DAS LEIS DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO
1937 A 1942**

DECRETO - RESOL.	MUNICÍPIO	ESCOLA	PROF/RESPON.	ARTIGO	DATA
Decreto Nº 330	Itajaí	Escola M. Alto Baú	Artur Grahl	Aulas só alemão	20/08/1937 D.O.24/8/37
Decreto Nº 337	Rodeio	Serra São João e Benedito Alto	Guilherme Lubitz	Aulas só alemão	27/8/1937D. O. 31/8/37
Decreto Nº 367	Hamônia	Particular de Hamônia	Helmut Heinke	Aulas só alemão	23/12/37 D.O 23/12/37
Decreto Nº 3804	Jaraguá	Rio Cerro II	Vicente Wehl	Art.2 PU, 7todo,24 SC	29/4/1938 D.O 29/4/38
Decreto Nº3828	Bom Retiro	Particular Lageado	Paulo Schucko	Art. 7, 24 SC	06/5/1938 D.O 6/5/38
Decreto Nº3968	Xapecó	Paroquial Itapiranga	Padre Francisco Xavier Riederer	Art. 7 SC Art85- §2ºFed.	9/6/1938 DO 9/6/38
Decreto Nº3975	Xapecó	Part. de Tombos	Humberto Drumm	Art. 7SC Art 85-§ 2º Fed.	9/6/1938 D.O 9/6/38
Decreto Nº 4036	Joinville	Deutsch Schule	-	Art. 7 e 24 SC	11/7/1938 DO 11/7/38
Decreto Nº 4082	Blumenau	04 Jardins da Infância	Evangelicher Frauenverein	Art. 6,7,9, SC e Fed. Art85-§2º	15/7/1938 DO 15/7/1938
Decreto Nº4783	Orleans	Rio Capivari	-	Art. 2, 7 SC	27/01/1939 D.O 28/1/39
Resolução Nº 6493	Xapecó	Mondai e Sede Capela	Henrique Brüggemann e Antônia Scheckling	Art. 2, 7	D.O 05/7/1939
Resolução Nº6813	São Joaquim	Escola Particular	Gervásio Pereira Amaral	Art. 19 SC	9/9/1939 D.O 9/9/1939
Resolução Nº6890	Canoinhas	Sociedade Escolar 15 de Novembro	Ladislau Ostrowski	Arts. 2, 16, letra c e 19 SC	6/10/1939 D.O 6/10/39
Resolução Nº6891	Hamônia	Stolz Plateau, Waldheimer e Gnamental	João Jahntzen, João Penner e João Jahntzen	Fed. Art 85 § 2º SC. Art.2, 16, letra c, 19º	06/10/1939 D.O 06/10/1939
Decreto Nº862	Joinville	Curso Primário e Jardim da Infância do Inst. Bom Jesus	Ana Maria Harger	Fed. Art 85 § 2º -SC Art.3ºn7,Art 4º n4, Art7º n10	10/10/1939 D.O 10/10/39
Decreto Nº933	Joinville	Instituto Nossa Sra do Pronto Socorro	Ida Kantz (Irmã Mª José)	Art. 19 SC Fed. Art85 §2º	24/12/40 D.O 26/12/1940
Decreto	Palhoça	Esc. Part de Rio	Valter Hoepers	Art.2º SC	13/08/1941

Nº 1008		Chicão			
Resolução Nº10862	Blumenau	Esc. Part. Duque de Caxias	Sociedade Escolar	Art. 19º SC	9/9/1941 D.O 9/9/41
Resolução Nº 10863	Timbó	Curso Prim.Part.	Helena Svess	Art.2º, 7º Art 24º SC	09/9/1941 D.O 9/9/41
Decreto Nº1305	Blumenau	Internato Comunidade Evangélica	Diretor Pastor Cristoff Knapper. Prof. Henrique Martius e Maria Knapper	Art. 16º, letra c SC e ainda multa aos pais ou responsáveis de acordo Decreto 301 art. 17 SC	02/02/1942 D.O 4/02/1942
Decreto Nº2005	Escola Evangélica e Internato Euclides da Cunha	Canoinhas	Diretor Frederico Roesel	Art 6º, Art 18 SC	10/4/1942
Decreto Nº2111	Xapecó	Em Linha Facão Escola Prim. Clandestina	Padre Antônio Rovering e Prof. Luiza Dick	Art. 85 Fed. Art. 2º e 7º SC	27/4/1942
Decreto Nº2320	Caçador	Curso Prim. Clandestino	Padres Antônio Lazzari, José Beti, Novarino Brusco E Albino Doná	Art. 85,§ 1º federal. Art. 2º e 7º SC	20/05/1942
Decreto Nº 2755	Joinvile	Escola Prim.	Professora Gentil Steiner	Art 7º SC; livros e propagandas nazista	11/9/1942 D.O 11/9/1942
Decreto Nº 2756	Cresciuma	Esc. Part. Forquilha	Responsável Gabriel Arns Prof. Jacó Arns ⁴⁴⁴	Burlava as leis. p/resp. Art.11 SC	11/9/1942 D.O 11/9/1942

Fonte: Livros de Decretos e Resoluções de 1937 à 1942 - APESC. Os Artigos SC fazem parte do Decreto-Lei nº 88, de 31/03/1938 do governo estadual, e o Federal refere-se ao Decreto-Lei nº406 de 04/05/1938

⁴⁴⁴ Considerando que em diligência realizada pela autoridade policial, ficou apurado que Jacó Arns, regente da escola particular de Forquilha, no município de Cresciuma, não só burlava as leis de nacionalização de ensino, como exercia atividades prejudiciais à segurança nacional. Decreto N.º 2756. Livro de Decretos 1942 – APESC.

ANEXO N.º 19 - 1939 - REPRESENTAÇÃO⁴⁴⁵ N.º 13 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1939

Em 6 de novembro próximo passado, o Senhor Professor Manoel Coelho, Inspetor Escolar de Joinvile, recebeu do Senhor R. Scheidemantel, Vice Presidente da Liga das Sociedades de Joinvile, o seguinte programa para ser aprovado na forma da lei.

Programa da Liga de Sociedade a realizar-se em noite de 23 de novembro no Salão de sua propriedade à Rua Jaguaruna, número 100:

Concerto e baile

1. Hynno Nacional cantado pelo Choro da Liga
2. Pescador (português) cantado pelo Choro da Lívica
3. Noite do Marinheiro cantado pelo Choro da Lívica (canção Suissa)
4. Ária da Ópera Preciosa (alemã) Choro Helvetia
5. Os dias curtos (canção Suissa)
6. Serenata (português)
7. Minha mãe (português)
8. O trovador (alemã)
9. Tra-la-la (alemã)
10. Canção dos Barqueiros (português) Choro da Liga
11. Hynno: A Natureza (alemã) pelos Choros Liga, Livica e Helvetia

Depois Grande Baile

Não estando o programa de acordo com a exigência do Departamento de Educação, o Senhor Professor Manoel Coelho negou a aprovação do mesmo dando ciência à Diretoria com o seguinte ofício:

Cumpre declarar-vos que esta Inspetoria não pode dar aprovação ao programa apresentado visto que o mesmo não corresponde à exigência do Departamento de Educação pois apresenta números em língua estrangeira. Na forma do Decreto – Lei nº 76 de 4 de março de 1.938, nego portanto a aprovação do programa apresentado.

Obs.: No dia 25 de novembro apesar da não aprovação do programa a festa foi realizada.

⁴⁴⁵ Esta Representação encontra-se transcrita no Relatório do Inspetor Luiz S.B.da Trindade ao Superintendente da Educação ano 1939. APESC.

O Professor Royal Silva, Auxiliar de Inspeção, por determinação desta Inspeção assistiu a festa e esclarece: “ Assisti a referida festa e o programa constou de números em Língua Alemã. O programa foi encerrado com o canto do Hino Nacional, que foi cantado pelos elementos que tomaram parte no programa, reunidos no palco. Durante o canto, havia no palco pessoas com cigarro entre os dedos, o que julgo uma falta de respeito e, além disso, a maior parte trazia na mão um papel para cantar o Hino Nacional.

Esta Inspeção com a audiência do senhor Delegado Regional de Polícia, procurou obter informações no local da festa, sobre a não observância dos dispositivos legais.

O senhor Henrique Tauffmann, declarando ser o único presente da Diretoria declarou que a festa se realizava com a autorização direta de V. Excia (governador) e do senhor Capitão Celso Lobo de Oliveira.

Peço a V. Excia o obséquio de informar a esta Inspeção o que há de verdade na afirmação do senhor Tauffmann.

“Penso que se deva aplicar à Liga das Sociedades a multa que couber”. Devo esclarecer, que no ano passado (1938) a mesma sociedade apresentou um programa em alemão para a festa de 19 de novembro, tendo o senhor professor Marcílio Dias de S. Tiago, negado a aprovação sendo obedecido. Nesta época, estava em Joinvile e tive em mãos o programa a que me refiro.

O Jornal de Joinvile de 28 de novembro de 1.939, noticiou esta festa com o seguinte editorial: “ Saengerbundo Concórdia”.

Pela sociedade acima foi levada a efeito, sábado último, uma bela noitada de arte e divertimento. Nota do Repórter: Achei digno de nota a parte, o excesso de aplausos que inexplicavelmente foram dados pela assistência, em frenezi, quando cantou o tenor alemão em sua língua vernácula interpretando uma canção mexicana e trecho de uma ópera italiana, traduzidas sem motivos para o idioma do dito tenor. E mais a atitude desrespeitos para com o Hino Nacional por elementos do coro, o que não aconteceu quando entoavam canções populares, sendo que um dos cantores irreverentemente de cigarro na mão e falta de conhecimento da letra do Hino porquanto a maioria dos elementos empunhavam a letra impressa do mesmo”.

(Fpolis. 5/12/1939 – Luiz Sanches Bezerra da Trindade)

**ANEXO N.º 20 – 1936 - SEMANA EDUCATIVA DE BLUMENAU – 13 a 18 DE
JULHO 1936⁴⁴⁶**

Programa Observado:

DIA 13

1. Instalação dos trabalhos, pelo Diretor do Departamento de Educação e com a presença de autoridades locais.
2. A escola ativa – Professor Luiz Trindade.
3. Diretrizes vernáculo – nacionalista – Professor Barreiros Filho.
4. O ensino de leitura e a sua metodologia – Professor Antônio Lúcio.
5. Nacionalização do Ensino – Professor João dos Santos Areão.
6. Educação Moral e cívica na escola – Professor Antônio Lúcio
7. Às 20 horas no salão do Clube Náutico América irradiada pela Rádio Cultura de Blumenau:
 - Resumo dos trabalhos do dia – Prof. Luiz Trindade
 - Instituições sociais na escola – Prof. Antônio Lúcio
 - Motivos das semanas educativas – Pro. Barreiros Filho.

DIA 14

1ª Parte

No Grupo Escolar

1. Escrituração escolar – Professor João dos Santos Areão e Celso Rila
2. Uma aula de vernáculo – Professor Barreiros Filho.
3. Bibliotecas e caixas escolares e sua organização – Prof. Antônio Lúcio.
4. Aula Global – Professor Luiz Trindade
5. Os Clubes agrícolas e sua organização – Professor João dos Santos Areão
6. A ginástica e o canto nas escolas – Professor Luiz Trindade
7. Metodologia da Aritmética – Professor João dos Santos Areão.

2ª Parte

No Clube Náutico América

1. Resumo dos trabalhos do dia – Professor Luiz Trindade
2. Os Clubes agrícolas – Professor João dos Santos Areão
3. O vernáculo como elemento imprescindível de pátria – Professor Barreiros Filho
4. A educação popular em Santa Catarina – Professor Antônio Lúcio
5. Hora de arte, com vários números de música canto e declamação pelos professores.

DIA 15

No Grupo Escolar

1. Como ensinar linguagem oral e escrita – Professor Antônio Lúcio
2. Uma aula de vernáculo – Professor Barreiros Filho

⁴⁴⁶ - Este Programa com o comentário final esta inserido na Revista da Educação – Ano I Julho e Outubro n.º 4 e 5. páginas 28 à 30. 1936. APESC.

3. Legislação escolar – Luiz Trindade
4. Organização do Jornal escolar orientado por João dos Santos Areão
5. Uma aula Global – Professor Luiz Trindade
6. Os Clubes agrícolas escolares – Prof. João dos Santos Areão e Prof. Celso Rila
7. Metodologia da escola ativa – Professor Luiz Trindade

No Clube Náutico América

(às 20 horas)

1. Resumo dos trabalhos do dia – Luiz Trindade
2. Crianças dificilmente disciplináveis – Dr. Paulo Carvalho
3. Hora de Arte – Nesta tomaram parte os professores Barreiros Filho, Rodolfo Gerlach, Atalá Branco, Maria de Lourdes Reis, Leonor Schmidt, Maria de Lourdes Stoltz e João dos Santos Areão.

DIA 16

Excursão escolar a Garcia. No estádio do “Amazonas Futebol Clube” realizou-se uma brilhante festa com cantos, música, recitativos, jogos e demonstrações de Educação Física.

No Clube Náutico América

(às 20 horas)

1. A Constituição da República – Barreiros Filho
2. Hora da Arte – Com o Concurso dos Professores Rodolfo Gerlach, Leonor Schmidt, Atalá Branco, Maria de Lourdes Stoltz, Teodosio M. Vanderlei, Maria de Lourdes Reis, João dos Santos Areão; Madames: Dr. Luna Freire e Celso Rila.

DIA 17

No Grupo Escolar

1. Uma aula de vernáculo – Barreiros Filho
2. Aula Global para o 3º ano – Luiz Trindade
3. A higiene e excursão escolares – Luiz Trindade
4. No Colégio Sagrada Família foi oferecida aos membros da Semana Educativa uma brilhante festa na qual foi executado um excelente litero-musical

No Clube América

(às 20 horas)

1. Resumo dos trabalhos do dia – Professor Luiz Trindade
2. Hora de Arte.

DIA 18

No Grupo Escolar

1. Os Clubes agrícolas escolares – Professor João dos Santos Areão
2. Aula de vernáculo – Professor Barreiros Filho

3. O ensino religioso – Professor Luiz Trindade
4. Apresentação dos relatórios dos professores – Inquérito sobre os trabalhos realizados.
5. Encerramento dos trabalhos e finalidades visadas na Semana Educativa.
6. Plantio do Pau Brasil, oferecido pelas crianças de Pernambuco às catarinenses, no jardim do Grupo Escolar e na Praça Carlos Gomes

Na Rádio Cultura Blumenau

(às 20 horas)

Foi ainda realizada uma Hora de Arte com variados números lítero-musicais: canto e alocações dos professores Luiz Trindade; Barreiros Filho e João dos Santos Areão.

Julgamos muito úteis essas reuniões. Sobre resolver dezenas de pequenos casos peculiares a cada zona ou localidade, estabelece-se um contato mais íntimo entre o professorado, advindo daí novos ensinamentos que a experiência nos indica e há o estímulo para o desenvolvimento de atividades e instituições escolares (palavras do/a professor/a que secretariou a semana educativa de Blumenau, sem assinatura)

**ANEXO N.º 21 - ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE
FLORIANÓPOLIS⁴⁴⁷**

ANO 1941

DIRETOR: Professor João Roberto Moreira

Curso Primário:

Professora: Julieta Torres Gonçalves – Diretora

Professoras: Olga D'Acampora, Julieta Bráglia, Irmã Mund, Irene Meyer, Maria do Carmo Vieira, Emília Boss e Sueli Bittencourt.

Curso Secundário:

Secção de Português e Literatura: Prof. F. Barreiros Filho – catedrático. Prof.^a Antonieta de Barros – assistente.

Secção de Francês: Prof.^a Áurea Cruz – catedrática

Secção de Latim: Prof. Custódio de Campos – catedrático

Secção de Matemática: Prof. Eduardo Pio da Luz – catedrático. Prof. Anacleto Damiani – assistente.

Secção de História Natural: Prof. Henrique Brüggmann – catedrático

Secção de Física e Química: Prof. Antônio Amâncio da Costa – catedrático. Prof. J. Martins Netto – assistente. Secção de História da Civilização: Prof. Odilon – catedrático.

Secção de Geografia e Cosmografia: Prof. Wilmar Dias – catedrático

Artes:

Desenho: Prof. Estanislau Trapple.

Música: Prof.^a Judite Simone

Trabalhos Manuais: Prof.^a Laura da Luz Montenegro

Educação Física: Professores Ferdinando C. de Andrade e Diva Formiga.

Curso Normal:

Secção de Psicologia Educacional: Prof. J. Roberto Moreira – catedrático.

Secção de Biologia Educacional: Prof. Dr. Armínio Tavares – catedrático

Secção de Sociologia Educacional: Prof. Henrique Stodieck – interino

Secção de Metodologia e Prática de Ensino: Prof.^a Maria Madalena de Moura Ferro – catedrática

Secção de Língua e Literatura Vernácula: Prof. Barreiros Filho – catedrático.

⁴⁴⁷ Fonte: Revista Estudos Educacionais – Ano I – Agosto de 1941 – n.º 1, p.7 e 8.

ANEXO N.º 22 - RESOLUÇÕES DETERMINANDO A EXONERAÇÃO DE PROFESSORES

QUADRO DAS RESOLUÇÕES - 1938 A 1940
EXONERAÇÃO POR NÃO SER BRASILEIRO NATO E POR CONVENIÊNCIA DO ENSINO

N.º. RESOL.	NOME DO PROFESSOR	CARGO	ESCOLA	MUNICÍPIO	DATA
3192	José Luecken	Professor	Escola de Arapongas	Indaial	11/01/1938
3193	Carlos Groni	Professor	Esc. Mixta de Alto Benedito Timbó	Rodeio	11/01/1938
3283	Dante Mosconi	Diretor	G.E. Prof. Paulo Schiefler	Caçador	31/01/1938
		Diretor	Escola Normal Primária	Caçador	31/01/1938
3285	Albina Bortolotto Mosconi	Professora	G.E. Prof. Paulo Schiefler	Caçador	31/01/1938
3350	Inêz Guszewski	Professora	G.E. Santo Antonio – S.G.	Bom Retiro	11/02/1938
3522	Afonso Ribas Maciel	Professor	Esc Mista de Hercilópolis	Cruzeiro	21/03/1938
3804	Vicente Wehl	Professor	Escola Part. Cerro II	Cerro II -Jaraguá	29/4/1938
3828	Paulo Schucko	Professor	Escola Part. de Lageado	Bom Retiro	06/05/1938
3968	Pe. Francisco Xavier Riedere	Professor	Esc. Paroquial Itapiranga	Xapecó	09/06/1938
3975	Humberto Drumm	Professor Est.	Escola de Tombos	Xapecó	13/06/1938
4010	Miguel Wisotchanski	Professor	Escola Mista de Iracema	Canoinhas	29/06/1938
4466	Francisco Skrabsky	Professor	Esc. Mista Linha Três Ribeirões	Cresciuma	01/12/1938
4467	Theo Boing	Diretor	G.E. Prof. José Arantes	Camboriú	01/12/1938
4468	Cornélio Funck	Professor	Esc Mista Alto Rio Krauel	Hamônia	01/12/1938
4469	Matilde Von den Boon	Professora	Esc Mista Rio Batalha	Bom Retiro	01/12/1938
4470	Max Ohlwein	Professor	Esc Mista Nova	Concórdia	01/12/1938

			Germânia		
4471	Henrique Pille	Professor	Esc Mista de Ita	Concórdia	01/12/1938
4472	Luiz Guinter Falque	Professor	Esc Mista de Linha Bonita	Cruzeiro	01/12/1938
4473	André Wal	Professor	Esc Mista Colônia Oco	Porto União	01/12/1938
4475	Luiz Mejias Fernandes	Professor	Esc Mista Liberata	Curitibanos	01/12/1938
4502	Sebastiana Santos Pamplona	Professora	Esc Mista Sta. Terezinha	Bom Retiro	19/12/1938
4524	Vitório Moreti	Professor	Esc Mista Tiroleses	Timbó	28/12/1938
5412	Tita Abreu	Professora	Esc Mista de Arataca	Tijucas	28/02/1939
5827	Ondina Strugo	Aux. Diretora	Esc Normal Primaria do Instituto de Educação	Lages	27/03/1939
5830	Silvio Berend	Diretor	G.E. Prof. Marta Tavares	São Bento	27/03/1939
5993	Helmuth Piske	Professor	Esc Mista Krauel II	Hamônia	14/04/1939
6264 exonerado por conveniência do ensino	Euclides José da Silva	Professor	Esc Mista Linha Alta Riqueza	Chapecó	19/05/1939
6493	Henrique Büggeman e Antônia Scheckling	Professor (a)	Escolas Part. Mondai e Sede Capela	Chapecó	3/7/1939
6696	Elisabeth Remor	Professora	Esc. Mista Rio Mãe Luzia	Urussanga	18/09/1939
6828	Maria Cima	Professora	Esc. Mista Colônia	Curitibanos	18/09/1939
6891	João Jahntzen, João Penner e João Jahntzen	Professores	Esc. Particular Stolz Plateau, Waldheimer e Gnadental	Hamônia	06/10/1939
8343	João Telatin	Professor	Esc. Mista Caçadorzinho	Curitibanos	15/05/1940

APOSENTAR por não ser Brasileiro Nato e ter mais de 10 anos de serviço, com os vencimentos que por lei lhes competirem					
RESOLUÇÃO	NOME PROFESSOR	CARGO	ESCOLA	MUNICÍPIO	DATA
4514	Adolfo Postol				23/12/1938
	Justina Klemezaki Sicuro				
	Ludovico Vitor Slonina				
	Carlos Groni				
	Francisco Serafin Guilherme Schaden				
	José Luecken				
	João Carminatti				
	José Abati				
	Maria Carlota Antoine	OBS: Na Resolução N.º 4514 não ficou mencionado o cargo, a escola e o município dos referidos professores.			
	Estela Antoine				
6438	Frederico Heterich				15/06/1939
9141	Mário Pedrelli	Diretor	GE Eliseu Guilherme	Hamônia	04/10/1940
3136	Hercílio Zimmermann	Diretor	GE Professor Germano Timm e da Esc. Normal Promária de Joinville	Joinville	06/01/1938
3137	Antônio Epifânio dos Santos	Diretor	GE Conselheiro Mafra e Esc. Normal Primária de Joinville	Joinville	06/01/1938
EXONERADO					
RESOLUÇÃO	NOME	Cargo	Escola	Cidade	Data
3186	Eurídice Monteiro	Professora	GE Silveira de Souza	Fpolis	11/01/1938
3192	José Luecken	Professor	Esc. Arapongas	Indaial	11/01/1938
3242	Ester Faria Fiorenzano	Professora	GE Padre Anchieta	Fpolis	21/01/1938

3243	Polidoro Fernandes	Professor	Esc. Noturna Colônia Z 7	Fpolis	21/01/1938
3299	João Quint Júnior	Professor	Esc. Mista Caxambú	Chapecó	05/02/1938
5828	Ma. Cecília Wendhausen de Oliveira	Professora	Instituto de Educação	Florianópolis	27/03/1939
6813	Gervásio Pereira do Amaral	Professor	Escola Part. Bom Jardim	São Joaquim	9/9/1939
6890	Ladislau Ostrowski	Professor	Escola Part. de Rio Liso	Canoinhas	06/10/1939
6891	João Jahntzen, João Penner e João Jantzen	Professores	Escolas Part. de Stolz Plateau, Waldheimer e Gnadental	Hamônia	06/10/1939
6902	Sílvio Dias	Professor	Esc. Mista Santa Helena	Cruzeiro	07/10/1939
7042	Laos Silveira	Professora	Esc. Mista Queimados	São Bento	23/12/1939
7041	Maria José Raboch	Professora	Esc. Mista de Hansa	Jaraguá	23/12/1939
7047	Maria Mendes Waronsky	Professora	Esc. Mista Caraguatá de Baixo	Curitibanos	27/12/1939
7054	Benta Lisboa	Professora	Escola Mista Vargem do Cedro	Imaruí	28/12/1939
7620	João Barbosa de Castro	Professor	Esc. Mista Alto Rio Krauel	Hamônia	27/02/1940
7471	Maria Carolina de Bem	Professora	Esc. Mista de Barreiros	Laguna	19/02/1940
7429	Olíbio Oliveira	Professor	Esc. Guiger Novo	Joinville	13/02/1940
7389	Guilherme Ernesto Hening	Professor	Esc. Mista Sede dos Isidros	Campos Novos	13/02/1940
7117	Maria Fronza	Professora	Esc. Mista Valada do Mosquitinho	Rio do Sul	19/01/1940
7070	Marcelino Bona	Professor	Esc. Masculina Encruzilha	Timbó	02/01/1939
7075	Argentina Natália de Souza	Professora	Esc. Mista Sto Antônio	Palhoça	02/01/1940
7064	Maria Adelaide	Professora	Esc. Mista de	Palhoça	02/01/1940

	da Silveira		Teresópolis		
7063	Celina Martins	Professora	Esc. Mista Caldas do Cubatão	Palhoça	02/02/1940
7952	Olga Moreira	Professora	Esc. Butiá	Mafra	25/03/1940
7878	Júlia Vieira	Professora	Esc. Nova Esperança	Hamônia	15/03/1940
7879	Ana de Souza	Professora	Esc. De Iracema	Itaiópolis	15/03/1940
7880	Ana Wisloski	Professora	Esc. Rio das Antas	Caçador	15/03/1940
7847	Edmundo Wagner	Professor	Esc. De Linha Ata Riqueza	Xaçecó	07/03/1940
8265	Áureo de Oliveira Costa	Professor	Esc. Mista Linha Maracujá	Xaçecó	26/04/1940
8234	Miguel Miretzky	Professor	Esc. Isolada Colônia Tuneira	Itaiópolis	23/04/1940
8202	Ligia Fernandes	Professora	GE Duque de Caxias	Mafra	20/04/1940
8094	Iraci Monteiro	Professora	Esc. Mista Benjamim Constant	Blumenau	11/04/1940
8501	Isolina Corrêa Pikcius	Professora	Esc. Mista Desdobrada de São Lourenço	Itaiopolis	31/05/1940
8499	Álvaro Lopes	Professor	Esc. Mista Km17 Est. Sta Catarina	Joinville	31/05/1940
8496	Vitor Strock	Professor	GE Duque de Caxias	Mafra	31/05/1940
8439	Leda Pires da Silva	Professora	Esc. Mista de Bananal	Laguna	28/05/1940
8534	Eloi Mariano Pereira	Professor	Esc. Mista de Iracema	Canoinhas	06/06/1940
9093	Imaculada Bruner	Professora	Esc. Mista de Água Doce	Cruzeiro	19/09/1940
9060	Alba Teixeira Faustino	Professora	GE José Boiteux	S. José	17/09/1940
9058	Genoveva Reva	Professora	Esc. Mista Guarani Papanduva	Canoinhas	17/09/1940
9920	Nicolau Artur Werlang	Professor	Esc. Est. Linha Cotovelo	Chapecó	18/03/1941
9921	Matias Afonso Veit	Professor	Escola Pr. Linha Porá	Itapiranga/Chapecó	18/03/1941

			Macuco		
1889	Sebastião Kammers	Professor	Esc. M. Santa Filomena	São José	26/03/1942
2131	Antônio Matarazzo	Professor	G.E. Roberto Trompowsky	Cruzeiro	30/04/1942
EXONERADO A PEDIDO					
RESOLUÇÃO	NOME	CARGO	ESCOLA	MUNICÍPIO	DATA
3134	Bernardo Tasso	Chefe Escolar		Urussanga	06/01/1938
3135	Enoé da Silva Schutel	Professora	1ª. Escola Mista de Fpolis, Anexa ao GE Silveira Sousa	Fpolis	06/01/1938
3349	Ladislau Laska	Professor	Esc. Mista Avenquinha de Sto Antônio	Campo Alegre	11/02/1938
3351	Almerinda Santos Goss	Professora	Esc. Fem de Concórdia	Concórdia	11/02/1938
3357	Geraldo Passos da Motta	Professor	GE Henrique Lage	Laguna	15/02/1938
3358	Maria Teresa Kröetz	Professora	GE Prof. João Jorge de Campos	Campos Novos	15/02/1938
3367	Maria Albina Gonzaga Simão	Professora	Esc. Penha do Itapocoroí	Itajaí	16/02/1938
3368	Lourdes Maria Carvalho Moritz	Professora	GE Prof. Luiz Neves	Mafra	16/02/1938
3379	Maria José Monteiro	Professora	Esc. Noturna de Tubarão	Tubarão	19/02/1939
3391	Adélia de Oliveira Lima	Professora	GE Lebon Régis	Campo Alegre	23/02/1938
3392	Zenai Dominoni	Professora	Esc. Mista Estrada do Cubatão	Joinville	23/02/1938
3398	Domingos Reichert	Professor	Esc. Mista Ribeirão Máximo	Itajaí	24/02/1938
3399	Ondina Flores	Professora	GE Paulo Zimmermann e Esc. Normal Primária de Rio do Sul	Rio do Sul	24/02/1938
3400	Zebina Soeiro Waltrick	Professora	GE Vidal Ramos	Lages	24/02/1938

3401	Teresa Praun	Professora	GE Lauro Müller	Itajaí	24/02/1938
3402	Matias José Walker	Professor	Esc. Mista de Itapiranga	Chapecó	24/02/1938
6912	Dulce Espindola	Professora	Esc. Mista Rio Dollmann	Hamônia	12/10/1939
6939	Joaquim Amarante	Professor	Esc. Mista Linha Gheller	Campos Novos	26/10/1939
6941	Dulce Garcia Deeke	Professora	G. E Prof. Lapagésse	Cresciúma	16/10/1939
6948	Silvia Oliveira	Professora	Escola Mista Riachuelo	Rio do Sul	26/10/1939
6975	Genésia FerreiraOuriques	Professora	GE Lauro Muller	Fpolis	10/11/1939
7017	Nair Waltermeyer	Professora	Esc. Mista de Palmitos	Xaçecó	04/12/1939
7594	Valdir Marcelino	Professor	Esc. Mista Picadas	São José	27/02/1940
7562	Lourdes Maria da Silva	Professora	Esc. Mista Serro II	Jaraguá	22/02/1940
7561	Aníbal da Silva Furtado	Professor	Esc. Mista Sertão do Perequê	Porto Belo	22/02/1940
7550	Julieta Grein	Professora	Esc. Mista Linha São Francisco	Mafra	22/02/1940
7547	Geraldina dos Reis Faisca	Professora	Esc. Mista Ribeirão das Cobras	Rio do Sul	22/02/1940
7545	Gervádio Nunes Pires	Professor	GE Hercílio Luz	Tubarão	22/02/1940
7544	Albertina Ferreira Macedo	Professora	Esc. Fem. Rio Ada	Timbó	22/02/1940
7502	Zdzislau Leão Zavadzki	Professor	Esc. Mista Santos Dumont	Itaiopolis	22/02/1940
7431	Artur Wippel	Professor	Esc. Mista Taboleiro da Barra Velha	Parati	13/02/1940
7430	Elvira de Araújo	Professora	Esc. Mista Estação do Rio Preto	Mafra	13/02/1940
7428	Heloísa Conceição	Professora	Esc. Mista de Rio do Scharf	Palhoça	13/02/1940
7427	Fani Pereira Kitto	Professora	Esc. Mista Arapongas	Indaial	13/02/1940
7426	Edite Menezes d'Aquino	Professora	Segundo Curso Noturno	Laguna	13/02/1940

7390	Dircéia Condessa	Professora	GE Francisco Tolentino	São José	13/02/1940
7319	Irmã Josefa Paiter	Professora	Esc. Mista Desdobrada Barra das Pombas	Rio do Sul	08/02/1940
7318	Alba da Silva Santos	Professora	Esc. Mista Braço Serafim	Itajaí	08/02/1940
7317	Cacilda Werner	Professora	Esc. Mista Braço Serafim	Itajaí	08/02/1940
7316	Verônica Cardoso Pamplona	Professora	Esc. Mista Poço Grande	Gaspar	08/02/1940
7279	Delminda Passos	Professora	Esc. Mista Capela de Sto Antônio	Parati	31/01/1940
7158	Raquel Xavier Barbosa	Professora	Esc. Mista Trombudo Central	Rio do Sul	26/01/1940
7115	Orestina Antunes de Medeiros	Professora	Esc. Mista Serrinha	Rio do Sul	19/01/1940
7114	José Duarte de Melo	Professor	Esc. MorroAlto	Itajaí	19/01/1940
7991	Lídia Nichel	Professora	Esc. São Bento Baixo	Cresciúma	26/03/1940
7922	Maria de Lourdes Amorim	Professora	Esc. Mista Encruzilhada	Biguassú	19/03/1940
7923	Londrino Flenik	Professor	Esc. Isolada de Valinhos	Canoinhas	19/03/1940
7911	Dalila Buhr	Professora	Esc. Isolada Hansa	Jaraguá	19/03/1940
7910	Bertoldo Antônio Zimmermann	Professor	Esc. Mista de Serro Segundo	Jaraguá	19/03/1940
7876	Maria Nunes de Souza	Professora	GE Prof. Lapagesse	Cresciúma	15/03/1940
7881	Maria Cândida Rocha	Professora	Esc. Mista de Lomba Alta	Bom Retiro	15/03/1940
7882	Josefa Spoganicz Reitz	Professora	GE Prof. José Brasilício	Biguassú	15/03/1940
7831	Francisco Felipe de Medeiros	Professor	Esc. De Colônia Rutes	Mafra	05/03/1940
8302	Almira Olga Tomelli	Professora	Esc. Mista Linha Torrens	Urussanga	30/04/1940
8301	Alvina Leal Freiburger	Professora	Esc. Mista Santa Cruz	Porto União	30/04/1940
8271	Laurecí da Costa Penter	Professora	Esc. Mista de Imbuia	Canoinhas	26/04/1940
8269	Alexandre Betzlaff	Professor	Esc. Mista de Estrada do	Joinville	26/04/1940

			Pirai		
8268	José Garaffa	Professor	Esc. Mista Irani	Cruzeiro	26/04/1940
8266	Erna Maria Harger	Professora	Escola Mista Rio Sete	Palhoça	26/04/1940
8226	Haroldo Quintanilha de Andrade	Professor	Esc. Mista de Fazenda do Sacramento	Palhoça	22/04/1940
8224	Madalena Colossi	Professora	Esc. De Rio Pinheiros	Orleans	22/04/1940
8201	Herta Negreiros Schwanke	Professora	Esc. Treze de Maio Baixo	Blumenau	20/04/1940
8200	Gilda Cesário Pereira	Professora	Esc. De Cerro	Camboriú	20/04/1940
8199	Antônio Matos dos Santos	Professor	Esc. Mista de Taquara	Caçador	20/04/1940
8198	Maria C. Kamiéski	Professora	Esc. Mista de Santa Cruz	Porto União	20/04/1940
8196	João Estivallet Pires	Professor	Esc. Masc. Da Sede	Concórdia	20/04/1940
8194	Maria Vieira Salmoria	Professora	Esc. Mista de Colônia	Lages	20/04/1940
8145	Evandina Xavier da Silva	Professora	Esc. Mista Mirim-Doce	Rio do Sul	16/04/1940
8069	Lauro Gonçalves Padilha	Professor	Esc. São Lourenço	Xapecó	10/04/1940
8056	Aimée Pereira Gonzaga	Professora	GE Luiz Delfino	Blumenau	10/04/1940
8055	Gertrudes Kormann	Professora	GE Professor José Arantes	Camboriú	10/04/1940
8054	Guilhermina Bozzano Serpa	Professora	Esc. Treza de Maio Alto	Blumenau	10/04/1940
8053	Cecília Costa Marins	Professora	Esc. Da Sede de Sto Antônio	Fpolis	10/04/1940
8024	João Amazonas	Professor	Esc. Boa Esperança	Caçador	03/04/1940
8023	Pedro Sphair	Professor	Esc. Mista de São Lourenço	Mafra	03/04/1940
8022	Lidia Jachowicz	Professora	Esc. Ribeirão Gustavo	Blumenau	03/04/1940
8021	Jandira Alves de Carvalho	Professora	Esc. Rocio Grande	São Francisco	03/04/1940
8441	Maria do Carmo Cercal Wiest	Professora	Esc. Mista São Francisco	S. Francisco	28/05/1940
8373	Guilherme Gaetner Filho	Professor	Esc. Mista de Camboinzal	Caçador	18/05/1940
8372	Maria Fischer	Professora	Esc. Mista de	Brusque	18/05/1940

			Pedras Grandes		
8371	Esaulina Trierweiler	Professora	Esc. Mista Alto Rio do Sul	Rio do Sul	18/05/1940
8370	Maria do Carmo Arcary	Professora	Esc. Mista Penha	Itajaí	18/05/1940
8350	Lélia Doin Malucher	Professora	Esc. Mista de Escalvado	Parati	15/05/1940
8349	Irmã Gerlach	Professora	Esc. Mista de Barro Branco	São José	15/05/1940
8347	Maria de Souza Fiqueredo	Professora	Esc. Mista Bananal	Laguna	15/05/1940
8346	Albina Perí	Professora	Esc. Mista de Gramado	Caçador	15/05/1940
8345	João Daniel Pikissius	Professora	Esc. Mista São Lourenço	Itaiópolis	15/05/1940
8344	Lélia Airoso Schaldag	Professora	Esc. Mista Desdobrada de Rio Cerro I	Jaraguá	15/05/1940
8342	Maria Edvirges de Jesus	Professora	Esc. Mista de Laranjeiras	Laguna	15/05/1940
8667	Cora Augusta Colônia	Professora	GE Professor João Jorge de Campos	Campos Novos	30/06/1940
8666	Geni Sabbagh	Professora	Esc. Piedade - Taunay	Canoinhas	30/06/1940
8634	Hortência Souza	Professora	Esc. Mista Pessegueiros Velhos	Lages	25/06/1940
8544	Zayde Ferreira Soares	Professora	Esc. Mista Paula Pereira	Canoinhas	10/06/1940
8543	Garibaldina Roberg	Professora	Esc. Mista Benedito Alto	Rodeio	10/06/1940
8542	Regina Vilela Veiga	Professora	Esc. Mista de Bananal	Joinville	10/06/1940
8541	Maria Feres	Professora	Esc. Mista Barra Mansa	Canoinhas	10/06/1940
8519	Lilia Costa	Professora	GE Polidoro Santiago	Timbó	05/06/1940
8518	Aurélia Melo	Professora	GE Polidorp Santiago	Timbó	05/06/1940
8517	Jupira Melo	Professora	Esc. Mista Ribeirão Gustavo	Blumenau	05/06/1940
8516	Francisco Rieper	Professor	Esc. Mista Est. Cubatão	Joinville	05/06/1940
8866	Jaciná Souza	Professora	GE Polidoro	Timbó	29/07/1940

			Santiago		
8665	Nicanor Pacheco	Professor	Esc. Mista de Campo de Demonstração	São José	29/07/1940
8821	Maria do Carmo Freitas O'Donnell	Professora	Esc. Mista Fem de Bom Retiro	Bom Retiro	22/07/1940
8820	Martinho Wiggers	Professor	Esc. Mista Rio Fortuna	Tubarão	22/07/1940
8819	Dulce Luiza de Oliveira	Professora	GE Prof. Balduino Cardoso	Porto União	22/07/1940
8818	José Reska	Professor	Esc. Mista Sede Suruví	Concórdia	22/07/1940
8813	Isaura Vieira	Professora	Esc. Mista Casa de Pedra	Lages	22/07/1940
8722	Zuleide D. S. Fernandes	Professor	Esc. Mista de Barreiros	S. José	11/07/1940
8721	Lídia Senff	Professora	Esc. Mista Matos Costa	Porto União	11/07/1940
8720	João Schner	Professor	Esc. Mista de S. Sebastião dos Ferreiros	Canoinhas	11/07/1940
8719	Maria Esnalda Miretzky	Professora	Esc. Mista de Colônia Tuneira	Itaiópolis	11/07/1940
8718	Altair Rodrigues	Professor	Esc. Mista de Lageado	Brusque	11/07/1940
8717	Luiza Cancian	Professora	GE Roberto Trompowsky	Cruzeiro	11/07/1940
8716	Isaura Silva Rosa	Professora	Esc. Mista de Indaia	Nova Trento	11/07/1940
8696	Celestina Bittencourt Correa	Professora	Esc. Mista de S. José	Tubarão	05/07/1940
8695	Maria Venturi	Professora	Esc. Mista de Ribeirão Liberdade	Rodeio	05/07/1940
8694	Lina Niessen	Professora	GE Prof. Marta Tavares	S. Bento	05/07/1940
8693	Maria Tomal	Professora	Esc. Mista de Santa Maria	Portp União	05/07/1940
8680	Gessen Costa	Professora	GE Polidoro Santiago	Timbó	07/07/1940
9015	Ladir Cubas Duarte	Professora	Esc. Mista de Postema	Campo Alegre	30/08/1940
8988	Leda Bógus	Professora	GE Prof. Marta Tavares	Rio Negrinho	23/08/1940

8987	Ervin Jaeger	Professor	Esc. Mista de Itapiranga	Xaçepó	23/08/1940
8970	Maria Antonieta Gonçalves	Professora	GE Conselheiro Mafra	Joinville	20/08/1940
8961	Antônio Rohden	Professor	GE Hercílio Luz	Tubarão	16/08/1940
8945	Avelino Gonçalves de Araújo	Professor	Esc. Mista de Ponte Serrada	Cruzeiro	14/08/1940
8944	Maria Adília Silva	Professora	Esc. Mista de s. João Batista de Itapocoroi	Itajaí	14/08/1940
8943	Ambrosina Macedo	Professora	GE Paulo Zimmermann	Rio do Sul	14/08/1940
8939	Hélio Corrêa Pereira	Professor	Esc. Mista de Pinheiros	Porto União	14/08/1940
8918	Maria José Leal Mendes	Professora	Esc. Mista Coração de Jesus	Biguassú	07/08/1940
8886	América Souza	Professora	Curso Noturno da Vila João Pessoa	S. José	02/08/1940
8885	Cora Gevaerd Bridon	Professora	GE Prof. Honório Miranda	Gaspar	02/08/1940
8883	Laura Teresa dos Passos	Professora	Esc. Mista de Barreiros	S. José	02/08/1940
8882	Valdemar Silva	Professor	Forte Marechal Luz	S. Francisco	02/08/1940
9196	Catarina Nemi	Professora	Esc. Mista de Linha Baú	Xaçepó	26/10/1940
9195	Cirilla Caust Menezes	Professora	Esc. Mista Paula Pereira	Canoinhas	26/10/1940
9190	Francisco de Assis Basílio Ramos	Professor	Esc. Mista de Serro Negro	Bom Retiro	24/10/1940
9157	Teodolina Bittencourt	Professora	Esc. Mista de Legrú	Porto União	10/10/1940
9156	Serafim Manoel da Mota	Professor	Esc. Mista S. João do Capivari	Tubarão	10/10/1940
9140	Ilia Campelo	Professora	GE Rui Barbosa	Joinville	04/10/1940
9122	Olga Horn de Arruda	Professora	GE Prof. Lapagesse	Cresciúma	30/09/1940
9102	Royal Silva	Diretor	GE Horácio Nunes	Porto União	24/09/1940

9101	Maria de Lourdes Bastos	Professora	Esc. Mista Morro Manoel Tomás	S. José	23/09/1940
9076	Nair Busetti	Professora	Esc. Mista de Ponte Serrada	Cruzeiro	17/09/1940
9057	Erna Machado dos Santos	Professora	Esc. Mista Treze de Maio Alto	Blumenau	17/09/1940
9047	Érica Schelin	Professora	Esc. Masc. De Paula Pereira	Canoinhas	12/09/1940
9046	Raimundo Camilo Antunes	Professor	Esc. Mista de Patronato do Rio dos Monos	Blumenau	12/09/1940
9045	Jonair Saboia	Professora	Esc. Mista de S. Lourenço	Mafra	12/09/1940

DADOS EXTRAÍDOS DOS LIVROS DE RESOLUÇÕES DE 1938 A 1940. APESC.